

ENTREVISTAS Doutorado

Interlocutor 1 – REDES/Palmas Que Te Acolhe - Palmas

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:43:37Interlocutor 1 Mas eu acho que assim, que o Housing First, nas experiências que tiveram, o ATITUDE foi muito importante. Eles não estavam sabendo que eles estavam fazendo housing first. 00:43:49Pesquisadora E foi uma estratégia local, não é? Pelo que você falou, esse recurso, essa contrapartida do governo federal. Foi algo ali, uma iniciativa do estado, uma iniciativa estadual e municipal, que aí se tornou um modelo para depois de braços abertos e depois do Redes. 00:44:11Interlocutor 1 É, eu não sei, assim, eu não sei como é que, assim, o quanto que teve de intervenção federal no Pacto pela Vida. Mas eu sei que o Pacto pela Vida ali foi uma coisa assim, daquele território, de pensar aquele território, e fazer de modo intersetorial. E aí uma das demandas que foi levantada no Pacto pela Vida foi a questão de segurança para as pessoas que estavam juradas de morte. A estratégia utilizada foi, bom, vamos pensar, talvez alguém pensou, mais ou menos próximo à questão da violência contra a mulher, alguma coisa assim, vamos ter uma casa de abrigo. Aí começaram a levantar as pessoas essa casa de abrigo e viram que não era fácil manter elas em um formato que fosse cheio de regra. Que não tivesse participação, que não tivesse acesso à pessoa, que não tivesse o jeito de falar se ele foi, que não pudesse acolher a travesti, que não pudesse ter uma heterogeneidade da casa. Então eles começaram a lidar com isso e aí eles, enfim, eles tiveram um modo de lidar com o uso, com o abuso da droga de uma maneira diferente do que se tinha antes em um monte de lugar. E eu acho que isso foi importante, porque isso trouxe, na realidade eu acho assim, o ATITUDE demonstrou que para esse tipo de público é necessário ter instituição de baixa exigência. 00:45:53Interlocutor 1 Eu acho que eles sacaram ali com isso. Tá, mas isso já tinha em casa, sabe, mas não para o cara morar. 00:46:11PESQUISADORA É, eu acho que vem aí uma, a questão da moradia e da moradia permanente, né? Ela vem com uma virada de chave aí para pensar esse modelo diferente do CAPS, das UAS, né? 00:46:25Interlocutor 1 É, talvez assim, tinha os residenciais terapêuticos, né? Foram bem importantes, continuam sendo bem importantes. Mas eram pessoas que já estavam em uma condição de institucionalização. 01:10:04Interlocutor 1 No caso de Palmas eu acho que a gestão do cuidado ela se deu ela conseguiu assim. Ela é com as forças assim um luto antecipatório. A pessoa vai se preparando para aquele luto. Eu acho que de alguma maneira com os tropeços a gente conseguiu fazer isso com o Palmas que te acolhe. Quando ele inicia. O Redes já estava um pouco meio assim muita dúvida muito segurança mas sabia que estava rolando. Porque acho que a gestão do cuidado ela é intersetorial não tem jeito. Não tem jeito, o Housing First não é algo que se acaba em si. O HF é um espaço de segurança para a pessoa. Para ela começar ou intensificar o acesso às políticas. Então não é uma coisa que o cuidado se dá por si só. É óbvio que o acesso à água o acesso à energia o acesso a um local seguro para dormir. Isso por si só traz uma melhora de qualidade de vida intensa. Você tem um espaço seguro para fazer suas necessidades você abre uma torneira e sai uma água. Você está em um junta e sai uma energia. Você tem um lugar para lavar sua roupa. Você tem um lugar para guardar seus pertences. Isso por si só gera um impacto e redução da vulnerabilidade daquela pessoa. 01:15:37Interlocutor 1 Eu acho que foi um programa que com o que ele, ele foi muito bom. E eu acho que a clínica que foi criada ali foi uma clínica de invenção. Foi uma clínica de abertura. Foi uma clínica de descoberta. Eu acho que eles conseguiram superar o olhar comum, a proteção da droga. Eles conseguiram fazer um processo muito legal no início. 01:16:13Interlocutor 1 Que era coisa do recovery. Que é as pessoas, os usuários se apoiarem entre si. Eu me lembro que tinha um usuário que ajudava o outro com a medicação. Tinha um outro usuário que fez não sei o que. Isso é um negócio bem importante. E assim, até onde eu sei foi o único lugar que tinha uma suíte. 01:16:40PESQUISADORA Que era num hotel mesmo? 01:16:43Interlocutor 1 Não, o hotel mesmo veio depois.

	01:16:45PESQUISADORA Ah, você está falando das quitinetes. 01:16:48Interlocutor 1 Era uma pousada naquelas quitinetes. Porque tinha banheiro, tinha seu quarto, tinha um ventilador. 01:20:07Interlocutor 1 Acho que a gestão da clínica se dá por esses recursos que a gente tem para fazer algo de baixa exigência. Então tem que ter uma equipe multi, tem que ter discussão de casos, tem que ter acesso à rede, à articulação. Tem que ter espaço de supervisão. Acho que a gestão do cuidado se dá pelo exercício desses instrumentos.
Intersetorialidade e território	00:47:01Interlocutor 1 Eu não sei, eu tô chutando assim, mas eu acho que assim, que eles, dentro dessa lógica, que misturava segurança, misturava um monte de coisa, eles conseguiram acertar a mão ali em determinado momento, não sei como é que tá mais agora, mas isso foi bem importante para o De braços abertos e para os outros. Isso foi bem legal. Uma outra coisa legal é que foi uma primeira experiência e não tava naquele eixo ali, Rio-São Paulo, Minas, era um negócio nordeste. Isso pode ter demorado para que reverberassem os outros lugares, mas isso também deu um estímulo assim para as pessoas, eu me lembro que eu trazia muito isso assim, ó, é uma experiência que eu falava no De braços abertos, mas lá é São Paulo, a não sei o quê, quando eu ia discutir como funcionaria o Palmas que te acolhe, lá é isso, bom, tem no Pernambuco também, entendeu? 01:08:03Interlocutor 1 Então foi uma época que começou assim essa galera a ser mais até uma visibilidade para fora dos territórios que estava inserido também. Foi uma recuperação de vida foi um outro momento assim que a coisa. Então assim foi porque essa galera circulava era uma viagem. Aí com algumas inserções em saúde mental e tal uma com rede foi um lugar que a gente conseguiu reunir muita gente. Histórica antiga. Para botar para falar para outras pessoas também para sair desse espaço dentro do SUS. Uma época bem legal. Uma época de muito de muito movimento de muita coisa acontecendo. 01:11:59Interlocutor 1 Agora a construção do projeto de vida de cada um com o apoio técnico ele se dá na intersetorialidade. Não tem pessoas que vão aparecer com uma demanda maior para saúde ou para trabalho. É uma equipe que tem que estar não só aberta para o usuário mas aberta para os perrengues da rede. A dificuldade de lidar com a rede.
Eixos de trabalho	01:17:01Interlocutor 1 Você vê, mesmo no início que não tinha alimentação, não tinha um monte de coisa, as pessoas já davam resposta. A tal da bolsa nunca saiu. Porque esses eram os critérios. Quando lançou o edital lá da SENAD lançou o critério de que esse era um dos casos. A pessoa parte desse recurso de convênio é para bolsas dos usuários. Bem no modelo. E o que o DBA estava fazendo. Ia ter que ter um educador social cuidando das horas de trabalho daquela pessoa. E remunerava a quantidade de horas de trabalho ao dia dispensável. Aí no meio do caminho isso deu conta que era necessário ter um dispositivo legal municipal para fazer o recurso do CICONVI chegar na conta do cara. Algumas prefeituras que tinham sustentado levaram para a caminhada de vereadores e aprovaram. Até Curitiba acho que aprovou um negócio desse. Aqui não tinha esse dispositivo. Era só através de um convênio com o Esporte. E eles nunca quiseram mexer com isso. Eles achavam que se levasse qualquer pauta para a Câmara de vereadores naquela época ia tomar porrada. E estava tomando porrada mesmo. Eu me lembro que fui umas duas vezes lá com o Thiago Andrino. Ele que estava tentando defender o negócio. Tomar porrada de tudo que é lado, de tudo que é rede, de todo mundo. Nem sei que filme mais levou esse cara. E foi isso. Então nunca saiu. Aí depois esse recurso vai fazendo os jogos. Jogos de gestão do recurso.
Costura com a RD	01:01:39PESQUISADORA E aí você trouxe assim que essa interseção da redução de danos com housing first ela acontece na medida que a redução de danos ela estava inserida ali no Ministério da Saúde por meio dos programas de HIV AIDS. E ela vai sendo também inserida na proposta da SENAD que aí vai entrar na questão. Eu acho que assim onde elas se cruzam sabe? 01:02:09Interlocutor 1 Eu acho que elas se cruzam. Acho que elas já nasceram cruzadas. O negócio assim é que eu não sei se lá no Do baque ao crack. Eu acho que isso está mais explícito assim esse movimento assim. Tem os cadernos da Geleila do baque ao crack que dá para puxar e fazer esse histórico da redução de danos. Agora eu acho que quando assim talvez quando o Ministério da Saúde mental. Isso é um chute meu. Saúde mental sendo pressionada por um monte de entidade inclusive pelo próprio governo até que abrir mão de princípios dela sobretudo o cuidado em liberdade. 01:03:07Interlocutor 1 Ela consegue perceber que uma galera batendo a porta dela faz anos e que ela tinha que ter deixado entrar. Essa galera da redução de danos. Porque daí ela está desesperada. Ela deixava entrar um, deixava entrar outro. Era sempre um drama o negócio. Quando se viu que esses caras inclusive esses caras já estão metidos. A

	gente da RD que já estava metido desde o início na SENAD. O Antônio Neri era um cara que estava nas primeiras reuniões da SENAD, o (Elisaldo) Carlini. Dos primeiros levantamentos sobre drogas. 01:06:31Interlocutor 1 A droga na saúde foi via atenção básica no Caminhos do Cuidado. Aí assim sentou firme entendeu. Antes era só ali. Abria só a portinha do HIV. Aí depois com o caminho do cuidado que foi o. Castelhana o Castelhana o Castelhana canalista. Deus tenha o lancet lancet. Dênis dessa galera que estava pensando o Caminhos do cuidado que enfiaram a forte. E assim e o rei a época que o rei começou a fazer coisa que a gente fazer muita formação fazer muita coisa. Foi uma época que essa galera das antigas da RD começou a se ver assim mais prestigiada e mais.
Costura com a Saúde Mental, álcool e outras drogas	00:40:32Interlocutor 1 Então, começou a se perceber isso e daí veio essa coisa do attitude, que deu muito certo, começa a vir traduções, o pessoal começa a traduzir mais as coisas do modelo de housing first, essas outras experiências, as experiências que redução de danos na Europa. Foi uma coisa que foi muito legal, porque o housing first, ele começa da percepção de que o público, que tem melhor engajamento no housing first, era a galera da saúde mental. Então, as primeiras pesquisas nos Estados Unidos começam a mostrar isso, quem mais se beneficia é o cara da saúde mental que estava na rua, o cara que tem uma patologia que não é para cuidar, há anos e tal, e que talvez não se saque, mas é uma de patologias, que é assim, que ele está mais vulnerável na rua e tal, e que esse cara é o cara que tem mais benefício, isso é lá do autor, aquele primeiro que fez. E assim, aí iam se criando como eram os modelos, de contrapartida de usuários, e isso alterou muito cada uma das experiências. Enfim, foi essa toada, aí saiu a publicação do Chico, saiu o levantamento de drogas, saiu um monte de coisa dizendo que assim, por exemplo do Chico, o que era importante ali, que as pessoas não tinham segurança, que boa parte das questões de urgência e emergência que eram trabalhadas, poderiam ser mais resolutivas, poderiam ser resolutivas na atenção primária, pro acesso à moradia, saneamento básico, ficaria em vários tipos de demanda que essas populações têm, que existe, que apesar do uso, independente do tipo de uso, existe sempre a demanda para o trabalho dessas pessoas. Aliás, se elas consomem é porque elas desenvolvem algum tipo de atividade que gera algum tipo de recurso. Essa atividade pode ser legal, pode, mas é uma atividade, não é algo que a pessoa não tem condição para fazer algo, que nem era trazido por essa corrente mais lápida que esse pessoal da psiquiatria lá de São Paulo, que era essa corrente mais, que trazia essa coisa do comprometimento neurológico, então que era disputa com o governo de estado. 01:04:54Interlocutor 1 Mas eu acho que assim que a pressão vinda de fora fez a saúde mental ter que se abrir. Pelo menos a saúde mental tem que, enfim... Botar para fora. E eu achei interessante isso que a última a última conferência de saúde mental acho que foi em 2016. Está vindo hoje. Ela o tema dela é intersetorialidade. Então assim. De 2012 a 2016 a saúde mental já vem tomando porrada como fazia tempo que não tomava. Porque antes tomava porrada dos psiquiatras. Depois começou a tomar porrada de mundo. 01:05:36Interlocutor 1 Entrou com âmbito da moral o negócio. E aí teve que fazer intersetorialidade. Não foi uma condição. Foi pra ver. Aí a galera mais radical vai dizer não desde os princípios sempre teve. Mas assim. Acho que a própria dificuldade do tema, não sei se drogas, mas enfim. O outro cara que faz essa leitura de como é que a questão das drogas entrou na clínica da saúde mental é o Dênis.
Composição da equipe	01:13:45Interlocutor 1 Eu sei te dizer que era uma galera. Os educadores sociais eram tudo pessoas jovens. Não tinham conhecimento na área. Mas que assim tiveram uma grande abertura para o conhecimento. A gestora era uma bióloga. Não escreve isso na sua tese. Vou dizer que é mentira (risos). Mas os profissionais que eram da área não eram profissionais com perfil de trabalho. Nem pelo contrato. Os gestores não tinham experiência nenhuma naquilo. E talvez isso tenha sido uma potência. Porque eles foram conseguindo trazer das áreas deles conhecimento que eles tinham e aplicar nisso.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	00:23:24Interlocutor 1 E lá a primeira pessoa a gerenciar esse programa específico dentro do pacto foi o Rafael West, que é um cara que, enfim, trabalhou muito com a gente, tal, depois foi colega dele em CNJ, mas também eles não tinham bem claro que era essa coisa do housing first, esse troço foi aparecendo nessa ideia assim de que, porra, a gente precisa, primeiro assim, também tem uma parte que era a galera dos SUAS que já vinha entendendo o que tinha no disco, né, por exemplo assim, a cidade tem um monte de abrigo, mas as pessoas não vão pro abrigo, né, porque que as pessoas não vão pro abrigo? O abrigo é de alta exigência, ao mesmo tempo tava criando o Centro pop, a primeira experiência foi em Minas Gerais, o Jadir, que era um cara que tava no Redes também, foi um dos primeiros diretores do Centro pop. Então era uma galera que já vinha se deparando nessa coisa de que tu tem que ter baixa exigência pro usuário e alta exigência pra equipe. E aí foi indo nisso e havia um investimento da SENAD de trazer esse programa, mostrar esse programa do... Daqui a pouco eu vou me lembrar o nome dele, que eu tive lá. 00:24:56PESQUISADORA

	É o ATITUDE que você tá falando?
00:24:58	Interlocutor 1 É o ATITUDE, né, o ATITUDE é esse caso lá do Recife, né. E aí muita gente boa trabalhando nesse programa e tal, mas eles tinham essa coisa do housing first, mas era um housing first, era um housing médio first, assim, né.
00:25:20	Interlocutor 1 Porque primeiro as pessoas que ingressavam tinham esse quesito de violência. E depois porque em algum momento ou outro eles efetivamente faltavam a questão das drogas de um jeito assim, mas olha, eles conseguiam lidar com aquilo. Não eram proibicionistas, não eram exigentes de abstinência, mas eles conseguiam lidar com a coisa das drogas. Enfim, eles tiveram vários modelos no ATITUDE, eram casos diferentes, então dentro do programa tinha essa autonomia de que casa era, que tipo de público, onde é que o território que tava, né. Eles conseguiam gerir muito isso, muito bem. E como o Pacto pela Vida foi um programa que efetivamente assim deu indicador e tal, né, baixou e tal, foi uma coisa que dava pra trazer, era uma coisa que era legal de trazer pra lá. E deu um caldo assim.
00:27:38	Interlocutor 1 E aí eles têm história de braços abertos em toda história, redes lá e tal. Mas de alguma maneira tinha um, tudo aquilo que foi construído lá, de modo bem artesanal e tal, tinha referência, né, tinha um diálogo com o Federal, né, com aquilo que estava acontecendo no Federal e aquilo que estava sendo visto nos outros territórios, porque daí o redes já estava implantado em um monte de municípios. Então, eles começaram a fazer aquele modelo e ali foi bem assim, ali já tinha uma discussão bem forte de housing, bem forte, né, já tinha assim um entendimento do que era esse housing first, de onde é que veio, né, como é que isso começou e ele estava aos trânsitos e barrancos lá, um território muito complicado, um território que já é problema de saúde pública desde 1920 na cidade, um território que se criou uma disputa ideológica, partidária e disputa entre serviços. Eu acompanhei o trabalho de umas equipes de consultório na rua lá. Ali foi um epicentro de toda uma disputa que já vinha há anos, né, no nível da clínica, no nível dessas coisas, a ponto assim de que os trabalhadores que estavam no chão da fábrica, eles se comunicavam entre eles, mas quando chegavam nos níveis de gerência, não podia falar que tinha articulado com outro, entendeu? Enfim, aquilo lá que tem uma história própria e tal. Nessa mesma época que eles estavam ali implantando e tal, teve esse momento no mistério da justiça que quem estava na secretaria da SENAD era um defensor público do estado de São Paulo, não vou lembrar o nome, um cara muito inteligente, um cara muito assim, muito apropriado do conhecimento e da experiência dele de defensor público lá em São Paulo, né? E, enfim, se teve a ideia naquela época de algumas coisas que estavam alocado recurso de que efetivamente o recurso estava ali parado e que se dava para tentar fazer alguma coisa, tipo um estímulo, porque a SENAD tem esse papel, estimular, não é uma secretaria como outras do SUS que sustentam políticas, né? Sustentam repasses frequentes de recurso para manter o serviço, não é? Ela não tinha essa missão, mas que era uma usina de ideias e de ferramentas que pudessem ser passadas e se pensou nisso, vamos levar essas, vamos criar aqui um modelo baseado naquilo que se buscou, e aí se fez pesquisa de housing first, né?
00:30:57	Interlocutor 1 E aí a gente saiu daquela reunião com isso, com essa missão de chegar nos territórios e juntar as pessoas que já estavam, porque tinha uma estrutura do projeto Redes, tinha os comitês, tinha pactuações intersetoriais, interestaduais, que designavam pessoas para ser os pontos de referência, então tudo isso estava bem estabelecido, pactuado, assinado pelo PP, e aí chega essa ideia que veio, bom, era possível fazer essa transferência via CICONV, um sistema de convênio do governo federal, né? Os municípios mais antenados têm nas suas, nos seus quadros de planejamento, pessoas que monitoram o CICONV, então assim, abriu um recurso tal para tal área, então eles puxam, chamam as pessoas e tal, né? No caso a gente, como já tinha uma pactuação, e estava tudo bem, dentro da legalidade, tudo certinho, a gente já entrou em contato, vai abrir o CICONV, vai ser tal e tal, e aí cada território se organizou de uma maneira, né? É, muitos assim, claro, enfrentando resistência e tal, e aí tem uma série de coisas caricatas disso, tem um monte de coisa, mas enfim, alguns municípios começaram a conseguir tocar isso, né? E aí nasceu esse monte de projetos, e deu a triste coincidência de bater muitos em ano eleitoral, então isso virou uma falta também moral, né, dentro das campanhas, teve uma descontinuidade de projetos, né? Mas desde o início não era algo que já se sabia de uma maneira bem explícita, mesmo para as pessoas que não tinham clareza de gestão pública, o que é raro dentro de uma estrutura para se montar algo dessa maneira, né? Um CICONV, você tem que ter muita noção disso.
00:33:13	Interlocutor 1 Então assim, sempre foram projetos que tinham essa pactuação, de ter início, meio e fim, e uma hora você vai ter que sustentar do seu modo, ou fazer sua experimentação, e no final, quando acaba a grana, encerra e pronto, né? Então isso sempre foi uma questão desses programas que foram via CICONV, via convênio com a Senad, mas foram programas que o Redes, ele teve um papel de explicar, apoiar a formatação, né? No meu sentido aí. Eu lembro que quando abriu o CICONV, que tinha um pessoal bom no planejamento, eles já tinham chamado a Secretaria da Juventude para... E eles estavam com um projeto praticamente pronto, que era sobre cursos de informática para jogos, esses centros de informática, né? E aí eles tinham toda a defesa ali, que ali era prevenção às drogas, não sei o que, caramba.
00:36:04	Interlocutor 1 E aí teve toda a construção aqui no território, e depois daí a gente, a SENAD, o Redes conseguiu compreender que esse programa não ia ser uma coisa assim tão fácil de criar, então os locais onde houve a pactuação, onde o município efetivamente, a prefeitura saiu lá, eu quero acessar esse recurso, né? Comprometo com isso, uma

contrapartida, né? E era muito pequena comparada aos outros que convivem, uma comparativa bem pequena, então assim, tinha isso e se deu, caminhando, o Redes se deu conta, então, que tinha que ampliar o número de apoiadores, de profissionais, para conseguir dar conta disso, que era um programa bem complexo, precisavam de pessoas do território. Aí que veio o Interlocutor 9, daí que foi contratado, não lembro se a figura dele é de supervisor, eu acho que é, enfim, e foi tocando isso, assim.

00:37:04**Interlocutor 1**

Então, acho que assim, a coisa do conceito de housing first, era um conceito assim, que ele vinha de uma maneira mais empírica nas pessoas, entender que a questão da moradia é algo importante, tem pessoas que trabalham na área da saúde mental, que trabalham no âmbito do SUAS, que percebem isso, né? Então, vinha dessa construção aí, vinha dessa experiência lá do ATITUDE, que foi uma experiência muito legal, deu muito certo, baixou um ditador, que mudou a cara da polícia do Recife, enfim, daquela região do Recife, né? E ao mesmo tempo começa a sair os dados lá da pesquisa do Chico (Francisco Barros), né? Aí começa esses dados mostrando assim que as demandas não eram aquilo que todo mundo imaginava que era, ou que queriam que construísse o que fosse, né? Então, a demanda das pessoas não era ir pro campo e ficar 12 meses lá, a demanda das pessoas não era, porque pra isso eles iam ter que abandonar as relações que eles tinham, ter que abandonar um monte de coisa, abandonar o serviço, abandonar o bico, né? Descobriu que as pessoas não iam à toa para a Cracolândia, né? Não iam só porque lá, que nem se divulgou, tinha a melhor droga do Brasil, as pessoas iam pra lá porque ali, apesar de tudo, aí começou a surgir também uma série de pesquisas da galera da antropologia mostrando o que era aquela Cracolândia, que ali não era um espaço onde as pessoas iam com a grande questão de conseguir a droga mais barata ou a droga com maior qualidade, mas que era o espaço que as pessoas iam, porque apesar dos pesares, aquela lógica ali toda, daquelas leis que estavam para o Estado, as misturas da lei do Estado, ali era um espaço onde as pessoas se sentiam seguras, porque se as pessoas ficassem em outras aglomerações, elas eram exterminadas, tinha chacina, então ali era mais ou menos frequente a questão da chacina. Então, assim, começou a surgir esse monte de evidência, né?

00:39:37**Interlocutor 1**

E pra questão mais específica da SENAD, as estratégias que se propunham, as comunidades terapêuticas, elas não estavam coladas com as evidências ali, e mesmo quando começou a se debruçar em cima das estratégias terapêuticas, que eles diziam que tinham método, começou a se perceber que eles nunca tiveram método, eles tinham princípios, né? E princípios que a grande maioria dos usuários que acessavam não conseguiam cumprir. Então, assim, tinha que estar 12 meses de internação, aí o que puxava lá de algumas... era um “saco de gato” esse negócio de comunidade terapêutica... algumas se prestavam a preencher esse censo, então daí como é que tu via? Tu via assim, qual é o carinha que entrou dia tal e cumpriu 12 meses? Era 0,5%. O resto era evasão, fuga, né? Então, assim, via que as pessoas entravam lá e não ficavam 3 meses, por mais que fosse Alcatraz, um lugar longe... Então, começou a se perceber isso e daí veio essa coisa do ATITUDE, que deu muito certo, começa a vir traduções, o pessoal começa a traduzir mais as coisas do modelo de housing first, essas outras experiências, as experiências que redução de danos na Europa. Foi uma coisa que foi muito legal, porque o housing first, ele começa da percepção de que o público que tem melhor engajamento no housing first era a galera da saúde mental.

00:48:24**PESQUISADORA**

Porque aí, além de ser esse público em vulnerabilidade, usuários de álcool e outras drogas, tal, população em situação de rua, mas tem aí um marcador que é o marcador das pessoas, em concreto, as pessoas juradas de morte, sim, e eu acho que isso aí é um marcador que distingue bastante também das outras iniciativas, né?

00:48:53**Interlocutor 1**

É. E aí assim, eu acho que teve assim, em termos assim, não lembro assim como é que foi, se teve algum marco assim de falar de housing first, não me lembro, sei assim que era o momento que estava muito essa coisa assim, Carl Hart fazendo muita palestra aqui, tinha a saída da publicação lá do Chico, tinha muita gente que estava estudando, enfim, era um momento que tinha muita coisa assim, né?

00:57:47**PESQUISADORA**

E, Interlocutor 1, assim, acho que esse panorama aí, né, que você trouxe tanto de um contexto político, um contexto social, né, que foi permitindo a abertura pra esse tipo de experiência que existiu, do redes e desses projetos que alguns tiveram essa base do housing first, outros não trouxeram essa perspectiva da moradia como um dos eixos, mas trabalhou de forma intersetorial com outras políticas, né.

00:58:22**Interlocutor 1**

Assim, ô, o redes, ele era um programa, em termos organizacionais, o redes era um programa, tá. Esse era um programa que ele abria a possibilidade dos municípios, de regiões ou de estados, de candidatarem a participar desse programa e entrarem na construção daquilo que era pra fortalecer a política municipal, política regional, política social sobre drogas, tá. O projeto de inserção social, que era chamado, né, os PIs, eles foram um convênio que foi aberto para os municípios se cadastrarem e acessarem esse recurso. Qual foi a situação? Dos territórios onde a gente já estava, nós já tínhamos um diálogo com a gestão, com o trabalhador, com o usuário, tal, a gente apoiou esses municípios a acessarem esse convênio. Então tem muito município do REDES que nunca nem teve nada com o PI, né. E se eu não me engano tinha um município que não tinha redes que tentou fazer PI, eu não me lembro como é que foi a história. Mas eu sei que a maioria dos PIs não saiu do papel. A maioria. E aí alguns quando saíram começou a mudar a metodologia, mais essas coisas assim. E não foi a grana do redes que fez o PI. O redes apoiou tecnicamente os municípios

	que ele já vinha apoiando tecnicamente e que se candidataram a um convênio da SENAD. O redes foi tipo um programa guarda-chuva que aí dele foi feito o apoio para que existissem esses projetos nos municípios. O apoio técnico à política do município. No caso o município identificou que tinha um convênio aberto lá na SENAD que ele poderia se candidatar. Que aí ele poderia escrever um projeto para se candidatar. É que a gente apoiava tecnicamente e tal. E aí esse projeto ele iria contemplar ali a proposta do redes que era essa proposta de articulação intersetorial para o cuidado em álcool com outras drogas. Mas que de acordo com a realidade de cada município iria dizer ele quais seriam os eixos de trabalho. 01:01:14Interlocutor 1 As diretrizes do convênio citavam a época se eu não me engano a metodologia de housing first. Talvez esse convênio foi um dos primeiros que se citou a metodologia. Tem que buscar isso. Que se citou assim tipo oficialmente.
Efeitos da intervenção	00:49:48Interlocutor 1 E enfim, é uma metodologia e tal, mas foi isso, assim, é um programa que eu assim, hoje no CAPS II, eu trabalhando, eu sinto falta, tem um monte de pacientes que sente falta assim, do housing first, e é um programa que marcou a vida assim de muita gente, assim, muita gente que está na rua hoje, quando me olha, ou olha alguém e tal, ah, o Palmas que te acolhe, e tal, porra, aquela época, estava muito atrapalhado. Eu encontrei uma menina esses dias que está em situação de rua, eu não me lembro o nome dela, estava lá no CAPS II, aí ela veio falar, onde é que me conheceu e tal, mostrando na rua o chapéu que ele tinha levado ela, estava lá para consultar, e ela falou, ah, naquela época eu tinha onde que dormir, naquela época eu tinha o que comer, né?
Contexto sociopolítico	00:01:08Interlocutor 1 Bom, eu acho assim que o Housing First, ele veio muito do clima que rolava na época na SENAD. Vamos lembrar lá... No primeiro ou no segundo governo Dilma. E bom, já na época, no primeiro governo Lula, a SENAD era uma secretaria nacional sobre drogas que ela foi desenvolvida na época do presidente Fernando Henrique Cardoso, estava ligado ao gabinete da presidência. Eu ouvi uma entrevista com o Fernando Henrique na época dos dez anos da lei em 2016, lá no STJ, que fizeram um evento sobre, deve ter gravado isso em algum lugar, sobre os dez anos da lei sobre drogas. Aquele marco que, enfim, separou a traficante, o usuário, tal, as coisas que está na lei de 2016. Então, em 2016, fez um evento que no final do evento tem um seminário, uma palestra do Fernando Henrique, que ele esclarece o contexto mundial e como que organizou o que veio a ser a SENAD. Então, ele fez um texto mundial de tensionamento do Bill Clinton para criar, até a partir da UNODC, era uma nova onda de proibicionismo, monitoramento sobre as questões das drogas. 00:04:06Interlocutor 1 Na época do Lula ele tentou, teve até o caso, de um advogado, que era um cara antiproibicionista, que foi cotado para assumir a SENAD e depois ele deu uma entrevista prematura dizendo que ia andar na legalização das drogas. E o Lula cortou o cara antes do cara entrar, o cara ... não lembro o nome desse cara. Mas foi isso. Aí, então, nesse momento tentado, o Lula começa a se mexer nessa coisa da SENAD, que sempre foi a pauta, sempre foi a casa do Conselho Nacional sobre Drogas. Era um conselho que sempre, assim, veio com esse lado mais... Então, tinha toda essa estrutura dos conselhos, que eram espaços assim, bem... eram os espaços clássicos do proibicionismo. Então, tinha sempre gerais, policiais militares, DENARC, sempre tinha esse pessoal. E tinha algumas pessoas isoladas entre esses conselhos que pensavam a coisa do tratamento. Essas pessoas não eram normalmente ligadas ao SUS, elas eram pessoas do âmbito que vêm a se manter com as comunidades terapêuticas. E tinha muito aquela coisa, dessas pessoas traziam muito essa coisa da abstinência, com o principal estratégia de clínica e da pedagogia do medo. Então, assim, quando a gente entrou na SENAD, o que veio a ser depois parte do recurso do Redes, que já estava destinada a Fiocruz, antes era uma revistinha da Mônica. E o recurso saía da SENAD, ia para Fiocruz, e a Fiocruz contratava o Maurício de Souza para fazer uma revistinha da Mônica, que era para essa ideia de prevenção. E eu me lembro que tinha todo esse drama aí em volta da revistinha, tinha saído esse recurso. Uma revistinha que fazia uma pedagogia do medo. Mas o fato é que a SENAD, com a entrada do PT, ela foi mudando. Ela me parecia, já pela fala do Fernando Henrique, algo meio crítico, mas que não se sustentava no decorrer dos outros órgãos, ou até na relação entre os municípios e os estados. Mas que depois começou a passar por uma mudança grande. E aí, veio todo o tensionamento da questão do crack. Quando começa, inclusive quando se denomina, a ideia de cracolândia na região da Luz lá. E isso começa a mobilizar. Tem um jogo político ali de pensamento e jogo de empurra entre governo do Estado e São Paulo. Ali era a boca do lixo, sempre foi um problema para São Paulo. Mas começa a vir essa onda. Então assim, por exemplo com aquele cara lá norte americano, neurocientista. 00:07:26PESQUISADORA O Carl Hart? 00:07:26Interlocutor 1 O Carl Hart. O Carl Hart começa a dizer que o que aconteceu no Brasil nessa época não foi nada novo, não era um negócio importado, com a mesma estética, o mesmo discurso que vinha lá nos Estados Unidos. 00:07:43Interlocutor 1

E foi nessa época que conseguiu se articular uma entrada maior do SUS nesse debate. E foi muito capitaneada pela saúde mental. Então essa mesma época que começa aquela discussão, aquele quebra-pau de que tem grana para fundar comunidade terapêutica, é a mesma época que a saúde mental começa a aproximar da SENAD. De uma maneira mais propositiva, mais... Começa a ter uma articulação ali, não só pro-form, só cartorial, assinar os documentos, mas começa a ter um posicionamento maior. E aí é a época que o Leon vai para a SENAD. O Leon, ele trabalhava como assessor especial do Tikanory na saúde mental. E aí o Leon, que era um cara psiquiatra do Hospital de Clínicas de São Paulo, trabalhava também na Prefeitura de São Paulo, que é a Ticapes. Aí eles começaram a ver o que era a SENAD, que tinha de recurso e começaram a criar programas. Se percebeu que tinha, isso assim, mais em óptico, não me lembro certinho se era isso, mas percebeu que já tinha uma articulação entre a SENAD e a Fiocruz.

00:09:29**Interlocutor 1**

Ela assume a presidência da Fiocruz, que cria um programa transversal dentro da Fiocruz sobre álcool e drogas, integrando os diversos campos, fazendo uma articulação dos grandes pesquisadores. Então veio, por exemplo, o Chico (Francisco Inácio Bastos). O Chico era o grande pesquisador da área do HIV/Aids.

00:09:59**Interlocutor 1**

Como a RD está nessa história? Redução de danos já começou, veio uma coisa que veio financiada pela HIV AIDS, né, lá no início. Por ter essa coisa com relação das drogas, ela sempre ficou muito assim, apesar de ter uma fala do Ministério da Saúde, de uma fala assim, da questão da saúde mental, ela sempre ficou muito periférica à saúde mental, sempre periférica à SENAD. Aí, nessa época, o pessoal da redução de danos já estava mais próximo da Saúde Mental, foi até a época que mudaram o nome, virou Saúde Mental, álcool e outras drogas. Eu lembro que esse grupo lá da Fiocruz, era ligada à vice-presidência da Fiocruz, tinha o Paulo Amarante, tinha o Chico, uma galera que deu essa intersecção, né, e eles, não sei quem foi que propôs, se foi uma construção coletiva, mas o Chico trouxe a coisa da pesquisa, né, a pesquisa de cocaína e crack, que continua sendo a maior do mundo e tal... Enquanto isso, a SENAD tinha no âmbito das pesquisas os levantamentos anuais, né, e já vinham assim trazendo elementos e tal, mas não tão específicos na questão do crack. Parece que a última Conferência Nacional de Saúde Mental, foi com a pauta de intersetorialidade, então era uma época que estava, nessa mesma conferência estava rolando toda aquela ladainha das comunidades terapêuticas. As comunidades terapêuticas foram no tensionamento da presidência para que as comunidades terapêuticas fossem financiadas pelos S.U.S.

00:12:48**Interlocutor 1**

E veio essa pressão, né, na época do programa, da constituição do Programa Crack, que foi o primeiro programa intersetorial, interministerial, né, e que ali nasceu, aquilo ali foi gerido muito pela SENAD, né. Então, quando vem isso, tem um tensionamento para ter um financiamento via Ministério da Saúde, na área de saúde mental, o Tykanori, e que dele fizeram um edital, ninguém conseguiu entrar nesse edital. E desde então, assim, continuou o tensionamento, mas o fato é que nesses anos a grana saía direto da SENAD. Era uma grana que já saía da SENAD. Como ela saía? Ela saía por emenda parlamentar, os caras, deputados, senador, pega, bota ali, aquela grana vai para uma comunidade terapêutica tal, e a SENAD recebe, tem uma questão administrativa ali, de receber a proposta, né, de avaliar e tal, e isso já era um carro chefe, já era uma coisa que acontecia. Então, repetitivamente, essa comunidade terapêutica, desde que existia, sempre foi financiada pelo poder público, pelo dinheiro público, né. A diferença é que que meios eram utilizados, né.

00:14:13**Interlocutor 1**

E aí, assim, existia já esse modelo de apoio institucional, de desenvolvimento das coisas, esse modelo começou a ser utilizado lá no primeiro, talvez, eu não sei se eu mais me lembro, assim, de ter chego alguém, por exemplo, do Ministério, para sentar junto e fazer as coisas juntos, né, essa modalidade já foi institucional, veio lá no ProNASSE, que era um programa de segurança pública lá do primeiro mandato do Lula. Eu me lembro, eu falava, eu estava de diretor interino, lá no Rio Grande do Sul, no Departamento de Direitos Humanos, e eu me lembro que vinha uma galera, a gente chamava, vinha um pessoal lá e trabalhava essa coisa, desse apoio mais institucional, de construir as ferramentas. Então, o Ministério da Justiça já tinha um modelo de trabalho, né, e o Ministério da Saúde também, com a coisa da PNH, né, humanização, que era muito, muito modelo. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde criou um projeto lá, que era para implementar as redes de saúde, né. Então, assim, algumas pessoas desse projeto de redes de saúde, que eram apoiadores institucionais também, mas não eram diretas, não tinham apoiadores institucionais, e o apoiador institucional, como é que eles chamavam? Mais ligado direto ao Gabinete de Assistência à Saúde, a Secretaria de Assistência à Saúde, né, era o Dara, que era, estavam criando as redes de atenção à saúde, então tinha um grupo lá de apoiador institucional do Dara.

00:16:18**Interlocutor 1**

Então, tinha essas modalidades, tinha essas ferramentas, né, de fazer transferência de recurso, ou seja, era uma coisa assim super consolidada, de fazer transferência de recurso para uma instituição, a instituição executar o programa, ela contrata as pessoas, tal. Isso era super consolidado, isso é uma coisa muito antiga de ferramenta de trabalho no poder federal. E enfim, aquilo ali foi rolando, essa ideia de intersetorialidade, de que tinha que ter um apoio para construir as coisas, né. E isso tinha um diagnóstico de que a SENAD, ela era muito assim, tensionada, não só por causa dessa foto, mas sempre por essa coisa assim de ter recurso, de não ter uma estrutura clássica de transferência de recurso, né, então sempre tinha um tensionamento muito grande e uma fragilidade do sistema de conselho ali, do conselho sobre droga, né.

00:17:25**Interlocutor 1**

Então assim, o REDES, ele nasceu muito dessa ideia de que é preciso apoiar as prefeituras a criarem suas próprias políticas sobre drogas, pautadas em alguns princípios, algumas diretrizes, que eram princípios e diretrizes que tinham um tensionamento também em meio mundial, assim, de transformação, né, que assim, eu me lembro que daí teve a UNGASS (United Nations Office on Drugs and Crime), que era, eu acho que foi em 2019, a última, não é? Havia umas reuniões preparatórias para a UNGASS, que era o quê? Que era rever as convenções internacionais, né. Enfim, e aí trazer essa coisa da redução de danos, da ideia de direitos, tudo isso. Ao mesmo tempo que rolava isso, esse pessoal começou a construir o REDES, que era um pessoal muito antigo da saúde mental também, tinha o Décio, que era um cara que trabalhou lá com o Tikanory, lá na época do Sampa, né, do fechamento do primeiro manicômico, então tinha um pessoal bem antigo nessa, nessa intersecção entre drogas e saúde mental, né. E começou a buscar ferramentas para fazer isso, né. Então, bom, nós temos que entrar nos conselhos? temos, o que a gente tem que articular também? Ah, tem que dar tipo, supervisão. Ah, ao mesmo tempo, né, foi uma época que liberou muita grana, eu acho que aquela foi a última grande época de liberar muita grana do governo federal conseguir estimular, via recurso, direta a execução das coisas nos territórios.

00:19:15**Interlocutor 1**

Então assim, tinha as pactuações, aí, então, por exemplo, Palmas, Palmas pactuou e se fazia um comitê, um comitê de território, e se pensava, então naquela época veio grana, o Cato Saber, foi a época que eles lançaram também aquelas unidades de acolhimento, né, as UA, então vinha a grana, para isso uma das missões da gente era conseguir fazer essa grana virar serviço, né. Mas tinha outra também que era apoiar, um apoio institucional nos serviços que tivesse, tal, formação, entrada nesses conselhos, formação, tal. Foi uma época também que assim, que veio bastante grana da saúde, não só dentro do plano, mas foi uma época que foi feito em todas essas unidades básicas de saúde, então, tinha uma interlocução muito grande entre o governo federal e o município, execução de obras, essas coisas, era mesmo na época que queriam, que veio dinheiro também para implantar os centros de parto natural, então assim, tinha essa movimentação, né. E uma ideia do Redes era assim, bom, como é que a gente faz intercâmbio de conhecimento, de acúmulo das coisas, né.

00:20:37**Interlocutor 1**

E aí isso chegou em Pernambuco, Pernambuco tinha, foi na época do Eduardo Gomes, foi o Eduardo Gomes que morreu em um acidente de avião, né, pelo PSD, foi na época dele. Recife era uma das capitais com mais, com maior índice de homicídio por 100 mil habitantes. E eles começaram a fazer estratégia intersetorial e tal, para tentar transformar isso, eles criaram o tal do pacto pela vida, que incluía policiamento comunitário, incluía modificação de bonificação para agente de segurança, entre um monte de coisa que existia ali, eles criaram um esquema, eles começaram a perceber e tinha uma lógica de... Uma das estruturas daquele monte de homicídio era também a coisa do, a coisa do jurado de morte, né, a pessoa jurada de morte, então começou isso a aparecer muito assim, esse negócio do jurado de morte, tinha um programa do Ministério da Justiça a nível federal, mas não dava conta disso aí tudo, não me lembro, o João não tá lembrando desse programa, não me lembro como é que é, até conheci o pessoal que trabalhava, lembrava o que foi assim, eles tiravam pessoas do território, se viriam um em outro, mudavam de identidade, mas é um negócio assim que funcionou assim, funcionou mas era, a abrangência dele era muito pouca porque lá Recife precisava. E eles começaram a fazer essa ideia de criar casas para dar moradias para as pessoas, elas tinham que tirar a pessoa do local, a pessoa tava lá no alto do pinho, era a jurada de morte, então tinha que levar ela para outro canto, né, mais ou menos o que é as casas de abrigo para mulher, né, aí os caras começaram a se deparar com um monte de coisa, bom, essa galera que a gente tem que abrigar parte usa drogas, essa galera parte é LGBT, essa galera parte é isso, né, começaram a se ligar nisso e foram tendo que manejar, e em algum momento eles se depararam com essa ideia de ralas de infância. Então assim, a primeira experiência mesmo foi no Recife, porque era uma coisa do estado, mas que não conseguia migrar muito pro interior, entendeu, então foi um negócio do Recife, assim.

00:51:18**Interlocutor 1**

Aí assim, aí eu acho também que aqui sustentou mais tempo do que nos outros lugares, porque caiu nas graças do Amastha (prefeito), né? O Amastha entendeu o negócio, é um cara ligeiro, né? É um cara que entendeu que tinha uma pressão de, já de defensoria, de promotoria, para pautar a questão de pessoas em situação de rua em Palmas.

00:51:42**PESQUISADORA**

Tu acha que a questão de ter sido implementado junto ali, né, na mesma época, que a equipe do consultório na rua e que deu um boom, deu uma visibilidade também contribuiu?

00:51:52**Interlocutor 1**

Não, acho que antes. Acho que antes, acho que quando foi, quando era assim, quando ele, porque tinha uma pressão, assim, que não chegava nele, logicamente, era uma pressão de defensoria de vez em quando, pegava e mandava, eu me lembro que o Sabiá (psicólogo), ele trabalhava num CRAS, eu me lembro que ele, de vez em quando, ele, nós tocava de noite, ele não podia tocar porque alguém tinha entrado numa coisa, uma defensoria pública, e eu do MP, eles tinham que sair catando gente na rua para cadastrar. Negócio que não era negócio frequente, não era uma coisa especializada, era quando tinha uma pressionada, né? E aí eu acho que ele começou a se dar conta, porra, isso é um negócio que, né, existe, tal, ele não era um cara, assim, fechado para isso, né?

00:52:57**Interlocutor 1**

	Talvez se ele tivesse permanecido na gestão, se não tivesse passado para a Cinthia e tal, o negócio tinha perdurado mais, né? E aí veio toda essa coisa, assim, mudou para a Cinthia, teve as disputas internas entre os grupos dele e da Cinthia, o lance de estar na Juventude (fundação) era... A juventude era uma pasta muito fácil de tocar, né? Não tem porra nenhuma, a pasta que é perninha, a gente bebe muitas vezes um cano, né? Foda-se, pasta fácil de tocar. Não tem toda aquela visibilidade e aquela pressão que tem a pasta da saúde e da assistência social. Isso não, é a próxima parte, né? A próxima parte tem que é manter a carteirinha funcionando, fazer um programa ali, outro ali e deu. E aí ele botou, era gente dele ali, né? Então assim, acho que com a saída dele, quando começa a tensão dele com a Cinthia, já, opa, você tem uma área ali que ainda é do... Do Amasta, né? Os programas ainda são do Amasta, tem que ter um jeito nisso e tal. E eu acho que tem a pressão mesmo da pressão comunitária das coisas, né? De ideológica, dos movimentos, assim, o modo de fazer lobby das comunidades terapêuticas sempre foi um modo muito de desqualificação da outra oferta, né? 00:55:09Interlocutor 1 E assim, esse dia eu perguntei lá no grupo, que tu me mandou mensagem pra eu entender, até alguém ainda lembra, alguém sabe se existe, que tal o pessoal que tava no redes? Ninguém sabe mais não. Eu acho que não existe mais, não tem mais nenhum, talvez o de De braços abertos, não sei como é que faz o de DBA, ele tá com um hotel, dois, entendeu? 00:55:28PESQUISADORA Eu acho que não tem também, se eu não me engano, a última vez que eu conversei com a Angélica, parece que tinha descontinuado assim de vez mesmo. Mas eu vou conversar com ela também, o ATITUDE, acho que é o que perdura, me parece, dessa época é o que perdura, não sei em que moldes, né? Aí assim, a galera do ATITUDE toda, falar com o Rafael, o Rafael West. 00:55:59Interlocutor 1 Não, ele saiu há muito tempo, ele saiu há muito tempo, ele saiu lá naquela época do Redes, antes de lançar esses... Mas ele é um cara que tá conectado com isso, né? Eles fundaram uma escola livre de redução de danos lá no Recife. Mas é um cara que articula, assim, consegue colocar, né?
Dificuldades e outros desdobramentos	01:18:46Interlocutor 1 Eu me lembro que esse daí do recurso da bolsa para os usuários depois virou em alimentação. Depois virou um complemento para os trabalhadores. Mas sem dúvida o papel do Redes foi fundamental. Porque se o município só pegasse, tentasse acessar, mesmo que eles tivessem mudado para a modelagem de HF, eles não iam ter conseguido executar. A gente sustentou o supervisor, a gente sustentou um monte de coisa. Sustentou a formação deles. 01:24:54Interlocutor 1 Talvez seja um dos papéis da tua tese. De citar essas correspondências. Da metodologia criada pelo cara. Daquele modelo. E com o que reverbera aqui mesmo sem ser citado. Acho que isso é uma coisa que... Enfim, que tu pode explorar. Essa coisa de não vir o termo colado. Mas de ter indicadores que aproximam. 01:29:08Interlocutor 1 Porque quando tu tem no território um serviço de baixa exigência, tu expõe aquele que é de alta exigência. 01:29:14Pesquisadora Com certeza. 01:29:16Interlocutor 1 Tu expõe, e aí tu tem serviços assim que se sustentam na alta exigência. Então é isso, qualquer coisa, não precisa ser um housing first, qualquer coisa que venha no sentido de efetivamente uma baixa exigência, vai ter resistência dos serviços que são para mesma política, mas já que estão estruturados numa lógica de funcionamento de alta exigência, e que é isso. Quer um exemplo? Tem um paciente lá do CAPS, o cara tem uma situação de rua, o cara não faz uso de alta droga, faz parte do delírio paranoide dele não usar. E ele convive com a galera é tudo, tudo, tudo do AD. Aí o guri ficou, não sei quantos dias sem ir lá no CAPSII, porque ele estava com problema na vacina e todos do AD não conseguiam entrar no AD, porque baixou aquela lei da prefeitura para dizer para entrar em algum público tinha que apresentação o cartão de vacinação. O guri, que é um delírio paranoide, um psicopata paranoide total, embora uma mistura, ele é o globo do trafêutico, ele faz o máximo de coisa. O guri ficou achando que não podia ir, porque como é que ia entrar no serviço? Não tem nenhuma coisa. Mas por que ele achou isso? Porque todos os caras que estavam com problema lá no AD não podem entrar. Então, o que entrar de legislação da prefeitura para impedir o usuário para entrar em algum lugar, o AD vai usar. 01:31:09PESQUISADORA Aham, eu não tenho dúvida disso. 01:31:13Interlocutor 1 Então é isso, assim, criar um programa desses traz mal-estar, por isso que tem que ter um investimento grande na rede.

Interlocutora 2 – Cuidando da Vida - Brasília

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:04:02Interlocutora 2 No âmbito da execução, a seleção dos beneficiários para entrar no projeto deveria ser um estudo de caso e uma análise em conjunto com os serviços da Assistência Social, abordagem, Centro Pop, CREAS, etc., em conjunto com os CAPS-AD do território. Então, se era do território ali, por exemplo, do Plano Piloto, porque o projeto, ele focou só em uma região muito específica, um território muito específico, ele não foi aberto para a Brasília inteira. Ele foi só para as pessoas que já estavam no setor comercial sul, porque eram pessoas já identificadas pelas equipes de assistência social como um núcleo muito vulnerável, com perfil de situação crônica de rua. Então, a ideia é que nesse nível da ponta, o CAPS-AD que ficava ali nesse território participasse da discussão de caso para decidir a entrada dos moradores para, além disso, fazer o acompanhamento dos moradores, pelo menos inicialmente, e também.. 00:10:23Interlocutora 2 Depois disso, teve um outro período onde esses trabalhadores foram fazer um processo de criação de vínculo com as pessoas do setor comercial sul. Muitos dos trabalhadores já conheciam o território, foram contratados inclusive por isso, já trabalharam ali em algum momento, foram pessoas que já estiveram em situação de rua no setor comercial sul, enfim. Então, no segundo momento, a equipe, ela foi para campo, lá para o setor comercial sul, especificamente para a quadra 5, que era ali onde ficava o Buraco do Rato, o nome do território era esse, Buraco do Rato, o nome do território, e ficaram, fizeram um trabalho de quase dois meses, então, de se aproximar. 00:11:15Interlocutora 2 Então, foram feitas atividades culturais, esportivas, de socioeducativas, várias, lá no setor comercial sul, para estabelecer o vínculo com essas pessoas. E aí, no decorrer desse processo de aproximação, a equipe foi identificando as pessoas com perfil, ou que queriam participar do projeto, e a equipe trazia isso para essa gestão mais micro, para discutir, e fazia a apresentação dos casos. E aí, então, a equipe colocava sua opinião sobre isso, tinha uma pessoa do Centro Pop Brasília, um psicólogo do Centro Pop Brasília, que ficou destacado para trabalhar no projeto, que fazia os estudos de casos, junto comigo, que era psicóloga do CAPS-AD, que eu tinha essa função dupla, além de trabalhar na Secretaria de Assistência Social, na gestão, por isso eu trabalhei na gestão do projeto, eu era psicóloga desse CAPS, desse CAPS onde ficava o projeto, o território do projeto. Então, a gente fazia o estudo de caso entre nós, eu psicóloga do CAPS-AD, um representante do Centro Pop Brasília, e a equipe representante da OSC. Digamos que a gente conseguiu, de uma certa forma, manter o que estava escrito, que é essa proposta de que deveria envolver essas três secretarias para esse processo de identificação, seleção, ligamento e tudo dos beneficiários. Então, isso, a partir do momento que as equipes traziam, expunham os casos, as pessoas interessadas, etc., a gente ia falando, decidindo, e partiu para o aluguel das moradias. 00:29:16Interlocutora 2 A gente já sabia que esse era o modelo ideal, a gente já sabia, a gente já sabia, porque a gente fez um pouco parte dessa discussão no projeto, a gente leu sobre as coisas do Housing First, a gente já sabia que essa era a proposta ideal, casas individuais na comunidade com um grau, um alto grau de possibilidade de escolha dos moradores, então a gente já sabia. E no edital também da proposta do REDES também estava ali claro que não deveriam ser unidades com características de abrigo nem albergue. Estava claro ali que precisava ser alguma coisa diferente. Então a gente meio que pensou, falou assim, olha, veio na verdade, veio a primeira ideia inclusive, a primeira proposta, era tentar passar o recurso direto para os usuários.
Intersetorialidade e território	00:15:53Interlocutora 2 Para algumas pessoas isso deu certo, para outras não, porque algumas pessoas já tinham recebido o limite que a secretaria estabelecia para o recebimento de benefício, outras receberam e conseguiram comprar, para outras o recurso não foi suficiente, então as casas acabaram sendo mobiliadas por estratégias diferenciadas, algumas com doação, algumas com benefício, outras com parte dos itens que não eram material permanente, a gente pegou da própria secretaria, então a gente fez um kit, que era um kit por exemplo de roupa de cama, toalha, material de cozinha, isso tudo a gente tem na secretaria para equipar os nossos abrigos e albergues, então a gente pegou da própria secretaria alguns desses kits e montou para as casas, mas geladeira, fogão, sofá, mesa e tudo foi ou por doação, ou coisas que as pessoas já tinham, foi feito uma campanha, a OSC, por conta própria, fez uma campanha que deu um pouco certo, colocou na TV e no jornal, e algumas pessoas fizeram doações, então as casas foram sendo mobiliadas com isso, e aí paralelamente outras pessoas entram no programa, então todo mundo de uma vez só, e aí depois das pessoas inseridas no programa, começou, a equipe começava a fazer o acompanhamento. 00:20:22Interlocutora 2 A gente insistiu muito nessa inserção dos moradores nos equipamentos do território, ou seja, nos CRAS do território, nos CREAS do território e nos CAPS, nas unidades básicas de saúde, e foi uma coisa que foi muito difícil. Na verdade a gente tem pouquíssimas pessoas, das 22 pessoas que a gente colocou em moradia, pouquíssimas, bem poucas mesmo, que ficaram frequentando os equipamentos do território. A maioria continuava frequentando o equipamento do plano piloto, que era de onde elas eram. Porque elas já tinham referência, porque elas já conheciam. Então quando continuavam frequentando, elas iam para esses equipamentos. Porque várias inclusive nem frequentavam nenhum desses equipamentos.

	01:02:18Interlocutora 2 O consultório na rua, ele ia muito pouco, antes de qualquer coisa ele já ia muito pouco nesse território, porque o CAPS estava ali na frente, sabe, o CAPS estava ali, grudado, então ele já ia pouco, pouquíssimo, pouquíssimo mesmo, era uma crítica que todo mundo fazia e tal, ele ia pouquíssimo, porque o CAPS não é o consultório na rua, claro que pra otimizar esforços eles iam pra outros lugares e tal, então não teve. E a outra questão também era que depois que os caras estão na moradia, não é papel do consultório na rua, né, pra te falar a verdade o que eu queria mesmo, o melhor dos mundos, o que eu acho hoje também olhando pra trás, eu acho que o esforço tem que ser pra vincular os caras na UBS, na atenção primária, é cuidar do dente, é cuidar da diabetes, é cuidar do, sabe, não ficar nessa coisa de... ah, o tratamento, tinha que vincular os caras na UBS, sabe, as mulheres pra parte ginecológica, essa coisa mesmo de você falar, bom, eu tô morando aqui, eu sou uma pessoa como todas as outras da comunidade, eu tenho uma, entrei na estratégia de saúde da família, a agente comunitária de saúde vem aqui e bate na minha porta pra, eu acho que o esforço maior tinha que ser esse, sabe, e o central, acho que tinha que centrar na atenção primária. 01:04:48Interlocutora 2 É, porque a nossa perspectiva é que essa articulação fosse feita nos territórios, né, depois que o cara, mas claro, o consultório na rua do centro ali, do território, poderia fazer essa articulação com as UBSs, né? Já que essas pessoas estavam distribuídas aí. É, por isso que a gente, assim, eu fico tentando também, quando eu te digo que acho que é uma coisa que precisa ser mais cuidada, porque eu fico tentando trazer mais sentido pra palavra articulação, né, o que a gente está chamando disso? Porque se a articulação for no sentido de chegar na UBS, no CAPS, apresentar o caso, falar, olha, a gente tem um projeto, tem uma pessoa que está morando, em certa medida, isso foi feito, até aí, sabe? De chegar num CAPS novo lá da cidade que o cara foi, falar assim, olha, a gente também, aí vai falar, que bom, nós temos aqui de portas abertas pra recebê-lo, nosso acolhimento é de 8h às 10h da manhã, sabe? 01:05:43Interlocutora 2 Eu acho que é diferente, veja, é muito diferente, talvez, se esse CAPS que está recebendo, se ele tivesse participado antes, se ele entendesse o que era o projeto antes, se ele incorporasse um pouco essa ideia de que eu preciso acompanhar esse cara, esse projeto precisa dar certo, então se o cara, se eu já falei que o acolhimento é de 8h, meio-dia, passou duas semanas e o cara não veio aqui, ah, será que eu não vou lá fazer uma visita? Ah, não, talvez seja muito invasivo, ah, será que eu não aproveito o dia que a pessoa que vai fazer a visita do cuidando da vida já vou junto e me apresento? Será que mesmo a pessoa precisa ir aqui pro CAPS? Se ela não quer fazer o tratamento, o que ela vai ficar fazendo aqui? Ah, talvez eu possa dizer para ela os grupos que tem, chamar ela para uma festa. Eu acho que essa incorporar, vestir a camisa um pouco do projeto é uma coisa que é diferente, porque isso é uma coisa diferente para o CAPS, certo? É uma coisa diferente para o CAPS. Eu acho que é isso que falta, né?
Eixos de trabalho	00:05:14Interlocutora 2 A Secretaria de Trabalho, ela tinha, na época, ficado com a oferta dos cursos Pronatec Rua, se você lembra, isso existiu nesse tempo. Então, como o projeto foi de 2014, na época existia essa iniciativa do governo federal de fazer cursos de qualificação profissional direcionados para a população em situação de rua. 00:06:18Interlocutora 2 Então, quando o projeto foi elaborado, foi na Secretaria do Trabalho, a gente falou que queria vaga, eles falaram que tudo bem, mas na hora da implantação já não existia mais a iniciativa. 00:06:40Interlocutora 2 A gente tentou um trabalho bem interessante, mas que também não foi pra frente, que era um trabalho de tentar intermediar pelas agências do trabalhador. A gente queria que a agência do trabalhador fizesse uma ação específica para os moradores do projeto. E essa ação específica era tentar intermediar mesmo a vaga, o que a agência do trabalhador faz. Então, a gente queria que a agência do trabalhador procurasse vagas que fossem adequadas para o perfil dos moradores e ajudasse um pouco nesse encontro da demanda e da oferta. E a gente também fez uma outra discussão com prefeitos de quadra. Brasília tem essa organização que tem prefeitos de quadra ali da Asa Sul e da Asa Norte, que é onde as pessoas ficam. A gente chegou a fazer reunião com três prefeituras de quadra pra gente tentar incorporar os beneficiários do programa nas ações de manutenção das quadras, principalmente de limpeza e de varrer, de podar árvore, que são atividades que eles não exigem tanta capacitação e qualificação. E por que a gente pensou nos prefeitos de quadra? Porque os prefeitos de quadra acionam muito o serviço de abordagem, pedindo para o serviço de abordagem ir até as quadras para tirar as pessoas em situação de rua. Eles ligam e falam, olha, tem uma pessoa lá. Então, a gente entrou por aí e falou, olha, você quer ajudar essas pessoas? A gente está com um projeto assim e assado, etc. Também não foi pra frente. Esses foram iniciativas de tentar envolver também a comunidade. Então, a gente não, a gente de fato não conseguiu avançar com o braço do trabalho dentro do projeto. Isso foi um problema. 00:23:17Interlocutora 2 A gente começou a fazer grupo de moradores, tentar fazer os grupos de moradores e atividades, inclusive algumas tentando um pouco algo como qualificação profissional, mas bem precário assim, pela própria instituição, na base da instituição, a instituição que estava executando o projeto tinha um prédio onde ela funcionava. E ela começou, depois que as pessoas foram inseridas na moradia, ela começou a fazer essas atividades sociais, educativas, culturais dentro dessa base física. E aí os moradores então o que faziam era quem conseguia ia para lá direto, quem não conseguia, a van passava na casa dos moradores, pegava os moradores e levava lá para o projeto para fazer essas

	atividades. 01:16:00Interlocutora 2 Eles tinham uma casa, eles tinham possibilidade de fazer comida, recebiam uma cesta básica por mês e mesmo assim a gente incentivava as pessoas a frequentarem os restaurantes comunitários. O restaurante comunitário de Brasília é 1 real, é baratíssimo. Então a gente falava, se não quer cozinhar, para os que tinham, alguns tinham o restaurante comunitário muito perto. Então a gente incentivava a frequentar o restaurante comunitário. O dinheiro que tinham e tal. Então tinha uma variedade de ofertas. É como a gente, às vezes a gente cozinha e às vezes a gente vai comer no restaurante.
Articulação com as políticas de moradia	00:13:05Interlocutora 2 E aí, então, no processo de aluguel das moradias, se perguntava para os beneficiários se eles tinham preferência por região, por qual cidade, Brasília tem várias cidades, regiões administrativas, e a partir disso, se eles tinham algum interesse da cidade específica, a equipe de referência, que era um trio de referência, acompanhava esse morador até o território para procurar aluguel. 00:13:44Interlocutora 2 A instituição procurava o aluguel junto com o morador e firmava o contrato de aluguel direto com o dono do imóvel. Justamente no aprendizado, nas orientações do HF, porque essas pessoas têm um poder contratual, uma baixa contratualidade, se ele chega sozinho e fala, ah, aluga para mim, a gente sabia que isso não ia dar muito certo, então a gente já fez esse processo de fazer alocação diretamente entre a OSC e o proprietário do imóvel. Acho que quase ninguém conseguiu alugar de primeira a moradia, então teve uma variação do número de tentativas, tanto por conta do valor, o valor é baixo, o valor é de 600 reais, não é muito alto, mas também pela recusa dos proprietários, quando entendiam, olhavam para a pessoa, falaram: "ah, essa pessoa que vai morar aqui? então não, desiste então". Lembrei que tinha uma outra pessoa que vai alugar, etc. Então a gente teve uma variação enorme, consigo te dizer que ninguém alugou de primeira e posso te dizer também que teve gente que chegou a procurar 9, 10 aluguéis, que recebeu 9 portas na cara até a gente conseguir alugar alguma moradia. E aí, um pouco, às vezes antes da pessoa entrar na moradia, às vezes nas primeiras semanas ali, a gente ia junto com a pessoa fazer a compra do que seria o mobiliário mínimo, não tinha isso, foi um problema, o projeto não tinha recurso para compra de material permanente, então a gente não conseguiu comprar esses kits, então tinha duas estratégias, a primeira é usar um benefício da assistência social, que chama benefício de vulnerabilidade, que é um benefício eventual, criado pela lei orgânica de assistência social, era já atrelar a entrada da pessoa no projeto à liberação desse recurso para utilizar esse recurso para comprar mobiliário, enfim, itens de decoração, enxoval e etc. 00:27:06Interlocutora 2 Veja, o projeto em si, ele foi desenhado não para o recurso ir direto para o usuário, para o usuário alugar. O projeto foi desenhado para a instituição executora fazer o contrato de aluguel diretamente com os proprietários, que é como funciona em Portugal, como funciona na França, vários países na verdade, a maioria faz assim. Justamente por essa dificuldade de contratualidade dos próprios beneficiários. Algumas usam voucher e etc. Quando o projeto acabou, quando acabou os 12 meses, aí a gente, para as pessoas não irem para a rua, a gente fez essa previsão de uma nova modalidade para pagar o aluguel. Essa nova modalidade que a gente usou o benefício, o auxílio aluguel. 00:27:53Interlocutora 2 O auxílio aluguel, a equipe faz um relatório do centro pop, a pessoa recebe durante seis meses o valor de R\$ 608, o valor é o mesmo. E ela recebe, ela vai no banco, ela recebe uma autorização, ela vai no banco, ela saca e ela paga o aluguel. 00:35:16Interlocutora 2 As 22 pessoas que a gente pegou, não, porque justamente era esse grupo que não ficam nas regras do abrigo e albergue. Inclusive esse era um critério. Um dos critérios são pessoas que não ficam, que não se vinculam aos abrigos e aos albergues. Eu posso dizer que das 22 pessoas que a gente pegou, ninguém foi depois para abrigo e albergue antes, muito antes, já pasInterlocutora 4m várias vezes, mas nunca ficaram. Pessoas com um vínculo muito forte com a rua. Então, essa nem foi uma questão, porque eles colocaram como impedimento, assim, 'albergue não serve para mim'. Com a Secretaria de Habitação, a gente fez um esforço grande de priorizar as pessoas do projeto para serem beneficiárias da minha casa, da minha vida na época. 00:36:21Interlocutora 2 A gente tentou coletar as documentações necessárias para todos eles e apresentar para a Secretaria de Habitação como um público prioritário para ser inserido no programa. Agora esses tempos não casam, esse é um problema. As pessoas saíram do projeto, algumas foram chamadas, porque em Brasília eu acho que grande parte das secretarias que executam a política habitacional se faz um pouco isso, né? Você abre, tem um cadastro que pode ser aberto ou tem uma janela, você se inscreve, primeiro só coloca seu nome lá e depois a secretaria meio que te chama, porque analisa a sua situação, vê que lugar que você está na fila, de uma certa forma, e te chama para apresentar a documentação. A documentação para dizer que você nunca teve imóvel em Brasília, para dizer que você não foi beneficiário anteriormente, para comprovar que você tem 5 anos de Brasília, então tudo isso. As pessoas começaram a ser chamadas para apresentar a documentação, o projeto já tinha acabado, aí a gente sabe por quê, porque o Centro POP coordenou essa ação e o Centro POP foi dando continuidade para isso. Mesmo as pessoas que estavam na route para outros lugares, deram, então a gente não conseguiu casar esses tempos, esse é um problema, né?

Costura com a RD	00:56:49Interlocutora 2 Fui fazendo um levantamento de práticas, sobre o que o redutor de danos faz. E aí você vê no fim, no fim você vê pouca diferença entre o que o redutor de danos faz, o que o educador terapêutico faz, você vê que está todo mundo ali meio que alinhado na perspectiva da redução de danos, mas ainda, ao meu ver, é uma coisa que precisa ser mais pesquisada, com uma, digamos, talvez com uma questão mais direcionada, mais proativa com relação ao cuidado, relacionado à uso de droga, ainda muito incipiente. A impressão que era um pouco assim, bebe água, tenta trocar isso por isso, mas ficava um pouco assim nessa coisa que pode parecer um pouco mais superficial e tal. Mas não sei, essa é uma coisa que precisava olhar mais os dados, assim, para chegar a conclusões sobre isso. 00:53:40Interlocutora 2 A gente teve quatro redutores de danos, todos eles tinham formação em redução de danos porque a Universidade de Brasília, há muito tempo, fez um curso, tinha redutores de danos na Secretaria de Saúde. A Secretaria de Saúde fazia contratação de redutores de danos, não por concurso, mas ela abria editais de seleção e tinha cursos que eram executados de formação. 00:55:25Interlocutora 2 Não, e a equipe inteira trabalhava na perspectiva da redução de danos, bem firme. Isso foi uma coisa que a gente conseguiu ver na pesquisa, na observação participante. De fato a questão de ‘vai usar droga dentro de casa, usa, a casa é sua, é melhor usar aqui do que usar na rua’, sabe? Mas não vai usar na porta de casa, não vai usar ali para você não ser tirado daqui e tal. Então isso foi muito interessante. E não era só o redutor de danos, né, porque na formação isso tudo foi muito dito e muito martelado. É um projeto de política de drogas que tenta inverter toda a lógica e a perspectiva da abstinência, tradição. Dá para dizer que a equipe toda trabalhava nessa perspectiva.
Costura com a Saúde Mental, álcool e outras drogas	00:21:12Interlocutora 2 Eram pessoas com muitos anos de rua, com transtorno mental, com uso pesado de droga, com uma cultura de rua já muito forte. 00:21:47Interlocutora 2 O atendimento voltado à saúde mental, ele foi desenhado para ser ofertado pelo CAPS, para as pessoas frequentarem o CAPS. E não era obrigatório, assim como o housing first não era obrigatório. No fim a gente conseguiu, pouquíssimos usuários fizeram acompanhamento nos CAPS. Pouquíssimos, pode contar nos dedos. No fim quem acabou executando toda a ação de cuidado, de pensar o projeto terapêutico, do que vai fazer, metas, planejamento, contato com família, visita familiar, ir atrás dos benefícios, tudo foi a equipe do projeto e o psicólogo do Centro POP. O CAPS de onde o território estava, não foi fazer visitas nas moradias, a gente tinha a expectativa que o CAPS pudesse fazer visitas. 00:57:44Interlocutora 2 Agora, por exemplo, quando eu falo para você e eu cheguei a essa conclusão na minha pesquisa de que essa articulação com o CAPS foi frágil, eu ainda fico um pouco sem muita segurança para afirmar o que determinou para essa relação ser frágil. Primeiro que não foi só uma coisa, porque se não, às vezes vai parecer que é falta de disposição dos CAPS. Tem CAPS que era falta de disposição porque é muito cheio, uma agenda muito lotada. Tem um outro fator, eu acho, que era dos usuários não quererem frequentar o CAPS, eles não queriam frequentar o CAPS. Porque se não, a gente também fica... É uma coisa que às vezes parece até um pouco contraditória, porque a gente vira e fala assim, o programa não pode exigir que os usuários façam tratamento, mas o programa deve ofertar a possibilidade. Nesse sentido, eu acho que as ofertas são frágeis, porque elas são poucas, elas não estão perto das moradias, essa coisa toda. Mas também tem isso, então não é só a mal vontade do CAPS, é porque o cara também não está afim de fazer o acompanhamento, é porque talvez a modalidade de acompanhamento que é ofertada no CAPS pro cara não é interessante, entende? 00:59:06Interlocutora 2 Eu não sei, eu acho que se essas pessoas ali, porque esse território é muito específico, assim, as pessoas do Buraco do Rato, elas estão assim a 100 metros do CAPS, a 100 metros. E elas não frequentam o CAPS. Então, assim, porque também a gente tem essa expectativa de que de imediato ela indo para uma outra cidade do CAPS, ela vai passar a frequentar o CAPS. Isso é um processo, a gente também aposta que justamente por essa aposta do mecanismo do Housing First, de que a partir do momento que você tem a casa, você consegue se organizar mais subjetivamente, consegue ter mais perspectivas, inclusive para falar, ‘bom, vou me cuidar, vou frequentar o CAPS.’ Então eu acho que essa coisa precisa ser melhor discutida, porque se não fica parecendo só assim, a rede é frágil e não dá conta. Não necessariamente, porque o CAPS estava ali na frente, esse CAPS é de onde eu trabalhava, tem nada mais nada menos do que quase 80 servidores, porque ele é 24 horas. Não dá para dizer que tem falta de psicólogo, falta de tipo de serviço que não é um pouco adequado. Mas porque essa expectativa também de que o cara vai para uma área de, ah, tá bom, agora ele vai se vincular à rede? Eu acho que é um processo, e no projeto que é de um ano, e que você imagina, o projeto inteiro foi de um ano, as pessoas não tiveram nem oportunidade de ficar um ano inteiro dentro do projeto. 01:00:34Interlocutora 2 Então eu acho que essa crítica sobre a vinculação dos usuários aos serviços da rede, ela precisa ser melhor estudada, para conseguir afirmar um pouco melhor o que é do interesse do usuário, o que é determinando o fator do território, o que é institucional, o que é técnico, eu acho que é um mix. Mas eu acho que grande parte também ainda vem dessa nossa expectativa de que, ah, coloquei o cara na casa, agora eu vou articular ele na rede, ele vai frequentar os equipamentos do território? Não vai. E diminuir

	um pouco essa expectativa de que o projeto é feito para isso, que essa discussão é um pouco... 01:06:44Interlocutora 2 A outra coisa que a gente não pode esquecer, eu acho, Ana, é que essa crítica de que, por exemplo, o CAPS não se apropria de acompanhar essas pessoas na estratégia da moradia, ela é uma crítica já feita para os serviços residenciais terapêuticos. Se você pega até as pesquisas de SRT, essa é uma crítica enorme. Os CAPS não aparecem na construção, na implantação e na discussão dos projetos terapêuticos do serviço residencial terapêutico. Isso fica por conta do técnico de referência do cuidador. Então, tem uma questão aí, um pouco, de organização, de lógica, de pensar o serviço, que eu acho que precisa sair um pouco da caixinha. 01:08:51Interlocutora 2 Então a gente espera que envolver as pessoas dos CAPS nesse projeto dessa forma possa ajudar, porque de fato quando vem assim só, puff, essa demanda nova está aí para você, enfim, as pessoas não incorporam, isso a gente já sabe de administração pública, psicologia organizacional, enfim, o pertencimento com a ideia, com o projeto que é novo, tentar fazer dar certo, porque você vai ter que fazer coisas diferentes que você não faz.
Composição e formação da equipe	00:08:59Interlocutora 2 O projeto foi executado por uma instituição da sociedade civil, uma OSC. Então, foi feito um edital, a OSC foi contratada. Toda a equipe do projeto, ela foi desenhada pela Secretaria de Assistência Social. Então, a quantidade, os profissionais, que profissionais eram esses, o que eles iriam fazer, as atribuições, as competências, tudo foi desenhado pela Secretaria. E a OSC então foi selecionada, ela contratou esses profissionais e esses profissionais, no primeiro mês, eles tiveram um curso de capacitação que foi feito pela SEDES com vários parceiros pra falar sobre o Housing First, pra falar sobre assistência social, sobre o território, etc. Um alinhamento. E é muito importante falar que acho que esse projeto tem essa característica que a gente atuou com a metodologia do Housing First e paralelamente, digamos assim, pro acompanhamento dos moradores, a nossa linha metodológica foi o tratamento comunitário, que não é a terapia comunitária, é o tratamento comunitário. Então, nessa capacitação, para além dos sistemas gerais de saúde, assistência e moradia primeiro, Housing First, a gente teve um momento muito grande, assim, várias horas de capacitação sobre o tratamento comunitário. 00:17:16Interlocutora 2 Inicialmente era um trio de profissionais para cada morador, o trio era composto por um educador terapêutico, que é uma categoria que a gente inventou, porque a gente queria um mix entre educador social e acompanhante terapêutico. A gente botou assim que seria então um educador terapêutico, era isso, um redutor de danos e uma pessoa com trajetória de rua, era esse o trio, a gente chamava de facilitador. Então esse era o trio responsável pelo morador. Então uma pessoa desse trio, às vezes uma dupla, a gente acabou no final que foi uma dupla que ficou indo, porque três pessoas a gente viu que era um pouco demais, uma dupla ficava responsável por fazer a visita semanal desse morador. No começo foi mais do que uma visita semanal, porque você tinha que arrumar a casa, um monte de coisa, depois o pacto, o acordo e a única contrapartida dos moradores era essa, a aceitar a encontrar com a equipe uma vez por semana. O encontro quase sempre era na moradia, mas às vezes não era na moradia, às vezes o encontro era, você vai ali no CAPS, a gente se encontra lá no CAPS, e aí eu precisava acordar isso, que tinha que encontrar com a equipe uma vez por semana. 00:18:43Interlocutora 2 Então a função da equipe era tentar ajudar os moradores com as tarefas para manter a própria casa, desde limpeza, explicar como é que faz, não limpar, não botar os caras para limpar com a equipe, mas chegar na casa e falar, você precisa limpar melhor isso daqui, armazenamento de alimentos, dar dicas de como cozinhar, porque eles recebiam uma cesta emergencial, todos eles recebiam uma cesta emergencial por mês, para realizar a alimentação. Além do benefício eventual, a gente tinha esse outro subsídio, tinha esse outro benefício. E aí então para ajudar as pessoas a fazer essa adaptação dentro da moradia, então arrumar questões relacionadas ao dia a dia da casa, e também ajudar a pessoa a acessar os serviços públicos do território, explicar onde é que ficava o cras, onde é que ficava a unidade básica de saúde, se tinha caps no território, não era todo território que tinha caps. Então em alguns casos ir junto com a pessoa para fazer os primeiros atendimentos, tentar de uma certa forma andar por essa cidade nova, por esse novo território com as pessoas, para se apropriar um pouco dos espaços públicos, culturais, etc. Então de uma certa forma tinha relação com a comunidade, vizinhança, etc. Então a equipe de uma certa forma tinha essa função no acompanhamento. 00:21:41Interlocutora 2 A gente não tinha uma equipe de saúde, porque o projeto era dentro da equipe de assistência. 00:47:27Interlocutora 2 A pessoa que ficava mais responsável pela gestão, assim, do caso do cuidado, vou dizer assim, um pouco a gestão do cuidado, a ideia inicial era o educador terapêutico. O educador terapêutico tinha que ter nível superior. Precisava ser ciências sociais ou humanas, não precisava ser psicólogo, nem assistente social. Tanto que a gente teve uma variação grande. Teve historiadora, teve psicóloga, teve assistente social, teve sociólogo. Teve um que a gente acha que foi um acerto. Precisavam ser pessoas com perfil, que já trabalhavam com pessoas da rua, com sensibilidade e tal, e etc. Conhecer minimamente a rede, já ter trabalhado em alguma instituição, podia ser só da sociedade civil e etc. Então, a ideia foi pensada que essa gestão do cuidado, quem faria era esse profissional de nível superior chamado educador terapêutico. A ideia é que ele pensasse

	mesmo junto com o usuário e falasse, vamos lá no CAPS e tal, quer que eu te leve lá? 00:48:29Interlocutora 2 Então, o redutor de danos, para obviamente tentar implantar as ações de redução de danos e acompanhar essas pessoas. 00:48:41Interlocutora 2 O facilitador foi muito pensado para esse momento inicial de reconhecimento do território, de aproximação das pessoas, que inclusive os facilitadores eram pessoas que já estiveram em situação de rua no próprio território. Então, eles ajudaram muito a gente chegar nas pessoas, eles ajudaram muito a gente falar assim, oh, fulano, beltrano, ciclano são pessoas que precisam muito disso. Tanto é que teve um facilitador que chamou a nossa atenção e falou assim, mais ou menos no meio do projeto que a gente estava com essa questão das vagas, eles falaram, por que a gente não prioriza travestis agora? 00:49:23Interlocutora 2 Então, o olhar do facilitador tinha essas duas funções, a primeira da entrada no território de ajudar nisso tudo e claro dessa comunicação, que a gente tem essa ideia que às vezes ela se concretiza, às vezes não, é um pressuposto, de que essas pessoas vão ter uma comunicação mais fluida, que vão ter uma compreensão da cultura de rua melhor, e a gente viu que alguns casos se deu certo, outros não. Porque em alguns casos essas pessoas com trajetória de rua tinham dificuldades inclusive em aceitar os modos de vida das pessoas que estavam nas moradias, porque partiam às vezes da perspectiva de 'eu saí da rua assim, e agora esse cara está tendo tudo aí de mão beijada e não está saindo da rua'. Então essa questão de ter como parâmetro para o sucesso do usuário a própria trajetória, utilizar a própria trajetória como régua para avaliar se o beneficiário estava indo bem ou não o projeto, essa foi uma questão que a gente teve sobre o problema. 00:51:03Interlocutora 2 Então nessa articulação com a rede de virar assim e falar, vai lá no CAPS, tenta pedir uma consulta lá no CAPS, tenta conversar com psicólogo assistente social, tenta falar com o médico, isso era o papel do educador terapêutico, essa era um pouco a função. Vai lá no CRAS, apresenta o projeto no CRAS, apresenta o projeto no CREAS, essas funções estavam mais destinadas, faz relatório para pedir as coisas para o centro pop. 00:51:36Interlocutora 2 Então essa figura do psicólogo do centro pop, ela foi muito, muito fundamental. Porque ele era essa ponte para conseguir priorizar, é isso, para conseguir furar o fluxo mesmo, priorizar as pessoas no atendimento desses benefícios que eu te falei. O benefício eventual, auxílio-aluguel e a cesta básica, se a OSC fosse pedir, elas teriam que fazer como? Ela ter que pedir, apresentar para o centro pop e entrar na fila do centro pop, entende? 01:11:34Interlocutora 2 A capacitação inclusive foi dada por pessoas da rede, e ela foi, a gente fez esse mix, assim, a gente abriu a capacitação para as pessoas da rede, ofertando também curso de qualificação, certificado para que elas viessem, justamente para elas entenderem o que era o projeto. Então, teve gente do CAPS, teve gente do Centro Pop, teve gente do CREAS, teve gente do CRAS, teve gente da Secretaria de Trabalho, teve gente da Secretaria de Habitação. 01:12:28Interlocutora 2 Foi supervisão clínica e institucional. A gente tinha uma supervisão prática para discutir os casos, que o Alexandre Reis, que é psicólogo do Centro Pop, fazia junto comigo. A gente orientava a equipe, a gente fazia supervisão dos casos com a equipe. Isso era um ponto. E a supervisão institucional, clínica institucional, externa, inclusive com a gente, para tentar parar essa, deixar, né? Era feita por essa supervisora institucional externa. 01:13:19Interlocutora 2 E aí também tinha os espaços que eles pediram, os trabalhadores pediram ao longo do tempo, uma coisa de cuidando de quem cuida. Aí eles contrataram um psicólogo com formação nisso, para fazer só grupo com os trabalhadores, nessa outra perspectiva. Mas grupo terapêutico mesmo, não, era análise clínica institucional. Então tinha esses três apoios técnicos, eu diria. O estudo de caso com o CAPS e Centro Pop, com essa oferta da psicóloga do CAPS e do psicólogo do Centro Pop. A supervisão externa, clínico institucional. E esses grupos mais com foco terapêutico mesmo, para tratar do sofrimento, mais específico. 01:14:17Interlocutora 2 Eu acho que a supervisão dos casos ajudou muito para dar direcionamento, especificamente com relação a isso de, olha, aciona a rede e tal, leve a um restaurante comunitário, pede o benefício assim, pede o benefício assado, vamos fazer visita da mãe, acho que você podia entrar em contato com a mãe. Mais estudo de caso e direcionamento mesmo. 01:14:40Interlocutora 2 Já a supervisão externa, acho que ela serviu muito para o que faz análise clínica institucional. Botar o dedo na ferida, perceber furos, lacunas dos processos que a gente tinha, o papel que cada pessoa tinha, problematizar processos que estavam sendo centralizados, às vezes pelo psicólogo do Centro Pop, às vezes por mim, às vezes pela gestora que mudou, a gestora do projeto mudou no meio do caminho. Então ajudou muito a clarear questões institucionais que estavam atrapalhando a implantação do projeto que a gente não estava conseguindo ver.
--	---

Desenhos do projeto/programa (critérios para inserção de beneficiários...)	00:42:33Interlocutora 2 Não, precisava ser uso de drogas com transtorno mental ou sem transtorno mental. 00:42:50Interlocutora 2 Os critérios eram a pessoa querer, a pessoa demonstrar interesse, se apresentar o projeto a pessoa querer. O que o resto não era bem critério, era critério de priorização. O que era o critério de priorização? Maior grau de vulnerabilidade, mulheres, pessoas mais velhas, gente que tinha, enfim, gente mais lascada. O critério era, a gente não tinha, não pontuou isso muito especificamente, mas, e aí tem essa coisa, a gente tinha a possibilidade de colocar 30 pessoas, a gente acabou colocando só 22. A gente não teve essa situação, Ana, de uma pessoa querer entrar no projeto e não ter vaga. 00:43:55Interlocutora 2 Então, na verdade, inclusive, do meio para o fim do projeto a gente começou a ampliar um pouco, sabe? A gente pegou pessoas que tinham transtorno mental, que tinham uso de drogas, mas que não eram tão, tão, tão vulneráveis assim, gente que tinha vínculo com serviço e tal. A gente foi abrindo um pouco mais, continuou no mesmo perfil crônico de rua, tal, mas não tinha um grau de vulnerabilidade tão, tão, tão elevado, né? 00:45:20Interlocutora 2 Tem uma variação, gente que saiu antes, gente que saiu e depois voltou e a gente alugou outra casa, gente que mudou de casa cinco vezes, que também é assim, bem relatado na literatura isso, né, essas mudanças. Gente que saiu, falou 'vou morar com a minha família', deu ruim, falou vou voltar pro projeto, gente que voltou pra rua, gente que voltou pra rua e morreu, né? A gente tem essa coisa, a gente tem um morador que tava com a gente, o projeto acabou, depois de dois meses na rua ele faleceu e foi assassinado.
Efeitos da intervenção	00:24:20Interlocutora 2 Dentro do projeto a gente tinha duas expectativas de saída, uma era BPC, porque eu posso dizer que dos 22, no mínimo, ali uns 7 tem total perfil para o BPC. Ou com deficiência, ou pelo grau de gravidade do transtorno mental, enfim, por idade, então a gente tinha uma expectativa que essas pessoas recebessem o BPC e conseguissem alugar por si só a moradia. E uma outra estratégia era usar um outro benefício da assistência social que a gente tem, que também é um benefício eventual, mas é uma outra modalidade que seria algo como auxílio-aluguel, colocar essas pessoas no auxílio-aluguel para fazer essa transição, para dar mais um tempo, e aí isso aconteceu, todo mundo que quis recebeu esse benefício por mais 6 meses, ou continuaram na própria moradia, mas com esse novo pagamento, mas era complicado porque aí o aluguel não era mais com a própria instituição, porque o dinheiro nesse caso ia direto para o usuário, e muitos locatários, os donos dos imóveis não queriam fazer esse contrato diretamente com os moradores, mas alguns conseguiram ficar. E outros saíram, outros voltaram para a rua, outros voltaram a morar com a família, e tem saídas diversas, mas em termos do funcionamento do projeto, foi mais ou menos isso. 00:33:25Interlocutora 2 Melhor dos mundos, porque a gente queria testar tudo um pouco do jeito que estava escrito, que o beneficiário recebesse diretamente o dinheiro, não dá, beleza, então vamos colocar a OSC para executar. Hoje, depois da execução, eu acho que é a melhor forma. É ter a OSC ter essa gestão e dar contratualidade direto com o locatário. O sistema que a gente tem hoje, pela lógica imobiliária, pela cultura dos proprietários de imóveis e tudo isso, é bem difícil. A gente diminui muito as chances das pessoas conseguirem fazer isso diretamente, pelo menos para o público que a gente pegou. Pessoas muito, muito, muito vulneráveis, com muito tempo de rua, com pouca ou baixíssima capacidade de chegar para o cara e fazer um acordo sobre o pagamento do aluguel. Pesquisadora Imagino que isso dá maior segurança tanto para o locatário que está ali alugando o imóvel, quanto para o próprio beneficiário, no sentido de ter a manutenção daquela moradia, já que o pagamento vai ser direto via OSC. 00:37:44Interlocutora 2 Uma coisa interessante, que vale muito a pena registrar, é que por conta da experiência do projeto, depois que ele acabou, foi criado um grupo de trabalho dentro do comitê que discutia o plano nacional, o plano distrital de habitação de interesse social. Então o plano distrital de habitação de interesse social, ele é elaborado, discutido, pela Secretaria de habitação. Para discutir esse plano, tem uma comissão, um órgão que tem representantes de várias secretarias de governo e tem representantes da sociedade civil, um modelão de acompanhamento de planos. E aí foi feita uma câmara técnica para discutir política habitacional para a população em situação de rua, ou seja, era um subgrupo do Plandiz, chamou para a gente Plandiz. Dentro desse subgrupo, a partir dos resultados que a gente tinha no Cuidando da Vida e da avaliação que eu fiz, da pesquisa de avaliação que eu fiz, a gente criou uma proposta de lei, um projeto de lei, para criar o programa Moradia Primeiro dentro da Secretaria de Habitação. Esse projeto foi escrito, ele não teve a participação só da assistência, ele teve participação da assistência social, da habitação, participação da saúde. Então a gente desenvolveu, a partir da experiência que a gente teve, das ideias e tal, desenvolveu esse projeto de lei, um processo, ele foi autuado, onde ele está hoje parado, ninguém sabe, porque mudou o gestor, mudou o secretário, mudou... Mas foi muito interessante, porque naquela época, isso foi em 2019, final de 2019, aquela época a gestão da Secretaria de habitação compreendeu, chamou para si a responsabilidade do projeto. Ela falou que quem tem que executar esse projeto somos nós, porque nós temos os imóveis, nós temos a alocação social dentro da política de habitação. E aí já tinha sido tudo pensado, eles têm imóveis, vários imóveis em Brasília, a CODAB, que é a companhia de

	habitação. Então esses imóveis foram identificados, a gente já sabia onde eles estavam, a ideia seria que eles disponibilizassem esses imóveis para os beneficiários entrarem, e que a SEDESTE, a assistência social e a saúde entrassem só com acompanhamento. 00:40:16Interlocutora 2 Então a gente não teria mais essa questão do aluguel, é o modelo perfeito, é o modelo que eu acredito ser perfeito para onde mudar a política pública. Porque você, primeiro, não é propriedade, é cessão de uso, você dá cessão de uso para pessoa por tempo ilimitado. Então o cara, ele entra na moradia, ele entra na moradia que é do Estado, mas como a concessão de uso que não está falando você tem que sair daqui a um, dois, três anos, é enquanto você necessitar. Você não pega o dinheiro público e fica injetando no mercado privado, não fica na mão, vendido pelo mercado privado, e você faz isso a partir dos imóveis públicos. Então a estratégia era utilizar os imóveis públicos já existentes pela Secretaria de Habitação e mais ainda. A Secretaria tem vários empreendimentos imobiliários sendo construídos, era destinar 15% de todos os novos empreendimentos imobiliários para beneficiários do, da assistência social, e nisso entrando os beneficiários do projeto. Porque a gente conseguia fazer o programa rodar, é isso, o modelo que a gente acha a partir da nossa experiência que é sustentável, que dá para você implantar em larga escala e é sustentável. São as moradias sendo ofertadas pela Secretaria de Habitação, pelos seus imóveis próprios, e a Secretaria de Assistência Social e de Saúde entrando com acompanhamento. 00:52:24Interlocutora 2 A gente acabou, ao invés, por exemplo, de ser o fluxo de que a educadora terapêutica fazia o relatório, apresentava para o centro pop, o centro pop ia chamar o morador, conversar com o morador e aí fazer o pedido da cesta, a gente cortou esse caminho. O psicólogo do centro pop estava nas reuniões de caso com a gente, ele então entendia, fazia algumas visitas e ele já pediu direto os benefícios e a cesta. Então isso foi muito, muito fundamental. Uma forma de diminuir as barreiras, de alta exigência, de ter todo um fluxo burocrático para se alcançar direito, se alcançar os benefícios ali e na verdade simplificar esse acesso e diminuir essas barreiras. 01:07:38Interlocutora 2 Um projeto maior para 50 pessoas, de três anos, também moradia individual, e aí nesse a gente falou, a gente quer outra coisa. A gente falou assim, escolhemos territórios, o cara vai continuar podendo escolher onde ele vai morar, sim, mas não vai ser assim, escolha qualquer cidade, porque a gente colocou pessoas em cidades muito precárias, porque elas quiseram, cidades assim com CAPS longe, sem restaurante comunitário, a gente falou, não, a gente escolheu as nossas melhores cidades, mais protetivas, com maior capacidade de atendimento, oito na verdade. Falou assim, são essas oito cidades que vão ficar disponíveis. E o que a gente desenhou, não sei, o que eu desenhei, não sei se vai dar certo, é que cada um desses territórios vai precisar ter carga horária de profissionais, carga horária. Não é essa esperar o cara vir, é falar assim, você é psicóloga desse CAPS, você é enfermeira dessa UBS, você vai ter dez horas semanais designadas para o projeto. Isso vai ser para estudar caso, isso vai ser para ir atrás do cara, você vai ter que participar desse projeto. Não é uma pessoa falar assim, quarta-feira eu estou por conta do projeto Cuidando a Vida, o nome vai ser outro, é só moradia primeiro. 01:17:22Interlocutora 2 Olha, eu acho que para mim, minha experiência de ter acompanhado os moradores, feito as visitas, ver a trajetória, ela tem múltiplos sentimentos. Tem surpresas muito boas de você conseguir mostrar para a gente mesmo e para outras instituições, como o CAPS, quando a gente foi fazer estudo de caso, por exemplo, tinha uma usuária que foi a primeira que entrou no projeto, foi a única que ficou o tempo inteiro, inteiro, inteiro. Viraram para a gente e falaram, não tem como colocar ela, ela não tem a mínima condição, ela nasceu na rua, ela é muito da rua, ela é border (transtorno de personalidade borderline), ela vai causar. E ela entrou, ela conseguiu se proteger bem, sabe? Ela estabeleceu uma relação com a casa muito bonita, muito interessante, do jeito dela, com as possibilidades dela. Então, mostrar que isso deu certo, tanto para a equipe quanto para o CAPS, o gosto de falar assim, viu? Aquela lá, que vocês disseram que não tinha jeito, é aquela lá, é aquela lá que está lá morando bonitinha. Então, isso é muito gratificante. 01:18:26Interlocutora 2 A outra, por outro lado, tem o choque de realidade, do que você escreve, do que é possível implantar, por isso que eu acabei querendo fazer uma pesquisa que focasse na implantação, o que a gente sonha e o que o mundo real nos possibilita fazer. Que eu acho que esse é um aprendizado muito bom, que possibilitou, por exemplo, a gente fazer essa segunda versão, do jeito que, enfim, com essas novidades que a gente está colocando. Então, do meu ponto de vista, para mim tem esse crescimento. 01:19:02Interlocutora 2 E eu acho que, em termos do contexto do Distrito Federal, o principal ganho foi isso que eu te falei, que a gente ter conseguido inserir esse tema, essa pauta na agenda da Secretaria de Habitação, do Movimento de População de Rua. O Movimento de População em Situação de Rua do DF vai lá na Secretaria de Habitação bater e falar assim, cadê o projeto de lei que foi escrito? Vocês não vão desencalhar a ideia, não? E isso, a gente ter conseguido escrever, mesmo que esteja ainda engavetado, um projeto de lei, a partir da experiência. Eu acho que isso é incrível, né? Da Secretaria topa fazer uma outra versão, porque não foi fácil, né? A Secretaria não queria implantar o primeiro projeto, ela foi de goela abaixo, né? A gestão, na época, virou e falou, ah, isso não é nosso, isso é da Secretaria de Saúde. Ah, isso não é nosso, isso é da Secretaria de Direitos Humanos. Ninguém queria, a gente falou assim, não, vai pegar, vamos fazer. 01:20:24Interlocutora 2
--	---

	Então, eu acho que esse é um ganho, assim. Trazer pra agenda, trazer pra pauta, né? E colocar isso também no próprio movimento social como uma reivindicação. Acho que isso é um ganho desse processo. A semente que foi deixada um pouco, né?
Contexto sociopolítico	00:01:13Interlocutora 2 O GDEF aproveitou, na verdade, um processo de financiamento que tava acontecendo pela Secretaria Nacional de Políticas de Drogas da época, a SENAD, do Ministério da Justiça, por dentro de um outro programa que chamava Projeto Redes, né? 00:02:53Interlocutora 2 A Secretaria de Justiça, a Secretaria da Saúde, também de uma certa forma participavam das ações do Projeto Redes. 00:03:47Interlocutora 2 Na Secretaria de Saúde, o desenho do projeto foi, inclusive, que a Secretaria de Saúde ia fazer a cogestão do projeto junto com a Secretaria de Assistência Social. 00:30:05Interlocutora 2 A gente chegou a submeter essa proposta para o jurídico no MJ, no MJ, e o MJ falou que não poderia. E aí então na secretaria também não foi fácil esse caminho da secretaria aceitar que poderia, porque a gente já, a discussão foi um pouco inclusive, mas a gente já tem um benefício, que é esse benefício excepcional. A gente falou assim, mas ele só pode ser por seis meses, se o benefício excepcional, o auxílio-aluguel na secretaria, ele não tivesse o limite de seis meses, possivelmente a gente poderia até utilizar. Tanto que o valor limite de R\$608,00 que a OSC poderia utilizar por moradia, foi justamente fazendo, o jurídico falou, olha, o que dá para fazer é vocês usarem o mesmo valor de referência. Não dá para a secretaria inventar um novo valor, vocês vão ter que fazer um parâmetro de se hoje o que vocês pagam para outros beneficiários da assistência social é o valor de R\$608,00 para alugar moradia, esse é o limite também que os beneficiários desse projeto vão poder. A gente teve que fazer toda essa argumentação para a assessoria jurídica, para a gente conseguir de fato liberar de uma certa forma esse recurso para isso. E a gente tentou inicialmente, a gente tentou bolsa-frente-trabalho, que seria um recurso diretamente dado para o usuário, então todas as estratégias que envolviam pegar recurso e passar diretamente para o usuário, a gente não conseguiu. E o impedimento, a argumentação jurídica institucional era de que a gente não poderia passar um recurso diretamente para o usuário para um programa que não existia por lei, eles falavam, olha, bolsa-família você passa direto, existe uma lei de bolsa-família, você está de critérios de seleção, critérios de o benefício eventual, o auxílio-aluguel também. Esse programa que vocês estão falando aí, esse programa ele não tem decreto, ele não tem lei, ele é um serviço conveniado, vocês não podem fazer, criar benefícios, porque eles falavam, vocês estão tentando criar um benefício via um projeto, certo? Então isso até na época a gente foi, conversou muito com o pessoal de São Paulo, de Braços Abertos, falar, mas São Paulo consegue, e a gente foi ver, São Paulo conseguia por quê? Porque já existia um programa, existia um programa lá da parte do trabalho que chamava POT, então o de Braços Abertos não criou esse benefício, ele fez um pouco como a gente, esse programa já existe, eu vou utilizar a regra desse programa para pagar a Bolsa Frente de Trabalho para os moradores dos hotéis.
Outros desdobramentos	01:10:06Interlocutora 2 Diferenças, vai receber dinheiro para comprar mobiliário, que já é, então vai receber para comprar os kits todos, essa é uma diferença. Outra, esse formato de gestão que a gente está pensando, assim, acho que essas são as duas grandes diferenças. A gente deu uma mudada na equipe, a gente colocou terapeuta ocupacional na equipe, a gente colocou psicólogo clínico mesmo, com perfil clínico, justamente para não ficar dependendo da rede. A gente botou assistente social, porque no modelo ideal, não precisa ter assistente social no projeto, porque os CRAS têm, os CREAS têm, para que eu vou querer, mas a demanda é imensa dos CRAS e dos CREAS, então não dá, então a gente botou uma equipe diferente para tentar dar conta das demandas.

Interlocutora 3 – De Braços Abertos/São Paulo

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:26:15 Interlocutora 3 Então a gente tinha alguns critérios de inclusão no programa. Onde que a gente fazia a triagem para entrar no programa? Na tenda do programa de braços abertos, porque lá as pessoas ficavam, os assistentes sociais conversavam com elas, o consultório na rua avaliava. Então o que que acontecia? A gente tinha um mapeamento de quem estava mais vulnerável. Então qual que era o objetivo? Era abrigar, ir para o hotel quem estivesse com maior vulnerabilidade. Então, por exemplo, com comorbidades, hepatite, HIV, tuberculose, outros problemas clínicos e que tivesse há mais tempo em situação de rua. Porque a gente entendia que eram as pessoas que tinham ali maior necessidade naquele momento. E que isso condiz com a teoria do housing first, quem está mais vulnerável. Ah, e também pessoas com mais transtornos mentais, inclusive, porque precisam ser mais protegidas, quer queira, quer não, precisam ser mais protegidas. Então, e aí quando a gente começou o projeto, estava previsto para as pessoas poderem ficar até dois anos no programa. Só que conforme o andar da carruagem, a gente começou a perceber que, bom, aí teve uma mudança, sei lá, acho que em 2015, uma mudança na Secretaria de Habitação. Oba, então quer dizer que agora agora flui a conversa, né? Então vamos pensar em mapear os prédios vazios da região central para a gente poder constituir um programa de moradia para as pessoas que estão em alta vulnerabilidade, né? Porque aí seria algo com prédios privados, não, da prefeitura, para

	que pudesse fazer o programa de uma maneira, basicamente contando com o poder público, não se utilizando de hotéis privados. E aí, só que isso já em 2015, então aí começa já o processo eleitoral em 2016, então não avançou, por isso que a gente não conseguiu garantir o housing first mesmo, que era moradia permanente para os indivíduos. 00:53:51Interlocutora 3 Porque existe uma coisa que é muito comum de acontecer aqui em São Paulo, é que muitas pessoas vêm de outras cidades ou de outros territórios da própria cidade para tentar a sorte grande no centro. E muitas delas não conseguem e não têm coragem de voltar para dizer, olha, não consegui, estou na merda. E, com essa possibilidade de ter um espaço para morar, as pessoas conseguiram retomar essa possibilidade de vínculo familiar. E, quando a gente fala das visitas cotidianas do consultório na rua, o que tem de gente cuidando de outras questões... Então, o que a gente entendeu? Que um programa de baixa exigência é uma grande porta de entrada para o cuidado. Porque dificilmente uma pessoa que estava ali na cena de uso, no uso intenso, vai pensar em fazer um acompanhamento de hipertensão, por exemplo. Agora, quando ela vai para uma moradia acompanhada, ela com certeza vai mudar a forma de se cuidar. Então, isso foi muito rico de perceber o quanto que o acompanhamento pautado na redução de danos, sem exigir tanto, porque essa baixa exigência não é igual a nenhuma, fez com que as pessoas pudessem estimular o autocuidado. E também para além disso, ampliar as possibilidades de vida, porque até então as pessoas achavam que estão aqui fadadas a fumar crack e ponto, essa é a minha vida. E, na verdade, não. Tinha muito mais coisa para viver. 00:56:42Interlocutora 3 Ah, uma outra coisa também que ficou bem importante, é que com a experiência do decorrer do programa, a gente foi discutindo as questões do machismo, porque tinha muitos casais, e aí a gente metia a colher nas brigas, porque a gente entendia que era nosso papel fazer isso, discutir as questões raciais. Então, todas as interseccionalidades que estão relacionadas à vivência, à convivência, a gente conseguia minimamente tocar. Não era, e como era uma construção, então a gente ainda discutia isso nos grupos que a gente fazia, nos encontros semanais, quanto que era importante a gente poder fazer essa discussão dentro desses espaços coletivos. Claro que o avanço era bem devagar, mas era algo que a gente ia conseguindo trazer nas discussões.
Intersetorialidade e território	00:30:38Pesquisadora E bom, você trouxe aí essa articulação com as outras políticas, com os outros setores, ela se deu desde o início. Foi uma das bases para que se acontecesse o de braços abertos ter a articulação da assistência social, da saúde, da segurança urbana e dos direitos humanos, que você falou. 00:30:59Interlocutora 3 Sim. 00:31:00Pesquisadora E como é que era o diálogo com os demais serviços dessas políticas públicas? Por exemplo, tinha-se ali no território, né, equipe de consultório na rua, equipe de assistência social, mas essas pessoas, elas eram inseridas nos serviços que saíam desse território, por exemplo, em CAPS-AD ou, enfim, em outras estratégias? 00:31:24Interlocutora 3 Sim, inclusive a gente tinha CAPS-AD na rua, né, então, no território da região central, o CAPS-AD centro, ele estava completamente integrado às ações que aconteciam no território. Então, por exemplo, a equipe de redutores de danos do CAPS centro, iam na Cracolândia, iam na cena de uso, faziam busca ativa de usuários, faziam samba, né, então o CAPS saiu de dentro do seu espaço físico para ir para a rua. E isso foi muito interessante, porque isso favorecia muito a adesão das pessoas ao programa e aos serviços, né. 00:34:57Interlocutora 3 Então, essa discussão sobre as problemáticas do programa e o alinhamento, ela acontecia semanalmente em diferentes instâncias. E, para além disso, a gente ia a cada dois meses, tinha uma reunião com a sociedade civil, junto com os secretários e prefeito, porque a gente tinha uma grande quantidade de sociedade civil que atuava lá também. Então, era uma grande articulação que a gente tinha que fazer o tempo todo. E, com isso, a gente conseguia ir para além dos serviços que estavam no centro, porque aí nessas reuniões vinham outros serviços. E aí a gente conseguia fazer com que tivesse mais pessoas conhecendo o programa e atuando junto. 00:40:31Pesquisadora Quantas vagas vocês tinham em todos esses hotéis? 00:40:35Interlocutora 3 No total, a gente chegou a ter 500 vagas. 00:40:40Pesquisadora Caraca, era muita coisa. 00:40:42Interlocutora 3

	Por isso que eram vários hotéis. Porque a gente tinha um hotel, por exemplo. O último hotel que a gente inaugurou tinha 106 pessoas morando. Era um prédio que a gente conseguiu. E era o prédio que tinha a maior parte das famílias do programa DBA e ele ficava muito perto do mercado municipal. Então, muitas pessoas não iam para frente de trabalho porque elas iam fazer bico no mercado municipal. Ou as pessoas complementavam a renda delas, então elas iam para frente de trabalho e recebiam a bolsa, mas também faziam outros bicos em outros lugares. 01:07:31Interlocutora 3 O fato de a gente ter feito esse trabalho intersetorial, ele foi muito rico porque a gente conseguiu, por exemplo, durante o ano de 2015, ter trailers nas cinco regiões de São Paulo, que eram trailers da assistência social, junto com o consultório na rua, em cenas de uso, e que isso favoreceu em caminhamentos muito mais qualificados para a rede de atenção do que a pessoa receber só um papelzinho e ir para a rede. Então, até hoje, os trabalhadores falam do De Braços Abertos. 01:09:20Interlocutora 3 E justamente essa possibilidade de que as pessoas pudessem entender que a política pública tem que ser, de algo que é outras drogas, tem que ser intersetorial. Então, esse foi o aprendizado principal e que, inclusive, a gente conseguiu levar para o próprio governo Doria, olha só, que a política de drogas tinha que ficar na secretaria de governo, porque ela era intersetorial, então, ela tinha que ser distribuída pela secretaria de governo e também conseguimos, a partir disso, com esse know-how, implantar a lei de drogas do município, que inclui redução de danos. Não executa, mas inclui. Já é um avanço...
Eixos de trabalho	00:15:58Interlocutora 3 E conseguimos então dar início ao programa no dia 14 de janeiro de 2014, e aí tinha uma organização da sociedade civil, que era a organização responsável pelo pagamento das bolsas, então ela era vinculada à secretaria de trabalho, então essa organização que acompanhava os usuários nas frentes de trabalho e que também fazia o pagamento semanal, que foi outra coisa que foi decidida também pela gestão estratégica de ser semanal, para garantir que as pessoas não gastassem todo o dinheiro de uma vez, caso alguém fosse utilizar para o uso de substâncias. E que quando a gente teve o primeiro pagamento de bolsa no programa, a gente teve ali uma injeção de recursos no território que foi muito grande, tanto para o comércio quanto para a compra de materiais, desde materiais de limpeza até tinta para o cabelo, entendeu? 00:23:19Interlocutora 3 E a alimentação vai ser no restaurante popular. E uma coisa que possibilitou a gente localizar esses hotéis foi o seguinte, isso é bem importante, o município, ele tinha um programa chamado Programa Operação Trabalho, que era um programa da Secretaria de Trabalho, de Desenvolvimento e Trabalho, que oferecia bolsas de mil e oitenta reais, muito para pessoas egressas do sistema prisional, para pessoas em alta vulnerabilidade já, que elas iam para as frentes de trabalho e recebiam essa bolsa. O que a gente fez? A gente fez uma adaptação, fez um decreto da adaptação desse programa para o de braços abertos. Por quê? Porque não tinha recurso, uma adaptação orçamentária específica ainda para esse programa, então a gente criou, bom, então da onde a gente vai tirar dinheiro para pagar esses hotéis e pagar as bolsas? Então era o Programa Operação Trabalho. Então, no final das contas, o que acontecia? A gente pegava esse valor de mil e oitenta reais por pessoa, quinhentos reais desse valor era para pagar os hotéis, para as pessoas poderem dormir, enfim, tomarem banho e tal. O restante, quatrocentos e vinte e cinco, era para pagar bolsa quando eles iam para o trabalho e o restante era para subsidiar a alimentação no restaurante do Bom Prato. Por quê? Porque a alimentação custava um real e só tinha almoço. Mas aí a gente fez um termo de cooperação com o governo do estado, porque o restaurante popular é do governo do estado, então o restante a gente subsidiava e aí tinham três refeições para os beneficiários do de braços abertos. E aí isso, então imagina, né, quando o poder público, o poder público não, a mídia falava que era o Bolsa Crack, na verdade era uma bolsa de auxílio-trabalho para as pessoas que trabalhavam. E aí assim, tinham várias pessoas que não iam para frente de trabalho e que não recebiam os quatrocentos e vinte e cinco, mas tinham garantido a moradia e a alimentação. 00:57:51Pesquisadora Muito legal, vocês tinham oficinas de arte e cultura nesse território, que acontecia com esses beneficiários do De Braços Abertos? 00:57:59Interlocutora 3 É, uma frente de trabalho, inclusive. 00:58:02Pesquisadora Que era uma oficina de geração de renda, no caso? 00:58:06Interlocutora 3 Não, eles podiam vender a arte deles, mas também podia ser... Porque o programa Operação Trabalho era previsto seis horas de atividades por dia. Então, dessas seis horas, quatro eram de trabalho e duas de formação. Então, por exemplo, quando a gente começou com a frente de trabalho, era só varrição. E aí os usuários não gostavam, porque eles pensavam que faziam outras coisas. E aí, a partir da construção com eles, a gente chegou a ter três diferentes trabalhos diferentes. Por exemplo, Caminhos do Cuidado. Caminhos do Cuidado era um triciclo em que o beneficiário ia, junto com o orientador do trabalho, entregar preservativo nas... E aí foi engraçado, porque nessa gestão a gente teve ciclovias, né? Tinha ciclovias, então a pessoa ia entregando nas casas que têm prostituição. Tinha uma outra frente de trabalho que era a partir da reciclagem. Então,

	eles faziam móveis com pneus. E isso custava caro. Então, gerava recurso. 00:59:36Interlocutora 3 Tinha frente de trabalho, que era na tenda de Braços Abertos, que era fazer a manutenção e cuidar da lavanderia. Então, na tenda tinha uma máquina de lavar e tinha uma pessoa para cuidar de lavar a roupa das pessoas. Então, era uma outra frente de trabalho. Tinha essa frente de arte. A pessoa ia trabalhando, mas ia se capacitando também. Que aí foi muito baseado na experiência de Vancouver, que lá eles têm brechós que os usuários cuidam, têm distribuição de água, têm chocolateria. Então, a gente foi pensando nisso e a partir da demanda dos usuários. Olha, eu não quero mais varrer, eu quero fazer outra coisa. Eu sei fazer outra coisa, então, vamos testar o que você sabe. Cabeleireiro também. 01:00:39Pesquisadora E nisso também tinham cursos de profissionalização, de formação? 01:00:44Interlocutora 3 Tinha. Inclusive, tem um dos beneficiários que é um cabeleireiro de mão cheia e ele se profissionalizou no de Braços Abertos. 01:00:53 Pesquisadora Nossa, que massa, hein?
Articulação com as políticas de moradia	00:28:59Pesquisadora E essa discussão das diretrizes, dos princípios do housing first nesse momento aí de organização dessa frente de moradia, ela acontecia dessa forma? Porque pelo que você foi falando, a questão da moradia foi por uma reivindicação dos usuários que traziam isso como uma necessidade. Mas o housing first, como ele é pensado, foi discutido entre esse grupo de gestão? Como é que foi? 00:29:28Interlocutora 3 Sim, inclusive o grupo de gestão, em 2013, vários secretários municipais foram conhecer várias estratégias na Europa. E também depois, em 2016, foram conhecer o housing first de Vancouver. Justamente porque tinha-se esse objetivo de configurar e se basear no housing first. 00:30:05Pesquisadora Entendi, então essas pessoas que compunham esse grupo ali, executivo municipal que você falou, o GEM, eles tiveram essa aproximação com o housing first lá in lócu, nas estratégias que estavam sendo adotadas nos outros países, e trouxeram como uma forma de fazer essa adaptação ali no contexto do de braços abertos. Então, se tinha esse objetivo de fato de trabalhar na perspectiva do housing first no de braços abertos? 00:30:34Interlocutora 3 Sim, tinha. 00:35:55Pesquisadora E o de Braços Abertos, nessas articulações que você trouxe, que aconteciam em várias instâncias e com uma frequência, com uma sistematicidade, ele conseguiu estabelecer diálogo ou relação com outras políticas ali de moradia? Porque você traz um contexto em que, inicialmente, a Secretaria de Habitação não fez parte, não se articulou junto, e depois tem a entrada da Secretaria de Habitação. Existiu algum tipo de articulação com outras propostas, outras políticas de moradia? 00:36:28Interlocutora 3 Sim. Inclusive, isso foi bem interessante porque a gente teve 82% dos beneficiários de Braços Abertos que tiraram documentos, coisas que antes eles não tinham ou tinham sido tomados pela Guarda e tudo mais. Então, com essa possibilidade das pessoas terem seus documentos, serem inseridos em programas de transferência de renda governamentais, muitas pessoas retomaram, tanto os contatos familiares quanto até mesmo contatos com outros trabalhos que não fossem a frente de Trabalho dos de Braços Abertos. Isso favoreceu que alguns beneficiários conseguissem aluguel social, conseguissem outras políticas públicas relacionadas à moradia. E aí, o difícil foi dar conta de mapear todas as experiências de sucesso. Por quê? Porque, como a gente era uma equipe, uma coordenação executiva pequena, a gente conseguia mapear muito mais os problemas do que as coisas que aconteceram de interessantes. Porque a gente tinha ali um sistema que era alimentado por tablet.
Costura com a RD	00:18:35Interlocutora 3 Mais um ponto que eu acho que é bem válido de ressaltar, é que quando eu cheguei a gente não conseguia chamar o de DBA de um programa de redução de danos, e eu acho que isso é importante porque para ser um programa de redução de danos faltavam muitas coisas, ao meu ver. Por exemplo, desde os dispensers com camisinha, entendeu? Ou água filtrada, mas com copo individual, muitas vezes o pessoal compartilhava os copos, enfim. Então eu vendo isso, eu discuti dentro da coordenação executiva e falei, olha, esse é um programa de garantia de direitos, porque a gente garante moradia, alimento, trabalho, e que é pautado na redução de danos porque a gente não exige abstinência. Uma coisa que era muito importante é que as pessoas dentro das assembleias dos hotéis tinham combinados de que podia fazer o uso de crack dentro do hotel, cada um no seu quarto, não nas áreas comuns, mas isso era possível. Então, aí sim ele começa a ser algo muito mais voltado para redução de danos, porque ele era de

	garantia de direitos pautado na redução de danos, mas a gente começa a ter essa atuação um pouco melhor. 00:49:31Interlocutora 3 Inclusive, um dos moradores desse hotel, hoje ele é redutor de danos. Ele foi convivente do É de lei, e hoje ele é contratado pelo É de lei. E ainda mora no hotel. 00:51:33Pesquisadora E, Interlocutora 3, você falou lá no início de como inicialmente você não via a redução de danos ali, como o de braços abertos, como uma estratégia de redução de danos, né? Mas pautada na lógica da redução de danos. Como que você entende que a redução de danos contribuiu para o cuidado que o de braços abertos ofertou ao longo desses anos? 00:52:00Interlocutora 3 Então, é que, na verdade, é que a narrativa usada para falar do programa dizia que ele era um programa de redução de danos. E, ao meu ver, a gente tinha que fazer uma outra narrativa, que era um programa de garantia de direitos pautado na redução de danos, justamente para trazer o entendimento do que é redução de danos, porque, com o decorrer do tempo, o que a gente percebeu? Realmente, a gente estava fazendo redução de danos. Só da pessoa dormir já era uma estratégia, né? Mas é que, para o poder público vender uma narrativa, ficaria muito... Era muito mais importante a gente falar da importância da garantia de direitos, né? Mas foi muito interessante poder pensar sobre essa sua pergunta, porque... Porque o cuidado pautado na redução de danos, ele é aquele cuidado que não julga, né? É aquele cuidado que não vai exigir uma abstinência. E, conforme a gente foi observando as pessoas no programa, o que a gente viu foi que as pessoas foram retomando o seu autocuidado. E, quando elas retomam o seu autocuidado, elas começam a rever a relação com a substância, começam a rever o lugar que elas ocupam. Só o fato de a pessoa ter um endereço fixo para passar para a família... É, agora eu tenho um endereço fixo, minha família pode me visitar. 00:55:30Interlocutora 3 E é engraçado, porque depois... Estava conversando esses dias, inclusive, com o pessoal da organização, da sociedade civil que cuidava da coisa do trabalho, eles me convidaram para a gente fazer uma exposição com os materiais produzidos nas oficinas dos De Braços Abertos. Então, eles têm um acervo cultural produzido pela galera dos De Braços Abertos, incrível, e de lá saíram vários artistas. Então, por exemplo, hoje a gente tem um coletivo no centro que se chama Birico Arte, que inclusive o Dentinho, que é nosso redutor de danos, faz parte, porque ele também desenvolveu atividades artísticas no De Braços Abertos. Então, nesse coletivo tem vários ex-beneficiários do De Braços Abertos que vendem arte. E aí, a gente discute também a cultura e a arte como redução de danos. 01:03:16Pesquisadora E nisso, tinha a galera do É de lei, que já tinha uma entrada na redução de danos, mas essas outras políticas também tinham trabalhadores que nunca tinham ouvido falar da redução de danos, ou que tinham resistência a trabalhar com essa perspectiva? Isso também acontecia? 01:03:32Interlocutora 3 Acontecia. E por isso que a gente tinha esses encontros semanais, que eram para discutir, por exemplo, fulano de tal, você não concorda com tal coisa, e aí a gente ia construindo com os trabalhadores. E meio que, por exemplo, a Guarda Civil Metropolitana, a gente fez duas semanas de formação com eles sobre direitos humanos, sobre consultório na rua, sobre redução de danos, e aí era interessante, porque eu fui fazer a formação de redução de danos da Guarda, nossa, horrível, porque o Antônio Lancetti fez sociodrama com a Guarda nesse período de capacitação, e aí nessa capacitação que eu dei sobre redução de danos e política de drogas, foi tão difícil que teve um dia que eu tive que pedir para um guarda sair da sala, porque ele começou a ser irônico, ofensivo, e eu falei, olha, não dá para você continuar agindo assim comigo, e aí eu chamei o inspetor dele, foi horrível, ridículo, e inclusive esse cara é um dos caras que ainda está no território, e que eu já encontrei várias vezes depois da minha saída do governo, e é muito difícil. Então, assim, tiveram pessoas que entenderam o propósito e que atuavam nessa lógica de mediação de conflitos, de conversa, de construção com os usuários, mas tinha alguns que ali realmente não estavam.
Costura com a Saúde Mental, álcool e outras drogas	01:10:50Interlocutora 3 O único ponto é que agora, acho que a gente tem que discutir, para além da moradia, os espaços de uso de drogas, né? Que é algo que eu estou começando a escrever o doutorado sobre isso. 01:11:05Pesquisadora Que legal. 01:11:07Interlocutora 3 Eu acho que, enfim, quando a gente discute sobre a moradia, nessa perspectiva do Housing First, isso inclui, até por isso tem essa intercessão com a redução de danos, inclui discutir a relação com o uso de drogas, e onde as pessoas fazem uso de drogas. A partir do momento que a pessoa tem uma casa, e que é uma casa que é dela, ela pode usar drogas na casa dela. A gente usa drogas na nossa casa, por que as pessoas não podem usar drogas na sua casa? 01:11:36Pesquisadora Exato.

		01:11:36Interlocutora 3 Sair desses espaços de repressão, de violência, de vulnerabilidade, para fazer uso de drogas seguro, né?
Composição da equipe	da	00:20:07Interlocutora 3 E um outro fato que também foi bem importante é que todas as pessoas eram acompanhadas diariamente por um trio. O que era esse trio? Era assistência social, saúde e trabalho. Então, os grandes tripés ali, o grande tripé estava sendo executado cotidianamente. Então, isso também foi bem interessante, porque tinha ali profissionais que foram capacitados, porque aí a equipe inteira eram mais de 250 funcionários no total, foi capacitada para trabalhar na lógica da redução de danos. Então, tinha esse acompanhamento cotidiano também, que foi bastante interessante. 00:32:24Interlocutora 3 E um outro ponto que, um outro fato que acontecia bastante, é que assim, a gestão executiva, ela se encontrava com essa equipe dos trios e também com direitos humanos, porque aí nesse momento a gente tinha dois projetos de direitos humanos que aconteciam no território, que eram voltados para a cena de uso, semanalmente, então a gente tinha reuniões no auditório com essas, todas as equipes de assistência social, todas as equipes de direitos humanos, todas as equipes de saúde e segurança urbana, toda semana. Então, eu não lembro o dia da semana que era, acho que era as segundas-feiras, a gente passava o dia todo juntos discutindo os casos, discutindo os encaminhamentos, discutindo violência. Então, era como se fosse uma supervisão semanal. Por quê? Primeiro porque tudo era muito novo, então era importante que a gente soubesse tudo que estava acontecendo, né, dentro e fora dos hotéis e tudo mais. Segundo, que era uma equipe muito grande e aí era uma equipe muito diversa também, então a gente ia fazendo estratégias para alinhar cada vez mais o conhecimento e a atuação dessa equipe tão grande, né. Poxa, só da assistência social eram mais de cem orientadores. Então, a gente tinha ali de GCM, a gente tinha 250 GCMs que a gente capacitou para atuar no território. Fora, eu não lembro exatamente quantas equipes de consultório na rua, mas eram umas quatro ou cinco equipes de consultório na rua para atuar. E aí, o tempo todo, a gente garantia, por exemplo, a discussão sobre o programa no Conselho Municipal de Drogas, que é o COMUDA. Era discutido o programa no Conselho Estadual de Drogas, porque enquanto coordenadora de política de drogas fazia parte do Conselho Estadual. 01:00:59Pesquisadora E, você falou ali que vocês faziam essas reuniões ali com frequência de supervisão, de discussão de casos. E também você mencionou no início que houve uma capacitação para essas equipes lá quando de Braços Abertos começou. Foi uma capacitação ali de curto prazo para iniciar? Como é que foi? 01:01:20Interlocutora 3 A gente tinha, inclusive, esses encontros que eram semanais, a gente também buscava capacitar os trabalhadores ou os beneficiários? Os trabalhadores, no caso. Então, desde o início, a gente tinha, por exemplo, a gente fez dois seminários internacionais sobre política de drogas. Nesses encontros semanais, tinha uma parte de discussão técnica para trazer conteúdo, que basicamente era mais eu que fazia, porque eu tinha essa vivência mais técnica, não tão da política. Foi uma parceria que assim... Eu contactei algumas pessoas que trabalhavam com redução de danos, por exemplo, a Liz Evans, que foi a pessoa que implantou o Housing First no Canadá. E aí ela veio para o Brasil, passou duas semanas capacitando toda a equipe, gratuitamente para a prefeitura. E aí, mais dois meses de capacitação e redução de danos, realizada pelo É de lei, também gratuita para a prefeitura. Então, havia essa capacitação. E a educação continuada, porque sempre a gente trazia alguém para discutir e capacitar os trabalhadores. Tanto é que quando houve a mudança de gestão, em 2018, o Interlocutor 5 Guerra foi chamado pelo Dória para coordenar o programa Redenção, e ele falava, mas as pessoas só sabem falar de redução de danos, esses trabalhadores só falam de redução de danos. Então, é sinal que a nossa capacitação funcionou.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	de	00:13:44Interlocutora 3 Bom, aí em janeiro, 14 de janeiro de 2014, inaugurou o de DBA. 00:13:52Pesquisadora Como foi essa inauguração? 00:13:55Interlocutora 3 Então os secretários, e aí existia a gestão estratégica do programa que era constituída pelos secretários municipais, da assistência, do trabalho, da saúde, de direitos humanos, da segurança urbana, e existia a coordenação executiva, que eram pessoas destacadas dessas secretarias para atender a esse programa, para ser a coordenação colegiada desse programa. E aí nesse dia 14, todos os secretários saíram correndo pelo território para tentar locar os hotéis. Por quê? Porque a gente tinha entendido que os usuários não queriam sair do território, então eles já tinham dito, eles já tinham esse acúmulo que eles queriam, a gente quer um espaço aqui perto, onde a gente possa dormir, se alimentar, trabalhar. E aí eles discutem a importância de utilizar os hotéis que já eram utilizados pelos próprios usuários no território. Foi feita uma tentativa de serem em espaços longe do território, mas naquele momento os usuários não toparam, por isso que a gente locou os hotéis ali nessa configuração, nesse dia rápido, vamos usar os hotéis que tem aqui, tudo certo. E aí deu início ao DBA, então locando os hotéis para que as pessoas pudessem dormir. É óbvio também que a estrutura desses hotéis não era mais incrível, porque já eram hotéis utilizados pelos usuários, então a gente fez, por exemplo, algumas modificações no sentido de colocar mais beliches nos quartos,

	esse tipo de coisa. 00:21:02Pesquisadora Eu fiquei curiosa para entender como é que entra a discussão da moradia no De Braços Abertos, porque se tem esse trabalho inicialmente de aproximação, de criação de vínculos, de aproximar esses setores das políticas públicas dessa região, que tinha um contexto de muita vulnerabilidade, e aí inaugura-se já com a busca pelos hotéis. Como é que se deu essa discussão da moradia e da moradia nesses termos? No sentido assim, não precisa de abstinência, não precisa pagar um aluguel para estar aqui. Como é que isso aconteceu? 00:21:42Interlocutora 3 Bom, o que a gente entendeu é que essas pessoas precisavam de moradia, mas o Poder Executivo não tinha pernas naquele momento para conseguir garantir moradia para todo mundo. O aluguel social demandava uma certa organização dos indivíduos para se organizarem para fazer a alocação e tudo mais. E dentro desse grupo executivo municipal e da coordenação da gestão estratégica, deveria fazer parte também a Secretaria de Habitação, mas que naquele momento político a Secretaria de Habitação, por questões de acordo e tudo mais, estava com o secretário do partido do Paulo Maluff. Então, não compartilhava, não ia nas reuniões, não compartilhava da mesma visão, então ficou muito difícil de a gente poder construir uma proposta realmente de moradia. Então, a gente falou, bom, então tá, então a gente vai alugar esses hotéis, os indivíduos vão para, porque a ideia inicial era assim, a partir das conversas com os usuários, eles pediram moradia. Então, o que a gente pode oferecer nesse momento? Moradia nesses hotéis.
Efeitos da intervenção	00:17:03Interlocutora 3 Isso foi muito interessante de ver as pessoas recebendo e podendo comprar coisas que não fossem só substância, porque é isso, ontem mesmo eu estava participando de uma audiência pública em que os moradores estavam dizendo que no governo Haddad a gente dava dinheiro para usuários de drogas, para comprar droga, e na verdade não, as pessoas compravam tudo, até droga, como a gente faz normalmente. 00:17:32Interlocutora 3 Acho que o comecinho foi assim, e aí a minha chegada enquanto poder público foi em maio, junho de 2014. E aí, como eu vinha de uma organização que tinha algumas críticas, eu fui tentar me apropriar um pouco mais para saber se estava fazendo sentido para os usuários ou não ter aquele serviço. E aí eu fiz assembleias por cada hotel, porque naquela época a gente chegou a ter oito hotéis, então eu fiz a assembleia com todos os hotéis para escutar dos usuários como estava sendo, porque eu também tinha meu receio vindo da sociedade civil para entrar no governo do que estava acontecendo, com que eu ia me associar. E para minha surpresa estava sendo muito bacana, os relatos eram incríveis, e eu falei, então tá, faz sentido. 00:37:57Interlocutora 3 Então, todos os trabalhadores da Ponta tinham um tablet que eles iam colocando as informações sobre as pessoas. E aí, desde a pessoa foi fazer testagem para HIV até a pessoa arranhou um emprego e foi embora e não voltou mais. E isso era interessante porque a gente começou a perceber que começou a abrir vaga no programa. Ué, mas cadê o fulano? Ah, o fulano? Ixi, voltou a morar com a família. Ah, o fulano? Ela estava se sentindo mal de estar recebendo bolsa porque ela arranhou emprego, então ela estava pagando aluguel para ela mesma. E não dava nem tempo para a gente comemorar isso, porque a situação era tão urgente, porque, putz, abriu uma vaga e todo mundo coloca outra pessoa. 00:49:51Interlocutora 3 E aí, houve uma tentativa de fechamento, e a proposta da prefeitura era mandar as pessoas que estão ali... Poxa, elas mudaram para lá em 2014, né? Então, faz seis, sete, oito anos quase que estão lá. E o que acontece? Em oito anos, a pessoa configurou uma vida, trabalho, relações, e aí a proposta foi, vocês vão para o centro de acolhida na Zona Leste. A mesma proposta que está aquele hotel que foi fechado. E aí, as pessoas não toparam, né? Então, por isso que a Defensoria conseguiu se eliminar para continuar funcionando esse hotel, que é visto pelo poder público como uma chaga no centro da cidade. 00:50:45Interlocutora 3 Então, quer queira, quer não, o programa Redenção, que é o programa atual, tem hotéis sociais que são os hotéis que eram de braços abertos. Então, quando eles dizem que o de braços abertos não funcionou, eles estão dizendo que o programa deles é pautado em quê, né? Num programa que eles continuam utilizando a estratégia até hoje, né? Claro que um pouco, né? Mas com uma outra configuração de regras ali de funcionamento, né? Aproveitando ali do que foi construído e da estrutura em que foi vinculado esses beneficiários, mas com uma outra perspectiva, um outro viés, né? 01:05:24Pesquisadora Já caminhando também para o final aqui das questões, quais as transformações que o De Braços Abertos possibilitou, tanto para ti como pessoa, como profissional, que trabalha com essa perspectiva, quanto para essa rede, para a cidade, as transformações para as políticas públicas de São Paulo, o que é que você observa desses efeitos do De Braços Abertos? 01:05:50Interlocutora 3

	Uau! Bom, primeiro, que para mim, pessoalmente, foi uma experiência assim, completamente intensa, incrível, e ao mesmo tempo muito difícil. 01:06:01Pesquisadora Por quê? 01:06:02Interlocutora 3 Porque eu me vi com uma responsabilidade muito grande, porque na coordenação executiva eu e o Antonio Lancetti éramos as pessoas que entendíamos tecnicamente da redução de danos. Claro, tinha outras pessoas que eram da luta de manicomial, mas não tinha muito essa interseção com as drogas. Então, foi uma responsabilidade muito grande de trazer essa pauta para dentro do governo. Eu aprendi a trabalhar com política pública, como é fazer política pública, como é construir uma política pública, isso foi muito importante, tanto é que eu aprendi a conhecer por dentro todos os caminhos, e hoje eu atuo justamente com advocacy para poder fazer essa resistência em relação ao poder público, e também contribuir, enquanto sociedade civil, para as políticas públicas, isso foi bem importante. Por outro lado, foi muito legal de ver o quanto que os serviços, os CAPs da cidade inteira tomaram conhecimento do que era o de braços abertos. Porque a gente fez seminários para a rede inteira de São Paulo, não era só para a região central. 01:08:16Interlocutora 3 E um outro ponto também que acho que, pessoalmente, para mim, foi muito legal, é que eu conheci inúmeras pessoas, foi um grande trampolim também para mim, profissionalmente, dizendo que, olha, eu tive oportunidades incríveis que eu nunca teria se eu não tivesse estado no de braços abertos. Eu pude apresentar o programa em vários países, de contar a experiência. Então, estive na República Dominicana, estive em Portugal, estive na Costa Rica, sei lá, em vários países, para falar dessa experiência. E nacionalmente também, porque eu pude contribuir com vários outros projetos e programas que estavam acontecendo no Brasil todo, como este aqui. Mas eu pude... Foi incrível, foi incrível. 01:10:14Interlocutora 3 Inclusive, ontem, na audiência pública que eu estava participando, na Câmara dos Vereadores, foi discutido o De Braços Abertos. Então, para você ter uma ideia do quanto que esse programa foi importante para a cidade de São Paulo. Impactou, né? A política pública... Acho que o cuidado para usuários de álcool e outras drogas, em especial em territórios de tanta vulnerabilidade.
Contexto sociopolítico	00:01:29Interlocutora 3 Bom, então eu gostaria de iniciar dizendo que, em 2012, a gente estava com a prefeitura Gilberto Kassab e Gilberto Kassab estava muito incomodado com a Cracolândia, como, né, todos os prefeitos ficam, mas a estratégia que ele utilizou, porque, assim, São Paulo tem uma busca insana por transformar a região chamada Cracolândia, que é a região central, que é um bairro muito degradado e que é um bairro, como posso dizer, ele é mediado por atividades ilícitas há muitos anos, desde quando era chamada a boca do lixo por causa da prostituição até mesmo empresas clandestinas de viagem e tudo mais. Então é uma região já com esse histórico. E aí o Kassab, em 2012, a região da... A cena de uso já era configurada, não era tão grande quanto se tornou, entre 2012 e 2013 ela cresceu bastante, em torno de 600 a 800 pessoas dia, e ele instaurou uma operação chamada Dor e Sufoco, porque o intuito da prefeitura era pegar as pessoas à força para internar nos hospitais psiquiátricos, e isso causou uma comoção muito grande, porque a gente viu o quanto que as pessoas estavam sendo violadas em seus direitos de ir e vir, o quanto que as polícias agiam de maneira truculenta, e aí em 2013, quando o Haddad assumiu a prefeitura, a prefeitura, ela se... Como eu posso dizer... Havia, em 2011, havia sido criado o programa federal Crack é possível vencer, e aí nesse contexto a cidade de São Paulo adere a esse programa e recebe recursos, claro que grande parte desses recursos do Crack era possível vencer, ele veio muito recurso para a polícia militar e para a guarda metropolitana, então compra de armas de choque, esse tipo de coisa, e também veio um grande recurso para a capacitação dos servidores públicos. E aí então, em 2013, o Haddad assume a prefeitura nesse estado de arte, em que a gente tinha 147 barracas nas cenas de uso principal, e eu falo cenas de uso principal porque era a maior, continua sendo a maior da cidade, a gente tem muitas espalhadas, mas essa era a maior. E aí, nesse contexto, o que que a gente encontra? A gente encontra essas barracas, mais de 300 pessoas morando nessas barracas, uma concentração grande de pessoas em alta vulnerabilidade, e especificamente na Rua Helvétia, que era onde estava Nadine Bueno, existia um espaço que era usado pela Secretaria de Assistência Social, chamado, não sei qual era o nome, mas era para atender famílias, só que estava sendo um equipamento subutilizado porque as famílias não estavam chegando por conta da cena de uso em frente. Então a prefeitura fala, bom, o que vamos fazer ali, se nós mudarmos a realidade que acontece naquele território? E aí, com essa adesão ao crack é possível vencer, uma das coisas que foram preconizadas, e aí eu vejo a relação com o projeto Redes, é que se criou um grupo executivo municipal, que a gente dava o nome de GEM. Esse grupo executivo municipal era composto por diversas secretarias, pela sociedade civil que atuava no território, como por exemplo o Centro de Convivência É de Lei, e várias outras pessoas que atuavam no território, além de, inclusive, secretários estaduais. E aí era saúde, assistência, segurança urbana, direitos humanos, e aí esse grupo executivo, ele começa a se reunir para pensar como atuar no território. Por quê? Porque como no ano anterior as pessoas tinham sido internadas à força, a região ficou com receio de pessoas de jaleco, por exemplo. Isso é um dado interessantíssimo, porque aí o código da região era, você viu alguém de jaleco, sai de perto. E aí como é que você faz para vincular com as pessoas que foram, então, violadas pelo próprio poder público, né? Então, dentro desse grupo executivo municipal, a gente foi estabelecendo, e eu falo a gente porque nesse momento eu era sociedade civil, e nesse momento a gente começa a discutir formas de abordar as pessoas e se vincular a elas. Porque o poder público não sabia muito o que fazer naquele momento.

	E aí então a gente passa a ter uma equipe de assistência social, de abordagem de assistência social e de consultório na rua, no território, com mais funcionários. 00:07:36Interlocutora 3 Então eu digo que tem uma semelhança com o Redes por conta dessa ação intersetorial, e que eu acho que quando foi escrito o Redes, foi muito pensando na experiência que teve intersetorial em São Paulo, que a gente começa então a fazer essas abordagens. E nesse meio tempo, a gente foi tentando construir esse espaço que era subutilizado, num espaço de baixa exigência, para que as pessoas que estavam no território pudessem usar o banheiro, tomar um chocolate, tomar uma sopa na hora do almoço, e poder descansar. E aí que se configura também a tenda do programa de Braços Abertos. E isso foi muito interessante porque foi com total participação dos usuários, das usuárias, inclusive quem deu o nome de Braços Abertos foram os usuários, quem fez o logo foi uma oficina e eles desenharam o logo, então fez todo sentido a gente poder construir com os usuários naquele momento. E aí tinha uma coisa também, nesse ano o município poder executivo era do PT e o governo do estado era PSDB, continua até hoje, mas era PSDB. E a coordenação estadual de Álcool e Outras Drogas, havia também criado o programa Recomeço, que era o programa do governo do estado. E também entre 2012 e 2013 rolaram diversas demolições também na região, porque tem o projeto Nova Luz, que é transformar o bairro degradado num bulevar que vai responder à especulação imobiliária. E aí nesse meio tempo quando houve essas demolições também o território ficou muito inóspito, porque um monte de coisa demolida, era uma tentativa do governo do estado de evitar que tivesse uma cena de uso, mas isso de alguma maneira favoreceu até muito mais. Então com essas demolições também e algumas reintegrações de posse, muitas pessoas que moravam em ocupações ali ficaram sem teto. Então muitas dessas pessoas também foram cadastradas para fazer parte do De braços Abertos. E nesse meio tempo essa tenda serviu muito para que a gente pudesse fazer essa relação, ter essa relação com as pessoas ali em alta vulnerabilidade. Mas no segundo semestre de 2013 começa-se uma reforma no prédio que seria o programa Recomeço, que era em frente a essa tenda. Então imagina, governo do estado com um prédio de seis andares, sendo uma puta de uma reforma e uma tenda ali, mambembe, que estava tentando se configurar, tinha só dois banheiros, a região de escoamento do esgoto era ruim, era um equipamento bem fragilzinho. Só que aí, o que eu entendo que foi um pouco precipitado, e aí enquanto sociedade civil, o é de lei disse, olha, precisa melhorar muito esse espaço para receber as pessoas, para que tenha um pouco mais de dignidade de atendê-las. Mas o prédio do Recomeço estava quase todo reformado, e aí que houve uma questão dessa disputa política que fez com que a prefeitura inaugurasse essa tenda do jeito que estava. 00:12:38Interlocutora 3 E aí nesse contexto o é de lei para de ajudar a construir, falou não, chega, a gente fez as assembleias, fez um monte de coisa, deu várias dicas do que seria o equipamento ideal, e vocês não deram ouvidos por uma questão política, e não de uma questão de realmente ter um equipamento que respondesse as demandas das pessoas. E aí inaugurou a tenda, e ela foi inaugurada, e ela tinha, por exemplo, uma torneira que era quase encostada no chão, então para as pessoas beberem água tinham que deitar, era ruim, mas já era alguma coisa. Bom, aí foi aberto o espaço, as pessoas começaram então a ocupar essa tenda, e aí na tenda havia a equipe de consultório na rua que ficava ali, e os orientadores sociais da assistência social, e tinha também uma coordenadora que cuidava dessa tenda.
Dificuldades e outros desdobramentos	00:39:03Interlocutora 3 Já tinha fila de espera de 200 pessoas para entrar no programa. Então, houve também uma migração muito grande de várias cidades do interior para a região central, que as pessoas achavam que vinham para cá e iam conseguir entrar no programa. E municípios que vinham despejar pessoas, situação de rua aqui também, isso é muito grave, mas vinham de Kombi despejar. Mas isso é muito interessante pensar que, poxa, então se a gente tem tido vagas, se está abrindo vagas, é porque está fazendo sentido. As pessoas não estão precisando ficar dois anos para se organizar. Então, por isso que a gente percebe como varia a questão do tempo de uma pessoa para outra. Porque alguns precisam de dois, três, quatro anos para se organizarem. Outros, em seis meses, já conseguiram dar essa mudada no rumo da vida. Então, existia sim essa possibilidade de outras políticas, mas a gente não conseguia ter pernas para acompanhar até o final, quando as pessoas saíam. Depois que elas saíram, a gente não conseguia acompanhar, porque tinha mais 500 ali para a gente dar conta. 00:41:26Interlocutora 3 Esse foi um hotel que foi desmontado em 2018, inclusive, pelo governo Doria. Imagina que a pessoa morava perto do mercado municipal, então ela estava toda territorializada no centro e aí o poder público vai lá e fala olha, vocês têm que sair daqui e eu ofereço um centro de acolhida que é completamente diferente de um hotel de uma moradia, com regras muito mais inflexíveis. E ele melhora uma tarasca na zona leste, super longe do centro. A maioria das pessoas não aderiu. E aí, dessas 106 pessoas, grande parte delas estão na rua. Então, é muito ruim a gente ver pessoas que estavam extremamente organizadas, conseguindo levar a sua vida, que voltaram ao ponto de uso de novo. 00:42:28 Pesquisadora Esse de 2018 foi o último a ser fechado? 00:42:31Interlocutora 3 Foi, mas tem um dado interessante. O programa Redenção, que é o programa que veio substituir o de Braços Abertos, ele demorou muito, porque a partir de 2017, de janeiro de 2017, começou um desmonte do programa de Braços Abertos pelo governo Doria. Então, a primeira coisa que ele fez foi retirar os filtros de água potável dos hotéis. A segunda coisa que ele fez foi retirar os tablets dos trabalhadores. Então, não se tinha mais informações atualizadas diariamente. A terceira coisa foi retirar os mediadores de conflito do direito dos hotéis. A quarta coisa foi fechar a Inspeitoria de Redução de Danos da Guarda Civil Metropolitana. E a quinta coisa foi retirar o pagamento da Frente

	de Trabalho. Imagina, tudo isso em 2017, janeiro, fevereiro de 2017, foi tudo isso que aconteceu. Você imagina como ficaram as pessoas que estavam organizadas indo para a Frente de Trabalho quando não tem mais recurso. E aí, houve o fechamento do hotel Santa Maria, do hotel... Deve ser difícil lembrar todos os nomes agora. Do hotel do Lucas, porque era isso, o nome do gerente. Foram sendo feitos esses fechamentos. Um deles que estava previsto para a gente fechar em janeiro de 2017, o Hotel Laide. Foi interessante porque toda a coordenação executiva, primeiro que a gestão estratégica, foi exonerada porque eram secretários. A coordenação executiva também foi totalmente exonerada. A única pessoa que ficou fui eu. E eu fui proibida de ir para a Cracolândia. Então, imagina que a gente tinha 460 pessoas sob nossa responsabilidade, sem nenhuma diretriz. Porque aí não havia mais a reunião com os trios, não havia mais reuniões com a sociedade civil, não havia mais reunião entre secretários para discutir os problemas do programa e ainda todo esse desmonte. Então as equipes que estavam dentro dos hotéis 24 horas, porque a gente tinha equipes técnicas 24 horas, ficaram com o maior BO da vida deles na mão, sem nenhuma diretriz. E aí em janeiro, duas pessoas, uma da saúde humana e direitos humanos, estavam... Bom, porque em dezembro a gente começou a migrar as pessoas desse hotel Laide, que estava muito degradado, para dois hotéis, um na zona sul e um na zona norte, porque aí também é isso. Durante o processo, em 2015, a gente abriu dois hotéis fora do centro de São Paulo, para as pessoas que estavam mais organizadas e queriam sair da região. Então a gente estava criando uma política pública baseada nas necessidades. E escutando as pessoas. E aí quando a gente faz esses dois hotéis, a gente estava fechando o hotel Laide, que era no centro, e encaminhando as pessoas. Só que aí assumiu a nova gestão, a gente foi dar continuidade e no dia que a gente estava transferindo as últimas 20 pessoas, a secretária de assistência social, a Sonia Francini, chegou no hotel e falou, o que vocês estão fazendo para as duas funcionárias? A gente está fechando o hotel. Quem mandou? Ah, foi deliberado pela coordenação executiva. Quem da coordenação executiva? Só tinha eu, né? Porque eu que sobrei. Não, não vai fechar. Tá bom. Não fechou. Passou dois meses e pegou fogo no hotel. Tem até um documentário sobre esse hotel no YouTube, chamado Hotel Laide. E aí, para você entender o quanto ficou a Deus dará, né? Então, o secretário aparecia lá e mandava e desmandava. E aí a gente... E aí, tudo isso para contar que hoje existem três hotéis que restaram do DBA. O hotel da freguesia do Odas, Zona Norte. O hotel de Heliópolis. E o hotel New Luz, que é ali muito perto da casa de uso. É relativamente perto. Que o poder público tentou fechar de todo jeito, mas a gente conseguiu eliminar na Defensoria Pública para evitar o fechamento. Porque é a mesma coisa. Esse hotel ainda tem a equipe técnica que fica lá, porém, não tem frente de trabalho. Esse ficou o hotel esquecquinho, entendeu? Não tem reforma, não tem nada. O da Zona Norte e da Zona Sul, que o poder público atual identificou como bons. 00:48:20Interlocutora 3 E aí, olha que interessante, né? Eles rechaçaram o programa De Braços Abertos. Eles só conseguiram revogar o decreto do programa de braços abertos em 2019. Então, esse decreto ficou vigente de 2014 a 2019. Só em 2019 que eles criaram o decreto do programa Redenção. E aí, então, esses hotéis têm um novo nome, que é SIAT3. Serviço Integrado de Acompanhamento Terapêutico. Chamado Hotel Social do SIAT3. Então, nós temos três hotéis. Esses dois, da Zona Norte e da Zona Sul, eles têm um viés... Principalmente o da Zona Sul, eles têm um viés muito voltado para abstinência. Então, as regras dentro dos hotéis mudaram. O hotel do centro, ele tem ali um acompanhamento, mas é muito aquém.
--	---

Interlocutora 4 – Cuidando da Vida – Brasília/DF

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:06:01Pesquisadora E aí, quando você entra no projeto, né? Vindo aí dessa sua articulação com a revista Traços. Qual era o entendimento que vocês tinham do projeto na época? Como é que ele foi construído e passado, assim, pra vocês? Pra você que estava entrando ali como educadora social. 00:06:24Interlocutora 4 Menina, vou ter que pensar. 00:06:27 Pesquisadora À vontade, não tem pressa, não. 00:06:34Interlocutora 4 Então, pra mim, a gente fazia um trabalho... A ideia não tinha nem um moralismo na ideia, né? Era uma ideia de conhecer o território. A gente trabalhava muito em trabalhar a redução de danos, né? De trabalhar a valorização das pessoas, né? E tentar trazer um pouco de qualidade pra aquele local onde elas estivessem ali naquele momento. Então, assim... A gente trabalhou nessa questão... A gente trabalhou... Daquele momento... 00:07:17Pesquisadora Tá dando uma travadinha pra mim. Eu tô entendendo que... 00:07:23Interlocutora 4 Melhorou? 00:07:25Pesquisadora

	Agora voltou, voltou. 00:07:32Interlocutora 4 É, a gente trabalhou com muitas oficinas, né? A ideia era que a gente conseguisse formar vínculos. Que as pessoas saíssem um pouco daquele local que elas estavam, né? Que conseguissem ir pra outros locais, fazer outras coisas, outras atividades. A proposta do Cuidando da Vida era trabalhar pessoas com mais tempo e com mais... As pessoas mais problemáticas, né? As pessoas com maior índice de tempo... Não é índice, como eu posso falar? As pessoas com mais tempo de rua e as pessoas que se mostrassem com problemas maiores, assim, né? Problemas crônicos. Então, o foco do projeto era pessoas com problemas crônicos de rua. A gente não conseguia muito atingir elas, porque era uma coisa mais difícil, né? Mas essa era a ideia principal. E aí a gente trabalhou muito em cima dessa questão de tentar mostrar outros caminhos. 00:10:40Interlocutora 4 O que você conhece? 00:10:42Pesquisadora Não, eu conheço de um modo geral, assim, o serviço, né? Até o que eu li também. Mas o objetivo, assim, da entrevista é conhecer realmente as particularidades do teu ponto de vista, né? Então, acho que isso que você está trazendo, né? Do CAPS ser logo onde é o lugar mais difícil ali de vulnerabilidade. 00:11:03 Interlocutora 4 É se você sabe, se geograficamente você sabe onde é que está o CAPS, onde é que está o buraco do rato, né? O que significa essas duas, né? Se eu falar aqui... 00:11:11Pesquisadora Eu sei o que é o buraco do rato, mas, assim, eu não conheço aí em Brasília. Conheço muito pouco de Brasília. 00:11:18Interlocutora 4 Mas você sabe o que é. E o CAPS está bem em cima mesmo. Geograficamente ele está bem em cima. Então, a gente fazia muito essa busca ativa, né? De estar onde as pessoas estão em maior uso, né? E, às vezes, levar para tomar um banho, levar para se alimentar. Às vezes, as coisas são muito simples mesmo que elas não acessavam, que elas não... Infelizmente, também, tem profissionais que realmente se restringem, né? Então, a gente ficava nessa busca ativa de ir lá e negociar.
Intersetorialidade e território	00:08:29Pesquisadora E aí, nisso, pelo que você estava falando, né? Que tinha participação ali do Centro Pop, do CAPS, como é que era essa articulação, essa conversa entre esses serviços pra fazer acontecer esse cuidado? 00:08:49Interlocutora 4 Então, a gente não tinha nenhuma obrigatoriedade, tá? A gente não trabalhava com obrigatoriedade. A ideia era mostrar alguns caminhos. E aí a gente conseguiu, assim, né? Tirar alguns documentos, fazer algumas pessoas... Algumas pessoas que nem auxílio não estavam pegando por conta de falta de documentos. Então, a gente conseguiu acessar alguns documentos, né? Alguns benefícios. Então, assim, quando a ideia era benefício, era muito mais fácil a gente trabalhar. Quando a ideia era cuidado, CAPS, tratamento, era algo mais difícil. Mas a gente tinha esse apoio, a gente tinha esse vínculo, né? E a gente conseguia, porque o Reis era do Pop e a Adriana era do CAPS, né? Então, por exemplo, a gente conseguia ter uma entrada boa, tanto num projeto... E nos dois serviços a gente teve uma boa entrada. Quando acabou o projeto, o CAPS sofreu bastante, né? Porque a gente fazia esse trabalho de rua que o CAPS não tinha condições de fazer. Eu acho que o Centro Pop, eu não sei se eles sentiram, se teve alguma diferença para eles. Mas o CAPS deu um desfalque, sim. A gente conseguia fazer esse trabalho mesmo de rua, de território, de talho, de fazer a busca ativa, de estar diretamente ligado. 00:10:14Pesquisadora Então, esse apoio era muito forte, principalmente para o CAPS, que tinha... O projeto tinha esse papel não só de cuidado e de articulação, mas de fato de fazer essas abordagens na rua da galera que estava em maior vulnerabilidade e não chegava nesses serviços. 00:10:32Interlocutora 4 Isso. O CAPS fica bem aqui, não sei se a [nome de outra interlocutora] te contou, mas o CAPS está bem em cima do buraco do rato.
Eixos de trabalho	00:11:51Interlocutora 4 Ó, estou indo tomar banho, essa fulana está menstruada, precisa de uma fulana para a gente não dar nome, tá? Não como desprezo. 00:11:57 Pesquisadora Certo. 00:11:59Interlocutora 4 X, precisa tomar banho, está menstruada, precisa tomar banho, vamos conseguir um banho para ela, tá? Então, a gente fazia um pouco essa articulação, meio de que cobrar esses direitos, que fossem garantidos esses direitos. 00:12:13Pesquisadora

	Perfeito, entendi. Era isso, né? O projeto chegava naquelas pessoas que o CAPS não estava conseguindo chegar e aí fazia essa ponte, né? 00:12:24 Interlocutora 4 Isso, isso. Mas sem o moralismo de ter que estar lá e ter que se tratar, né? E ter que tomar remédio, né? Os primeiros contatos, né? A gente fazia esses primeiros contatos. Sem esse moralismo, só vai tomar banho se estiver em tratamento, só vai almoçar se estiver em tratamento. A gente fazia esse contato sem esse moralismo. 00:12:49 Pesquisadora Perfeito, perfeito. E essas barreiras aí que você está falando, né? Esses moralismos que você está trazendo, eles existiam nesses outros serviços? De, ah, só vai entrar aqui se estiver de banho tomado ou só vai fazer uma consulta se tomar remédio. 00:13:09 Interlocutora 4 Não, o almoço, por exemplo, só tem direito de almoçar quem está em tratamento. Só vai ter direito de tomar banho quem está em tratamento. E às vezes o tratamento daquela mulher é aquele banho daquele momento. O tratamento dela não é tratar essa drogadição, às vezes o tratamento dela é tomar um banho no momento que ela está precisando tomar um banho. O tratamento começa com esse banho, né? E às vezes, até para não virar bagunça, eu entendo os dois lados, né? Eu entendo tanto o problema que é o que vira bagunça depois e tanto do moralismo e que muitas vezes a gente não quer trabalho. Tá? 00:14:58 Pesquisadora Acho que você começou trazendo essa proposta do projeto de formar vínculos e dar acesso para aquelas pessoas que estavam mais vulneráveis e não chegavam nos serviços. Mas o projeto também trabalhou com alguns eixos, né? Eu acho que talvez o principal eixo, não sei se você considera como principal também, é o eixo da moradia. Como é que era essa atuação? 00:15:23 Interlocutora 4 Então, primeiro a gente foi pra rua pra conhecer e depois a gente ia, eu acho que eram 30 pessoas que iam pra moradia. Eu acho que eram 30 pessoas que iriam pra moradia. E aí, essa seleção seriam duas pessoas mais problemáticas, né? Um maior problema psíquico e com maior uso abusivo e as pessoas com maior tempo de rua, né? Então, a gente tinha meio que selecionar e foi uma fase bem difícil, né? De como que você ia escolher. E aí o pessoal ficou sabendo e aí eles muito queriam e achavam que a gente queria essa ponte e tal. E aí a gente começou a fazer essa seleção. Era essa ideia, mas primeiro tinha que ter o vínculo. Eu não podia chegar na rua e falar, você quer ir pra uma moradia? Tinha que primeiro fazer o vínculo, conhecer, criar essa amizade e depois propor essa questão da moradia. Eu não lembro de ter alguém de ter negado ir pra moradia. Teve pessoas que não deu conta, que foi pra moradia e não conseguiu ficar. Muitos casos, mas não me lembro de alguém negar a moradia. Por exemplo, a gente falar que a gente ia ter a moradia e a pessoa falar que não queria. 00:16:56 Pesquisadora E essas situações que você falou, né? De pessoas que foram inseridas na moradia e que não conseguiram ficar. Como é que era esse manejo, Interlocutora 4? Você como educadora social do projeto, teve contato? Vocês faziam algum tipo de abordagem nesse sentido? Como é que era? Interlocutora 4 Nós estávamos toda semana, nós íamos pra casa. Então a gente colocava essa pessoa dentro do carro e saía pras ruas na busca de alugar. Onde você quer alugar? 'Ah, eu quero alugar próximo não sei de onde'. Então a gente colocava essa pessoa dentro do carro e saía procurando. A visitação foi juntas, né? A gente não alugou a casa e colocou a pessoa dentro. A gente pegava a pessoa... Como o valor era muito baixo pra Brasília, né? Então infelizmente a gente acabou pegando casas muito ruins. A gente pegava vilas, né? Essas vilinhas do Chaves, que mora um monte de gente, né? Era um lugar que a gente conseguia. E muitos lugares periféricos, a gente não conseguia... Mas a gente colocava a pessoa, perguntava onde ela gostaria, aonde ela tinha, aonde a família dela estava. E aí depois ia pra busca do aluguel junto com a pessoa. Colocava a pessoa dentro da van e passeava dias e dias, pegando o número, ligando, indo visitar a casa. “Não, não gostei”; “Não gostei.” Até que a gente conseguia achar um aluguel que a pessoa gostasse e que a dona aceitasse, né? Porque aí tem todo o preconceito, né? Tem toda a dificuldade da dependência, da aparência, né? Quando falavam que era governo, muitas pessoas não aceitavam. Enfim, tinha todas essas dificuldades. 00:18:40 Pesquisadora E aí você estava falando que toda semana vocês iam nessas moradias, né? Então, pra além desse trabalho de ajudar a pessoa a encontrar a moradia e ajudar a fazer essa ponte do aluguel, de firmar um contrato, vocês também tinham um acompanhamento depois que essa pessoa era inserida nessa moradia? 00:19:01 Interlocutora 4 Sim, semanal. Então, assim, elas tinham o nosso telefone onde elas podiam nos ligar. A gente trabalhava meio que 24 horas, né? Tinha casa assim. Eu acho que eu não tive ninguém que ficava me ligando, mas a gente teve outras pessoas, né? Que ficavam ligando e ficavam o tempo todo, assim, madrugada. Mas... E aí íamos uma vez por semana, tá? Então, lembrando que naquele momento o benefício do Bolsa Família era bem menor. Então, meio que a gente sabia, a gente ficava acompanhando. Vai receber benefício quando? O que você pretende fazer com o benefício? E às vezes a gente já fazia esse caminho de pôr a pessoa dentro da van, buscar o benefício na caixa e já
--	--

	passar no mercado. Pra poder garantir que ela ia usar o benefício pra fazer compras, né? E aí também tem o auxílio vulnerabilidade, não sei se você conhece, que é o acesso de 400, tem direito, né? A seis por ano. E aí, como o projeto... Elas conseguiam acessar esse benefício e a gente meio que acompanhava também, né? De buscar o benefício, de fazer o que vamos fazer com esse benefício. Tem geladeira? Tem fogão? Precisa comprar o gás? Então, a gente tentou. Quando a pessoa estivesse entrando pra moradia, ela tivesse também um benefício de 400 reais, que pudesse pelo menos passar num móvel usado e comprar um fogão e uma televisão, né? Pra ela começar a criar espaço de vínculo nessas casas. 00:20:45Pesquisadora Entendi. Então, era por meio desses auxílios, né? Que a pessoa tinha ali tanto o acesso à alimentação, de poder fazer a própria comida na casa, de poder comprar os móveis, né? Tinha assim, por meio do benefício, mas também com uma certa autonomia da pessoa que estava ali na moradia de poder escolher o que ela queria fazer com esse dinheiro ali. Como é que ela queria escolher isso? 00:21:14Interlocutora 4 É isso. Então, o Rangel queria que o projeto atendesse os porta-vozes da cultura que já estavam no nível de estar trabalhando. Alguns com demandas de saúde muito alta, com problema psíquico muito grave, mas que já estavam no patamar de estar vendendo a revista, né? Essa era a visão do Rangel. Mas teve um racha do Rangel com a outra parte da equipe, porque a outra parte da equipe não queria essas pessoas, né? Que a ideia do projeto era pegar realmente, vamos falar o português bem chulo, pra mim poder me expressar, né? A outra parte queria os fodido mesmo, né? Os que estivessem muito fodidos, os que estivessem muito ruins. Então, aí teve um racha, porque a ideia principal, a ideia do Rangel era trabalhar com essas pessoas da Traços que estavam ganhando seu dinheiro, mas ainda não tinham conseguido alugar uma casa. A ideia dele era essa, e usou a outra parte da equipe, queria a galera que estivesse mesmo bem afundada e não estivesse conseguindo uma solução. 00:40:12Pesquisadora Como que eram as ações de vocês, né? Você falou da coisa de vocês irem na van junto com a galera buscar casa. De fazer esse acompanhamento nas moradias semanalmente. Da galera poder acionar vocês por telefone. Que outros tipos de atendimentos ou de ações vocês faziam, enquanto equipe? 00:40:33Interlocutora 4 Então, chegou um momento, quando a gente conseguiu levar as pessoas pra moradia. Então, assim, 30, eu acho, tenho quase certeza que era 30, tá? Mas pode ser que eu já... A gente levou uma galera pra moradia e o projeto continuou, né? Então, a gente dividiu a equipe. Porque dentro do projeto tinha oficinas e atividades. E aí a gente não conseguia trazer as pessoas das moradias pra essas oficinas e atividades. Então, a gente ficou... Uma equipe ficou cuidando das moradias, com os acompanhantes da moradia. E uma outra parte da equipe ficou com as oficinas. Então, nesse segundo momento do projeto, eu fiquei nas oficinas. Então, a gente pegava a van de manhã, passava pelo setor comercial. Perguntando quem queria ir pro Núcleo Bandeirantes. Fazer oficina de música, de capoeira, de não sei o quê, de não sei o quê, de não sei o quê. Enchia a van com a galera e ia pra lá, tá? E depois voltava e a tarde voltava pra lá de novo. Então, levavam alguns muitas vezes, alguns ficavam, alguns... Enfim, mas aí eu fiquei com essa parte mais de oficina e de redução de danos. Tirando as pessoas daqui do setor, indo pra outros lugares. Fomos várias vezes pro beck, pra beira do rio, com o pessoal tomar banho, né? Lanche, fazer piquenique na beira do rio. No CCBB, que é o Centro Cultural Banco do Brasil. Foi muito lindo, assim... Onde eu morava, eu morava no CCBB.
Articulação com as políticas de moradia	00:57:46Interlocutora 4 Se você puder, eu não sei se vai estar no ar ainda, existiu em São Paulo uma cooperativa chamada Oficina de Artes Borasseia. Eu não sei se existe. O Borasseia é um abrigo, um albergue de São Paulo, um albergue muito pesado. Não sei se você já teve conhecimento de albergues, se já passou, qual foi o seu conhecimento com albergues. Esse albergue de São Paulo, eu lembro que, inclusive, tinha os canis, que o morador de rua de São Paulo tem cachorro. Aqui em Brasília não são todos, não é uma cultura muito forte em Brasília, mas em São Paulo tem essa cultura muito forte, morador de rua com cachorro. E esse instituto tinha, inclusive, o canil para as pessoas colocarem seus cachorros. E ali iniciou uma oficina de artes, um jornal. E aí foi muito legal, porque eles conseguiram um prêmio da revista Cláudia, eles fizeram um arte para a São Paulo Fashion Week. Então, eles conseguiram, isso se organizando com uma oficina de arte. Ana Maria Braga usou a arte da oficina. Então, eles conseguiram... Eu acho que esse pode ser um caminho, sabe? Esse pode ser um caminho. Não é do que você está falando, mas eu vou te dar uma palhinha aqui, para a gente poder pensar também. Eu vivo por tudo isso e sou uma pensadora social. Não sou psicóloga, mas sou uma pensadora social da luta. E não está bom do jeito que está, a gente tem que pensar em soluções. Não passo pelo setor e acho bonito. É um negócio pesado, é um negócio difícil. O Centro Pop, junto com o (Alexandre) Reis, com o Rangel, começou uma briga, porque a população em situação de rua tinha direito de se inscrever na CODAP, com situação de vulnerabilidade e com acesso à moradia. Como eu tinha uma criança pequena na época, eu fui uma das escolhidas, fui uma das 12 escolhidas. E nós fomos para o Prédio Azul, no Pinheiro, na Ceilândia. Então eles deram 12 kitnets para 12 pessoas em situação de rua. E aí eram as kitnets no nome da pessoa. Então não tinha... Lembra no começo que eu falei que esse um ano era pouco e deixava a pessoa mais angustiada? E aí a gente teve um problema, porque virou um auê. Então tinha um pouco de convívio social, porque todo mundo era já meio que conhecido, mas aí virou assim, né? Uma vez eu estava indo levar minha filha, indo trabalhar às 6 horas da manhã, e a vizinha falando para a outra, 'tá, estão roubando, aqui o Pinheiro ficou perigoso. É o albergue

		ali dos moradores de rua que está roubando. É o pessoal do albergue que está roubando'. Não era o albergue onde a gente morava, não tinha ninguém cuidando, não tinha educador, não tinha nada. E aí eu fiquei escutando aquilo. Uma vez a minha filha brincando com um amiguinho. E aí o amiguinho... 01:01:01Interlocutora 4 Tá escutando? 01:01:02Pesquisadora Deu uma travada para mim só no final, você falou que a sua filha estava brincando com o amiguinho. 01:01:08Interlocutora 4 Aí o amiguinho perguntou assim, 'é verdade que aqui só tem ladrão?' Aí eu falei, verdade? Já te roubaram? Para mim nunca me roubaram não. Eu acho que não é ladrão não, nunca me roubaram. Já te roubaram? Aí eu questionei isso umas três vezes, né? Eles já te roubaram? E aí ele ficou meio que assustado, assim. E aí foi uma coisa muito pejorativa, porque... E aí colocaram 12 pessoas, onde a maioria era dependente químico, de álcool, e aí virou uma bagunça, né? Traficante batendo na porta. Alguns dois tiveram que perder ou não puderam voltar, porque ficou devendo para o traficante, não conseguiu pagar, e com medo o traficante nunca mais voltou. O traficante... No fim, o governo foi lá e acabou meio que removendo as pessoas e encaminhando para outros lugares. Que aí também é muito interessante para você que está pensando sobre isso. Não sei se entra aí, tá? Não sei se vale a pena, mas de repente você pensar sobre isso, porque aí não foi o Housing First, não foi nesse projeto, mas foi uma moradia com nome, onde foram 12 pessoas para o mesmo espaço. E aí teve todo esse problema também, tá? Mas de repente é interessante você dar uma pesquisadinha sobre, ou pensar sobre. Porque foi uma experiência muito legal, mas também teve vários entraves.
Costura com a RD		00:46:35Pesquisadora E você também falou sobre a redução de danos, né? Tanto que vocês tinham esse papel específico, esse profissional específico que era o redutor ou a redutora de danos. Como é que você percebe que era essa costura do projeto com a redução de danos? Como é que isso acontecia? 00:47:03Interlocutora 4 Então, a redução de danos, né? Quando a gente... Então, nós tínhamos uma pessoa, uma figura, fortíssima da redução de danos, de nível nacional, que é a Juma. Que ela é reconhecida nacionalmente pela redução de danos, Tulipas do Cerrado. Enfim, é uma... Mas a gente trabalha... A redução de danos, né? A partir do momento que a gente discute que ela está dentro de uma casa, que ela está dormindo, que ela está tendo dificuldade de dormir, mesmo que ela use droga cinco dias e que ela vá para casa dormir, é uma forma de redução de danos. Tem um lugar para tomar banho, tem um lugar para poder descansar, até recuperar suas energias, é uma redução de danos. Quando a gente conseguia levar essa pessoa, mesmo que fosse para a igreja, né? Era visto como redução de danos. Quando a gente passava com a conta, tirando a moradia só para o projeto, quando a gente conseguia tirar... Ficou respondido? Pesquisadora E assim, acho que no decorrer aqui da nossa conversa, você foi falando de várias coisas, né? Que transformaram em ti, que o projeto também transformou na vida dessas pessoas. Mas acho que agora, para a gente pensar de uma forma mais direta mesmo nessa pergunta, né? Quais as transformações que você percebe que o projeto possibilitou para ti, enquanto pessoa, enquanto pessoa que teve uma trajetória de rua, enquanto educadora social que fez parte da equipe do projeto, para a cidade, para Brasília, para o setor comercial, o que esse projeto transformou aí? Seja transformações positivas, potencialidades, sejam transformações ali... 00:51:02Interlocutora 4 Infelizmente, infelizmente, de 30 pessoas que nós levamos para moradia, uma ficou pós-projeto. Então, a gente viu que foi detida no meio do projeto, uma ficou presa. Até fui eu que acompanhei ela, que ia fazer as visitas, que fiquei responsável por ela durante um tempo presa. Mas, assim, de 30, uma pessoa que continua na moradia pós-projeto. E essa uma, única pessoa, não tinha graves problemas, não seria a pessoa escolhida. Não é uma crítica, tá? Só para a gente ter um parâmetro. Não seria a pessoa escolhida pelo Alexandre e pela Adriana. Ela não tinha o perfil que a Adriana ou o Alexandre escolheria. Nós escolhemos porque estava tendo muito problema, gente. O Eduardo e a pessoa não ficava. Ficava uma semana, sumia, não voltava nunca mais. Arrumava confusão com o vizinho e... Assim, teve pessoas, juntavam 3, 4 aluguel, porque ia para um aluguel, uma semana ligava e falava, tira essa pessoa daqui que não dá para ficar aqui. Aí ia lá procurar outro aluguel. Aí, daqui a pouco ia para outro aluguel e tira, que não dá para ficar. Tira ela aqui. E aí levava para outro, aí ficava uma semana, daqui a pouco sumia, ficava dois meses sem aparecer. Então, teve esses problemas. Então, assim, a gente levou uma pessoa, que é o Fabrício, que foi a única pessoa que quando acabou o projeto, ele conseguiu manter o projeto a trancos e barrancos, mas foi a única pessoa. Não sei como é que está hoje. Eu tinha ele no Facebook, depois no e-mail. Mas foi a única... Então, efetivamente, foi uma redução de danos. Foi uma redução de danos muito marcada. Não tem... Eu consigo ver, sim, uma redução, mas muito marcada.
Composição da equipe		00:04:11Pesquisadora E aí, quando você foi inserida, né? No projeto Cuidando da Vida, aí você foi inserida como trabalhadora. Como que era a sua atuação? Assim, né? Pensando nesse início dessa construção, como é que você começou a sua atuação no projeto Cuidando da Vida? Interlocutora 4Então, aqui a gente tinha quatro equipes, né? E aí o pessoal da... Sempre dentro da equipe, eram quatro equipes com três pessoas. Dentro dessa equipe tinha o redutor de danos, tinha o educador social e tinha aquela pessoa que faz o primeiro contato. Que era o cargo mais baixo que tinha, esse primeiro contato. Infelizmente,

	nessa lógica. E aí, todo esse primeiro contato era alguém que era de rua. Eles pegavam uma pessoa que já tinha passado por essa situação, que sabia... Facilitador, tá? O nome, facilitador. Mas eu entrei como educadora social. Eu comecei como educadora social. E aí, assim, eu fui atuar num lugar que já era minha casa, né? Trabalhar no setor comercial, que já era um lugar que eu não frequentava... Que eu não dormia, que não era meu habitat de dormir, de vivência. Mas era um lugar de buscar comida, né? Era um lugar de estar presente. Eu já conhecia o território, já conhecia as pessoas. E aí, pra mim, foi muito tranquilo essa questão da... Mas foi isso. E trabalhar, cuidando das pessoas que eram amigas, né? Que já tinham vínculo. 00:44:15Pesquisadora Desse início, assim, do projeto, ou em algum outro momento do projeto, vocês, enquanto equipe, vocês tinham algum tipo de treinamento, capacitação, supervisão para as ações que vocês iam desenvolvendo?... Deu pra ouvir? 00:44:41Interlocutora 4 Então, é... A Adriana dava um pouco isso, o Reis fazia essas reuniões semanais. E eu acho que a cada dois meses vinha a Flávia, uma psiquiatra linda, linda, incrível, né? Uma nordestina, mora no Rio de Janeiro hoje, assim. E aí ela vinha fazer um trabalho com a gente, né? De cuidar, de tentar falar sobre... Discutir a sociedade, né? Discutir um pouco essa questão da política, dos direitos. E a gente tinha um entrave dentro do próprio projeto mesmo, né? De pessoas que tem uma visão muito direitista das coisas, né? De achar que todo mundo era folgado, de achar que todo mundo era... Eu acho, sim, que vira um comodismo em alguns momentos que não é interessante, né? Mas consigo ver também o problema social, né? É que é uma linha muito tênue, né? Só que, de uma certa forma, existe, sim. E entender também, pô, pessoas da minha idade que não tiveram acesso à leitura, que mal sabiam escrever o nome, né? Não dá pra mim achar que essa pessoa... Em algum momento ela tem que se movimentar, porque isso também depende dela. Mas ver, historicamente, os problemas dela. A gente tinha alguns combates, assim, de ter pessoas muito direitistas dentro do projeto e que achava que tudo era responsabilidade, né? Que não conseguia ter essa coisa social. Mas tinha, sim, tinha. Toda semana a gente tinha reunião com representante do centro COP, da assistência social, Adriana em alguns momentos, e a gente tinha a Flávia, uma psiquiatra, que vinha dar uma assistência pra nós. 00:46:26Pesquisadora Legal! Mas, então, tinha esses espaços, né, de estar aprimorando, qualificando a prática.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	Interlocutora 4 E aí aqui tem uma revista chamada Traços, tá? Que é um projeto social. E aí tinha o Alexandre Rangel, o Barba, que era da revista Traços, junto com o Centro Pop, né? Era uma parceria, sei lá se era parceria, enfim, eles trabalhavam meio que juntos, né? Eles captavam pessoas pra vender a revista dentro do Centro Pop. E aí eu conheci esse pessoal. Depois escreveram esse projeto também, tinha essa parceria do Rangel, do Alexandre Rangel, que é uma figura social muito forte aqui, junto com o Centro Pop, pra escrever junto com algumas pessoas. Do CAPS, que no caso é a Adriana, e o Alexandre Reis, do Centro Pop, que escreveram o projeto Cuidando da Vida, tá? Então tinha a Adriana com intenções acadêmicas e o Reis também, deixando, né, se aposentando. Eu acho que ele tava, não sei se ele tava escrevendo alguma coisa, enfim. Criaram-se o projeto e o Rangel, o Alexandre Rangel, junto. E eu já tinha algum vínculo com o Alexandre Rangel, porque eu vendi essa revista Traços. Interlocutora 4 Conhece a revista? Pesquisadora Conheço. Tem alguns exemplares aqui, inclusive. Interlocutora 4 Ah, tem uma que tem a minha história. Pesquisadora Ai, que legal! Interlocutora 4 E aí, eu lembro de uma reunião que eu fui, né, da revista Traços, e aí o Rangel falava do projeto que ia começar na cabeça do Rangel, depois rachou, né? Mas na cabeça do Rangel, o projeto ia ser pra atender as pessoas da Traços. A Adriana e o Reis tinham outra ideia e o Rangel tinha a ideia. Mas quem contratou foi essa equipe do Rangel, esses amigos do Rangel, né? Pesquisadora E aí, então, você falou no início, que essa proposta inicial ali, quando você soube do projeto através do Rangel, era de fato inserir essas pessoas que estavam ali, eu só não entendi o nome que você falou, Portadores da Cultura, que você chamou a galera que estava vendo? 00:23:48 Interlocutora 4 Porta Voz. Porta Voz da Cultura. Pesquisadora Porta Voz da Cultura. E aí, essas pessoas que eram, teoricamente, né, pra ter essa inserção no projeto. 00:23:59Interlocutora 4 Pro Rangel, sim. Então, porque teve um racha. Pro Rangel, sim. Pra Adriana e pro Reis, não. Quando, só que aí, quando começou o projeto, o Rangel estava muito à frente do projeto, mas o Rangel teve um tumor no cérebro e aí o Rangel se afastou. Tá vivo, passa bem. É uma pessoa incrível, uma pessoa muito, né, uma pessoa incrível, uma pessoa incrível.
Efeitos da intervenção	00:43:00Interlocutora 4 Gente, o CCBF foi uma experiência incrível, né? De chegar assim, abrir a porta da van, assim, só aquelas pessoas, né? As pessoas não ficam acostumadas de se ver lá dentro. Teve casos de pessoas que não tinham leituras, olhando o livro, né? Aquelas que não sabem ler, olhando, assim. Foram experiências, assim, muito bacana, né? E

	saber que as pessoas estão dentro da capital do país e que não conhecem os monumentos. Não sabem o que significa, né? Então, a gente levar, assim, foram coisas, assim, muito... Essa cena do CCBB, eu acho que foi uma das mais lindas, assim. A galera de chinelo Havaianas, que tá encardido. E as pessoas meio que assim, olhando, assim. O que está acontecendo? E a gente tá lá mesmo, né? Se empoderando e falando. Não é não ter vergonha, esse espaço é nosso também. A gente tá aqui porque esse espaço é nosso, né? Vamos fazer o nosso espaço. Foi muito incrível, foi muito difícil. Pesquisadora Que legal, que legal. Um momento de realmente se apropriar da cidade que vive, né? 00:44:10Interlocutora 4 Sim. 00:48:22Interlocutora 4 A gente teve dois, tá? Dois rapazes que nós acompanhamos. Então, assim, em um ano, um ano e meio de projeto, nós não perdemos ninguém. Logo no fim do projeto, nós perdemos dois, né? Que foi o Alessandro, que foi um garoto que foi para a moradia, e o outro foi o Jamaica, que também tinha ido para a moradia e que tinha perdido suas moradias no final do projeto. Então, logo após o final do projeto, nós tivemos dois assassinatos, né? Perdemos para dois assassinatos. Então, quando a gente fala que o projeto não valeu, e é uma crítica que eu faço, tanto mostra que valeu, que porque esses assassinatos foram pós-projeto. Então, quando, né? Eles tinham desafeto na rua, mas eles tinham onde se proteger, que era a moradia. Então, durante o projeto, nós não perdemos, a gente perdeu essas pessoas um pouco após, né? Um pouco após o projeto acabar. Então, tinha essa ideia da redução de danos nesse sentido também, né? A gente tinha um lugar seguro para poder dormir. Um morreu dormindo, né? Então, se ele tivesse uma moradia, isso não teria acontecido. Pesquisadora Era um lugar de proteção, né? Tanto proteção de ter uma casa, de ter um lugar ali para dormir com os dois olhos fechados, quanto de ter o apoio dessa equipe que estava ali junto, que estava ali, inclusive, indo lá na biqueira para pegar os documentos, se precisasse, né? Acho que isso também diz dessa proteção. Muito importante isso. Pesquisadora É que ouvindo você falar essa coisa, né? De pensar outras formas de trabalho, de pensar outros formatos de trabalho. O de Braços Abertos teve uma experiência interessante nesse sentido do trabalho. Que eram ali os trabalhos do próprio programa, articulados com a Secretaria de Trabalho. E que eles tinham a construção de regras diferentes dessas regras tão rígidas do trabalho. De acordar cedo, bater ponto e não sei o quê, receber só no final do mês. E ter uma formatação diferente nesse sentido. Exatamente pensando nessas características das pessoas que estão em vulnerabilidade. Que enfim, pensar nessa baixa exigência mesmo, que é o que a gente estava falando mais cedo. 01:13:21 Interlocutora 4 Sim. Então, preciso dar uma pesquisadinha. Preciso conhecer um pouquinho mais. Acabou, não deu certo. Preciso até entender o porquê que não deu certo. Se foi um problema político ou o que aconteceu. São duas coisas que eu preciso dar uma pesquisada. É o Braços Abertos e aquele Hospital da Loucura do Rio de Janeiro. Que é preciso repensar, sabe? Aquele Hospital da Loucura eu acho que é incrível. Porque não tinha essa produção. Era produção artística, não tinha essa produção capitalista de ter que produzir algo. Mas uma produção cultural. Não que também trabalhava com essa coisa da autoestima. Trabalhava com a questão muito mais incrível. Mas tinha essa produção. Eu acho que é incrível se colocar em um espaço de convívio. Pesquisadora Sim. 01:15:21 Interlocutora 4 Então, aqui o Barba estava com um projeto. Não sei como é que caminhou. Mas o Barba é filhote do Rangel. E ele tem o Instituto Barba na Rua. Que tinha a ideia de trabalhar com oficinas. Eu não sei se conseguiu, se ele está conseguindo de fato abraçar a rua. Eu acho que ele não está, não sei se ele conseguiu abraçar a rua. Mas ele tinha essa proposta de fazer oficinas de geração de renda com a população de situação de rua. Eu não sei se abraçou, se chegou. Se ele está conseguindo, porque aquilo que eu falei, eu fico até muito chateada de ter que falar. Mas eu acho que, pelo menos aqui em Brasília, existe uma cobrança demais dos poderes públicos. Eu sei sim da responsabilidade e responsabiliza o poder público. Mas existe uma cobrança demais dos benefícios do poder público. E um pensamento de menos do que a gente pode fazer. Me perdoe, me perdoe. Mas eu fico brigando com esse meu sentimento. Mas eu sinto que hoje existe essa cultura de benefício, de pedir benefício e cobrar do Estado o que é a sua obrigação. Mas esquecemos de pensar qual é o nosso dever como cidadão também. De ter essa contrapartida. Pesquisadora Putz, muito legal. Muito legal esse nosso papo. Me despertou aqui várias coisas. Você compartilhou várias coisas importantíssimas que vão contribuir muito aqui. Para pensar no Housing First, para pensar nessa garantia da moradia como um direito. Mas pensar também que a moradia não pode vir sozinha. Ela tem que vir também com a construção de outros sentidos de vida. Tem que vir com propostas costuradas junto a ela. Acho que isso ficou muito forte para mim, esse nosso papo. Muito importante mesmo. Gostei muito de te ouvir. Muito obrigada pela sua disponibilidade, pelo seu tempo de conversar comigo. Por compartilhar comigo de toda essa experiência que você teve. Muito obrigada mesmo.
Dificuldades e outros desdobramentos	00:13:46 Interlocutora 4

	Vão entrar, vão sujar, vão fazer bagunça, vai liberar e aí vai dar trabalho, vai ser ruim, a gente vai ter que segurar uma onda. Mas é uma questão de realmente o que vira bagunça em alguns momentos. Enfim, os dois lados a gente entende. 00:14:00 Pesquisadora Entendi, entendi. É que é isso, né? Quando a gente trabalha numa perspectiva de uma baixa exigência para o usuário, isso pressupõe uma alta exigência para aquela equipe, né? Que vai realmente precisar se disponibilizar mais, vai precisar ter mais trabalho, como você está trazendo, né? 00:14:17 Interlocutora 4 Isso. Quando a gente vai se afastando, né? Quando a gente vai se afastando e vai restringindo, a gente tem um número menor e aí fica mais fácil. Então eu reconheço todo o cansaço mesmo da equipe, a questão de não ter investimento, né? Mas também vai criando barreiras e não vai dando acesso, né? Em alguns casos mesmo, de um certo comodismo mesmo. Quanto menos, né? Quanto menos, melhor. Enfim, é impressionante. Essa questão. 00:14:52 Pesquisadora Entendi. 00:22:24 Interlocutora 4 E aí, ferrou, porque a gente pegou essas pessoas que não tinham, e a gente levou pra casa e muitas vezes faltava mesmo muito básico, porque tinha que ficar esperando o benefício, e aí demorava, e aí não saía. E aí saiu o benefício, a gente chegou a buscar o benefício e já estava empenhorado, o documento da pessoa já estava empenhorado pelo benefício, a pessoa sabia que ia ter benefício e deixava o RG. Então, assim, teve parte da equipe que foi na biqueira de droga pra pegar o documento, e a pessoa deixou o documento lá, e falou, não, eu vou pegar o benefício e volto. E pegar o documento, sabe? Com o dinheiro que ia pegar. Então, não foi fácil, não. Eu não cheguei a esse ponto. Mas teve parte da equipe de ter que negociar com o traficante, porque tinha que ter benefício e aí não conseguia fazer nada. 00:23:25 Pesquisadora Perfeito, entendi. 00:24:40 Interlocutora 4 E aí ele teve um tumor, teve que se ausentar, e aí a visão dele foi por água abaixo e ficou essa visão do Reis e da Adriana, que eram os fudidaços. E aí a gente pegou essa linha mesmo dos fudidaços e aí foi muito problemático, foi muito confuso, porque a gente não consegue, né, é... Não tem estrutura, né? A gente não tinha como alimentar essas pessoas. Essas pessoas não... Né? Eu vou pôr essa pessoa dentro de uma casa? Vou pegar a Amanda, que a Amanda... A gente vai trabalhar com muitos gatilhos, tá? Quando eu cheguei em Brasília, eu morei na casa Santo André, que era uma casa de acolhida, né? E a Amanda morava lá também. 00:28:44 Pesquisadora (sobre a dificuldade de inclusão social quando a pessoa é inserida na moradia) É isso, assim? Como é que... Fala um pouco mais isso pra mim. 00:28:52 Interlocutora 4 Então, eu acho que... Eu tenho medo de soar, né? Eu tenho medo de soar direitista. A gente tá aqui falando política, mas eu tô dentro da sede do PT. Né? Minha posição é muito clara. 00:29:01 Pesquisadora Não tenha medo, não tenha medo. Fale como vem na sua cabeça. 00:29:06 Interlocutora 4 Eu tenho medo de parecer direitista quando a gente fala sobre isso, né? Mas em toda história da humanidade, o homem sempre trabalhou, né? O homem precisou construir sua casa. Essa é uma crítica que eu faço... 00:29:28 Pesquisadora O que? Travou aqui pra mim. Voltou. É, você tava falando que é uma crítica que você faz e aí travou. 00:29:38 Interlocutora 4 Em toda história da humanidade, o homem sempre teve que construir suas casas, caçar, né? Então, a produção... Não essa produção capitalista que a gente vende na nossa mão de obra. Não é isso que eu defendo. E aí é uma briga que eu fico aqui na minha cabeça. Em toda história da humanidade, a gente sempre teve trabalho. E isso... Não se vender da forma capitalista. Não é isso que eu tô defendendo. Mas essas pessoas precisam ter uma atividade, né? Se sentir útil. Gente, as pessoas estão na idade produtiva, né? Então, tem que ter uma utilidade, né? Faz bem, faz bem. E isso foi pensado, mas não foi conseguido agir. Tinha esse pensamento, mas nesse sistema que a gente vive, e se não tiver um negócio governamental, como que eu vou conseguir empregar a Amanda? Como é que eu vou pensar em trabalho pra Amanda? Uma menina negra, né? Me perdoe quem estiver escutando, tá? É sou uma expressão. Com a boca, com os dentes detonados, né? Que não... Como é que eu vou empregar? Onde essa menina vai trabalhar? Quem? Você levaria pra sua casa? Algumas eu levo pra minha, mas quem leva? Você teria coragem de levar pra sua? Ninguém vai levar, ninguém. Isso não é a sua culpa. Como você vai querer que alguém leve essa menina pra empregar? Como você quer que essa menina trabalhe em algum lugar, se você não empregaria ela? Você
--	--

quer que outra pessoa empregue, né? Se a gente não tiver formas de cooperativa, né? Se a gente não tiver outras formas de trabalho, entende? Que ela se sintam... De acolher essas pessoas socialmente, porque essa sociedade capitalista doida não vai acolher a gente. E aí, a gente... Infelizmente, mulher, a leitura que eu faço é que o Centro Pop criou uma galera que se acostumou com aquilo. Eu falo isso porque eu tenho uma menina acolhida na minha casa, né? E tenho um companheirinho aí, um negócio maluco, acomodado. Querem ganhar 600 reais e acham que o Estado é responsável, obrigado por sua vida. Não, gente. O Estado tem responsabilidade pra sua vida, sim. Mas você tem que fazer o outro lado. É como a via de mão dupla. Entende? Ai, porque o benefício do mês de janeiro não saiu ainda. E tu tá esperando o benefício. Tu tá fazendo o quê? E tu tá pensando o quê? Vamos se matricular numa escola? O que a gente vai pensar? Entende?

00:32:32 **Interlocutora 4**

Cria-se uma galera que fica, entende? E é muito triste, não vai ter sonho. Se a gente não tiver sonho, se essas pessoas não sonharem, as coisas não vão mudar. Vão viver como uma planta. Tomando sol e tomando chuva e crescendo só. Entende? E eu acho que o trabalho, né? Acreditar que pode ser mais. Mas a sua parte... É daí que a gente vai ter uma coisa afetiva, sabe?

00:33:05 **Pesquisadora**

Puxa, Interlocutora 4, você falou assim... Você trouxe duas coisas que vieram muito, assim, me pegaram muito, sabe? Que acho que são duas coisas que... Enfim, que a tua experiência, a tua trajetória dispararam, né? Eu acho que uma das coisas que você traz, assim, que até me arrepiei aqui ouvindo você falar. É dessas vulnerabilidades que elas vão muito além do estar em situação de rua, né? Elas se agravam com o estar em situação de rua. Que você falou dessa vulnerabilidade de uma mina preta, né? Uma mulher preta. Então, tem aí duas vulnerabilidades que... Que inserir numa moradia por si só não vai resolver, né? Porque são dois marcadores de preconceito, de violência que vão muito além. E a outra coisa que você trouxe, que eu acho que é muito importante também, é sobre essa necessidade de ser produtivo, né? Eu acho que a necessidade de ser produtivo quando você traz, e passou aqui por mim isso, no sentido de construir um sentido para a própria vida. Como você falou, né? As pessoas ali estão numa idade de ser produtivo, de fazer alguma coisa, de trabalhar, de fazer seus corre. E quando isso não acontece junto com a oferta, com a garantia desses direitos, com a garantia do direito à casa, com a garantia do direito à alimentação regular, isso é como se houvesse um esvaziamento de sentido. Acho que quando você traz isso, né? Cria-se uma galera que não vai ter sonho, que não tem sonho. Acho que isso resume muito, sabe? É isso. Pô, beleza, eu acho que garantir casa é importante, é direito, né? Mas o que se garante junto com a casa, né? O que se garante junto com a casa e com a comida?

00:35:03 **Interlocutora 4**

E aí o projeto ia ser de um ano. Então, isso mexe muito com a gente, né? Tá bom, eu vou ficar um ano. E depois de um ano? Então as pessoas não conseguiam ficar em paz já preocupada com esse depois de um ano. O voltar pra rua, né? Então, isso foi algo assim, péssimo, péssimo. Então, assim, durante seis meses a gente ainda tava na euforia da casa. E depois, quando foi passando os seis meses, né? 'E vai acabar o projeto. Vai acabar o projeto, eu não vou ter pra onde ir'. E aí as pessoas ganharam. As pessoas ganharam geladeira, televisão. Compraram, ganharam geladeira, televisão. Levantaram suas casinhas. E aí começou a vir a possibilidade de perder. Então tem toda essa questão do sonho, da dificuldade dos vínculos e tal. E depois começou a vir esse desespero. Como é que você se apegou a algo que você sabe que vai perder? Você não se sente propriedade, você não se sente parte daquilo. Então você demorou um tempo pra criar um vínculo com o teu espaço. Pra se sentir pertencente àquele espaço. E aí quando começa a dar o tempo de você começar a se sentir pertencente àquele espaço, já começa a vir a ideia de que vai acabar, que você vai perder aquele espaço. Foi muito pesado lidar com isso. Esse fim, né? Então como você se apegou, como você se apaixonou em algo que você sabe que vai perder daqui a pouco? Então foi outro problema.

00:53:08 **Interlocutora 4**

Efetivamente, de transformação. Eu acho que ainda cria essa angústia nas pessoas. É bom que você pegue uma criança lá da favela e dê um mousse de chocolate? Não sei se isso é bom ou se é ruim. Ela não conhecia o que era mousse, ela não sabia que era gostoso. Você deu, você passou na boca dela, ela experimentou, ela vai começar a querer mais. Entende? Ela não sofria, ela via, ela não podia imaginar, mas ela não sabia o que era. Quando ela sabe, ela vai passar a sofrer mais. Não sei, não consigo. Então, eu consigo ver uma redução, a gente teve uma melhoria, mas eu acho que teve um problema emocional, a gente causou também esse problema emocional. Eu não tenho problema com droga adição, não tenho problema com álcool. Eu demorei muito mais de um ano para ter um tratamento. Demorei muito mais de um ano para conseguir me estabilizar. Hoje eu tenho uma moradia aqui pela CODAVE, que é pela moradia popular aqui em Brasília. Eu ganhei uma moradia popular sem problema de drogas. Sendo uma mulher branca, sendo uma mulher nível superior. Problema psíquico, de repente, mas sem graves problemas psíquicos. Eu demorei muito mais de um ano para me reorganizar e ainda hoje não estou totalmente organizada. Então, um ano, me desculpe, efetivamente a gente não tem melhorias. Eu acho que, de repente, serviu aquele momento, mas sim, muito marcado e muito momentâneo. Historicamente, não consigo ver como solução. Não tem como a gente pensar em moradia nesse sistema capitalista excludente que a gente vive. Se a gente não tiver formas de produção, se a gente não tiver, ou então, atividades culturais, essa pessoa vai sair, essa pessoa não vai para o setor comercial das drogas, não vai para os biqueiros das drogas, ela vai para onde? Se essa pessoa não tiver uma paixão, se a gente não conseguir transformar uma paixão, ou ela descobrir essa paixão, que ela possa fazer outras coisas, que ela possa se inserir em atividades culturais, em voltar a estudar, em voltar a sonhar. Em disco, porque muitas vezes nem ela sabe qual a paixão dela, do que realmente ela gosta. Então, se a gente não conseguir buscar isso, mas em um ano é pouco tempo, me desculpe. Me desculpe, me desculpe, me perdoe, Adriana, me perdoe, Alexandre Reis. Sabe? Serviu naquele momento muito marcado. Historicamente, eu não consigo ver que foi bom.

	Criou vínculo, criou amores, de pessoas que a gente se vê e se abraça, e criou afeto, mas repetitivamente eu não consigo ver. A gente não conseguir pensar formas de cooperativas, formas coletivas de produção, formas de produção sem ser essa capitalista. Se a gente não conseguir inserir essas pessoas em espaços de arte, em culturais, e fazer essa pessoa se apaixonar por isso, que muitas vezes nem conhece. Se a gente não caminhar junto, não. Não vejo efetividade. 00:56:37 Pesquisadora Maravilha, Interlocutora 4. Nossa, acho que essa perspectiva que você traz, que é para além de garantir a moradia, é garantir espaços de construção de sentido. Fico pensando muito nisso, ouvindo você falar. É construir um sentido para essa vida. Seja criando paixões para ir no CCBB, de curtir o Lago Paranauá, de curtir essa cidade que antes ficava muito localizada num setor de muita vulnerabilidade, se não criar esses sentidos junto com essa garantia da moradia, fica muito difícil. Fica muito difícil ter mudanças duradouras e efetivas. 00:57:27 Interlocutora 4 Sem o moralismo do contra droga, eu acho que a gente não está falando contra droga. É a forma com que se usa, a forma com que isso se dá. E aí tem que ocupar o espaço que a droga ocupa, tem que ser ocupado por alguma coisa, senão vai ficar um negócio vazio e não tem como. 01:02:29 Interlocutora 4 Menina, esse sistema capitalista que a gente vive, ele é extremamente excludente. Eu estou com 43 anos, eu não me enquadro, eu não sou quadrada, eu não me enquadro. Tem uma personalidade diferente e a gente tem dificuldade de estar inserido nesse sistema. Eu me vejo, sim, de repente com algum tipo de transtorno, tive uma crise depressiva, não consegui mudar para a sala de aula e abandonei, não consegui nunca mais na minha vida. Eu vejo isso, sim, às vezes como um problema, de repente algum problema psíquico, de pânico, mas leve. E eu tenho dificuldade, então assim, eu tenho idade produtiva, mas eu já estou velha para o sistema. Então, é um sistema muito excludente, entende? Se a gente não pensar em outras formas de produção, se a gente não pensar em formas mais livres, eu entendo que você tem uma filha e precisa deixar sua filha com a babá para você ir trabalhar. A babá tem que ter compromisso de estar aí para ficar com a sua filha para você poder ir trabalhar. A gente desconstrói toda uma grade, ela precisa de cumprir o horário, eu entendo tudo isso. Mas a gente precisa, para essas pessoas, se a gente não criar outras formas de produção cooperativas, de uma forma mais livre, de produção mais livre, com respeito com essa singularidade, é muito difícil. Não adianta eu querer que essas pessoas trabalhem entre o sistema. Elas não são quadradas, elas não vão se enquadrar. Então, tem que ser pensado em outras formas de produção que não sejam essas capitalistas que a gente vive. E aí é meu, é uma crítica minha. Eu acho que de uma outra forma a gente cria uma galera que vive na espera que o governo faça. E eu acho sim que é uma via de mão dupla. Eu acho que é uma via, a não ser aquelas pessoas que estejam muito fodidas, com transtornos muito fodidos. Que aí tem que ser tratado como alguém com transtornos muito fodidos. Não tem condições de escolha. Porque também a gente não pode, mulher, tirar a responsabilidade dessas pessoas. Não é culpá-las. Mas é também qual que é a responsabilidade que nós temos em cima de tudo isso. Entender todo o sistema social, entender toda a desigualdade. Mas qual que é a responsabilidade, o que a gente vai fazer para mudar tudo isso hoje, entende? Porque ficar tratando como coitadinho, entendeu? Eu acho que efetivamente a gente não vai conseguir. A gente não vai ter reforma, a gente não vai conseguir resolver isso. Acho que tem que mudar algumas visões. Uma vez eu passei com uns garotos que eu conhecia. Garotos homens, homens mesmo, 40 anos. E um deles, professor de história, professor de matemática, inteligente. E eu estava trabalhando até no projeto ainda. Eu passei pelo setor de farmácias e senti a dica de bater um papo com eles, esperando o horário de buscar minha filha na escola. E aí passou uma senhora muito bem vestida e parou ali para conversar com a gente. E aí ela falou assim, por que vocês não vão no centro pop? Aí um deles falou assim, aquilo é tudo mentira, aquilo não dá futuro para ninguém não. Aquilo é só mentira. E eu sabia que um deles pegava o auxílio aluguel, estava na rua pegando o auxílio aluguel, falando sobre a pessoa. Aquilo é tudo mentira. E aí essa senhora virou as costas. E aí começou assim, foi muito educada, muito simpática. E aí ela foi, seguiu o caminho dela. Um olhou para o outro e falou, você dá o choque? Aí o outro deu o sinal. Aí ele foi na direção dela para fazer o manguêio. Sei lá, falar que estava com fome, que queria dinheiro para comprar bala. E a gente sabe que não era verdade, entende? A gente sabe, eu sei que não era verdade. Então, essa vivência aqui, e aí é muito triste. Eu não sou direitista, porque eu vejo o outro e entendo. Mas eu vi muitas pessoas, mulheres, falsificando atestado de óbito para pedir dinheiro. Para fazer uso de drogas. Então, será que é isso que a gente quer também? Será que é isso que a gente quer? Não sei, porque aí me como fogo, sabe? E aí eu fico numa encruzilhada, porque eu tenho a visão social, porque eu entendo sim socialmente. Porque eu vejo sim o problema social que as pessoas sofrem. Mas alguns se acostumam, e viciam tanto naquela situação, entende? E aí, o que a gente faz? É isso mesmo? E antigamente, eu tinha um coração muito mais livre. Eu ajudava muito mais. Depois que eu passei, depois que eu vivi, Ah, gente, pode não pagar um café para alguém? É muito. Porque eu vi que as pessoas estão ali, então... Eu consegui ver, assim, eu vi muita mentira. E aí, o que é isso, sabe, gente? O que é isso? Como tratar essas pessoas? O que fazer com essas pessoas? Sei lá, pessoas que são aposentadas e que estão na rua. E aí, quando aparece, porque eu não tenho isso, porque eu não tenho... Porque as pessoas muitas vezes são aposentadas, estão ali. É difícil? Eu sei que é, gente. Difícil a gente seguir a 1.307, sei. Mas as pessoas que são aposentadas, estão ali. Entendi aí. O que a gente vai fazer? 01:08:25 Pesquisadora São perguntas complexas, né, Interlocutora 4? 01:08:27 Interlocutora 4
--	---

	É muito triste. Então, assim, a gente tem a visão social, eu tenho a visão social. Mas tem coisas assim, que depois que eu passei, eu fiquei muito mais dura. Você vê que muitas coisas não é a verdade. Me perdoe. Me perdoe. É lindo, tá? No meu primeiro curso de massagem, eu morava na rua. 01:09:03 Pesquisadora Acho que essas coisas que você traz são importantes. Eu tô pensando assim, né, que eu acho que essa perspectiva que você traz, ela é muito importante para a gente pensar como que se cria responsabilidade também, né? Como que se constrói uma relação de responsabilidade, de corresponsabilidade. Não é culpar. É criar responsabilidade junto. 01:09:27 Interlocutora 4 Sabe? Porque, infelizmente, claro que a gente tem transtornos mais pesados, entende? Mas as pessoas com transtorno lá, então também pode ser produtiva. E o ser produtivo é muito importante. Eu sei que o sistema, esse sistema que a gente conhece, não vai abraçar essas pessoas. Mas precisa pensar em outras formas como que esse sistema abraça essas pessoas. Eu imagino que vai fazer bem. E aí tem, sim, alguns casos de vitimismo, né? De me perdoe, me perdoe, sabe? Porque eu fico me condenando pelo meu próprio sentir. Porque a gente fica procurando meio termo, né? A gente fica procurando meio termo pra isso. E aí a gente fica nessa briga mesmo interna, né? De não querer. 01:19:01 Interlocutora 4 Então, ainda a luta ainda. É isso que eu falo. Mulher, assim, sendo branca, eu me sinto sim, com conhecimento. Me sinto uma pessoa privilegiada. Não melhor do que ninguém, mas privilegiada. Reconheço meus privilégios. Venho de uma família muito pobre. Fiz faculdade com muita luta, mas tive essa oportunidade. Nesse país que a gente vive, só o fato de ser branca já é um privilégio. Então, não tenho problema com droga, não tenho problema com álcool. Estou em Brasília há dez anos, praticamente. E até hoje, eu não consigo caminhar com pernas próprias. Até hoje, o que me garante as minhas contas diárias, assim, né? Minha água, minha luz, meu condomínio, ainda é o benefício do governo. Então, com todos esses privilégios, com toda essa facilidade, eu tive uma moradia fixa por conta do governo, não saiu do meu bolso. Foi doada pelo governo. E eu ainda não consigo caminhar com pernas próprias. Então, pensar em sair em um ano, gente, pra galera fodida, é muita judiação, é muita judiação. Não tem como. A gente vai criar uma outra dor na cabeça da pessoa. Me perdoe, me perdoe. A gente não vai trazer um... A gente vai criar... Ela não conhecia, você vai passar e tirar, sabe? Você vai ter uma dor maior, infelizmente. Se a gente não pensar numa coisa fixa, numa coisa... A Adriana tem uma ideia muito bacana, que seria a gente ocupar esses hotéis que a gente tem aqui, né? Pôr essas pessoas pra morar nesses hotéis, nesses espaços que estão desocupados, que estão se acabando. Mas não é colocar e deixar. É colocar dentro dos espaços, meio que o De braços abertos, né? Deu um acompanhamento, não ninguém fiscalizando, sem o moralismo de ficar cuidando e ficar cheirando se a pessoa bebeu ou não. Com todo respeito, com as suas particularidades. Ter alguém ali pra cuidar da segurança, pra não deixar a coisa vir de bagunça demais. Mas respeitando a individualidade. Mas... Se a gente não pensar esses espaços aqui no plano também, gente, você vai levar pras cidades-satélites, elas vão montar. Porque aqui que estão os vínculos, aqui que está a família, aqui que estão os amigos. Esses laços afetivos. Não... alguma coisa onde ela saiba que vai ser dela, e não corre o risco de perder. Porque essa sensação, o risco de perder, eu já nem entro. Não sabendo que daqui a pouco você vai ter que deixar. Nem adianta, sabe? Isso a gente cria um outro transtorno. 01:21:56 Pesquisadora Perfeito, Interlocutora 4. 01:21:58 Interlocutora 4 Já falei tudo isso.
História de vida	Interlocutora 4 Eu tenho formação em história, mas em algum momento da minha vida eu abandonei a sala de aula e virei hippie, né? Fui viajante, e aí eu aprendi a fazer artesanato, a me virar. Depois eu tive minha filha, voltei pra minha cidade de origem, fui trabalhar, voltei pra sociedade, né? Me inseri novamente socialmente, e aí eu me envolvi com o pai da minha filha, depois eu sofri violência doméstica. Eu fugi de São Paulo e vim pra Brasília fugida. Então, em Brasília, eu cheguei com a minha filha bebê, né? E aí quando ela tinha dois anos, a gente chegou a passar por situação de rua. 00:03:00 Interlocutora 4 E aí o Rangel, eu fui falar com o Rangel, eu fiquei sabendo do projeto e fui falar com o Rangel. Ele falou 'não, Interlocutora 4, calma, porque você vai ser atendida pelo projeto'. Aí eu falei 'não, Rangel, eu quero trabalhar no projeto. Eu tenho formação pra poder trabalhar no projeto'. Eu já trabalhei, já fiz social, né? Sou professora, tenho condições de trabalhar no projeto. Então, como tudo aqui, meio que em Brasília, acontece pelo Peixada, né? O meu nome foi uma figurinha carimbada, tá? Eu sei disso. Eu tinha formação, eu tinha coisas aí pra trabalhar ali, mas foi meio que um, né? Uma seleção, meio pessoal, tá? Então foi isso. Respondi a sua pergunta? Mas eu, então, eu tinha formação, eu tinha contato com o Centro Pop, né? Eu tava pegando auxílio na época, eu pegava o auxílio aluguel do Centro Pop pela minha situação que eu passava, tá? Então foi através do Rangel, do Barba, que eu tive esse contato. Então, não foi casual, tá? Foi uma figurinha meio que carimbada, assim. Eu sabia o que queria acontecer, tá? 00:25:33 Interlocutora 4

	Só que a Amanda tinha esse problema com drogadição, assim, muito forte. Ela tinha um filho que tinha quase a idade da minha filha, né? E era uma garota negra, filha de mãe alcoólatra, né? Criada com a avó, e assim, muito zoada, assim. E eu lembro da gente ter mandado a Amanda, colocado a Amanda numa moradia. E aí ela ia ficar fazendo o quê o dia todo? Uma pessoa com transtorno, com problemas, com dependência química, dentro de uma casa sozinha. Ela não tinha o que fazer. E a gente não conseguia inserir essa Amanda, né? Ela não tinha o que fazer, gente. Ela não tinha o que fazer. Ela ia perder, ela ia usar droga, gente. Então, não tinha o que fazer, a gente não tinha condições. A gente não conseguia pôr essa menina numa aula de arte, num balé, numa dança. Então, não conseguia buscar isso dela, né? Quais são os sonhos, né? E se ela falasse qual que era o sonho, a gente buscou apoio na igreja, assim. Eu, como ateu, a gente buscava meio que apoio nas igrejas, assim. Quem da igreja que pode vir aqui buscar Amanda pra fazer parte de um contexto social. Porque o setor comercial era o contexto social. Era ali que estavam os amigos, era ali que estavam os afetos, os amores, né? Você tira ela desse núcleo de amigos e põe ela dentro de uma casa na periferia, sem conhecer ninguém. Gente, enlouquecedor, não existe. E aí, assim, a gente tinha que buscar a igreja, a gente tinha que conversar na igreja. E tentar fazer que ela fizesse vínculos com a igreja, porque... De domingo, você não conseguia, né? O que ela ia fazer no domingo, durante o dia? O que ela ia fazer durante a semana, durante o dia que a gente não estivesse lá? E aí, a gente tentou, assim, algumas pessoas que tinham sido mais religiosas, a gente tentava vincular com a igreja, né? Ver os horários de culto, pra que ela frequentasse o culto, pra que ela tivesse por que tomar um banho, passar um perfume, pra ir pro culto. Porque, socialmente, é muito difícil. 00:27:36Pesquisadora Acho que você tá trazendo uma questão muito importante, assim, né, Interlocutora 4? Que eu fiquei pensando e aí você me disse se é isso mesmo, assim, que tá... Enfim, se eu tô entendendo, né? Que essa... Embora, né, esse acesso à moradia, ele seja importante, sim, né? Tem muita gente que precisa desse acesso à moradia. Que precisa desse acesso à moradia, ele também pode trazer uma fragilização dos vínculos dessa pessoa, né? Tanto dos vínculos ali que ela faz ali no... Onde ela tá, né? No fluxo que ela tá com as pessoas que ela criou vínculos na rua, quanto os vínculos com as próprias atividades diárias, né? Então, quem tá ali naquela situação de rua, tá ali com a galera, tá em grupo, né? Enfim, ou tá sozinho fazendo seus corres, mas quando essa pessoa vai pra uma moradia e que ela fica sozinha nessa moradia, onde que tá o sentido? Não sei se é isso que você tá me dizendo, mas foi isso que chegou, assim, pra mim. 00:36:55Interlocutora 4 A gente teve uma situação muito legal, que foi o seu Marco Antônio. O seu Marco Antônio é um mineiro. Hoje a gente conseguiu BPC pra ele, com transtornos. Um senhor incrível, uma pessoa que dá vontade de carregar do colo. Um senhor gigante, quase dois metros de altura, amigão. Lindo, tocava um violão, uma conversa linda. Ele foi andarilho, né? Mas também usava álcool e outras drogas, mas é uma pessoa linda. E como eu tava muito nesse momento social também, né? Então eu morava numa vila do Chaves. Morava eu e minha filha numa casinha. Interlocutora 11, uma mulher trans, ficou comigo, acolhida na minha casa um tempo. O Davi, um outro garoto de situação de rua, era também da equipe. Morava nessa vila, até ele tinha sido meu namoradinho em algum momento. Davi também tocava violão, rapaz negro, né? Assim, muito bacana. E a gente conseguiu alugar um quatinho pro seu Antônio nesse mesmo contato social nosso. E aí foi uma das pessoas que mais... Porque a gente fazia almoço de domingo junto. A gente sentava e tocava violão. A gente virou uma grande família. A dona da casa era uma pessoa muito humana também. A gente fazia comida pra todo mundo. Fazia comida, sobrava e dava pra todo mundo. Então a gente chegou a fazer viagens. E o seu Marco Antônio junto. Levava o seu Marco Antônio junto. Enfim, eu acho que foi uma pessoa que deu muito certo por conta desse coletivo. E ele falava, ele falava, 'eu quero ir morar num lugar onde o Davi esteja próximo'. Ele criou esse carinho pelo Davi. Pra não ficar sozinho. A gente tinha até visto uma casa com uma melhor qualidade, um espaço muito melhor. E ele falou, 'eu quero morar onde o Davi esteja próximo'. E aí foi um negócio que deu certo porque tinha esse convívio social. 00:39:13Pesquisadora Isso faz muita diferença, né? Faz muita diferença ter essa sensação de família, né? De coletivo, como você colocou. 00:39:24Interlocutora 4 Total, total. De ser querido, né? De fazer parte, de pertencimento. Sim, sim, sim. 00:39:31Pesquisadora Muito importante isso. Acho que isso aqui é um elemento central pra se pensar. Nessa... Nesse tipo de construção, né? Nesse tipo de proposta, de cuidado.
--	---

Interlocutor 5 – Palmas Que Te Acolhe – Palmas/TO

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	[00:09:35] Pesquisadora E aí, Interlocutor 5, pensando nisso, né? Numa proposta tão recente, né? Que é o Housing First, num território que a gente sabe que até então nem se discutia população em situação de rua, né? Nem se tinha ali, e ainda nós temos pouquíssimos dispositivos que ofertam cuidado para essa população. Como que era essa articulação com os outros serviços, com as outras políticas, né? Como é que era essa inserção dessa proposta de Housing First, desse projeto, nesse cenário, com outras políticas, com outras ofertas?

	[00:10:16] Interlocutor 5 Então, acho que a questão de se ofertar a moradia em si, é muito bem aceita na maior parte dos serviços, né? Mas a forma de se implementar isso é que gera muita controvérsia, né? Principalmente quando se debate isso juntamente com a questão da redução de danos, né? Então, era muito pautado que deveria haver abstinência, né? Principalmente dentro da moradia, mas que... Mas essa questão da abstinência foi pauta muitas vezes, né? Então, acho que o debate principal era nisso, na forma de fazer. Mas que a questão da oferta na moradia era importante, isso daí acho que sempre foi consenso, principalmente entre a maioria dos participantes e dos serviços da rede também. [00:11:28] PESQUISADORA E aí, quando você fala dessas controvérsias, né? De pautar essa questão da abstinência, isso era uma questão que era levantada ali entre a equipe, ou era algo que era debatido e era cobrado, de alguma forma, dos serviços? Como que se pautava? Como é que vinha essa controvérsia, né? [00:11:52] Interlocutor 5 Tanto de outras... De outros serviços, ou da própria gestão, como dentro da própria equipe, né? Dentro da equipe também, assim, algumas questões não eram unânimes, né? Acontecia de ter essa divergência de opiniões, inclusive sobre a redução de danos, né? E já aconteceu também de dar gestão, tentar, né? De que a abstinência seria importante, que a abstinência seria um ponto-chave para a coisa funcionar ou não, né? [00:12:44] PESQUISADORA E aí, quando você se refere à gestão, você está se referindo à gestão municipal, né? E a nível ali da prefeitura, secretarias, ou a nível do próprio projeto? Porque como o projeto estava vinculado à Fundação da Juventude, então ele acabava não estando vinculado, por exemplo, à Secretaria de Saúde, de Assistência Social. Essa cobrança a nível de gestão, ela vinha de que... De que frentes, né? Vamos dizer assim. [00:13:17] Interlocutor 5 Acho que principalmente da Fundação, mas da gestão como um todo, né? Mas principalmente da Fundação, que era quem tinha mais gerência sobre o projeto, né? [00:13:30] PESQUISADORA Que aí se tinha ali um certo tensionamento para a forma como estava sendo conduzido o programa, o projeto, no caso. Perfeito. [00:13:45] Interlocutor 5 Assim, eu não sei se a palavra certa seria um tensionamento, mas havia divergências... De fato, acontecia um tensionamento, sim, para... É isso, é isso. Acho que você resumiu bem. [00:32:53] PESQUISADORA Tranquilo, sem problemas. Porque eu fiquei pensando nisso. Eu lembro desse primeiro espaço, que era aquela kitnet, que eles tinham um quarto, tinham um banheiro privativo, tinha um espaço ali comum. Eu lembro desse hotel, mas eu não sei se eu cheguei a conhecer esse outro espaço. E aí, pelo que você foi me falando, me parece que foi o espaço que vocês tiveram maior, uma relação mais tranquila com o gestor ali do espaço, com o dono do espaço, possibilitando que os beneficiários tivessem uma certa autonomia, que tivessem ali uma certa cogestão do espaço, sem as restrições do hotel, mas também... Saiu minha câmera. Mas também sem o... Voltou? Voltou. Mas também sem aquela... Aquela... Bom, não sei que palavra usar, mas você foi falando ali daquele primeiro espaço, que foi um espaço que ficou mais conhecido, que a galera estava levando gente diferente para lá, estava levando gente que não era do projeto. Então, era um espaço ali que estava em maiores dificuldades nessa questão da congestão, da galera se organizar nesse espaço. E ter esse gestor, que era um parceiro de vocês, e que tinha uma relação bacana com os beneficiários, favorecia para contribuir nesse processo de congestão. Perfeito. [00:34:26] Interlocutor 5 Foi... É isso, facilitou o processo. Eu acho que o tempo que a gente esteve nesse espaço foi mais frutífera e, principalmente, por causa dessa relação que eles tinham com ele e com essa questão de ser um pouco mais afastado. Não era... Esse espaço que foi mais conflituoso era um espaço que ficava bem próximo ao Caps AD, inclusive. E aí eu acho que... Muitos deles eram frequentadores do Caps AD e acho que nesse processo foi ficando muito conhecido e acabou que virou um ponto que o pessoal saía do Caps AD e ia para lá também. [00:35:16] Pesquisadora Virou uma referência para a Pop Rua, não é? [00:35:19] Interlocutor 5 Exatamente. Só que não era um serviço pronto para receber mais gente, era a moradia daqueles beneficiários. [00:35:31] Pesquisadora Não era um centro de convivência, um centro pop. Não era um serviço ali para receber a galera, para passar o dia, para ficar ali de boa. Era um serviço específico para aquelas pessoas que já estavam inseridas na moradia e essa proximidade com o Caps acabou ali por favorecer uma certa referência nesse espaço. Perfeito. Entendi. E aí como que foi a escolha por esses espaços? Então, por esse espaço que era perto do Caps AD, ali na região norte, por esse hotel, Pesquisadora entendi que a escolha do hotel foi até por uma questão de já ser um hotel que já recebia populações vulneráveis, que já tinham uma certa experiência em receber populações vulneráveis. Como é que se deu essa escolha? Foi, enfim... [00:36:27] Interlocutor 5 Os pontos principais foram espaços que fossem adequados àquilo que a gente precisava. Então, muitos quartos para que a gente pudesse garantir a moradia. Se não me engano, a meta do projeto eram 20 beneficiários e principalmente quem estivesse disposto a alocar o espaço para esse tipo de projeto. [00:38:19] PESQUISADORA Entendi. como é que era a relação? Porque vocês tinham as moradias em que os beneficiários iam para dormir, enfim, mas também tinham ali a sede administrativa, né? Inclusive, onde funcionou a horta, a oficina de sabão. Como é que era essa relação, assim, dos beneficiários com a sede administrativa, com a equipe ali, né? Como é que isso funcionou? Ou tinha uma galera que ia realmente só para moradia, só ia dormir, já saía, não tinha muita relação com você? É isso. [00:38:56] Interlocutor 5 Cada beneficiário desenvolveu uma relação diferente, né? Criava um vínculo diferente. Então, tinha gente que, inclusive o pessoal que se envolveu mais na questão da horta, né? Então, eles iam para lá de manhã e, geralmente, ficavam a grande parte do dia lá, né? E já alguns outros, assim, não iam
--	---

	rotineiramente para lá, né? Iam quando a gente solicitava, quando a gente tinha alguma atividade lá com eles, né? Mas essa relação foi muito específica, muito individual, né? Então, mas assim, durante grande parte do tempo, principalmente quando houve a horta, a gente teve uma intensa rotina na sede administrativa, né? Então, ali, a equipe técnica e os beneficiários do serviço ficavam grande parte do dia ali, seja nos cursos, seja fazendo as atividades para geração de renda, né? Cuidando da horta, que exigia bastante. Então, durante grande parte, mas assim, no tempo deles, a gente também tentava fazer com que eles acessassem os outros serviços, né? Então, fazia agendamento para consulta médica, tratamento odontológico, né? A maioria deles, pelo menos os que quiseram, fizeram tratamento odontológico. A participar das reuniões e das atividades do CAPES AD, então a gente influenciava para que eles buscassem os serviços do CAPES. Mas a gente, durante algum tempo, né? Que não foi durante todo o projeto, mas durante algum tempo, a gente dispôs de um carro, e com esse carro a gente também tinha mais autonomia para ir até a moradia. Então, a gente tinha uma rotina intensa também na moradia, assim, eles não ficavam muito tempo, acho que não ficavam mais que um dia sem o acompanhamento de, pelo menos, algum colaborador na moradia.
Intersetorialidade e território	[00:16:32] PESQUISADORA Sim, e aí eu acho que você pode talvez me falar mais de como foi essa articulação intersetorial do projeto, pensando que ele teve sim essa atuação da oferta de moradia, mas para além disso vocês faziam ali uma articulação para ofertar um cuidado integral. Como é que era essa articulação que vocês faziam que articulava essa rede? [00:16:59] Interlocutor 5 Então, um dos pontos do serviço do PQTA foi fazer essa sensibilização com os outros serviços da rede, então foi um dos primeiros passos do projeto, a gente se reuniu com todos os serviços da rede, e nesse ponto o César foi muito importante, o Interlocutor 9 foi muito importante. Então, o primeiro passo foi esse, a fundação, inclusive, ajudou nesse processo também, e a gente buscava parceiros nos serviços, então no serviço sempre tinha alguém que a gente sabia que o diálogo era mais fácil e que a gente conseguiria articular melhor. Então, vocês na área de psicologia do CAPS, você, acho que a Bárbara, não me recordo o nome das meninas, mas é isso, as residentes de psicologia e da assistência social, principalmente no CAPS. O Valdeir, no CREAS, que também não era unânime as nossas opiniões sobre o projeto, mas era um parceiro, ajudava. Então é isso, a gente sempre buscava alguns parceiros que tinham mais afinidade com a pauta para a gente poder dialogar.
Eixos de trabalho	[00:18:33] PESQUISADORA Certo. E aí, acho que a gente pode falar um pouco de como foram os eixos de trabalho do projeto. Então, teve o eixo da moradia, quais outros eixos o projeto também atuou e como é que foram esse trabalho nesses eixos? [00:18:53] Interlocutor 5 Tinha o eixo alimentação, então a gente garantia o almoço no restaurante comunitário, grande parte da moradia foi feita no hotel, então eles tinham o café da manhã também no hotel, e a janta. Então, eles tinham as três refeições garantidas, Teve a questão da garantia de direitos, onde a gente buscou emitir a documentação, a maioria deles não tinham documentos, então a gente buscava retirar toda a documentação deles e buscar os benefícios aos quais eles tinham direito. Então, benefício assistencial, a gente conseguiu alguns, o próprio acesso à saúde, que muitos deles tinham algumas comorbidades que precisavam ser tratadas, então acesso à saúde, acesso à documentação, acesso aos benefícios assistenciais, e tinha também o eixo, se não me engano, esporte e lazer, então a gente buscava promover algumas atividades nesse sentido com eles também, violão, esporte, iam para a praia jogar bola, algumas atividades durante a semana e finais de semana, então tinha piquenique na praia, a galera jogava futebol, então algumas atividades nesse sentido também. E foram ofertados alguns cursos também, só que os cursos foi um dos eixos que a gente teve mais dificuldade, tanto na oferta como na adesão deles, eu acho que por ser tudo muito novo, o que foi pensado para ser ofertado talvez não tenha sido mais adequado, e por isso, por toda essa didática convencional de sala de aula, que é muito fora dos costumes deles, a gente teve também uma baixa adesão. E a gente trabalhou também a questão da geração de renda, que foi um desafio também, havia uma, um ponto no projeto que seria para garantir o repasse direto de recursos, como bolsa, para que eles dispusessem de quatro horas de trabalho por dia e eles receberiam proporcional a isso, só que o projeto não conseguiu implementar, então esse repasse direto de recursos em troca de serviços básicos, como varrição, foi isso que foi pensado, mas isso não deu certo a implementação, acho que principalmente pela forma, o município, se não me engano, não encontrou uma forma de fazer esse repasse de acordo com o regulamento do município, pelo menos essa foi a explicação que nos deram. Então a gente trabalhou com outras formas de geração de renda, com a economia solidária, então a gente reaproveitava óleo para fazer sabão, produtos de limpeza, e eles revendiam as barras de sabão. Durante algum tempo a gente teve uma horta e eles cuidavam da horta, plantavam, adubavam, colhiam e faziam a venda, e o projeto ajudou na gestão financeira da horta, e durante algum tempo eles conseguiram gerar renda também através da horta e da venda principalmente do sabão em barra, mas teve desinfetante, teve outros produtos de limpeza que eles fizeram também. Também teve tempero com os produtos da horta. [00:23:22] PESQUISADORA Sim, foram vários eixos de trabalhos pela alimentação, moradia, esse acesso a direitos, saúde, documento, benefícios, esporte, lazer. E aí você falou dos cursos e da geração de renda, dos cursos você falou que foi um dos eixos que teve maior dificuldade, e aí os cursos e a geração de renda, a implementação dessas bolsas. Bom, você trouxe que na questão dos cursos foi tanto a forma de oferta, de ser aquela metodologia muito tradicional de sala de aula, e aí isso impactou na adesão das pessoas, mas eram cursos profissionalizantes, era uma parceria que vocês firmaram com uma instituição, como é que foi essa oferta de cursos? [00:24:14] Interlocutor 5 Se não me engano, foi uma entidade que foi contratada para ofertar alguns cursos. Eu, para te falar a verdade, eu não me recordo quais foram os temas dos cursos, mas eu tenho isso em arquivo, então eu posso verificar e te falar direitinho quais foram os temas certinhos dos cursos. Mas é isso, eles tinham dificuldade de ficar uma hora, duas, dentro da sala de aula. [00:25:36] PESQUISADORA Beleza, legal. E aí, então, foi isso, né? O dos cursos foi uma instituição separada que foi contratada especificamente para a oferta desses cursos, né?

[00:25:47]	Interlocutor 5	Perfeito, acredito que foi isso mesmo, Carol. Eu consigo verificar essa informação também, quem foi que ofertou o curso, mas, pelo que eu me recordo, foi exatamente isso. Uma entidade contratada para a oferta dos cursos.
[00:27:13]	PESQUISADORA	Ah, que legal, que massa. E aí, pensando, voltando ali talvez agora para o eixo da moradia, Interlocutor 5, como é que foram organizadas, né? Como é que foi feita essa gestão da moradia? Você falou ali do período que eles ficaram no hotel, mas antes de ir para o hotel eles passavam por outro espaço. Como é que foi essa inserção na moradia? Pensando aí nesse início de mapeamento, de busca ativa e aí começamos então a inserção das pessoas na moradia. Como é que foi esse período?
[00:27:50]	Interlocutor 5	Então, primeiro a gente teve um espaço que foi alugado em que a gestão do espaço era nossa, da equipe e muito deles também que era quem morava lá. E dentro desse espaço houveram alguns problemas. Havia muita divergência em como é que isso deveria ser implantado. E assim, muita dificuldade na gestão do espaço de fato. Durante a maior parte desse período sempre tinha um profissional. Inclusive, a gente dormia, se revezava e dormíamos no local também com eles durante grande parte do projeto. Só que é isso, a gente tinha alguma dificuldade nessa gestão, principalmente depois que o local começou a ficar conhecido entre a população em situação de rua. Eles acabavam levando outras pessoas para lá. E aí, quando o espaço ficou muito conhecido a gente teve alguns problemas de conflito, inclusive houve furto. Então, a gente teve alguma dificuldade nesse sentido. E aí, posteriormente, a gestão, a questão da moradia foi trabalhada através de locação de quartos em hotéis. Eles ficavam em quartos duplos, ficava uma dupla por quarto. Esse hotel especificamente que nos recebeu era um hotel que já tinha alguma experiência com populações vulneráveis. Eles já trabalhavam, se não me engano, com a FUNAI, também recebendo população indígena. Então, eles foram mais abertos nesse sentido. Tivemos alguns conflitos também, mas nada que a gente não conseguisse lidar. Também era um espaço em que a gente tinha mais dificuldade de trânsito, por ser um hotel, por estar hospedando não só essa população, mas o aluguel de quartos normais também. Então, tinham algumas restrições nos locais onde eles podiam ir, onde eles podiam frequentar, onde não podiam. Eu ainda acho que a gente conseguiu avançar mais na questão da autonomia deles quando eles tiveram um local deles mesmos e que não tinha essa proximidade com os hóspedes e com a gestão do hotel.
[00:31:00]	PESQUISADORA	Que aí, no caso, foi nesse primeiro local, que foi esse espaço alugado, que eles tinham as kitnets separadas.
[00:31:09]	Interlocutor 5	Geralmente, na verdade, eles estiveram em dois locais. A gente teve a experiência em dois locais diferentes. Em um desses locais, o dono era uma pousada na região que foi toda alocada para a gente. E o dono, ele ficava lá também a maior parte do tempo. Então, ele conseguia ter uma boa relação. No geral, houveram conflitos também, mas, no geral, ele conseguia manter uma boa relação com os beneficiários do projeto. E aí, ele, inclusive, ajudava nesse processo de gestão. E a presença dele lá também era um fator importante que eles entendiam que sempre tinha alguém ali próximo, que era o dono. E, apesar de ser o dono, não era um cara que ficava se intrometendo demais. Então, com ele, grande parte do projeto, essa relação da moradia deu certo. Foi frutífera.
[00:32:24]	PESQUISADORA	E aí, nesse espaço, ele foi depois dessa primeira kitnet e antes do hotel?
[00:32:31]	Interlocutor 5	Eu preciso organizar essa linha do tempo direitinho, mas eu acho que ele foi o último espaço da moradia antes do projeto acabar de vez. Mas eu preciso verificar direito essa linha do tempo para ver como é que foi. Mas eu posso te passar essas informações posteriormente também.
[00:46:45]	PESQUISADORA	O público-alvo do projeto era especificamente pessoas em situação de rua e com uso de substâncias.
[00:46:53]	Interlocutor 5	Perfeito, e com uso abusivo de substâncias.
[00:46:57]	PESQUISADORA	E aí, isso poderia ter alguma outra questão de saúde mental, transtorno, mas necessariamente tinha que fazer um uso prejudicial de álcool ou outras drogas, né?
[00:47:12]	Interlocutor 5	Exatamente. Perfeito. A gente atendeu alguns beneficiários com outras questões de saúde mental, buscávamos ajuda também no CAPS, no CAPS 2, né?
[00:47:28]	PESQUISADORA	Isso. Perfeito.
[00:47:30]	Interlocutor 5	No CAPS AD e no CAPS 2. Mas o foco do projeto era isso, os dois únicos pré-requisitos era ser população em situação de rua e uso abusivo de álcool ou outras drogas.
[00:47:44]	PESQUISADORA	Ok. E aí, tiveram casos pontuais que tinham questões de saúde mental, mas não necessariamente o uso de álcool e drogas.
[00:47:55]	Interlocutor 5	Não, os casos de saúde mental também, também havia o caso dos abusivos de álcool e outras drogas.
[00:48:05]	PESQUISADORA	Ah, tá, entendi. A pessoa tinha um transtorno, mas também tinha questão de uso de álcool e drogas. Perfeito. E pensando nos objetivos do projeto como um todo, Interlocutor 5, quais você, ou qual, ou quais você elencaria como objetivos do Palmas que te acolhe?
[00:48:25]	Interlocutor 5	Então, o objetivo era garantir direitos, através desses eixos que a gente citou, da moradia, da geração de renda, da alimentação. Então, assim, em muitos desses pontos nós obtivemos sucesso, em alguns desses pontos a gente conseguiu avançar bem menos. Então, na questão da moradia, assim, na questão da moradia, qualquer dia que o cara não dormiu na rua, já é uma vitória, já é uma conquista, já é uma política pública efetivada, se o cara não tá na rua, tá numa moradia segura. Mas avançamos muito na questão da documentação, então muitos deles não tinham nenhum documento, e a gente conseguiu garantir documentação completa. Quando a gente conseguia garantir um benefício assistencial, também era muito importante, porque são benefícios que eles se enquadram, têm os direitos, mas que, por

	diversos motivos, não conseguiam acessar. Então, quando a gente consegue garantir um BPC, por exemplo, você garante uma renda que dá uma segurança de que essa pessoa não vai, por exemplo, precisar voltar pra rua, vai ter condições de arcar com sua própria moradia para além do projeto. Então, quando ele ficava assistido pelo BPC, por ser um projeto, entendia-se, sabia-se que ele podia ter fim, como teve, então, quando se garantiu um benefício assistencial desse, é onde a gente, assim, foi uma vitória. Porque o projeto acabando, esse cara não tem mais necessidade de voltar pra rua. O acesso à saúde, então muitos deles tinham comorbidades que foram tratadas, e outro ponto muito importante é o reestabelecimento de vínculos familiares. Muitos tinham perdido os vínculos, e alguns a gente conseguiu localizar a família e conseguiu reestabelecer esses vínculos, e esses beneficiários voltaram para o seio familiar, voltaram, inclusive, a morar com a família, foram para a cidade onde tinham os parentes. Então, acho que os principais pontos que garantiam a permanência dessa população com seus direitos garantidos, com acesso à dignidade básica, eram o reestabelecimento dos vínculos familiares e a garantia dos benefícios assistenciais. Alguns foram beneficiados também com a Casa Popular, então, essa era uma grande vitória também. Então, foram esses os principais pontos de sucesso e de fracasso do projeto, eu acho que foi principalmente essa questão da qualificação, a gente teve muita dificuldade na questão da qualificação, e eu acho que foi o principal ponto, o principal ponto, o que a gente menos avançou foi essa questão da qualificação. [00:51:55] PESQUISADORA Que você se refere sobre a oferta dos cursos, da adesão e dessa oferta, enfim... [00:52:03] Interlocutor 5 Exato, e a questão da geração de renda, que havia, que no início do projeto foi falado que havia um recurso específico para a geração de renda, e assim, eu acho que é um ponto que poderia ter feito muita diferença também, se a gente tivesse garantido essa renda, que se não me engano na época era 400 reais por quatro horas diárias de trabalho, eu acho que esse recurso poderia ter feito uma diferença também nesse processo de garantir autonomia, e para que eles conseguissem se organizar melhor.
Costura com a RD	[00:44:35] PESQUISADORA Legal, que massa. E aí, eu fiquei pensando, você trouxe ali no início muito sobre a política de redução de danos e como isso, às vezes, trazia um certo tensionamento em parte com a gestão, em parte, às vezes, com os serviços. Como que você percebe que a redução de danos contribui, contribuiu para esse cuidado ofertado pelo projeto? Como é que se articula aí? [00:45:05] Interlocutor 5 Então, eu acho que quando você impõe a abstinência como condição para moradia, você já afasta um público, impede um público de acessar, que é um público que não está convencido de que ele tem que parar de usar drogas ou que simplesmente não consegue. Então, você já, imediatamente, você já descarta um público e, assim, ainda assim, aquela parte daquele público que está disposta a tentar a abstinência, é muito raro de que eles consigam atingir a abstinência na primeira tentativa. Então, as recaídas, elas acontecem e acho que na estratégia da redução de danos, as recaídas, inclusive, elas são vistas como, não como uma derrota, mas como mais um passo que foi dado. Então, eu acho que é isso, principalmente que aumenta a possibilidade de acesso. E muitos conseguiram compreender isso e, de fato, fazer uma melhor gestão do seu uso de substâncias, de diminuir o uso ou de conseguir não fazer um uso diário. Então, conseguimos avançar um pouco também nessa questão.
Composição da equipe	[00:24:47] Interlocutor 5 Ah, uma das coisas que deu muito certo é que a gente tinha uma pedagoga no projeto, e alguns deles que tinham interesse, ela ajudou no processo de alfabetização. Então, além do incentivo para que eles voltassem ao ensino formal, ela mesma trabalhava com ele e ajudou muito nesse processo de alfabetização básica. Alguns conseguiram melhorar muita leitura, conseguiram aumentar a escrita também, mas, de fato, o eixo dos cursos, mesmo das palestras, a gente teve pouco sucesso. Mas eu depois vou verificar direitinho quais foram as pautas e eu te passo essa informação. [00:26:02] PESQUISADORA E aí você falou desse processo de alfabetização, né? Eu acho que ter uma pedagoga na equipe do projeto foi um grande diferencial do que eu já pesquisei até aqui. Não vi nenhum outro projeto ou programa que tenha tido esse profissional na equipe. Pelo menos do que eu já pesquisei, né? E eu acho que você trouxe um ponto muito legal que é esse ponto da alfabetização, do acesso à educação, né? Enfim, às vezes fica marginalizado ou fica ali um pouco mais de lado tendo em vista várias outras garantias também, né? E tiveram beneficiários? Tiveram pessoas que voltaram para o ensino formal? Que voltaram para a escola? Ou que fizeram E de alguma coisa assim? [00:26:48] Interlocutor 5 Tiveram, alguns entraram e permaneceram e outros tentaram, mas não se adaptaram também e não deram prosseguimento. Mas, se não me engano, que eu me recorde pelo menos um caso de que ele concluiu o ensino médio depois do projeto. [00:41:13] PESQUISADORA Acho que, pegando o gancho, então, do que você está falando, desse acompanhamento na moradia, dessa facilitação, desse acesso ao serviço de saúde, me fala um pouquinho de como é que eram esses atendimentos que vocês faziam, Interlocutor 5, tanto lá na sede, quanto na moradia, quais eram as atribuições dessa equipe, né? E o que é que vocês faziam? [00:41:36] Interlocutor 5 Então, eu, enquanto agente social, o nosso trabalho era mais esse processo de criar vínculo, acompanhar, identificar as necessidades, tentar reestabelecer os laços familiares, né? Então, assim, a gente é quem estava mais próximo, no dia a dia, para verificar essas necessidades e fazer os encaminhamentos. Então, se havia demanda de saúde, a gente acompanhava, se eram demandas de saúde urgente, acompanhava até a UPA, a Urgência e Emergência. Caso não fosse, fazia o agendamento nas unidades de saúde, e, assim, fazia essa discussão também nos serviços, né? Então, conversava para que eles entendessem também de que esse público exige uma atenção diferenciada, porque se eu for levar o cara para ficar duas, três horas esperando na unidade de saúde para ser atendido, ele não fica, vai dar o tempo dele, ele vai embora e, assim, não vai aguardar o atendimento. Então, tinha esse processo de sensibilização para que a gente conseguisse garantir o atendimento. E, assim, a gente

	acompanhava para o acesso em todos os serviços. Então, na hora de tirar a documentação, a gente ia junto para tirar a foto, depois ia junto para pegar a senha no Instituto de Identificação. Durante algum período, conseguimos a isenção da taxa para a segunda via, mas houve uma mudança de gestor e, nessa mudança de gestor, a gente perdeu a isenção, não cederam mais a isenção, e não havia uma renda própria também para esse tipo de situação. Então, a equipe já tirou do bolso para garantir algumas coisas, outras coisas foram garantidas através dessa geração de renda que eles tinham na horta e com os produtos de limpeza. Então, assim, a gente acompanhava em todos os passos deles nos serviços e nesse processo de garantia de direitos. Ia na Secretaria de Habitação para inscrever eles na questão das moradias populares, alguns foram beneficiados, alguns obtiveram a moradia. Mesma coisa na busca de benefícios assistenciais, então, a gente foi no CRAS para todo mundo fazer o CAD único, solicitamos Bolsa Família para todo mundo, então, todos eles eram assistidos pelo Bolsa Família. Conseguimos o benefício de prestação continuada para alguns dos beneficiários também.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	[00:00:25] PESQUISADORA Exatamente, passa muito rápido. Interlocutor 5, então, qual que é o objetivo aqui, né? A gente vai ter um papo mesmo, para eu saber como foi a sua experiência. Eu acho que você trazer, assim, o que você vai considerando mais relevante dessa experiência, e à medida que você for trazendo, eu vou trazendo alguma pergunta, né? Vamos relembando esse período juntos, do que eu acompanhei, mas também de como foi a experiência que você teve. Você pode começar, talvez, me dizendo aí como que foi a sua inserção no projeto, Palmas que te acolhe. Certo. [00:01:02] Interlocutor 5 A minha inserção foi através de um processo seletivo, né? Nesse processo seletivo, além das experiências, houve também uma entrevista, né? E aí, foi questionado algumas perguntas básicas, né? Principalmente a respeito de assistente social, o que é o SUAS, né? Para que serve o SUAS. Nesse sentido, a seleção veio através desse processo seletivo. Foi um edital da Fundação Municipal de Juventude, né? [00:01:36] PESQUISADORA E aí, você ficou sabendo dessa seleção? Você tinha uma ideia de qual que seria a proposta do projeto? O que é que te despertou para fazer essa seleção [00:01:47] Interlocutor 5 Não, me avisaram do processo seletivo, e aí eu li o edital e me interessei, né? Eu já conhecia a política de redução de danos, mas de forma ainda superficial, né? Então, já tinha uma ideia sobre como seria o programa, mas ainda muito básica, né? Então, a gente... Um dos pontos importantes do projeto é que houve um treinamento, né? Antes da gente iniciar os trabalhos. Então, teve um treinamento com aquele núcleo da UFT, que a professora Cristiane Roque coordenava, né? [00:02:31] PESQUISADORA É o CRR, eu acho, né? [00:02:33] Interlocutor 5 Isso, o CRR, perfeito, exatamente. Então, a gente fez alguns treinamentos com CRR e fizemos algumas outras atividades de formação. Acho que com o CAPS, né? Com o Interlocutor 9n também, né? Na supervisão do projeto. Então, assim, o Interlocutor 9n foi essencial em todo esse processo de formação e desenvolvimento dos colaboradores do projeto, né? Então, a supervisão dele também foi que nos ajudou e nos permitiu começar bem o projeto. [00:03:08] PESQUISADORA E aí, como que... Bom, teve a sua inserção, então você passou por essa seleção. Como que foi esse início? A sua entrada no projeto, né? A partir desses momentos de formação, mas por onde é que você entrou ali? [00:03:26] Interlocutor 5 Então, o início, ele foi... Era tudo muito novo, né? Para todo mundo. E, assim, era novo para mim também, mas para o restante da equipe mais ainda. Então, foi um processo de aprendizado para todo mundo, né? Todo mundo que teve que desconstruir alguns estereótipos, alguns preconceitos, né? Que já vem da formação de todo mundo e tivemos que reaprender sobre muitas coisas, né? Sobre a política de redução de danos, sobre as políticas públicas para a população em situação de rua. Então, foi muita novidade, né? Então, demorou um pouquinho até que as coisas comessem a embalar. Muitas opiniões divergentes, né? Dentro, inclusive, da própria equipe. Mas, a partir do ponto que as ações foram iniciando, acho que o aprendizado começou a ser mais rápido, né? E a gente tinha uma supervisão semanal, né? E as primeiras ações, inclusive, foram supervisionadas em loco, né? Pelo supervisor do projeto, o Interlocutor 9n. Então, ele foi nas primeiras abordagens, né? E ele mostrou na prática como é que se fazia. E aí, é isso. Alguns tropeços no começo, mas, assim, começamos e o negócio começou a fluir. [00:05:08] PESQUISADORA E você falou dessas ações in loco, né, Interlocutor 5? Que foram ali as primeiras ações do projeto em si, né? Que aí, que eu me lembro, eram as ações do Palmas que te acolhe e junto com o Consultório na Rua, é isso? [00:05:21] Interlocutor 5 Perfeito, exatamente. [00:05:24] PESQUISADORA Tá. E aí, como é que foram essas ações, né? Pensando aí que, para uma parte da equipe, não sei se para você, eu gostaria que você trouxesse, esse foi o seu primeiro contato com a população em situação de rua, com essa proposta do projeto. Como é que foi esse primeiro contato aí com o território? [00:05:44] Interlocutor 5 Certo. A gente, primeiramente, mapeou, né? Alguns locais que já são conhecidos, pontos em que a população em situação de rua se reúne ou dorme. Tanto que a equipe já conhecia como é buscando essas informações nos serviços, né? Principalmente no CAPS. E aí, nós realizamos algumas buscas ativas com o Interlocutor 9n, né? E, assim, ele ensinando passo a passo de que forma fazer abordagem, né? Como se apresentar, como agir, né? Então, para mim e para o restante todo da equipe, com certeza, no meio institucional, foi o primeiro contato, né? Com as políticas públicas para a população em situação de rua. Então, foi muito novo e são muitas situações diversas, né? Que podem acontecer e que acontecem. Então, assim, sempre um aprendizado novo, sempre uma experiência diferente. Então, assim, a cada nova busca ativa, a cada nova abordagem, a gente aprendia muito e voltava com muita informação também, né?

Efeitos da intervenção	[00:37:00] Interlocutor 5 Nem em todo local que era adequado, o dono, o locatário estava disposto a alocar para fazer esse tipo de projeto. [00:37:12] PESQUISADORA Entendi. E aí esses três espaços que vocês conseguiram foram espaços que tinham ali as condições para receber e que toparam receber esse projeto, toparam receber... Enfim, comprar a proposta, né? [00:37:29] Interlocutor 5 Exatamente, encararam o desafio. [00:37:32] PESQUISADORA E vocês tiveram dificuldade em lidar com esses gestores, com essas pessoas, com os donos desses espaços? [00:37:42] Interlocutor 5 Então, houveram alguns pontos de conflito, mas que no geral os que eu tive mais relação foi o desse último espaço, em que a gestão... A gente foi beneficiado com a gestão do proprietário e do hotel. No geral, a relação foi boa. Houveram pontos de conflito, mas no geral, assim, deu tudo certo.
Contexto sociopolítico	[00:07:08] PESQUISADORA E aí, nesse início desse mapeamento, desse contato com os serviços, como é que já se tinha essa discussão sobre a oferta de moradia, nesse início? Ou isso ainda não era uma questão, não era discutido? Como é que foi isso? [00:07:30] Interlocutor 5 Sim, já se tinha, né? Desde o começo do projeto, a gente já sabia que uma das etapas era a garantia de moradia, né? Então, desde o começo, a gente já trabalhava com isso no horizonte, né? A primeira etapa seria essa de fazer buscas ativas, de criar vínculos, né? Mas a moradia sempre esteve no horizonte. É o foco, né? Do projeto, na verdade, era o Housing First, né? [00:08:00] PESQUISADORA Isso. E aí, pensando nisso, né? Que tudo era muito novo. Tanto o cuidado com a população em situação de rua aqui, no contexto Palmas, com a equipe que estava ali aprendendo, como você falou, né? Que tiveram que aprender e reaprender muitas coisas, o contato com a redução de danos, mas o contato com essa proposta do Housing First, imagino que era ainda mais novo, né? Como é que foi trabalhado isso com vocês nesses momentos de formação, nesses momentos iniciais? Como é que isso era discutido, assim, nesses espaços? [00:08:39] Interlocutor 5 Perfeito. Assim, acho que todo mundo já tinha uma noção da moradia como direito, né? Mas não disso como política pública de saúde, políticas públicas para a população em situação de rua, né? Então, foi novidade também, né? Mas sempre foi, principalmente com o CRR, com a supervisão do projeto, com o César também, né? Através do Projeto Rede, se não me engano, o Housing First sempre estava em pauta, sempre foi explicado como funcionava, né? O que era, né? Então, é isso, assim, desde as primeiras formações, o Housing First, o direito à moradia, sempre esteve em foco no projeto.
Dificuldades e outros desdobramentos	[00:14:02] PESQUISADORA Entendi. E aí como é que... Como é que era para a equipe e para você, já que a gente está falando aqui da sua experiência especificamente, como é que era para você sentir esses tensionamentos e bancar ou não esse desenho da proposta do projeto? [00:14:24] Interlocutor 5 Assim, foi uma construção, né? Assim, as diretrizes principais, né? A gestão tinha mais condições de... Eles tinham mais peso para definir alguns pontos. Mas em outros pontos a gente também não permitia de que se saísse muito daquilo que a gente entendia que era o projeto e como deveria ser tocado. Então foi um processo que foi construído de pouco a pouco, alguns pontos. Nós que acreditávamos que a política de redução de danos era importante e tínhamos que ceder, e em alguns pontos a gente bateu o pé e tentava garantir que as coisas acontecessem como a gente acreditava que era o correto. Mas é do início ao fim do projeto, foi essa construção tanto interna, tanto dentro da própria equipe, como com a rede. Então, assim, inclusive não só no PQTA, mas dentro de toda a rede a gente achava pessoas que tinham dificuldade de compreender a política de redução de danos, tinham dificuldade de compreender as políticas públicas para a população em situação de rua. Então nas unidades de saúde tinha essa questão, dentro do próprio CAPS AD tinha algumas pessoas que tinham resistência, dentro do CRAS. Então assim, dentro de toda a gestão, de todo o serviço da rede, a gente encontrou resistência. Foram parceiros na maior parte do projeto, mas alguns indivíduos, não o serviço, mas alguns indivíduos a gente conseguia perceber a resistência. [00:52:47] PESQUISADORA Legal, massa. E aí eu acho que você foi trazendo um pouco disso, dessas transformações que o projeto possibilitou, que é ampliar esse acesso aos direitos, trazer a discussão sobre essa garantia de direitos da moradia, acho que foi uma coisa que você falou ali no início, que me chamou a atenção, que é não só entender, beleza, moradia é um direito, mas entender a moradia como direito como uma política pública, eu acho que você trouxe isso, eu achei isso bem legal também. Que outras transformações, Interlocutor 5, você percebe que o projeto trouxe tanto para ti como pessoa, como profissional, mas para a rede como um todo, para esse território, além desses pontos que você trouxe, dessa garantia de direitos? [00:53:44] Interlocutor 5 Eu acho que, para uns mais, para outros menos, mas esse entendimento de que os direitos humanos como um todo não podem ter condições, você não pode impor condições para garantir os direitos humanos básicos de uma população, e isso acho que foi um processo para grande parte da equipe entender, de que você não pode, por exemplo, querer impor que uma pessoa deixe de usar alguma substância para que ele possa ter acesso a documentos, saúde, comida, acho que foi um processo para uma parte da equipe compreender isso, alguns acho que compreenderam melhor, outros menos, mas eu acho que foi um ponto assimilado, acho que tanto pela equipe como por grande parte da rede que a gente teve que fazer esse processo de sensibilização, então, eu acho que principalmente isso. [00:54:55] PESQUISADORA Legal, massa. Interlocutor 5, tem mais alguma coisa que você acha que é importante trazer, que é importante constar aqui, que você gostaria de pontuar? [00:55:07] Interlocutor 5 Eu acho que o projeto foi fantástico não só pelo que fez em si, pelos direitos que foram de fato garantidos, pela população que a gente conseguiu efetivamente fazer com que saísse da rua, mas como uma nova forma, outra forma de enxergar o mundo para os colaboradores do projeto, principalmente, acho

	que assim, abriu a mente de todo mundo em muitos sentidos sobre aquilo que a gente acha que é política pública, as políticas públicas devem ser, devem ser formuladas, então, é isso, foi um aprendizado fantástico e muito gratificante ter participado. [00:55:56] Pesquisadora Que legal, muito massa. E eu acho que para além, acho que esse ponto é muito importante, além de ter despertado as pessoas que trabalharam no PQTA para olhar com outros olhos, eu acho que desacomodou os serviços da rede como um todo que, ; ah, não, não tem população em situação de rua em Palmas, não tem, não tem, não tem'. Eu acho que trouxe o consultório na rua e o PQTA ali, que vieram muito juntos, eles desacomodaram esse olhar, eles trouxeram estranhamento para esse olhar, né? Como assim? Olha aqui o tanto, né? Eu vejo muito... Muito... [00:56:39] Interlocutor 5 muito... Muito... Exatamente, é isso, a gente... É isso, para a efetivação, para a efetivação do nosso trabalho, a gente exigia muito dos serviços, né? Então, eu acho que é isso, o PQTA e o consultório na rua colocaram, de fato, a rede para funcionar melhor, para ser mais orgânica. [00:56:59] PESQUISADORA Né? [00:56:59] Interlocutor 5 Então, acho que sim, de fato, contribuiu para movimentar a rede. [00:57:06] PESQUISADORA Que massa, que massa. Eu voltei pensando, fico com saudades dos nossos encontros. Eu também. Acho que é isso. Era muito bom, né? Principalmente quando a gente ia para a praia, para os piqueniques, para a praça. [00:57:22] Interlocutor 5 Fantástico. E eu, assim, ainda encontro os beneficiários direto, em diversos lugares. Almoço no mesmo lugar que um deles, quase todo dia. Então, assim, a maior parte deles também vê com muito saudosismo o projeto, né? Mantemos uma boa relação até hoje, em todos os espaços. E é isso, foi muito bom. [00:57:48] PESQUISADORA Que legal, criou vínculos, né? Deixou raízes, é isso. Interlocutor 5, quero te agradecer demais. Imagino que você está exausto aí. Então, muito, muito obrigada mesmo, viu? Pela sua disponibilidade, pelo seu tempo aqui. Fico à disposição, né? Se tiver alguma dúvida, quiser compartilhá-la aos materiais que você disse que tem, os registros, pode me mandar. Fico muito agradecida. E vou te incomodar outras vezes aí, quando a pesquisa estiver, enfim, terminar. Outros momentos, que acho que é legal ter esse acompanhamento, né? De vocês participarem efetivamente. [00:58:28] Interlocutor 5 Beleza, Carol, estou à disposição, tá? Pode contar comigo para o que você precisar. O trabalho que você faz é muito importante. Acho que tanto na... Tanto o que você já fez no CAPS, como agora como pesquisadora, né? Então, se eu puder ajudar, estou à tua disposição. E aí, as informações do projeto, também o que você precisar, o que eu tiver de registros, tá? Eu consigo te passar para o desenvolvimento aí da sua pesquisa.
--	---

Interlocutora 6 – DBA – São Paulo/SP

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:58:14 PESQUISADORA Interlocutora 6, acho que uma coisa importante, né, enfim, desses eixos de trabalho do programa, como que se dava a discussão do housing first dentro do De Braços Abertos, né? Quando você chegou, já havia essa discussão, ela tava meio quieta ainda, como é que era isso? Ou foi um housing first especificamente, né? 00:58:45 Interlocutora 6 Sim, sim, era o objetivo. Não, ainda não tinha, a gente não tinha chegado a alcançar isso, mas era o objetivo, entendeu? Que a gente, quando a gente chega, já tinha, como eu falei, já tinha, de Braços Abertos já tinha começado, mas só assim, questão de moradia e trabalho. E aí começa a discussão da questão do housing first, entendeu? O programa ele tá assim, só que a gente quer chegar nisso, então nós vamos fazer isso, foi o que a gente fez, entendeu? E aí, quem que era o proitezinho, né, mas que nem que a gente pensou, só que é muito interessante, ainda mais pensando lá em 2015, né, que o housing first ainda era pouquíssimo discutido aqui em nível de Brasil. 00:59:48 PESQUISADORA O que que era entendido como housing first ali nessa discussão? 00:59:52 Interlocutora 6 O housing first, o nosso objetivo era que as pessoas em situação de rua, as pessoas vulneráveis, que faziam uso de substâncias, seriam os beneficiários, trabalhando total na perspectiva de redução de danos. Todos que eles podiam usar a substância deles dentro do seu quarto, nos corredores não, área de convivência não, né? Eles podiam usar, e aí com isso, cada um dos técnicos, dependendo do tipo de situação, eles podiam usar a substância deles dentro do seu quarto, cada um dos técnicos, dependendo de um beneficiário, para cada um era de um jeito, já sempre numa abordagem de redução de danos, assim, sempre.
Intersetorialidade e território	00:05:44PESQUISADORA E aí, Interlocutora 6, para começar também, eu queria te ouvir um pouquinho de como foi a sua experiência com os De braços abertos. Como é que ela começa, como é que começa esse contato seu com a proposta dos braços abertos? 00:06:06Interlocutora 6

É... Eu chego para trabalhar no de braços abertos pela Secretaria da Saúde, né? O programa já tinha iniciado, resolveu uma mudança de gestão no município, né? Algumas coisas mudaram. E aí o objetivo era que ficasse, que tivesse como diretriz, né? Como um norte, assim, para nós, a questão do housing first, né? E aí, com as adaptações que fossem, né? E aí o programa, eu chego para trabalhar pela saúde, né? Com a ideia de não ser mais as pessoas estarem só em um lugar para dormir, as pessoas tendo onde comer, né? Que fosse uma coisa unificada, né? Que a gente conseguisse fazer um programa mesmo, né? E aí o de braços abertos foi... Eu tive a sorte, eu sempre falo que eu tive a sorte de trabalhar lá. Muito aprendizado, assim, foi muito bacana, assim, né? Eram cinco secretarias, né? Esse acho que é um grande desafio, poucas pessoas dão ênfase para isso, assim, né? Fazer uma gestão de um programa como esse, com diversos tabus, né? Na nossa sociedade, com cinco secretarias envolvidas, assim, é um grande desafio, assim.

00:40:09 **PESQUISADORA**

Sobre a gestão das moradias, e enfim, como que foi gerida ali para a Secretaria de Saúde, como que era o acesso dos usuários à moradia? Como é que, vamos dizer assim, né? Como é que era essa seleção, para a pessoa ser inserida na moradia?

00:40:27 **Interlocutora 6**

Quando a gente chega, como eu disse para você, no início do programa, era a Secretaria da Assistência que estava nessa questão de moradia, né? Então, porque era moradia, aí tinha as frentes de trabalho, que era para a Secretaria do Trabalho, então era esse tripé, né? Esse tripé eram essas duas coisas que funcionavam assim, né? Aí quando a gente entra é com uma outra proposta. E aí, então já tinham muitos que estavam. Os outros eram o quê? A gente tinha, de braços abertos, a tenda. A tenda era um grande espaço que ficava no território, né? Que foi o primeiro lugar, assim, que a gente começou a mexer na estrutura mesmo. A tenda era, na nossa gestão, ela era um espaço de esquina, bem na rua Helvetia mesmo, na frente ali do fluxo, na frente de onde acontecia tudo ali assim. E a tenda, ela tinha um grande, era aberta ao ar livre, tinha uma estrutura de construção pequena, que eram duas salas, tinha uma sala grande, mais umas duas ou três salas ali, banheiro e tal, que ali ficava a base do Consultório na Rua, né? E a tenda tinha uma parte, a outra parte que não era construção, era coberta por um telhado, era coberta por um telhado, né? Construção é aquele telhado de churrasqueira, assim, né? Era assim, bem grande, pé direito alto, mas um espaço bem grande. Tinha banheiros do lado de fora, tinham pufes, tinha TV, e lá aconteciam oficinas, lá a galera da Assistência ficava lá, a galera do Consultório na Rua era a base, então eram as pessoas que já frequentavam ali, tinha muita gente já que já estava cadastrada pela Secretaria da Assistência pra entrar no programa. Lá também funcionava, isso com a nossa gestão, lá também funcionava uma frente de trabalho, não nesse espaço, era num espaço lateral, mas que ficava dentro desse grande terreno que a gente chamava de tenda, que era uma lavanderia. A lavanderia era pra qualquer pessoa, não tinha que estar no programa, e mesmo a tenda também, quem queria ficar lá circulando não precisava sair do programa. Lá justamente era como se fosse a porta de entrada do programa, a tenda, né? As pessoas iam pra lavar suas roupas, as pessoas que estavam na rua iam pra lavar suas roupas, quem lavava elas colocavam na máquina, mas quem orientava, quem ficava ali, eram beneficiários do programa que estavam nessa frente de trabalho, lavanderia, acompanhado por monitores da Secretaria de Trabalho, que eram os responsáveis ali pelo serviço. Nesse lugar também tinham tanques, as torneiras dos tanques saiam água potável, isso também é uma escassez na rua, as pessoas terem água potável, as máquinas de lavar eram de lavar e secar, porém as pessoas podiam lavar no tanque e colocar no varal, mas elas eram responsáveis pelas roupas delas, a gente não ficava responsável. Tinham tomadas pras pessoas carregarem seus celulares, escutar o radinho, sei lá, tinham diversas tomadas também, então a porta de entrada era o viés da tenda.

00:43:53 **PESQUISADORA**

E aí era por meio desse espaço de convivência, de já ir criando um vínculo com essas equipes que estavam ali fazendo cuidado, e ia se selecionando pessoas pra serem inseridas na moradia, precisamente.

00:44:11 **Interlocutora 6**

Exato.

00:44:13 **PESQUISADORA**

Então nem todos que necessariamente iam pra tenda estavam participando desses outros tanques de trabalho e necessariamente iam pra moradia, mas era por essa porta de entrada que poderia ter...

00:44:27 **Interlocutora 6**

Isso, a tenda era um espaço, como se fosse um espaço de convivência, sabe? Era um espaço onde circulavam todos os trabalhadores de todas as secretarias, era a galera que estava ali, pô, quero dar uma descansada, eu vou ali, quero trocar uma ideia, quero fazer um xixi, quero tomar uma água, quero lavar minha roupa, era isso.

00:44:47 **PESQUISADORA**

Legal, legal.

00:44:53 **Interlocutora 6**

Tanto que tem uma cena que eu não consigo esquecer, agora é engraçado, eu estava conversando com você, eu estou lembrando de um monte de coisa que eu não lembrava, mas uma cena que eu não consigo esquecer, que foi muito marcante, foi quando... A polícia, fazendo muitas... A polícia militar, muitos ensaios ali, até uma grande ação,

	aí quando teve essa grande ação, que foi em maio, acho que 2016, acho que o DBA em 2015, não me lembro os anos agora, mas teve uma grande ação da PM em maio e o secretário, quando acaba a ação da PM, assim, na rua, horrível, bomba, muitas coisas, sempre tinha bomba, mas estava uma coisa insuportável ali, que eles fecharam tudo. O secretário que tinha na época, na gestão do Dória, ele... Esqueci o nome dele, era Felipe alguma coisa, ele sobe ali no alambrado da tenda e arranca a placa escrito DBA, ele vai lá e arranca, assim, o braço, numa satisfação, num prazer, assim, né? E a gente só ali de fora, olhando, assim, foi, nossa... 00:46:07 PESQUISADORA Uma violência, né? 00:46:09 Interlocutora 6 Exato, exato. 00:46:15 PESQUISADORA E nisso tinha galera ali, circulando junto, tinha as equipes, como é que essa cena, né, como é que essa violência que a gente está falando aqui reverberou entre essa galera que estava ali junto? 00:46:31 Interlocutora 6 Ali sempre foi um espaço de muita violência, né? Com a chegada do DBA, eu já frequentava a região da Luz um pouco antes, justamente por causa dessas questões de violência, começou o movimento da luta antimanicomial, envolvida com o movimento de direitos humanos daqui também, várias situações, então, né, já frequentava ali com alguns coletivos, já a região ali da Luz, né? E aí, sempre uma região, então, de muita truculência, muita violência por parte da polícia. E aí, com essa mudança toda, tal, a eleição, começou a intensificar. Então, a violência começa a ficar nítida, assim, né? Isso, eu, quando eu começo, falo assim, não, está dando meu tempo aqui, eu não aguento mais, assim, né? Que aí, já acabo perdendo o respeito por todos, aí, acima de mim, assim, ainda, era, foi por causa justamente de tanta violência, assim, sabe? Muita, muita, de presenciar muitas cenas desagradáveis, muita coisa, assim, sabe? Então, é... Até me perdi em que você tinha falado, em que você perguntou. 00:47:45 PESQUISADORA Isso, né, você traz, assim, essa violência começa a ficar nítida, uma violência que já fazia parte, já atravessava aquele território há muito tempo. 00:47:55 Interlocutora 6 Ah, sim, é, peguei. 01:05:14 PESQUISADORA E aí você estava falando, né, que poucas pessoas acabaram realmente em fazer um acompanhamento no CAPS, eles estavam sendo mais... no serviço deles do território, na UBS, né? 01:05:25 Interlocutora 6 Exato. 01:05:27 PESQUISADORA Como é que era essa articulação intersetorial, Interlocutora 6, assim? 01:05:35 Interlocutora 6 Rolava, até porque, né, era uma conjunção de várias secretarias diferentes. Então, mas a gente tinha a nossa sede, era uma casinha no meio da Cracolândia, pequenininha, que era uma graça. E lá a gente tinha, assim, tinha uma sala, então tinha as coordenações, então tinha uma pessoa de cada secretaria, que ou eram secretários ou eram outras pessoas, então, da Secretaria de Segurança Urbana era o coordenador do programa, Mariano, da Secretaria da Saúde era a Lumena Furtado, da Secretaria do Desenvolvimento Social era uma pessoa também escalada só para isso, da Secretaria do Trabalho também tinha uma pessoa só para isso, da Secretaria de Direitos Humanos tinha uma pessoa que era só para isso, que era um... A Jalica não era só isso, a Jalica dava de outras coisas, mas era ela que participava. E da Habitação também, a Jalica era uma pessoa que participava e... Era isso, acho que as secretarias, né? Segurança, Saúde, Assistência, Trabalho e Moradia, é isso. E aí, é, Moradia era quem menos participava, na real. Mas nós, então, tinha essa reunião das... Da coordenação toda semana, então iam esses que eram os coordenadores, mais os que compunham as suas equipes, então, no caso, ia a Lumena, aí ia eu, mais uma colega e mais um colega, né? Que iam na reunião. Aí, da Secretaria dos Direitos Humanos, a Jalica, a Rônia e a Feba, cada um, né? Então tinha isso daí. E, dessa coordenação, a gente falava que tinha o quarteto fantástico, que aí, sem ser da Secretaria da Habitação, tirou a Secretaria da Habitação, mas as outras quatro, a gente tinha os responsáveis para fazer os hotéis andarem, com a resposta da saúde, mas para fazer os hotéis... E eu entrava nesse quarteto fantástico, entendeu? Que a gente trabalhava única e exclusivamente para o de braços abertos, né? A gente tinha que fazer o negócio rodar. E aí, a gente funcionava bem, né? A gente tinha, após essa reunião, todo mundo ia almoçar, a reunião da coordenação, e depois sentava o quarteto fantástico, lá era a nossa sede, era essa casinha, né? E também a gente... Esse programa surge numa época onde já tinha o WhatsApp, então isso também facilita a vida. E a gente estava muito bem, todas nós, assim, foi bem bacana. Vale ressaltar que éramos todas mulheres. Mas as coisas aconteciam, todo mundo com muita vontade, assim, sabe? Então isso foi bem legal. Essa intersetorialidade, ela acontecia... Efetivamente. Apreendido muito a nível dessa cogestão também, né?
--	--

Eixos de trabalho	00:29:47 PESQUISADORA Você estava falando, né, Interlocutora 6, de que a Secretaria de Saúde, a qual você estava vinculada, ela era responsável por toda, por todo esse eixo da moradia, né? Tanto ali da gestão dos hotéis, da manutenção, das equipes que acompanhavam as pessoas nesses hotéis. Como que eram organizadas essas moradias, assim, no sentido de, como que elas eram selecionadas, como que era esse tipo de aluguel, onde elas ficavam localizadas? 00:30:23 Interlocutora 6 Sim, deu uma falhada um pouco, você queria saber, então a Secretaria da Saúde era responsável pela questão moradia. 00:30:33 PESQUISADORA E aí, né, entender como que eram organizadas essas moradias, no sentido assim, como que elas foram selecionadas, como que era esse tipo de aluguel, era repassado para os usuários, era repassado direto para moradia, enfim, era um aluguel no mercado privado, era moradia da prefeitura, está fazendo sentido essa pergunta? 00:30:55 Interlocutora 6 Assim, a região da luz aqui em São Paulo, ela é historicamente, assim, essa coisa que já meus avós falavam, imagina, meu pai tem 79 anos, minha avó teria cento e poucos hoje, que já é uma coisa que historicamente já se falava disso, porque é onde tem a estação da luz, a principal estação de trem, foi durante muito tempo em São Paulo, que vinha pessoas de outros estados, outras cidades, né, e ali era a chamada de boca do lixo, então sempre teve muitos profissionais do sexo, bares e tal, e então ali historicamente, já faz muitas décadas, que estava, assim, já bem deteriorado o centro, cada vez mais, assim, o centro de São Paulo. E aí nessa região principalmente, então, os prédios poucos, ali não, os prédios todos eram pagos, os prédios com seus donos aí não eram prédios da prefeitura, eles eram pagos, e eram aluguéis, quando nós entramos, passam a ser, estou falando tudo isso quando a saúde entra na gestão disso, né, a Secretaria da Saúde, os hotéis eram pagos aluguel fixo, não eram por vagas, era o aluguel do espaço, do prédio. 00:32:57 PESQUISADORA Entendi, então, os hotéis estavam localizados na região da luz mesmo, onde estava ali o fluxo de pessoas, e era feito o contrato de aluguel direto com o locador ali do prédio, né, não tinha um fixo que era passado para os usuários no caso. 00:33:20 Interlocutora 6 Era ali, era pago pela gestão. Então, quando nós chegamos, tinham hotéis que eram na frente do fluxo, né, obviamente esses hotéis, condições extremamente precárias, extremos, assim, que não daria nem para colocar um animal ou até uma planta nesses lugares, que muitos não tinham nem janela, assim, né, quatinhos dentro de quatinhos, sabe aquelas coisas assim, bem... Não dava, né, então a gente mudou os hotéis, alguns ficaram bem ali próximos, porque o fluxo também era grande, aí foi diminuindo, aí foi virando para cá, virando para lá, né, estava bem ocupado, então não era numa rua única só, né, ficaram hotéis ali, e ficaram, eram cinco hotéis, eram cinco hotéis, ficaram dois ali, dois bem próximos, outros, sei lá, umas duas, três quadras, né, quatro quadras de onde era o fluxo, e um outro que já existia antes, que ele ficava na zona norte, porque a ideia era, já tinha isso daí, já era, né, já funcionava, já funcionava, já, porque antes ficava um critério da Secretaria da Assistência, eles pagavam por vaga, né, e aí, quando a gente fecha tudo, a gente fecha com os lugares, e aí tem aqueles que tem que sair e outros que para onde o pessoal vai, né, e aí a gente fechou alguns, fizeram outros, e a gente chegou a construir um novo, uma reforma grande, que ele fica pronto em dezembro, assim, já, a gente já num clima de chororô, que esse era um prédio público, era o sonho de todos nós, assim, porque ele era, ele era um prédio público, que ele estava fechado há muito tempo, porque ele havia sido, era chamada de, era tipo um, eu não me lembro, tinha um nome aqui em São Paulo que a gente usava, antes, porque eu faço parte do movimento da luta antimanicomial, né, então já estava bem inserida nisso, era um lugar onde eles internavam adolescentes muito problemáticos, assim, sabe, e era um manicômio de crianças, de adolescentes, era isso, e aquilo havia sido fechado já há alguns anos, estava fechado o prédio, aí a gente reforma o prédio, então era um marco também para isso, né, de ir numa outra perspectiva, né, e aí a gente reforma todo lugar e tal, bem bacana, numa região também bem vulnerável, do Heliópolis, em São Paulo, região sudeste, e aí lá tinha garagem para eles guardarem as carroças deles, aqui em São Paulo é muito comum as pessoas que estão em situação de rua usarem aqueles carrinhos, carroças, para pegar entulho, para colocar papelão e levar para reciclagem, latinha, ou então seus próprios objetos, e eles empurram, são duas rodas, né, são essas carroças, não sei se aí tem. 00:36:47 PESQUISADORA Não, aqui em Palmas mesmo, além de não ter essa característica, claro, tem pessoas ali, às vezes, que trabalham com catador de material reciclado, mas não é muito comum entre a população em situação de rua, e aqui tem pouquíssima população em situação de rua, na verdade, comparado a São Paulo, não dá nem para comparar, né. 00:37:09 Interlocutora 6 E aí, então tinha garagem para eles guardarem essas carroças, e tinha lugar para onde ficarem seus cachorros, seus cães, seus pets, porque uma coisa que a gente estava percebendo, assim, as pessoas pagam um lugar para ficar o cachorro, para o cachorro não ficar dentro, tem lugar para ficarem os animais, entendeu? Porque muitos deles, às vezes, usavam pouco dinheiro que tinham para pagar aluguel, para algum lugar ali no centro poderem ficar com seus animais para não levar para dentro dos hotéis, entendeu? E aí, porque tinha um que podia, os outros demais não podiam, né. E aí, então tinha isso, meu, demais, assim, o lugar, né. Só que a inauguração foi em dezembro, lá se chamava Antônio Lancetti. É, porque o Lancetti já tinha, ele faleceu um pouco antes, o Lancetti foi um dos grandes cabeças desse programa, né. Eu sou suspeita para
-------------------	--

	falar dele, assim, né. Eu já o conhecia de outra oportunidade, né, de São Bernardo. E ele foi o supervisor do programa das equipes, nosso, né, assim, foi demais. Desde o começo, ele estava no programa desde o começo, desde quando saiu o nome de Braços Abertos, assim. 00:38:41 PESQUISADORA E aí, esse hotel que você está falando, né, foi nomeado como Antônio Lancetti, tinha o espaço para a carroça, tinha o espaço para o PET também dos moradores, era nesse prédio público, que foi inaugurado em dezembro. 00:38:58 Interlocutora 6 Isso. 00:38:59 PESQUISADORA Em dezembro de 2015? 00:39:02 Interlocutora 6 Olha, o ano preciso, não sei te dizer, mas foi no primeiro ano, acho que foi 16, eu acho. 00:39:45 PESQUISADORA Nossa, nossa, então no finalzinho da gestão, que começou, quando começa esse processo de desmonte, de sucateamento, começam as abordagens, é também quando inaugura esse hotel. 00:39:59 Interlocutora 6 Exato, exato. Porque aí, assim, tinha, além dessas equipes dos hotéis, né? Na perspectiva do housing first, tinha a perspectiva da... A Secretaria da Assistência tinha aquelas equipes de abordagem de rua, mas tinha equipe de abordagem de rua que era só para os hotéis. Então era essa galera que via negócio de documento, via negócio de escola, via negócio... Quem tem filho via negócio na justiça, né? Cuidava toda essa parte, assim, que era uma super demanda, né? A Secretaria de Direitos Humanos entrava com o quê? Com diversos oficinas acontecendo na rua. Então tinha um dia à noite que tinha oficina de cinema... Oficina não, era um cinema que acontecia, né? E aí a galera chegava com um carrinho ali, estendia um negócio branco que virava a tela do cinema, várias cadeirinhas na rua, a galera escolhia um filme e tal, pipoca, sentava, caixa de som, lá no cinema, o ar limpo, assim, era demais, assim. Então tinha isso, oficina de samba, um monte de coisa, que sentava pela Secretaria de Direitos Humanos, né? Nós, a maior questão era essa questão dos hotéis, né? E a Secretaria de Segurança Urbana era a questão da mediação de conflitos e toda a outra articulação com as demais secretarias que não estavam envolvidas no programa, né?
Articulação com as políticas de moradia	01:10:10 PESQUISADORA E eu achei curioso isso que você falou, né? Que dessa projeção aí de cinco secretarias, a de moradia era a que menos aparecia, era a que menos estava envolvida. 01:10:21 Interlocutora 6 Em São Paulo, é curioso, mas é que, assim, isso segundo dados do governo atual até, a gente, nas últimas três décadas, a gente tem mais imóveis que estão na justiça, né? Que estão vazios por questões judiciais do que famílias sem moradia. 01:11:02 Pesquisadora É um absurdo isso, né? 01:11:04 Interlocutora 6 É um absurdo.
Costura com a RD	01:00:44 PESQUISADORA E como é que se dava essa articulação, essa discussão, essa execução da redução de danos ali no dia a dia, né, do programa? 01:00:57 Interlocutora 6 Bom, primeiro que assim, a pessoa passa a ter um lugar onde dormir, onde ela consegue dormir uma noite inteira, ela consegue tomar um banho quente, ela tem um lugar para lavar a roupa dela, né, que os hotéis tinham máquinas de lavar roupa, né, alguns tinham secadoras, outros não, mas varais tinham, então as pessoas começam a ter um espaço de moradia, onde elas podem fumar sua pedra, podem tomar sua bebida, fumar seu baseado, sei lá, ali no seu quarto, né, estar ali, poder ficar chapada assistindo uma TV, sentada no sofá vendo o jogo do Corinthians, sabe assim? Quando começa nisso assim, é nesses espaços onde as equipes iam abordando as pessoas, né, onde as pessoas começam a trabalhar, começam a ter seu dinheiro, 'pô, como é que você vai usar esse dinheiro? Ah, eu quero fazer assim, quero fazer assado', pô, legal, né, onde começa a ter, essas coisas começam a aparecer na vida delas, consequentemente elas já foram diminuindo já o uso delas, sem a gente precisar ter um enfoque já de primeira nessa questão da droga. Quando você começa a dar dignidade, né, para essas pessoas, que é direito, né, de todos, quando você começa a fazer isso, elas já começam já a partir disso já ir, já diminuindo o uso da droga, porque um fala, eu quero fazer meu documento de novo, eu tenho que tal, não, vamos ver. O cara sabe que amanhã ele tem que acordar cedo para ir no Poupatempo, poupa-tempo é um serviço aqui estadual de documentação e tal, ele tem que ir no Poupatempo para tirar o documento dele, ele já fala, 'pô, hoje eu vou segurar a onda que amanhã eu vou lá tirar meu documento, o pessoal vai comigo, vai junto comigo, eu não vou sozinho, eu vou lá e vou conseguir tirar',

		sabe assim, das pessoas começarem a estarem envolvidas, um que estava, 'poxa, estou com essa ferida no pé faz um tempão, de estar indo todo dia tomar uma medicação ali', né, e ver, e fazer o curativo no pé, isso já vai fazendo com que as pessoas se sintam cuidadas, já começa um processo de vínculo, cada um na sua história ali, então já com isso, e aí as equipes se aproximando, esse vínculo começando, e aí trocando ideia, e aí vai vendo, tem poucos acabaram indo para o CAPS, a galera usava mais as vezes a UBS, UPA, nas outras coisas, mas assim, a UBS, o Consultório na Rua, que aí quem já estava mais organizado, já num outro momento da sua vida, a pessoa já ia para a UBS, já ia porque precisava, assim, quando começa esse processo assim, deles, de o cara sair, 'pô, vamos lá comigo, eu quero escolher uma camiseta legal', vamos comigo, vamos, sabe, assim, e aí, quando começa isso, uma coisa assim, quando você começa a dar essa dignidade para as pessoas, uma coisa começou automática, e aí começava a abordagem deles, assim, de compartilhar, insumos, de pô, tá, vamos comer, deixa para fumar depois, pô, meu, lembra que você chegou tarde ontem na frente de trabalho, tem que chegar hoje cedo, cara, senão não vai dar e tal, né, sempre numa boa, assim, aí...
Composição da equipe	da	00:10:50Interlocutora 6 E aí, então, muda, começa a mudar os lugares, fazer adaptações, né? Organizar a moradia. E com a equipe técnica nos hotéis, né? A equipe técnica era vinculada à Secretaria da Saúde, né? E eram pessoas... As equipes foram bem diversificadas, assim, foi muito bacana isso. Então, tinham pessoas que tinham mestrado ou doutorado na questão drogas, na questão vulnerabilidade social, mas não tinham tanta experiência. Pessoas que tinham experiência com a própria redução de danos ou que tinham trabalhado em serviços como CAPS ou Consultório na Rua. Pessoas que tinham experiência em ter trabalhado com medidas socioeducativas. Pessoas com experiência em oficinas para, sei lá, muito diversificadas. Foi bem legal. O processo seletivo foi bem bacana. Aí, depois das equipes montadas, a gente fez uma formação de uma semana dentro da UMA Paz. A UMA Paz é um espaço da Secretaria do Meio Ambiente. Não sei ainda se existe, né? Isso eu estou falando de uns anos atrás. Secretaria do Meio Ambiente, aqui em São Paulo, dentro do Parque do Ibirapuera. Um espaço extremamente agradável. A gente ficou uma semana em uma edição ali, trocando ideia, brigando, discutindo, todo mundo, todas as equipes. Foi bem legal. 00:12:31PESQUISADORA E nisso, eram quantas pessoas, assim, que faziam parte dessas equipes? 00:12:37Interlocutora 6 Olha, não me lembro o número preciso agora, mas eram... Tinha as equipes essas dos hotéis. Depois, a guarda municipal entra com mediadores de conflitos também. Foram guardas municipais também, assim, uma seleção deles, que tinham uma outra visão, assim, bem bacana. Entraram para compor as equipes também. A equipe das rondas tinha 3... Não, 4... 4... Olha, se eu não me engano, 16, 17... Com... Tinha redutores de danos durante o dia, durante a noite, tinha o gerente, tinha o pessoal do operacional também, dois operacionais. É que tudo depende do tamanho que era o hotel. A gente tinha hotéis maiores e hotéis menores, entendeu? 00:13:47PESQUISADORA Entendi. 00:13:49PESQUISADORA E essas equipes, elas eram sempre compostas pelo redutor de danos, por esses mediadores de conflitos? Como é que elas eram compostas, assim, para entender melhor? 00:14:02Interlocutora 6 As equipes, como era um programa com 5 secretarias, então, assim, as equipes que ficavam permanentes nos hotéis, pensando a perspectiva housing first, eles eram redutores de danos e tinham operacionais também. 00:15:04Interlocutora 6 Tudo bem, tudo bem, sem problemas, o importante é a gente estar se ouvindo. 00:15:08PESQUISADORA Ótimo, estou te ouvindo tranquilo, você estava falando dos operacionais, o que eram esses operacionais? O pessoal da limpeza? 00:15:16Interlocutora 6 Esses eram a equipe pela saúde que ficava nos hotéis. Depois vieram os mediadores de conflitos, que eram essas pessoas, eles também participaram desse processo de imersão com todo mundo. Eles eram guardas civis municipais, não trabalhavam fardados, era uma outra perspectiva, porque eles eram capacitados nessa questão de mediação de conflitos. E aí eles eram para compor as equipes também, então ficavam todos juntos. No começo, um grande desafio, mas foi maravilhoso, foi muito aprendizado, achei a experiência maravilhosa. 01:04:22 PESQUISADORA Muito mais nesse viés da construção dessa autonomia, dessa cidadania do que uma centralidade na droga, de fato, né? 01:04:30 Interlocutora 6 Exato, não, o enfoque não era a droga, nosso enfoque não era na doença, era na saúde, né? 01:04:40 PESQUISADORA

	Claro. 01:04:42 Interlocutora 6 Até por isso, até por isso, as equipes dos hotéis, a gente fez bem mista, mista que eu digo cada um com as suas experiências, assim, sabe? Não ser só pessoas com experiência já de trabalho em redução de danos, não, né, gente que tem experiência de manejo com a vida, gente que tenha uma bagagem maior de estudo, sabe, para um completando o outro, foi isso que aconteceu, assim.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	00:07:40PESQUISADORA Então, quando você chega para trabalhar no de braços abertos, né? Você disse que veio o meio da secretaria de saúde, você estava em outro serviço e foi remanejada, ou você foi especificamente para o de braços abertos? Como é que foi essa interação? 00:08:05Interlocutora 6 Eu chego... Eu chego para trabalhar no de braços abertos, fui convidada a compor a equipe da saúde, da coordenação pela secretaria da saúde, né? Nós éramos em cinco pessoas da saúde. 00:08:31PESQUISADORA E aí você já chega para compor com a coordenação, ou como é que é? 00:08:36Interlocutora 6 Já, é, fui chamada para essa função mesmo. 00:08:56PESQUISADORA Quais eram os objetivos do programa naquela época? Qual era o desenho que se tinha do programa? 00:09:08Interlocutora 6 O desenho ou os objetivos? 00:09:12PESQUISADORA Os dois. Acho que, primeiro, quais eram esses objetivos e como eles eram colocados em prática, como era pensado o de braços abertos. 00:09:24Interlocutora 6 Os dois objetivos eram gerar vida para as pessoas, né? Que os beneficiários tivessem uma oportunidade, também pudessem fazer escolhas, né? Tivessem seus direitos garantidos, assim, né? Cada um a seu modo, a sua escolha, mas gerando vida, né? É isso, assim. E sempre na perspectiva da redução de danos, obviamente, né? E o desenho, antes, era, como eu falei, uma coisa fragmentada. E aí, vamos fazer... Aí não tinham equipes técnicas, não tinham redutores de danos, não tinha essa perspectiva da redução de danos, né? Tinha, mas não estava ainda acontecendo. E aí, vamos colocar a equipe técnica nos hotéis, né? Vamos ver como estão as situações. Eu entro e a minha primeira coisa foi dar uma olhada nos hotéis, depois a gente conversa. E aí eu fui, e aí estava uma situação muito ruim, muito ruim. Que na hora eu já falei, nossa, não achei que fosse assim, sabe? Mas aí, quando eu volto para conversar, e aí, não, é isso mesmo. Você está incomodada, é isso mesmo. Eu tenho que ficar incomodada porque a gente tem que mudar. Foi isso, né?
Efeitos da intervenção	00:19:02PESQUISADORA E aí, como é que era o processo de trabalho dessas equipes, né? Que tipo de atendimentos, que tipo de ações eram feitas ali por essas equipes? 00:19:18Interlocutora 6 Essas equipes, elas ficavam o tempo inteiro dentro do hotel, elas acompanhavam as pessoas de acordo com as suas necessidades, então, tinha desde aquele que falava assim, você pode ir lá me acordar, sei lá, 8 horas, que eu tenho aqui, consulta na UBS, sabe assim? Se eu estiver dormindo, você vai me acordar? De tudo, assim, de acompanhá-los a questão, quem quis voltar a estudar, falar a respeito, né? O pessoal da assistência social com a questão, pô, vamos ver a questão de documento, como é que está isso, como é que vocês estão? Porque o pessoal sempre está sem documento, perde tudo, então, organizar essa parte da vida deles também, desde acompanhar atividades de lazer, acompanhar em frente de trabalho, acompanhar, para dar uma volta, acompanhar para ir em uma loja, que quer comprar não sei o que, tudo, né, assim, de acordo com a demanda deles, assim, né? O programa teve duas fases, a primeira fase e depois com a mudança pós-eleição, aí tudo muda assim, tudo muda, tudo muda. 00:19:35PESQUISADORA Eleição que você fala foi eleição municipal? 00:19:36Interlocutora 6 Eleição municipal, não, eleição municipal, é, municipal. 00:20:47PESQUISADORA Ele inicia na gestão Haddad, certo? 00:20:51Interlocutora 6

	Certo. 00:20:53 PESQUISADORA E aí, essa eleição municipal, como é que foi essa? 00:21:02 Interlocutora 6 Falhou muito, agora não entendi nada. 00:28:18 Interlocutora 6 O lado um era tudo lindo, né? Era o sonho, por isso que eu falo que eu tive a sorte, né? De poder ter trabalhado, né? De braços abertos, de poder ter, né? Foi muito bacana, foi demais, uma experiência maravilhosa. 00:29:05 Interlocutora 6 Além de ter tido essa sorte maravilhosa, ainda fiz grandes amizades, amizades mesmo, amigos, de ir em casa, de chorar juntos, sabe, assim, compartilhar a vida. Então foi, foi, por isso que eu falo que eu tive a sorte, assim. 00:29:21 PESQUISADORA Foi algo que transformou não só de quem está na moradia, né? Sendo atentos, sendo cuidados, mas quem estava cuidando, né? 00:29:30 Interlocutora 6 Exato. Trabalhar na perspectiva de garantias de direitos, independente de qual população seja, isso, qualquer um que trabalha com isso, isso muda a gente, não tem como. 00:29:45 PESQUISADORA Certeza. 01:12:06 PESQUISADORA Quais as transformações que o De Braços Abertos possibilitou, tanto pra você, enquanto pessoa, enquanto profissional, mas também se você percebe que possibilitou pro território, pra cidade, pra política pública, o que é que o De Braços Abertos transformou aí? 01:12:26 Interlocutora 6 Ah, ele transformou a vida das pessoas, né? É isso, assim. Transformou a vida das pessoas, não só as pessoas que estavam no programa, mas as pessoas que estavam no território, a população que mora ali, nesse território da Luz também, né? Com isso, muitos coletivos começam a surgir, a Cracolândia começa a ser vista de uma outra maneira, as pessoas começam a se importar com isso, né? Mesmo movimentos antiproibicionistas, ou com enfoques do cuidado e liberdade, começam a ter uma preocupação maior com essa população lá e começam a dar mais importância e contribuir, continuar resistindo até hoje, né? 01:13:14 PESQUISADORA Sim. E você percebe que trouxe transformações pro campo das políticas públicas? Pro olhar pra uma política, pra pop rua, pra pessoas que estão em vulnerabilidade? 01:13:30 Interlocutora 6 Não, não, não trouxe. A gente pensar, né, pensando aqui, uma questão município, Estado e país, não. Isso só pra quem estuda isso, pra quem acompanha, pra quem é envolvido com esse tema. Se não, não é uma coisa que trouxe essa grande visibilidade e importância, né, de fazer com que as pessoas que trabalham no Legislativo, ou mesmo na sociedade civil, se importassem com essas pessoas. Não, isso não. Porém, para as pessoas do campo, desse campo de trabalho, de pesquisa, foi um grande ganho pelo fato do quê? É possível fazer. E os resultados são positivos. Foi uma evidência, né? Gente que trabalha no campo de produção científica e evidência científica. É isso, entendeu? Mas falar que isso... Não, isso não muda. Até porque foi pouco tempo, né? Talvez tenha tido mais visibilidade, até no próprio campo, coisas pra fora do país do que dentro. A gente tinha visita semanalmente, a gente tinha que ter, tivemos que escalar uma pessoa ali da saúde pra ficar recebendo os grupos que vinham de fora pra conhecer o programa, visitar um hotel, saber como é, fazer mil perguntas, e ver a oficina, e ver sei lá o quê. A gente, semanalmente, de dentro do país e de fora do país, muita gente, muita coisa veio de fora. Mas aqui no Brasil, essa questão do moralismo, do preconceito das pessoas que usam drogas, que estão vivendo, até sendo obrigadas a viverem na rua, né? Que não são aceitas em lugar nenhum. Isso é muito complicado, né? E aqui no Brasil é muito moralismo, as pessoas querem mais ver essas pessoas internadas, trancadas, do que vivendo a vida delas, né? Podem encher a cara de uísque, podem encher a cara de Rivotril, de vinho, mas de pedra, não. Pedra aí é marginal. 01:16:22 PESQUISADORA A construção social que é feita, né? 01:16:43 Interlocutora 6 O quanto esses programas, os mesmos projetos, né? Que envolvem esses tabus, né? O quanto eles acabam... Eles acabam sendo um pouco mais... O quanto eles acabam sendo políticas de governo e não políticas públicas. Por isso que eu falei que não vi mudança nenhuma nisso, entendeu? Então, enquanto isso não se tornar uma política pública efetiva, vão ser sempre políticas de governo. E cada vez mais os progressistas rendidos para esse moralismo. Então, acho que isso é uma coisa, assim. 01:18:45 Interlocutora 6
--	---

	Quando se trabalha com a população em situação de rua, quando tem um programa, assim. O X não é nem como as pessoas entram, mas como elas vão sair e como elas vão sair. Entendeu? Isso é um grande nó, assim. Acho que vale a pena perguntar para os outros, porque o que é construído para depois disso? Por isso é que eu falo que não mudou nada as políticas públicas, entendeu? Mas como que isso produz, de fato, uma mudança efetiva, né?
Contexto sociopolítico	00:22:02 PESQUISADORA Mas você pode me falar um pouco de como foi a sua percepção dessas duas fases? Porque você estava me falando do programa. 00:22:11 Interlocutora 6 Não é uma percepção, porque isso já foi promessa de campanha do governo Dória. Queria acabar com os braços abertos. Eu vou espirrar, perai. 00:22:25 PESQUISADORA Saúde! 00:22:27 Interlocutora 6 Obrigada. Nem desliguei o microfone para espirrar, né? 00:22:31 PESQUISADORA Não tem problema. 00:22:35 Interlocutora 6 Foi promessa de campanha, né? Do Dória, foi quem ganhou. Queria acabar o programa, né? E após a eleição, não foi nem quando o vencedor assume, após a eleição, o resultado da eleição, a situação já começa a ficar diferente. 00:22:57 PESQUISADORA Por quê? 00:22:58 Interlocutora 6 Porque, primeiro por parte de todos os usuários ali, de todos os moradores ali do hotel, né? E aí, já como é que vai ser, como é que não vai ser, como é que, né? Já um clima de tensão, assim, começa. Quando começa esse clima de tensão, aí começa também por parte das equipes. E agora, né? Estão cobrando, o que nós vamos fazer? Como é que vai ser e tal? Então já começa uma questão de tensão bem forte em relação a isso. Aí, isso, outubro, né? Novembro, novembro, dezembro, os mediadores de conflito, de conflitos, que eram da guarda, que eram da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Segurança Urbana, né? Secretaria de Segurança Pública é estadual. Secretaria de Segurança Urbana faz esse comunicado. O coordenador do programa, o coordenador geral do programa, era o Mariano. O Mariano era o Secretário de Segurança Urbana, uma pessoa maravilhosa, que vale a pena se trocar ideia, viu? E aí, eles já saem, né? Eles já saem do programa. Então, isso já foi, as equipes já começam a ficar reduzidas, né? E as pessoas que faziam parte do programa, né? Assim, preocupadas, ansiosas, nervosas, agitadas, tristes, né? Cada um na sua perspectiva. E então, começa a ficar um clima tenso. Muda-se, e aí já começa também uma intensificação maior de ações violentas no território por parte da polícia militar, né? Já o cenário já começa a mudar todo, assim, né? Aí, quando entra o ano seguinte, quando o ano seguinte, e aí já que o programa vai acabar, né? Aí já começa a não ter investimentos, já começa, então vamos supor, eu era da saúde. A saúde era responsável pela manutenção, tudo que era relacionado com a saúde, responsável pela manutenção, tudo que era relacionado à moradia. Então, era o RH, era a manutenção do espaço, era tudo que era vinculado a isso daí, o aluguel, né? E aí, já começa a não ter manutenção. Então, você imagina um prédio, eu não me lembro agora quantos andares, assim, que tinha, sei lá, seis, sete andares, quebra o elevador, troca a lâmpada, uma porta que quebra, a maçaneta que não sei o quê, tudo essas coisas, né? Que eram muitas pessoas que moravam, também não me lembro os números ao certo agora, que moravam lá e que não estavam muito habituadas a isso, né? Em que em alguns momentos estavam chapadas, e aí, então, o cuidado com as coisas, o zelo, assim, não é o mesmo da gente que está acostumado, assim, né? Então, estavam em uma fase de adaptação também. Então, sempre tinha coisa de manutenção pra fazer, de limpeza, material de limpeza, vassoura, rodo, cloro, detergente, né? Tudo, né? Então, começa já a ter algumas questões relacionadas a isso também, né? Então, já não tem mais, né? Já não... Funcionamento, a Secretaria da Saúde meio nos abandonou, aí eu era contratada por essa OS, e aí, antes tinha uma pessoa da OS que ficava nisso, eu só ficava na parte técnica. Aí essa pessoa já para de existir, quem cuidava dessas coisas administrativas, de compra de material, de limpeza, ver a empresa de manutenção, conversar com o proprietário do hotel, né? Dessas coisas assim, já não existe mais. E aí eu começo a ficar no vácuo, mando e-mail pra um, mando e-mail pra outro, vai na OS, vai não sei o quê. Ah, não, todo mundo só enrolando, enrolando e nada acontecia. Eles começaram a minar o programa, em vez de falar assim, ó, a partir de tal dia não tem mais, porque o que que iam fazer com as pessoas? Como é que ia ser, né? Então, eles começaram aí pelas bordas mesmo, né? Vamos minando, vamos, né, deixando tudo se acabar, assim, vamos dar respaldo nenhum para nada. E aí foi isso que foi acontecendo, assim. Aí ficou insustentável para as pessoas que moravam nesses hotéis, para as pessoas que trabalhavam nesses hotéis. Foi uma situação bem difícil, né? Então, esse foi o lado dois. 00:28:41 PESQUISADORA Foi sucateando, né? 00:28:42 Interlocutora 6

	Foi sucateando tudo, assim, tudo muito rápido, assim, sabe? Isso foi a mudança do ano, assim, foi impressionante, assim. Já no janeiro já começa as coisas, já não tem metade da equipe, já o elevador quebrou e fica um tempão quebrado, já começa, né?
Dificuldades e outros desdobramentos	00:16:14Interlocutora 6 Como a gente tem preconceitos também, né? 00:16:17PESQUISADORA Com certeza, com certeza. E quais foram esses desafios que você identifica no início, quando você chegou, como é que foi? 00:16:30Interlocutora 6 Os desafios foram todos, tudo foi um desafio. Não tinha nenhum de nós, de nós, que eu digo, desde a coordenação de todas as secretarias e desde as equipes, estavam ali, nunca tinham trabalhado, foi a primeira vez que teve um programa assim, desse tamanho, aqui em São Paulo. No Brasil, mas tipo, falando de São Paulo, foi a primeira vez. Então, todo mundo já havia estudado, já tinha lido, já tinha conversado, as pessoas tinham experiência, mas nunca num ambiente de moradia. E aí, os desafios foram todos. O programa foi um grande desafio. E até a mudança de gestão, ele foi... Foi extremamente positivo, assim, na vida das pessoas. 00:17:29PESQUISADORA Impositivo como? 00:17:30Interlocutora 6 Não, positivo. 00:17:32PESQUISADORA Ah, positivo, perdão. Tá, entendi. Eu achei que impositivo no sentido ali de mexer num território tão vulnerável como a região da cracolândia, né? A região ali em que o programa estava funcionando. 00:17:48Interlocutora 6 Não, positivo na vida das pessoas. 00:17:51PESQUISADORA Entendi, tá. 00:17:54Interlocutora 6 Era nítido, qualquer pessoa que não tivesse o mínimo de conhecimento, assim, de nada, que visse uma pessoa, que acompanhasse essa mesma pessoa durante, sei lá, dois, três meses, assim, já notava, não tinha como, era nítido, sabe, assim, de ver as pessoas mais felizes, qualidade de vida, é diferente isso, assim, qualquer um poderia notar. 00:18:24PESQUISADORA Entendi, entendi. As mudanças que a inserção ali no programa trazia, né? E aí você estava me falando, né, como era o propósito das equipes, que aí você falou da saúde especificamente, que eram os redutores de danos, que eram essa equipe técnica diversificada que você estava me falando antes, pessoas com diversas experiências, informações diferentes, essas eram as pessoas que iam ali para a função de redutores de dano. 00:18:59Interlocutora 6 Sim. 00:47:57 Interlocutora 6 Quando chega o programa, né? Quando chega o programa, essa mudança da gestão, um secretário de segurança urbana, uma pessoa como Mariano, assim, com uma outra visão, com uma outra, assim, o território já começa a ficar já um pouco mais tranquilo. Sem tanta truculência da PM, a PM, né, quem começa uma conta do local é a GCM, de uma outra maneira, com erros, acertos, mas sempre tentando buscar, sabe, assim, vamos melhorar, vamos melhorar, vamos melhorar, né? Então, a PM já não fica tão assim. Quando, pá, quando acontece isso da eleição, tudo, a história muda, a PM já começa, então, é muito nítido, assim, né? Isso já passa, e com isso, as pessoas começam a ficar mais nítidas, mais irritadas e começam a ter mais violência por parte de todo mundo, assim, né? Que está ali no território, as pessoas que estão ali numa situação vulnerável, que passam a ficar mais vulneráveis ainda, né? E por parte da segurança pública, né? 00:49:00 PESQUISADORA Quando você fala, assim, né, dessa violência que começa a ficar mais nítida e começa a atravessar todo mundo que está envolvido, tanto essa violência que começa a ser mais nítida, tanto essa violência explícita que começa das abordagens policiais, essa violência ali das pessoas que já eram vulneráveis e passam a ficar mais vulneráveis, mas você também observa, Edilene, uma violência institucional no modo de cuidar das pessoas que estavam ali nessa função? 00:49:34 Interlocutora 6 Sim, muito, muito, muito, muito. Violência de todos os lados, assim. Desde a polícia entrar e revistar a equipe, não importa se é homem ou se é mulher, e a secretaria não tomar ATITUDE nenhuma. Ah, desde tudo, né? Assim, deles, violência institucional para cima das equipes, assim, também de uma maneira de não dar um suporte, de não

	dar o nada, muito pelo contrário, um descaso total, assim, né? Descaso total em todos os sentidos, assim, né? Então, a gente não ter resposta, a gente não poder ter mais o lugar onde era a sede onde fazia a reunião, aí começamos a pedir favores no território da luz, né? O bom é que já começava alguns coletivos ali já terem seus espaços, coletivos de cultura, Teatro Munguzá, foi um que nos abriu, assim, os portões, assim, e tipo, meu, vocês podem fazer reunião a que hora que vocês quiserem, né? A Casa do Povo também, foram lugares que foram imprescindíveis, assim, para dar continuidade nesse tempo de resistência do trabalho, assim, porque foi resistência muito, assim, no corpo mesmo, assim, nossa, assim, sabe? Foi, é, foi bem complicado, assim, desde proprietário de hotel, fala assim, agora, o que vocês vão fazer? Vocês vão me pagar? Não vão? Como é que vai ser ir para cima dos trabalhadores? Sabe, situações assim, de, ah, antes eu podia mandar aqui, agora eu não posso, porque antes eles recebiam por vaga, e só que eles ficavam lá, as pessoas deles trabalhavam lá, então era tudo do jeito que eles queriam, com muita violência, com muita exploração, né? De quem eram os beneficiários, quando a gente entra, acaba isso, né? Então, até nisso, ah, diversas situações, diversas. Eu cheguei a ser, eu cheguei a ser seguida uma vez, você conhece aqui São Paulo? 00:51:53 PESQUISADORA Pouquíssimo, eu fui em novembro agora, mas a correria que está São Paulo proporciona. 00:52:02 Interlocutora 6 Um dos hotéis, que era o maior hotel que a gente tinha, ele ficava muito próximo ao mercado municipal, o Mercadão de São Paulo, ele ficava ao lado, e é uma região muito comercial, né, assim, e é uma região bem pobre, bem feia, assim, da cidade, né? Mas é uma região muito movimentada de dia, tipo, é ao lado da 25 de março, 25 de março você deve ter ouvido falar já, né? E aí, é... Eu atravessando, eu estava na 25 de março, isso era durante o dia, milhões de pessoas, eu estava parada na calçada, esperando o farol fechar, para eu atravessar na faixa, vem uma pessoa e me cutuca, assim, do lado, eu olho, ainda bem que eu estava de óculos de sol, eu olho, ele vira e fala assim, Oi, você que é a ruiva do hotel? Aí na hora eu já falei, nossa senhora, né? E aí eu olho, já atrás dele tinha uma mulher, e tinha mais um cara e um outro que estava meio disfarçando, que não estava junto, porque estava cheio de gente, tudo isso, né? Aí o cara falou, você que é a ruiva do hotel? Eu falei, sou. Ele falou, então, vocês tem que parar de ficar chamando ali, ambulância ou polícia, porque é muita, né? É muita sirene ali, isso não é bom para nós, não é bom para a vizinhança. Aí eu me liguei, quem que eram as pessoas? Aí eu falei, não, você está certo, para a gente também não é bom isso. Só que acontece que a galera está ficando muito louca, vocês tem que também fazer a parte de vocês, assim, né? Falei para ele, isso não é bom para ninguém, ninguém quer isso, né? Ficar saindo, tendo briga toda hora, ter que chamar ambulância e tal, né? E a gente também não quer isso, né? Isso não é o nosso objetivo e tal. E aí ele falou, não, tá bom. Então vocês estão sabendo que não é bom, então não é bom para ninguém. Ele falou, então eu conto aí com a sua colaboração, quer dizer alguma coisa assim. Falei, não, é isso, estamos juntos, somos vizinhos, né? E aí eu morava numa casa, eu moro no centro ainda, mas antes eu morava numa casa. E aí eu fiquei com medo, né? Os caras sabiam onde eu morava, assim, sabe? Então, assim, bem complicado, assim, sabe? Isso tirou minha paz, isso foi, eu falei, nossa senhora, porque eu já tinha atravessado tudo, já estava na beira da 25, eu tinha que ir para chegar já na Praça da Sé, assim, eu moro um pouquinho mais para cima da Sé, né? Morava, e aí, sabe, desagradável, assim, isso, né? Fui andando, aí eu vi que o outro estava tentando disfarçar, estava andando também, aí eu parei num lugar, fiz um tempo, saí andando, falei, se ferre eu vou embora. Entendeu? Aí isso é complicado, né? Porque o que acontece em cenas de violência? O que acontece? A galera começou a ficar muito tensa, porque aí veio o programa, e aí, sabe, acabando, assim, no concreto mesmo, né? Então, a questão dos espaços começarem a ficar sem manutenção, tudo, né, tudo começa a ficar sem manutenção, já da equipe estar em reduzida, da equipe estar reduzida, da violência na rua, e que a gente está num governo que aí, rolando audiência pública, imprensa em cima do Doria, ele falando o negócio da Cracolândia, virou muita tensão em cima disso, então isso, eles são os primeiros a sentirem isso, assim, né? Os beneficiários do programa. 00:55:50 Interlocutora 6 E aí, aquela história, né, a galera pode fumar 20 pedras, né, ali, 30 pedras, que fica numa boa. Só que aí você toma três corotes e ferrou, né? Corote é aquelas, aqui o pessoal chama... 00:56:03 Pesquisadora Barrigudinha, que o pessoal chama aqui. 00:56:05 Interlocutora 6 Isso, barrigudinha, isso mesmo. E aí, toma três daquele, aí já viu, aí é briga, né, que sai, né? Briga de casal, briga um com o outro, que divide o quarto, né? Aí começou a ficar um clima muito insustentável, assim, né? E aí as pessoas, às vezes, se machucavam, às vezes, coisas assim, a gente tinha que chamar o SAMU, né? E aí chamava o SAMU, a gente evitava, às vezes, levava de Uber, fazia o que dava pra fazer, e eles recebiam a grana deles, da frente de trabalho, toda sexta-feira. Então, você imagina assim, olha... Um ano e pouco da minha vida, eu, mas os outros colegas, gerente dos hotéis, a gente não teve sexta e sábado, né, na vida. Era isso, chegava sexta-feira... Tipo, não dava nem pra sair e fazer happy hour. Pra um, mas não pra outro. Era isso, entendeu? Por mais que tava tudo tranquilo e tal, eu já tinha até minha rotina, eu ia pra casa, tomava banho, comia, me trocava, porque chegava às 10 horas da noite, e já alguém de algum hotel ia ligar pra mim, e isso quando não ligava mais de um, né? E como a gente tava totalmente desassistido, eu ia pra todos, não deixava, sabe assim, vamos juntos, vamos ver o que dá pra gente fazer, vamos conversar, vamos tal. E ainda outros
--	---

	gerentes de outros hotéis, ainda, sabe assim, tinha que fazer alguma coisa, ligação e tal, ficava na retaguarda, sabe assim, todo mundo junto, muito unido, muito bacana, todo mundo enfrentando a história. 00:57:29 Pesquisadora E um desgaste muito grande também, né? 00:57:35 Interlocutora 6 Muito, muito. E desgaste grande, porque era assim, tinha que chegar pra região da Luz, né, chegar pra um hotel e saber que você não vai ter respaldo nenhum, de ninguém, né? A verdade é essa, né? E aí a gente ia pra tentar resolver tudo ao máximo do diálogo, porque aí tinha que sair um pra acompanhar até o SAMU, e acompanhar até o MAUP, até o PS, dependendo de onde tava, né, então era, nossa, foi bem difícil, assim.
--	--

Interlocutor 7 – Mais dignidade – Porto Alegre

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:01:48 Interlocutor 7 Sempre, claro, o albergue, vamos dizer assim, seria o menos exigente, no sentido... embora o uso de substâncias sempre foi um impeditivo de acesso. Tem um relato, assim, de que faziam até o teste de bafômetro nas pessoas para ver se estavam ou não alcoolizadas para poder ingressar. Mas, enfim, ainda assim era um modelo mais aberto, assim, de acesso. 00:41:04 Pesquisadora E as pessoas tinham algum poder, assim, de autonomia ou de escolha dentro dessas moradias escolhidas? 00:41:13 Interlocutor 7 Sim. 00:41:14 Pesquisadora Os próprios usuários? Tipo 'Ah, então eu estou em tal bairro, para mim aqui eu quero ficar no bairro X, onde tem a moradia'. 00:41:22 Interlocutor 7 A gente tinha um drive compartilhado entre as equipes, onde a gente acessava as possibilidades. E eu me lembro que eu acessava o drive e mostrava para as pessoas. Olha, as opções são essas. Tento ver se eu não consigo achar esse drive aqui. Deve existir ainda. A gente caminhava para as possibilidades e aí se escolhia. Tipo, longe, daí fazia essa conta, né? Vale ir para um lugar longe? Sendo melhor ou ficar perto de um lugar não tão bom? Eram essas contas que a gente fazia. E tinha a chance sempre de tentar achar alguém que pudesse topa o projeto também, um proprietário. A gente fazia também. Às vezes nós íamos conhecer, mas eu conheço um lugar. E aí a gente ia lá conhecer e tentava fazer com que a pessoa fizesse o cadastro e acessar 00:48:54 Pesquisadora Tinha alguma iniciativa, alguma estratégia de garantia de alimentação, Interlocutor 7? Seja pelo projeto, seja por esse intercâmbio das secretarias? 00:49:08 Interlocutor 7 Eu sei que quem estava inserido no projeto, ele podia... Tinha uma concessão de cesta básica pela assistência social. Tinha a previsão disso. Tinha a previsão de cesta básica e de Vale Transporte. Pesquisadora: Quando você diz que tinha a previsão, é porque não chegou a sair? Ou porque na época você já não estava mais inserido? 00:49:37 Interlocutor 7

	Eu fiquei sabendo mais pelos usuários que depois eu inseri por aqui. Na prática eu vi que eles tinham a concessão de cesta básica. Uma vez por mês. Então, isso tinha. Então, eles podiam fazer as repetições que você tinha, podiam fazer as refeições em casa, eles tinham essa autonomia de cozinhar. 00:50:08 Pesquisadora Na cidade mesmo, tinha estratégia de restaurantes comunitários, alguma coisa nesse sentido? 00:50:15 Interlocutor 7 Sim. Aí era aberto, continuava podendo acessar. Na prática, sim, o pessoal manteve a sua vida. Na reciclagem, também acessando a doação de comidas nos locais, debaixo de viaduto. Eles mantiveram. Isso foi uma grande crítica de quem foi morar em lugares muito longe. Ele dizia que estava aqui, mas não sabia se virar. O preço da reciclagem aqui é diferente, enfim. Acabava que deixava... E ele não conseguia acessar, por exemplo, essas doações que ele já conhecia no centro da cidade, por exemplo. Então, na prática, sim, não alterou muito o cotidiano de vida deles. Continuaram trabalhando do mesmo modo. Mas tinha essa concessão da cesta básica. 00:51:23 Interlocutor 7 Eu sei que esse rapaz que estava no porão do centro, ele me dizia que dificilmente fazia a alimentação dele na pensão. Ele costumava almoçar pela rua, acessar restaurante popular, os locais onde havia doação. Porque era uma cozinha coletiva, uma geladeira coletiva, ele não tinha segurança de que as coisas dele iam ficar lá. Enfim, às vezes não tinha panela. Vários reclamavam disso. Eu não tenho panela, não tenho as coisas, como vou fazer comida? Acabava que... Mantinha um modo de vida rueiro. Modo de vida da rua. 00:59:03 Interlocutor 7 Isso não é mais uma questão. (ELE ESTÁ SE REFERINDO A BAIXA EXIGÊNCIA) Mas na vida das equipes, eu sinto que eles ainda continuam criando critérios. Não saiu essa coisa, vamos dizer assim, da meritocracia. Tem que merecer. Tem que provar que tu merece. Às vezes a gente faz uma coisa de um dia. Volta aqui, veio hoje, no primeiro dia, a gente está vendo. Volta amanhã aqui e a gente discute essa vaga. A gente faz isso porque acontece até bastante. Essas pessoas que a gente insere não acessam, nunca mais voltam aqui no CAPS e acaba que ele ficou no vazio. Às vezes a gente faz um pouco. Mas eu diria que essa questão da baixa exigência foi algo que esse modelo trouxe para a discussão, botou na roda. Era algo que eu acho que ainda é uma discussão. Então, a redução de danos nesse sentido, ela não veio com uma diretriz de cuidado, assim, explícita. Mas na prática dessas equipes e no processo de cuidar, é algo que estava ali fazendo parte. Trazendo a baixa exigência, trazendo essa questão das contratualidades, da possibilidade de escolha do usuário. 01:06:29 Pesquisadora Foi, essa (publicação) É Possível Housing First no Brasil é de 2019, e esse último é do ano passado, de 2022. Que traz um marco interessante, né? De eles terem sido lançados num governo tão diferente desse tipo de proposta, né? 01:06:48 Interlocutor 7 Então, mas é que eu acho que tem esse caráter de marketing. Põe um nome importado ali, diz que tem evidências, que agora é dignidade, que agora é autonomia, mas na prática, entende? Mantém as mesmas estratégias. Essa é minha crítica, sim, né? Pelo menos de Porto Alegre posso te dizer com certeza que foi assim que aconteceu. Não ouvi nada de novo, efetivamente, assim. Talvez, o que ouvi talvez foi isso, a questão da baixa exigência realmente foi algo que hoje é mais assimilável pelas equipes, embora as equipes mantenham as exigências.
Intersetorialidade e território	00:06:55 Pesquisadora E aí você estava me dizendo que a Secretaria de Assistência captou esse recurso que veio da Senad, mas que quem trouxe a proposta de inserir nesse projeto o Housing First foi a Secretaria de Saúde. Então teve uma interlocução de duas secretarias. 00:07:12 Interlocutor 7 Exato. Foi bem... A gente trabalhou muito junto, assim, na época. Foi até o ponto que se definiu que a Secretaria de Saúde ia estar mais à frente e ia coordenar o projeto. Foi uma posição que a gestão da época fez, assim. O plano municipal, porque cada gestão tem isso, né? Apresenta um plano municipal para atendimento da população de rua. E esse plano municipal dessa gestão de 2017 a 2020 foi feito pela saúde, foi coordenado pela saúde. Então foi uma diferença, assim, na condução da política com a população de rua nesse período. E aí, enfim, era um pessoal que era muito da medicina por evidências, que, enfim, queria modelos estruturados ou com literatura que pudesse ter uma resposta um pouco diferente do quadro que a gente tinha na cidade, que, na verdade, era bastante... Continua sendo, né? Mas... De bastante crescimento, assim, da população de rua. 00:13:04 Interlocutor 7 A gente pensava em critérios, ou seja, não era uma coisa, assim, totalmente de primeira opção, assim. Tipo, tinha uma questão de estar vinculado a uma equipe. Aliás, tinha a condição dupla, né? De estar vinculada a uma equipe de saúde e a uma equipe de assistência. Essa era a condição. Então, tinham condições. 00:13:32 Pesquisadora

	Uma equipe do próprio projeto ou dos serviços? 00:13:40 Interlocutor 7 Tinha que estar inserido nos serviços. Seja daí, às vezes, né? Teve várias composições. Normalmente, era assim, a dupla mais clássica era a equipe de abordagem social e CAPS AD. Essa era a dupla mais clássica. Mas teve várias unidades de saúde, CRAS. 01:07:43 Interlocutor 7 É que são equipes vinculadas, na grande maioria, a entidades da sociedade civil que têm no seu arcabouço metodológico uma coisa meritocrática, merecedora, religiosa. Então, sabem? Mantém essas coisas. Então não vai fazer novas, aquilo que se diz, né? Não vai fazer resultados diferentes com as mesmas estratégias. As coisas continuam muito com a mesma cara, assim.
Eixos de trabalho	00:10:45 Interlocutor 7 Na verdade, então, o que teve? Assim, veio esse recurso, né? De... Da Senad. E se criou, então, um modelo de bolsas moradia. Existia bolsa moradia e bolsa qualificação profissional. Existiam duas bolsas, tá? Mas era considerado bolsa moradia. Então, aí tinha a primeira ideia, era talvez repassar esse dinheiro para a pessoa pagar o seu aluguel. A outra proposta que acabou sendo a que ficou era cadastrar pessoas que gostariam de alugar uma peça, uma casa, enfim, um apartamento para o projeto. É a grana, então, era repassada diretamente para essa pessoa e daí para o proprietário. E eles assinavam um termo lá e, enfim... A pessoa, enfim, poderia entrar na casa. Então, era chamada de uma bolsa moradia. E, na prática, era muito, muito parecido com os modelos de aluguel social que a gente teve aqui. Então, assim, antes disso a gente tinha um aluguel social, pop rua, que era basicamente isso, assim. Se cadastrava pessoas que gostariam ou as equipes localizavam locais que topassem receber as pessoas e se fazia transferência direta do recurso pro proprietário e a pessoa, então, entrava na casa. Era um modelo muito parecido com o que a gente tinha aqui de aluguel social. Na prática, assim, não tinha muita diferença. Se chamava de housing first, né? Mas, na prática...
Articulação com as políticas de moradia	00:00:55 Interlocutor 7 Porto Alegre tinha essa relação com os abrigos, com as repúblicas, com a hotelaria, já uma história extensa, assim, né? Especialmente no acolhimento institucional formal, assim, de abrigos, né? Então, foram os primeiros equipamentos dos SUAS, assim. E, claro, antes disso, tem a história dos albergues na cidade desde o início do século passado. Os primeiros albergues é 1915 aqui. Com um caráter filantrópico e religioso, assim. Então, Porto Alegre tem essa história do acolhimento da população de rua em outros formatos. 00:42:51 Pesquisadora E aí essa inserção nas moradias, Interlocutor 7, ela tinha um prazo de validade, vamos dizer assim? Você vai ficar lá um ano e depois você vai caçar o rumo. Como é que era isso? 00:43:03 Interlocutor 7 Eu estou vendo aqui, eu trouxe justamente o contrato Bolsa Auxílio Moradia. Benefício Bolsa Auxílio Moradia, prazo de 12 meses. Poderia ser renovado por mais uma vez, pelo que eu me lembro. 00:43:18 Pesquisadora Então o prazo máximo seriam esses dois anos? 00:43:23 Interlocutor 7 É, a gente sabe que, enfim... Na prática, se estava funcionando, a pessoa ficava, assim. Não me lembro de ser um impeditivo de alguém permanecer, mas... O que houve depois foi assim, aí acabou o recurso, acabou essa gestão, e aí a galera passou para esse modelo de... De hotelaria, né? Então... 00:43:59 Pesquisadora E aí foi por uma outra gestão, outro recurso e uma outra proposta. 00:44:04 Interlocutor 7 Exatamente. 00:44:05 Pesquisadora Mas quem já estava inserido antes, por esse programa Housing First, permaneceu, pôde permanecer. 00:44:11 Interlocutor 7 Permaneceu até o tempo, pois é. 01:10:45 Interlocutor 7 Porque os programas, embora eles sigam bastante exigentes, para você avançar numa moradia permanente, hoje é muito difícil, diria, impossível. Por exemplo, eu tenho um companheiro que a gente fez bem isso. Ele foi para o Housing First no início, ficou, acabou o Housing First, o pessoal conseguiu um outro modelo de aluguel, continuou bancando essa casa. E qual foi o problema? Sempre precário, sempre sem fogão, recebia a certa básica, mas não tinha como cozinhar, recaindo toda hora, enfim, condições

	ruins. Qual foi o final da história? Ele foi incluído, porque daí ele fez 60 e poucos anos, ele foi incluído numa casa larga e idoso no acolhimento institucional. Ou seja, não produziu autonomia. Ele acabou indo para um acolhimento institucional formal. Ou seja, não tem esse permanente depois. Nós estamos falando de provisoriedades. Então, não tem a moradia permanente que tem nos modelos de fora, europeu, isso aqui não tem. 01:12:37 Interlocutor 7 Então, a gente tem umas histórias de muito antes do Housing First, que era com Minha Casa Minha Vida, que a gente conseguiu aqui, não sei se era nacional essa etapa, mas era 1%, uma coisa assim, e foi destinada para a população de rua aqui em Porto Alegre. Então, essa galera conseguiu acessar. Me lembro que eu trabalhei nisso na época, eram 20 apartamentos que a gente conseguiu fixo pelo Minha Casa Minha Vida. Claro que, como demorou, sei lá quantos anos, desses 20, me lembro que 5 ou 6 estavam vivos ou em condições, ou não sei como é que... Sei que só 5 ou 6 conseguiram acessar as casas. Mas foi o modelo talvez mais eficaz nesse sentido que a gente teve. Que daí essas pessoas, elas estavam no acolhimento institucional formal e passavam então para a moradia definitiva. Então, acho que esse é o... Continua sendo. Por isso que o housing first traz muita coisa, mas ele traz esses conceitos, mas ele acaba caindo na realidade brasileira e nas dificuldades aqui, que é das sub-habitações, da falta de moradia em geral. Então, assim, se tem um ganho é que, bom, a gente está falando de habitação, estamos falando de moradia. Mas é isso. Na prática, a gente não consegue acessar nada muito definitivo. Acaba que as pessoas acabam voltando para o acolhimento institucional.
Costura com a RD	00:06:37 Interlocutor 7 Tinha, por exemplo, um programa de redução de danos que estaria dentro desse recurso. Tinha algumas ações, assim. Entre elas, o Moradia Primeiro. 00:46:50 Interlocutor 7 Eu te mandei o termo de concessão do benefício do programa, onde fala ali... Enfim, tem vários... Cita vários documentos, decreto, teve o decreto municipal que organizava esse recurso. Fala do... Da Senad, tem um outro documento que fala de qual era o convênio com a Senad. Convênio 27, 2017. Ele, então, na verdade, o programa de Senad era maior do que o Housing First, então tinha essa bolsa de qualificação profissional, tinha esse projeto de redutores de danos que nunca saiu do papel. 00:47:50 Pesquisadora Preciso perguntar agora. 00:47:52 Interlocutor 7 Não, nunca. Até esse momento, sei que... Nesse momento, sei que ele está na ativa. Estão tentando contratar as pessoas, já passaram da parte de licitação. Mas tu vê, isso é 2023. Esse projeto foi escrito, eu ajudei a construir lá em 2017. Então, esse não saiu do papel naquele momento. Não me lembro se tinha mais ações, acho que era a bolsa de qualificação, bolsa de moradia e o programa de redução de danos. Ah, tinha a Vale Transporte, quem estava inserido no projeto tinha a Vale Transporte para poder acessar os serviços. 00:56:11 Interlocutor 7 Estava um pouco na base do projeto, assim, de trabalhar na perspectiva da redução de danos. Não se falava exatamente, tão claramente assim. Porque era um governo bem difícil, assim, na época, esse governo do Marquesano. Mas a gente que estava construindo o projeto, junto com a saúde e tal, era claramente uma estratégia de redução de danos.
Costura com a Saúde Mental, álcool e outras drogas	00:39:41 Interlocutor 7 E na minha região eu não tinha nenhuma moradia disponível pelo projeto. Eu tinha que colocar a pessoa lá no centro, ou lá para Restinga, ou, no caso do Jorge, lá na Vila Nova, que era um outro bairro, uma outra região. E isso implicava, no decorrer do caminho, eu referenciar ele para um outro CAPS, porque era mais próximo da vida dele. Então, assim, a gente acabava perdendo vínculos. Na verdade, com o caso do Jorge, assim, ele largou o projeto e se manteve vinculado com a gente. Mesmo sendo longe, a gente também não era, assim, a pessoa... Não era questão... Nós podíamos manter o vínculo conosco, apesar de estar longe. E foi o que a gente fez, na maioria dos casos. Mas, com o tempo, isso ia sendo prejudicial mesmo.
Composição da equipe	00:26:23 Pesquisadora E aí, pelo que eu entendi, o projeto em si não contava com uma equipe multi, né? Essa equipe multi que fazia esse acompanhamento e dava essa assistência para os usuários inseridos era dos serviços, não era uma equipe dos projetos. 00:26:38 Interlocutor 7 Não, inicialmente não. Depois, eu acho que houve... Houve uma... A construção de um acompanhamento e monitoramento Eu sei porque daí depois eu, como profissional aqui, acompanhando pessoas que eu inseri nesses programas, nesse programa, eu, acho que, recebi o telemonitoramento. E aí era ligado ao Tele Saúde, daí teve uma equipe que lidou diretamente com isso. Mas elas não atuavam, elas não atendiam as pessoas. Até elas faziam algumas visitas, elas tinham uma função, vou tentar ver se eu acho que tinha uma pessoa que era bem bacana, que acompanhava, assim... 01:02:32 Pesquisadora

	Teve, em algum momento, seja no início, seja depois que o projeto estava rolando, ações de capacitação ou de formação dessas equipes, desses profissionais que estavam fazendo esses acompanhamentos? Pra discutir redução de danos, pra discutir o que era o housing first, pra discutir o que era essa proposta? 01:02:52 Interlocutor 7 Não lembro. Sinceramente, não lembro. Era tudo muito, assim, evento, sabe? Aí, tipo, apresentação no programa, daí ia para a mídia. Era muito isso. 01:03:23 Interlocutor 7 Tipo, vamos pensar política pública na cidade, vamos chamar o comitê, vamos pensar coisa mais estrutural, assim, né? Porque, enfim, hoje o número continua crescendo, entendeu? E a gente tem que olhar para isso. De onde estão vindo essas pessoas, né? Se hoje tem 13 mil pessoas na rua, tem 30 mil que estão na beira da rua, entendeu? Se nós não olharmos para isso, nós nunca vamos olhar, só olhar para quem está na calçada, entendeu? Tem que olhar para tudo estrutural. Daí eu me lembro, assim, que, enfim, que essa conversa que eu fazia, não fazia sentido para eles, assim. Tanto que nunca mais me chamaram para reunião. Porque aí eu escutei isso, olha, não me interessa quantas pessoas vão sair. Se sair uma pessoa da rua, para nós, pelo projeto, a gente vai fazer uma reportagem com ela, nós vamos, sabe, dar visibilidade para isso, e é ponto. E daí foi que a gente se distanciou, assim, porque daí eu não... Não era, enfim, não era pensar a situação de rua da cidade, era criar um projeto que fosse assistencialista, em alguma medida, que tinha o nome de dignidade, autonomia, mas que... Enfim, e que pudesse ser publicizado. Isso era bem característico, assim. Então, acho que não houve capacitação para os profissionais. Eu não me lembro de ter tido.
Efeitos da intervenção	00:18:05 Interlocutor 7 E aí, claro, a prioridade para essas 20 casas eram pessoas que estavam em situação de muita visibilidade na cidade. Então, ela serviu para uma higienização, porque essas primeiras 20 pessoas, por exemplo, que foram para a Restinga, que é um lugar 30 quilômetros distante, foram pessoas que estavam na Avenida Gate, por exemplo, que é uma avenida superbranca e central na cidade, de classe média alta. Ou pessoas que estavam no Parque, por exemplo, que é o Parque Harmonia, que é um parque onde todo ano tem uma festa grande, então estava nas vésperas dessa festa, tinha que tirar as pessoas de lá, então se oferecia o housing first, que era esse modelo de um aluguel com um proprietário que tinha uma amizade com algum político que daí disse, não, vamos botar. Então, essa pessoa aí, tu calcula que, então, ela botou 20 pessoas lá. Eu me lembro de ter, na época, acompanhado uma situação, algumas, mas uma especial, assim, de a gente ir lá e visitar, e era um cara que foi para lá porque ele estava na frente de um CRAS, tipo, se instalou uma barraca na frente de um CRAS, e aquilo ficou assim. E eu me lembro que questionei, mas a gente tem várias outras pessoas em situação pior do que a dele, só que a dele era muito visível, ele acabou sendo priorizado para esse programa. Então, eu quero te dizer, na prática, ele funcionou mais como mesmo, assim, sabe? Repetiu higienização, repetiu os acordos de aluguel com proprietários que daí, enfim, eram próximos da gestão, e, enfim, então, manteve as mesmas dificuldades que a gente tinha antes, que encontrar locais adequados, então, assim, eu me lembro de ter ido visitar um dos locais em que o proprietário, que eu era um alcoolista grave, e que a gente daí resolveu não permitir que fosse feito aluguel lá, porque, enfim, ele era o proprietário da casa, mas ele, enfim, incomodava as pessoas que já moravam lá, enfim, daí disse, ó. 00:23:06 Interlocutor 7 Eu me lembro de daí teve também, já estando aqui pelo CAPS, também inserido uma pessoa, e ela morava num porão. E ela estava feliz, assim, até. Eu me lembro que, na época, a gente ficou muito preocupado, assim, vamos tentar tirar daqui, e ela disse, tá ótimo, deixa eu aqui. Porque, enfim, é que aí a gente faz a reflexão, assim, de que as pessoas estão tão violadas, né, que, enfim, elas topam essas situações. Mas era muito precário. 00:30:47 Pesquisadora Então, era esse modelo bem disperso. E aí podia ser qualquer tipo de imóvel, que você falou que teve, por exemplo, um porão. Podia ser apartamento, casa, enfim. Passava por uma vistoria, mas não tinha um padrão, vamos dizer assim. 00:31:09 Interlocutor 7 Não, não tinha esse padrão. O principal era ter os documentos de posse e passar nessa vistoria, que eu vou te mandar um dos documentos aqui, que aí você vê a vistoria, ela estava ligada ao Departamento Municipal de Saúde. Ou seja, a gente manteve a mesma estrutura, na verdade, do aluguel social. Na prática, ele foi muito igual ao aluguel social. Ou, na prática, também, há um modelo que a gente tem hoje aqui em Porto Alegre, que é do serviço de hotelaria. Hoje, em Porto Alegre, tem um grande investimento em serviço de hotelaria, que são pousadas, uma pousada com várias filiais, na verdade. Eu não sei te dizer quantas vagas tem, mas é como mais de 200 na cidade toda. E que hoje aqui é... Que tem um lado do Housing First, que é a baixa exigência. Hoje, eu consigo, ela é super desburocratizada, o acesso. Hoje, a gente consegue, uma pessoa que acessa pela primeira vez o CAPS, está na rua, e a gente quer inserir ela no mesmo dia, a gente consegue. É super desburocratizada. Mas, enfim, é tipificada como um serviço de hotelaria. E, claro, as condições são as mesmas das pensões do centro que eu te falei. Às vezes é um porão, às vezes são quartos sem janela, muitas situações, às vezes, de violência, não tem nenhuma... Nenhum controle, é um lugar que, às vezes, não tem nenhum porteiro, enfim, as pessoas ganham a chave e tal. 00:33:48 Interlocutor 7 Mas, a meu ver, repete tudo o que a gente teve até o momento, mesmo chamando de housing first, ou seja, foi tudo o que a gente teve até agora, com a facilidade, vamos dizer que eu diria que é um avanço, que é a exigência, a baixa exigência ser, de fato, uma baixa exigência. Então, hoje a gente consegue, porque antes tu tinha isso, a pessoa

	tinha que ter os documentos, tinha que assinar contrato, levar em cartório para ganhar a bolsa moradia do housing first e era super um processo, entendeu? Lembro que a gente ficava trabalhando meses com a pessoa, talvez meses, mas acho que daria uns dois meses trabalhando. E dentro disso, enfim, muita coisa. A pessoa ia, voltava, ia, voltava, ia, voltava, acabava que assumir ou não a casa lá no final era quase aleatório, porque em dois meses muita coisa acontecia. Eu me lembro que teve uma vez... 00:34:50 Pesquisadora Não era uma inserção assim de, bom, primeiro a gente vai te garantir a moradia e depois a gente vai tirar seus documentos, você vai ser inserido no CAPS, não. Primeiro ele tinha que estar fazendo tudo isso para então você inserir a moradia, era o inverso. 00:35:03 Interlocutor 7 Isso aí. Se chamava de housing first, mas era super exigente. 00:44:57 Interlocutor 7 Mas hoje, falando de hoje, o que eu sei, que daí talvez, como te disse, tem um contato da Interlocutora 12 Monaco, que eu te passei, que é a pessoa que construiu o projeto e que acompanhou ele até o fim. Mas ela pode te dizer hoje se existe algum resquício dele. Ou se hoje está tudo traduzido na forma do serviço de hospedagem. Eu acho que está tudo convertido no serviço de hospedagem. Enfim, mantém as condições precárias, mantém os acordos políticos, assim, do tipo, a pousada... Imagina essa pousada que tem 200 vagas ganhando 800 por pessoa. Ela está fazendo uma grana boa. A gente sabe que daí tem os acordos, que é super negociado. Eu sei que é... Aqui em Porto Alegre se chama pousada Garoa. Então, a pousada Garoa é que tem todos os contratos de pousada na cidade. Foi feito, inclusive, depois que houve esse incêndio, teve uma boa discussão, assim, boa, não sei, mas foi falado assim, olha, não dá para continuar desse jeito. Foi feita uma nova licitação e ela ganhou de novo. Não sei, as condições que a gente sabe pelo relato das pessoas continuam as mesmas. 00:52:16 Interlocutor 7 Aí tinha várias questões que alguns proprietários se incomodavam deles levarem o material reciclado para dentro da casa. Porque, enfim, sacos e tal ia acumulando ali. Então, isso também foi uma briga muito grande com os proprietários. Enfim, efetivamente, sim, não alterou muito o panorama de vida deles. Efetivamente, claro, estava dentro de um teto. Isso. E está bem, não é pouca coisa. Não vou dizer que não. Hoje, na hotelaria, a gente acha que reduz bastante sim, os danos de ter um teto. Quanto mais breve, melhor. Acho que o modelo que tem hoje, ele está bem assim. Tem várias histórias aqui de gente que fez isso no primeiro dia e que faz um ano que não voltou mais para a rua. Um ano está nessas condições. Diminuiu o uso de substância, mas não interrompeu. Mas tem melhores condições. Tem uma condição de estar vinculado ao CAPS. Então, as pessoas que vêm aqui com alguma frequência quinzenal, ou tem uns que vêm mensal mesmo. Porque daí esse modelo de hospedagem é por voucher que a gente gera. E ele tem um prazo. Então, quando estoura aquele prazo, a pessoa vem aqui. Acaba sendo um instrumento para a gente manter ela próxima. Então, é isso. Mas as condições são muito ruins dos locais. Não se parece em nada quando a gente lê os documentos do Housing First. Do Canadá ou da Finlândia, sei lá onde. Não tem nada a ver. É uma coisa bem precária, um pouco melhor do que a rua. Tem pessoas que preferem ficar na rua. 00:56:49 Interlocutor 7 Isso que, na minha tese, eu faço um pouco dessa crítica, é que, enfim, na prática, a gente reproduziu as mesmas questões de dificuldades que tinha na cidade. Serviu, continuou servindo para uma estratégia de higienização. As pessoas priorizadas por housing first eram as pessoas que estavam incomodando, de alguma maneira. Que estavam com uma visibilidade na cidade. Então, foi uma época em que houve várias higienizações. Para quem conhece aqui em Porto Alegre, o viaduto da Bortes de Medeiros, que era um viaduto clássico de acomodação da população de rua foi policializado nesse período. Igreja da Matriz, alguns locais onde essas pessoas foram priorizadas para estarem no projeto. Ou seja, o projeto serviu as mesmas articulações de limpeza da cidade que já tinha antes com outros projetos. Mas acho que ela trouxe, avaliando, ela trouxe essa noção da baixa exigência. Que nem era uma noção que a gente tinha antes. Isso foi importante para hoje, talvez, a gente pensar nesse modelo de hotelaria com baixa exigência. Isso, vamos dizer que foi, olhando em perspectiva, acho que foi um ganho. 01:09:24 Pesquisadora Porque você trouxe, Interlocutor 7, essa transformação que você percebe no funcionamento, talvez não no funcionamento, mas pelo menos colocou na roda a discussão sobre baixa exigência, a proposta de trazer esse projeto. E que outras transformações você percebe que esse projeto proporcionou, seja para você como profissional, como pessoa, o que você acha que ele trouxe de transformações em você, seja para esse território, para a cidade? 01:10:00 Interlocutor 7 Além disso, eu acho que há, enfim, de alguma maneira, uma discussão diferente de moradia, de que a gente estava acostumado. Porque eu sempre coloco na justificativa de acessar uma hospedagem qual é a principal demanda da pessoa, de falta de moradia. Eu entendo, por mais que ela esteja com mil outras questões na vida dela, eu coloco em falta de moradia. Ou seja, você consegue botar a questão da habitação mais em evidência. Eu acho que isso também...
Contexto sociopolítico	00:02:40 Interlocutor 7

	Quando esse prefeito, que é o Nelson Marquezano Jr., ele é eleito em 2016, ele assume em 2017. 18, 19, 20, né? Então ele fica esses quatro anos. E ele traz essa equipe que ele trouxe com ele. Então, né? Tenta aplicar aqui em Porto Alegre a metodologia do Housing First, inspirada aí nos modelos de fora. Nas evidências de fora. Então... Na prática, assim, como é que foi? Era um financiamento, foi um enjambre de várias coisas. Sabe? Um arranjo. Assim, uma... Aqui a gente chama de gambiarra, né? Porque foi uma grana que veio da SENAD para aplicar em algum projeto de... Voltado para a população de rua. Então estava dentro da SENAD. Eu vou tentar achar aqui... 00:04:21 Pesquisadora Eu estou te perguntando porque o Redes, pela SENAD, ele teve uma proposta de implementar em vários municípios projetos de inserção social. 00:05:23 Interlocutor 7 Ele chamava de PIS, que era o projeto de inserção social. Então é do Redes. Porque se tornou muito político, assim, em determinado momento. Daí foi feito um lançamento, foi feito propagandas em outdoors. Teve... Foi, coisa assim. E aí chegou um ponto... E aí era uma gestão que trabalhava muito com marketing. 00:17:05 Interlocutor 7 Se criam arranjos, ou alianças estranhas. Aí tinha alguém que era ligado a um vereador, ou não me lembro bem, alguém ligado à gestão, que disse, não, mas é aqui na Restinga, que é um bairro superdistante, 30 quilômetros distante do centro. Aqui eu posso fazer um... Um puxadinho, assim, uma... Como se diz isso? Uma locação de casas. E aí essa pessoa construiu 20 casas.Ou ele tinha, talvez, ele só melhorou, enfim. E aí ele disse, tá, liberamos 20 casas aqui.
Dificuldades e outros desdobramentos	00:08:55 Interlocutor 7 Porque no final das contas aconteceu que eu acabei não participando exatamente, assim, no final. Porque... Por enfim, daí são coisas da vida, assim. Eu comecei a questionar várias coisas e tal, e aí não me chamaram mais para as reuniões. Então, a parte... Porque se tornou muito político, assim, em determinado momento. 00:09:42 Interlocutor 7 E eu disse assim, não adianta só fazer, tem que mostrar. E aí eu disse assim, tá, mas está muito pouco consistente, né? Porque, enfim, ao todo, sei lá, se consegui 100 vagas. No melhor momento, se consegui 100 vagas. E aí eu disse... E aí lá no início foi super tímido, assim, né? Até onde eu acompanhei, tinha assim poucas pessoas inseridas. E aí num modelo que eu quero falar depois que eu questionei. E aí, enfim, acabou que eu não... Aí não fui nessas apresentações, me recusei a participar disso, assim. Porque era uma coisa bem marqueteira, assim. Dizer, olha, estamos com um projeto, housing first, na cidade, sei lá o quê. Daí tu vai ver na prática o que era. Era uma coisa... Não tinha nada. 00:14:50 Interlocutor 7 E aí eu falo do plano, como é que foi o plano. Tem esse plano municipal onde se colocou o Housing First, como um diferencial. Enfim, daí a minha reflexão era, não tem nada muito de diferente, só se maquiou com um nome importado, se falou, não sei o quê, e as dificuldades são as mesmas. Porque o que acontece? Que a gente não tinha os locais para as pessoas irem. Por mais que houvesse o recurso, era tão burocrático, pois porque esses locais tinham que ter documentação em dia. A maioria deles que topavam receber a população de rua não tinham essa documentação. Então tinha uma coisa... 00:15:46 Pesquisadora Você diz as moradias. Interlocutor 7 As moradias. O proprietário tinha que ter todos os documentos da propriedade. A maioria, nesse modelo de aluguel social, era mais flexível, não tinha tanta essa exigência, era mais um contrato de cartório que se assinava, e nesse se exigia que a pessoa tivesse a documentação. E foi superdifícil encontrar pessoas que se disponibilizassem a receber pessoas de rua e que tinham a documentação em dia. Eu me lembro que nos primeiros meses, sei lá, vou chutar, nos primeiros seis meses do projeto, a gente tinha conseguido inserir cinco pessoas. Enquanto isso, a mídia falando do projeto, cinco pessoas. 00:22:09 Interlocutor 7 Que era como para tu cadastrar, o que a gente fazia para cadastrar imóveis. Então, assim, eu me lembro que houve essa mudança, que inicialmente era R\$ 500 por imóvel, por Aluguel, e aí eles passaram a pagar R\$ 800 para ver se sensibilizava, se alcançava espaços melhores, imóveis melhores. Porque, na prática, como eu te falei, teve essa experiência lá da Restinga, mas teve outras de pensões no centro da cidade, que não topavam, assim, proprietários, e que aí, enfim, tinha 30 pessoas em pensões, em condições muito ruins, assim. 00:24:58 Pesquisadora Essa bolsa moradia, eu não entendi se ela era repassada para o usuário ou ela era feita o contrato direto com o proprietário e essa bolsa nem passava pela mão do usuário? 00:25:08 Interlocutor 7 Direto para o proprietário. Foi uma das discussões na época, assim, que a gente tentava, argumentamos de tentar, me lembro de ter feito, tentar ter autonomia. Mas não foi assim que foi, né? Acabou sendo direto com o proprietário. E aí, tinha a ideia de que a pessoa, então, inserida nesse programa, ela deveria estar em tratamento ou

	acompanhamento constante, assim. Então, isso foi algo que marcou, assim, essa questão de ter a necessidade de um acompanhamento. E aí, tinha alguns instrumentos que deveriam ser preenchidos quinzenalmente, se eu não me engano. 00:29:07 Interlocutor 7 Mas eu sei que, na prática, continua sendo a mesma coisa. Sim, os imóveis eram os mesmos, que seriam essas pensões aí do centro, ou essas casas na restinga. Teve algumas experiências melhores, estava vendo aqui o quanto que... Teve umas casas aqui no Partenon que eram casas boas. Enfim, teve algumas experiências melhores, no sentido de conseguir, de fato, imóveis com qualidade. Mas não escapava muito daquele modelo que eu te falei. 00:35:34 Interlocutor 7 Tinha que ter um plano comum de cuidados, chamava isso, plano comum de cuidados, que era assinado pela assistência e pela saúde. Esse plano ia primeiro lá para a secretaria, nem sei qual secretaria, sei que passava por três secretarias. Aí, enfim, daí tu fazia o contrato, daí esse contrato voltava, daí o contrato tinha que ser assinado pela pessoa, pelo proprietário da casa que ele ia ir. E isso ia para o secretário, parará, até o fim. Sei que era um rolo que dava ao todo dois meses. Então era super burocratizado.
--	--

Interlocutora 8 – ATITUDE – Recife/PE

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	[00:11:54] Pesquisadora E me diz uma coisa, perdão te interromper, mas essa especificação do público, de ser só o intensivo mulheres, tem algum objetivo assim, porque na cidade tem uma demanda maior de mulheres? Como é que é? [00:12:13] Interlocutora 8 Na realidade, o intensivo mulher veio depois da criação dos outros equipamentos, da criação dos outros equipamentos, porque se percebeu uma ausência de serviços que atendessem mulheres, usuários de drogas, com filhos, porque a maioria dos equipamentos não atendem com filhos, o Recife até tem uma rede de acolhimento razoável e tem casas que atendem, mas não tem a especificidade do uso da droga e da proteção com relação ao risco, que é importante, acho que eu nem acabei terminando, mas o perfil do programa são usuários e que estejam em situação de risco e ameaça em decorrência desse uso, que é importante ressaltar, porque outros serviços confundem muito, a situação de ameaça quer mandar para o ATITUDE, querem encaminhar e, na verdade, às vezes não é usuário de drogas, às vezes não é uma ameaça em decorrência desse uso, às vezes é uma situação de violência doméstica, e aí seria um outro atendimento, seria o atendimento feito pelo centro de referência a mulher, então, apesar da gente acabar atendendo muito, também, nesse perfil, porque a gente entende que a situação da mulher tem um diferencial, que a situação de risco abrange um pouco mais, a situação de uso, por vezes, as deixa numa situação um pouco mais delicada e situação de rua, acabam passando por situações de violência para poder continuar tendo aquela proteção do companheiro e se manter naquela situação. Então a gente tem um entendimento diferenciado no intensivo mulher, mas ou seja, algumas outras ameaças acabam, tipo de ameaças acabam entrando, mas não é o perfil prioritário, né, em decorrência do uso. Dívidas com traficantes, essas questões. No geral, a dívida com traficante, né, que eles acabam fazendo e aí fica uma situação de risco, que não conseguem pagar e assim vai. E deixa de... Perdeu, pode concluir. Mas tem outras, também tem outras situações que vão surgindo e que sempre tem algo novo, sempre a gente está precisando debater, sempre a gente está precisando discutir, porque a própria equipe fica aí, 'tá, é perfil ou não é', por conta desse risco aqui, porque tem diversas situações, né, e até que ponto é risco e precisa de proteção e até que ponto, na verdade, já é algo que a gente pode encarar como criminalidade mesmo, de uma forma, e por aí vai. Mas você ia falar, pode perguntar. [00:14:44] Pesquisadora: Sim, você estava falando, então, que em Recife, né, o núcleo intensivo do ATITUDE, ele é somente para mulheres, né, então, acolhe somente mulheres nessas situações aí de vulnerabilidade. [00:14:56] Interlocutora 8: Hoje em dia, sim. Mulheres, mulheres cis e trans, né, o público LGBT também, e a gente atende só mulheres. Agora, tem algumas, por exemplo, homens trans, a gente acolhe, por vezes, quando envolve situações que a questão de gênero, acaba se sobrepondo na situação do risco, né, por vezes, os homens trans acabam sofrendo muita violência por ser, na verdade, o gênero lá, por existir, por ter a genitália, e aí acaba tendo esse risco e essa violência, e a gente acaba, mas a gente vem, o foco não é, o foco realmente são as mulheres, sejam cis, sejam trans, e é isso. Não é que não exista necessidade também do intensivo masculino, existe, e a gente vem lutando para que ele retorne, porque já teve, né, mas isso vem aí sendo planejado, a gente tem a mudança de gestão, mas a ideia é que passe a existir. E aí, esses usuários homens que são acolhidos no apoio, por exemplo, e precisam ser encaminhados para o intensivo, isso é feito para os intensivos dos outros municípios, Caruaru, Jaboatão, Cabo, porque, pelo menos, Jaboatão e Cabo são municípios bem próximos daqui do Recife, na verdade, é bem, bem, bem perto. Então, é isso que vem acontecendo, mas ainda assim, a gente percebe a necessidade do intensivo masculino, sim. [00:36:03] Pesquisadora Era isso que eu ia perguntar. Você falou também dessa mãe com filho, né? Então, tem pessoas inseridas na moradia. Tanto casais quanto famílias também. Pode ter inserido. E aí, família, mãe e um filho. Pode ser a mãe e o pai e o filho. [00:36:20] Interlocutora 8 Pode. A gente tem... A ideia é fazer, sim, o máximo possível para que eles tenham essa retomada ao convívio com a família. Então, casais podem ser inseridos. Agora, por exemplo, eu estou com um usuário com a mãe. E aí, tem toda uma estrutura e um planejamento pego do porquê com a mãe. Por que ela não foi para a casa da mãe? Mas aí você vai visitar a mãe. A mãe mora num espaço cedido. Num lugar que alaga muito. Todas as vezes alaga mesmo. Os móveis delas todos

	suspensos. Quase não tem mais móvel porque perdeu tudo. E uma idosa que não tem mais condição de trabalhar porque tem um problema na perna. E assim segue. E aí a ideia é tentar fazer com que essa mãe saia dessa casa definitivamente. E a gente faz as visitas prévias. Ou a gente ou a equipe da casa que está acompanhando a usuária. Então, por isso a inserção. E ela tem uma boa conversa com a mãe, volta para casa. Então, a gente avaliou a inserção junto com a mãe. Para dar esse pontapé inicial. Deles iniciarem e tentarem se organizar. Isso é um dos casos. A gente tem casos com filhos. Tem tanta inserção com as filhas que estão aqui com elas. A casa, elas são inseridas com filhos, mas só até 3 anos. Não é qualquer idade. É só até 3 anos de idade. E essas crianças, por vezes, vão... Se está aqui com filhos, quando são inseridas vão com esses filhos ou filhas. Mas pode acontecer também como agora. Agora a gente está com casa de uma usuária que está sendo inserida. Mas tem um companheiro e tem dois filhos. Esse companheiro está morando no espaço cedido por uma ex-companheira. Que é mãe de um dos filhos dele. Uma situação bem caótica. Porque não podem voltar. Eles têm uma casa num território que tem risco. Porque ela fez dívida. Não podem voltar para esse território. E aí a situação é essa. A avaliação foi inserção dela com ele e os dois filhos. Mas quem é acompanhada... Quem vai entrar lá nos números de inserção é ela. Mas o acompanhamento é familiar. É algo que a gente vem discutindo agora. Porque na hora do número só entra ela. Mas na hora que você vai somar, tem muito mais. Porque o acompanhamento acaba sendo... A gente vai dar orientação. A gente vai dar um encaminhamento com o CRAS. A gente vai buscar a CREAS. Para tentar conseguir vagas. As escolas para conseguir vagas. Então tudo isso é acompanhamento. Então tem muitas situações assim. Tem o casal também que se formou no próprio ATITUDE. E aí estão querendo lá reconstruir. Tem aquele que se formou lá na rua mesmo. Ou situações de casais que já tem anos de convivência. Já são casados há anos. Mas que os dois se desestruturaram. Começaram a fazer uso. Tem várias situações. E cada caso dessa é discutido antes. Para poder avaliar quem seria as prioridades. [00:39:39] Pesquisadora Entendi. E você mencionou que são inseridos pessoas com filhos. Porém filhos só até os 3 anos de idade. [00:39:48] Interlocutora 8 Ou no intensivo mulher. [00:39:50] Pesquisadora Ah, no intensivo mulher. Não na moradia. [00:39:53] Interlocutora 8 Não, na moradia não tem essa limitação não. Pode acontecer outras idades. E aí, por exemplo, se tem uma usuária que tem um filho. E não tem para onde ficar. Infelizmente a gente acaba tendo que tentar articular outro tipo de acolhimento para elas. Quando é o caso de acolhimento a nível de instituição. Porque tem no caso de Recife. Existe uma rede que acolhe mulheres com filhos. Mas não tem a especificidade do uso da droga. Apesar de que o ATITUDE também é um programa de assistência. Ele é baseado na política de assistência. Na política de assistência nacional. Mas na hora do acolhimento acaba fazendo diferença. Porque aquele abrigo da casa, da rede. Ele até vai articular um CAPS para atendimento. Mas o foco não é o uso. O foco é a situação de rua. É isso. No ATITUDE o usuário, por exemplo, pode não ser situação de rua. Ele pode estar vindo de casa. Geralmente pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Mas pode ter casa. Mas estar em situação de risco, em situação de ameaça. Aí acaba sendo, pode ser inserido. [00:41:08] Pesquisadora Que é a questão do ATITUDE. [00:41:10] Interlocutora 8 Sim. Que é essa questão prioritária do ATITUDE. De atender a situações de risco ou de ameaça. De violência. Então a pessoa pode estar em uma casa, num território. E estar sendo ameaçada de morte. Pelo traficante. E ela pode ser inserida na moradia. Em outro território para ser protegida dessa situação.
Eixos de trabalho	Talvez você possa começar compartilhando comigo como é que foi a sua inserção no ATITUDE, no ATITUDE Moradia, como é que começou essa caminhada? [00:00:24] Interlocutora 8 Bom, meu nome é Ellen Ramos e eu sou assistente social, que é uma exigência para a técnica do ATITUDE Moradia que seja assistente social. E eu comecei no programa em 2013 como técnica de um intensivo, saí em 2015, depois voltei com três anos, depois voltei como técnica do apoio. E aí comecei a aplicar essa vaga no ATITUDE Moradia, que antes era chamado aluguel social aqui, mas o ATITUDE viu a necessidade de colocar um pouquinho mesmo do programa, porque se acabava confundindo muito com os aluguéis sociais concedidos pelos municípios ou benefício eventual mesmo. E aí a gente, previsto na política, então resolveu dar essa mudada, que era confusa. E aí foi quando eu entrei no final de 2020 no ATITUDE Moradia de Recife. Aqui em Pernambuco nós temos quatro núcleos do ATITUDE, e Jaboatão, Cabo, Caruaru e Recife, que é a região metropolitana. E vamos falar da minha experiência. O ATITUDE Moradia tem 10 vagas por núcleo, 10 vagas de inserção por núcleo, é o que está previsto. E o que é isso? As inserções são aluguéis que o programa paga mesmo para os usuários e usuários acolhidos, acolhidas, ou diria os acompanhados, porque na verdade ele não precisa necessariamente estar vindo de um lugar de serviço, ele pode também estar sendo inserido, vindo diretamente de uma situação de rua, uma situação de vulnerabilidade. Porém no início, porque a gente acaba caindo um pouco nessa confusão, no início do programa acontecia muito do usuário estar... A gente tinha que seguir essa cultura que é etapista, que é chamada, do usuário que está sendo inserido ser aquele usuário bem mais organizado, que já está num processo de saída bem legal e trabalhando, ou prestes a trabalhar, que tem alguma organização. Então a gente acabava seguindo uma cadeiazinha, né? Primeiro, ele estava em situação de rua, o ATITUDE nas ruas fazia aquele acompanhamento, ele consegue chegar no centro de acolhimento e apoio, e aí do apoio ele passava os dias que normalmente a ideia que ele passa em torno de 15 dias, ia para o intensivo, o intensivo ele pode passar seis meses, dali é que quem fosse avaliado seguiria para o ATITUDE Moradia. Isso vem, a gente vem trabalhando nessa, na desconstrução dessa metodologia, dessa forma, porque a ideia é que a gente não tem que seguir desse jeito, né? Que a gente pode estar trazendo usuários, dependendo da situação, dependendo da avaliação, também vindo, por exemplo, direto da situação de rua. Na prática, ainda é muito complicado, ainda é muito difícil, porque a gente não quer colocar dessa forma, como um usuário que tem que estar super organizado, mas na prática, quando a gente vai, se depara com a realidade, não é tão simples. Como o ATITUDE prevê a concessão do aluguel de até 600 reais, quem faz todo esse processo de contrato, a equipe com a

executora do programa, né? Quem é a equipe técnica do ATITUDE Moradia? A técnica social, em serviço social, que sou eu nesse caso de Recife, e o motorista, né? A equipe é só essa, em cada núcleo. Quem é que coordena e supervisiona? São os mesmos coordenadores e supervisores dos dois intensivos, tá? Então, a sede do ATITUDE Moradia fica nos intensivos, porque precisa ter um espaço mínimo de estrutura para guardar material, para fazer um relatório, apesar de a gente trabalhar muito no território, a gente também precisa ter um espaço, né? Uma estrutura. E aí, são essas, a coordenadora dos intensivos e a supervisão que ficam com a gente também, né? Assim com o ATITUDE nas ruas, ficam nos apoios, e a coordenação e a supervisão são os dois apoios. Isso é no formato do ATITUDE. E a gente trabalha 30 horas por semana, né? Então, a gente vai se organizando dentro do horário da equipe, porém o motorista já trabalha 8 horas, e aí, por vezes, ele, dentro do possível, ele acaba fazendo algumas coisas mais pontuais, mesmo sem a equipe técnica, olha alguma caixa, fala com algum proprietário, entrega, e também acaba dando um suporte no intensivo, né? Isso é uma das nossas dificuldades, até porque o intensivo não tem carro, e a gente acaba tendo que dar também algum suporte. Pelo menos, não tem durante o dia. Ana, se eu estiver atropelando tudo, porque eu acho que eu não consegui, eu não fiz uma organização, assim, de linha, aí você, qualquer coisa, me diz para mim, tá bom?

[00:05:59] Interlocutora 8 É, então, e aí, a gente, como é que funciona o passo a passo? Vou tentar organizar dessa forma. O serviço, a gente não faz avaliação, o próprio serviço faz a avaliação de inserção, a gente precisa ser demandado por equipamentos do programa, ou ATITUDE nas ruas, ou a equipe dos apoios, ou a equipe do intensivo, tá? A gente até pode participar junto, porque com a convivência, no meu caso, no caso da gente, principalmente nos intensivos, a gente acaba também conhecendo e tendo essa conversa com as usuárias que estão acolhidas, e por vezes, a gente também, né, traz a avaliação. A partir do momento que essa avaliação é feita pelas equipes, eles acionam o serviço e a gente faz as discussões de caso, né? Eles apresentam o caso pra gente, na verdade, do porquê, que tá achando que é importante, o que tá sendo necessário, e aí a gente vai, faz essa discussão, avalia ou não, que não é a equipe, a gente faz isso em conjunto, tá? Junto com as equipes, geralmente em reunião. Primeiro a gente faz no meio dia, mas depois a gente faz em reuniões técnicas. As supervisões sempre são avisadas também, né? Primeiro é trazido pra supervisão pra ver também o que tá achando, pra depois tá ampliando pra equipe do ATITUDE Moradia, e aí a gente vai discutindo, vendo alguns pontos, né? Que seriam realmente pertinentes ou não. A partir do momento que a usuária é avaliada, a gente faz o atendimento com eles, né? Trazendo um pouquinho do que é, trazendo um pouquinho do que é, existe um contrato de convivência, então, trazendo um pouquinho desse contrato, porque, às vezes, a gente tem um desejo, a equipe tem mais desejo do que o próprio acolhido, né? O próprio usuário acompanhado. Então, a gente, ou a usuária. Então, a gente faz esse atendimento, geralmente eles têm interesse sim, porque é um sonho, né? Muitos deles estão no programa visando o ATITUDE Moradia, porque tem o desejo de ter uma casa, mas, infelizmente, muitas vezes não conseguem chegar, né? Acaba que, por algum motivo, evadem do serviço, a questão da fissura, do uso, e nem sempre eles conseguem dar continuidade. Aí a gente faz o atendimento e começa o processo de busca de casas, certo? A gente pede pra que eles mesmos procurem casas, já sabendo quais são os critérios, questão do valor, e dentro do possível, porque, muitas vezes, eles não têm telefone pra tirar foto, não tem... às vezes, não sabem escrever pra anotar a coisa. Mas a ideia dessa busca de casas é, para além de tentar afunilar um pouquinho o leque de possibilidades, e eles já conhecem alguns lugares que a gente possa estar encontrando esses imóveis, é pra gente perceber o quanto do interesse também, do quanto eles estão comprometidos com esse formato, com essa inserção, né? Quando a gente percebe um movimento muito moroso, uma tentativa de estar sempre retardando isso, a gente já diz alguma coisa, e a gente vai estar tentando entrar ali pra ver qual é a situação, né? E aí, uma vez encontrada a casa, que nem sempre são eles que encontram, às vezes a própria equipe é quem faz essa busca, sempre é apresentada pra eles o imóvel, apresentado dentro de um território que eles têm esse desejo, né? Mas, claro que com algum direcionamento, por vezes eles dizem um território aleatório, porque é onde eles conhecem, onde eles já, sei lá, convivem, e aí não conseguem enxergar outras possibilidades. Então, a gente, às vezes, entra ali, ou a gente já sabe que é um território de muita vulnerabilidade, que aquele território precisa ser visto, né? Que eu acho que eu não falei, mas o perfil do programa sempre é a premissa principal, que é usuários em uso de crack e outras drogas que estão desorganizados em decorrência desse uso e que estejam em situação de vulnerabilidade, não tenham como voltar para as suas casas, não tenham como voltar para as suas famílias, ou para o seu território, porque eles estão querendo, precisando de um empurrãozinho para essa retomada. A ideia do ATITUDE Moradia é reinserção comunitária, reinserção familiar, sempre que possível, essa retomada. Então, tem todo um trabalho junto à rede, a rede que está posta, a rede de socioassistencial, e que é também atribuição da equipe do ATITUDE, de estar fazendo essas articulações, conversando, apresentando para eles esses serviços, explicando o que é cada serviço, CRAS, CREAS, escolas, creches, ou centros comunitários, enfim. E então, a gente também tem essa atribuição. Na prática, não é tão simples por vezes, o tempo é curto, apesar de serem poucos usuários, parece pouco, mas quando você vai tratar de um caso, e que você realmente vai fazer todos os segmentos, tentar abranger todos os segmentos, você percebe que não é bem assim, leva tempo. Recife tem um diferencial, no caso do ATITUDE Moradia Recife, é que boa parte dos usuários, que ainda a maioria vem dos intensivos, dos usuários encaminhados, são mulheres, porque aqui o intensivo é feminino, é Intensivo Mulher, que a gente chama, o Recife não tem intensivo misto, ele tem só o intensivo, ele já teve masculino, mas quando abriu o feminino, o masculino fechou. Então, a gente é uma casa que atende mulheres com ou sem filhos, gestantes ou não.

[00:16:35] Pesquisadora Sim, e aí o que eu ia te perguntar, que você estava me dizendo, né, que hoje o ATITUDE moradia, ele geralmente recebe a demanda de inserção na moradia desses outros núcleos do ATITUDE, que é o intensivo, o apoio nas equipamentes.

[00:16:55] Interlocutora 8 O núcleo que a gente chama, é porque cada núcleo tem quatro equipamentos, então, Jaboatão, Núcleo Recife, Núcleo Caruaru, Núcleo Cabo. Então, no Núcleo Recife, a gente tem o apoio, tem o intensivo mulher, tem o ATITUDE moradia e tem o ATITUDE nas ruas. Em geral, vem do próprio núcleo, mas pode acontecer de vir também de outros núcleos para outras questões, porque vai muito do planejamento do usuário. Então, digamos que o usuário está em Jaboatão, mas a

construção dele no planejamento individual vem sendo para residir em Recife. Então, esse caso é discutido de Jaboatão com a gente e a gente também pode estar vendo se tem vagas. E aí a gente pode estar construindo isso. É possível. Assim como o inverso, daqui para lá também. Por vezes, a família está mais próxima ou um trabalho que está sendo visto, então a gente... E como lá que não tem o masculino, muitos dos que estão lá, estão lá porque não tem outro aqui, mas querem retornar, entendeu? Querem voltar para a moradia no Jaboatão.

[00:18:01] Pesquisadora Então, embora o intensivo de Recife seja o intensivo mulher, na moradia não recebe somente mulher. Pode ter homem, mulher, filha...

[00:18:13] Interlocutora 8 Porque é aquilo que a gente estava conversando no começo. A gente recebe usuários e usuárias, mulheres, homens, de qualquer um dos equipamentos. E aí o apoio não é só feminino, o apoio também é masculino. Então, a gente pode estar acolhendo do ATITUDE nas ruas, como a situação que está na rua e não. É porque, vejam, qual é a situação, por exemplo, que o ATITUDE nas ruas pode estar demandando diretamente para o ATITUDE moradia? Por que não passar primeiro pelo apoio, para dar uma organizada? A ideia é essa, que eles se organizem minimamente, que traga documentação antes de ir já para casa. O que se contrapõe à moradia primeiro. A moradia primeiro tem justamente essa... Eu conheço um pouquinho, a gente se baseia pelo moradia primeiro. Então, a criação do ATITUDE moradia se baseia nisso. Então, a gente tem também essa lógica de estar vendo direto a situação de rua. Mas, na prática, acontecem mais quando é um usuário que não tem um perfil de acolhimento, que ele não se adapta àquele espaço coletivo. Que, por vezes, acontece por várias questões. Às vezes, por uma dificuldade mesmo de estar ali trabalhando em grupo. Ou porque é o usuário mais irritado disso, que tem essa dificuldade. Então, às vezes... Ou porque está em situação de rua com a família. E geralmente, os acolhimentos são em separado. Por exemplo, se hoje tiver um casal com uma criança, provavelmente a proposta vai ser a mãe ir com a criança para o intensivo mulher, porque é o único espaço que vai atender com criança. E o homem ir para um outro espaço, se os dois têm avaliação para acolhimento. Mas, por vezes, a família não aceita. Eles não querem isso. Eles não querem se separar. E aí, é um dos casos que é mais fácil, por exemplo, vir direto da situação de rua. É de fazer esse acompanhamento pelo CNR, ali mesmo no território, e tentando fazer essa inserção aqui.

Interlocutora 8 : E aí, como eu estava te falando, a ATITUDE faz essa busca de casas. O usuário inicia o processo, a gente ajuda, dá suporte, também procura. E encontrando a casa, tem o processo de avaliar esse imóvel, que com o valor de R\$600,00, que já é um valor bem superior ao que a maioria dos municípios tem como aluguel social. Ainda assim, a gente vem brigando por um aumento, porque está há muito tempo no mesmo valor. E vem sendo difícil encontrar casas com esse valor, dentro dos critérios que o programa estabelece. Tem algumas exigências. E aí, a gente conseguindo visita a casa com ele ou com ela, para ver se gostam, para ver como é que está o processo, como se adapta, porque é importante, é uma casa que vai ser para eles. E aí, a gente conseguindo conversar com o proprietário. É uma parte que, por vezes, a gente encontra dificuldade, porque a gente tem que convencê-lo. A gente não mente, a gente não omite do que se trata o programa, de qual é o acompanhamento. Claro que a gente não vai detalhar, às vezes não fala da vida dos usuários, não expõe. Mas não mente do que é realmente o perfil do programa. E aí, conseguindo isso, e o proprietário topando esse aluguel, a gente começa o processo de contratação. Que vem de uma exigência, que aí vem outra dificuldade. Existe uma exigência feita de documentos que, por vezes, eles não aceitam ou não têm mesmo. Documento que comprove que a casa é daquela pessoa. Antes era escritura, mas a gente já conseguiu ganhar que não seja necessariamente uma escritura. Porque, na prática, as casas que a gente aluga, muitas vezes, vão ser em territórios de comunidade. A ideia é que eles aluguem espaços que eles se sintam à vontade também. Que eles se sintam integrados com a comunidade. Então, atenta-se dentro da realidade deles. Eles, por vezes, até, eles mesmos, às vezes, preferem alugar com valor um pouco menor. Porque a ideia é que eles permaneçam naquele imóvel quando eles saírem e concluírem o seu processo. Então, que eles consigam continuar pagando essas casas com o recurso deles de trabalho. Então, R\$600 é alto para a realidade deles. Boa parte vai ficar com o mercado de trabalho informal, vai trabalhar... E assim vai. Então, mesmo um salário mínimo, ainda assim, um aluguel de R\$600 é alto. Mesmo sendo um salário mínimo. Mesmo ele recebendo, concorda? Mas... Mas aí a gente também não pode alugar um imóvel muito precário. A gente precisa ter uma exigência aí, um nível de exigência. Mas isso geralmente é feito junto com eles. A gente não impõe o imóvel, a gente não coloca dessa forma. A partir daí, conseguindo o imóvel, a gente, o ATITUDE, concede um kit de reinserção. Que compõe um kit de cama, de banho, toalha, lençol, fronha, travesseiro, talheres, prato, copo, cama, colchão, um fogãozinho, duas bocas, botijão de gás, o registro do gás. Temos um kit de panelas, botijão d'água e o suporte para água. Geladeira cômoda. Porém, é ótimo, mas a gente não consegue ter isso tudo sempre. No geral, não tem. Então, a gente tem alguns desses itens, boa parte, mas, por exemplo, geladeira, que é mais difícil, dificilmente eles são inseridos com essa geladeira. Até porque vem há muito tempo sem atualização de valores. Então, esse valor que foi posto lá atrás, quando o programa foi criado, não bate mais que o valor da minha geladeira atual. Então, é isso. Mas, a gente percebe que tem algumas coisas, quando a gente fala assim, parece muito. Mas, quando a gente coloca dentro da casa, isso não é tanto assim. E aí, a gente vem... E aí, alguns desses itens, eles não são dados. Os itens permanentes, eles precisam ser... A ideia é que eles vão entrando e depois, conforme eles vão conseguindo comprar as suas coisas, eles vão devolvendo. Botijão de gás, o fogãozinho, a cama, o colchão. Esses itens... Colchão também. Alguns itens precisam voltar. Esses mais de uso pessoal, panela, lençol, toalha, essas coisas não. Esses ficam com eles mesmo. Ah, e também tem a cesta básica, tá? Aí, ele recebe uma cesta básica. Todos vão receber tudo? Todos vão receber a cesta? Depende? Depende como está a organização desse usuário, dessa usuária. Por vezes, ele já tem alguns itens, já tem alguns pertence. Então, não será necessário, às vezes, já conseguir comprar enquanto estava na casa de uma organização ou algum parente já vai doar ou está doando. Então, a gente não necessariamente vai com todos os itens. Não é regra que ele vai ter que ir com aquilo ali tudo. Vai ser dependendo da necessidade. Uma das coisas que vem acontecendo muito é a gente estar tentando que eles... Principalmente agora que o Bolsa Família aumentou, está um valor maior. A gente vem tentando que eles sempre comprem o próprio botijão de gás. Por quê? É um

dos itens que, infelizmente, um pouco, dependendo assim, no momento de recaída, de fissura, acaba sendo um dos itens que mais são extraviados. Porque existem as extravias, né? No momento de, de repente, de desorganização. O programa é um programa de baixa exigência. Não é a ideia de que eles não vão mais usar, não pode usar, é proibido, não pode tomar, não é isso. É um programa laico, de baixa exigência, e que a gente vai trabalhar dentro do desejo do usuário. Pode acontecer, inclusive, um usuário estar indo num planejamento de que vai tentar organizar o uso dele. Que ele não quer parar totalmente, mas ele quer conseguir manter o uso tal dia. É simples? Não é simples, mas essa é a proposta. E que ele consiga falar sobre isso, que ele consiga planejar junto à técnica esse uso. Porque a gente sabe que ainda tem muito preconceito, ainda tem muita dificuldade de trabalhar dessa forma. O que mais?

[00:41:32] Interlocutora 8 Quando a gente fala de uma pessoa que poderia... Que teria um perfil para vir direto para a sua moradia. Por exemplo, uma pessoa que nunca foi acolhida. Que nunca precisou de um espaço institucional. Que não tem uma vivência de rua. Que está acostumada a ter sua casinha, ter seu campo. Mas que por algum motivo na vida se desorganizou. E acabou se entrando numa dessas. É um perfil que a gente pode estar pensando. Ou vai ficar. Até vai ficar acolhido. Porque acaba ficando um pouquinho, pelo menos. Porque até para a gente conseguir acompanhar, fazer fluir essa inserção, eu confesso que estando acolhido é mais fácil. Porque, por exemplo. Eu tive um casal que eu tentei inserir. Mas eles eram extremamente... Um dia estava no canto. Um dia estava... Às vezes eu queria falar. Eles não tinham celular. Aí eu precisava fazer igual uma casa. Como? Aí não achava, ou eles não apareciam conforme pactuado. Então, acaba que dificulta um pouco, dependendo. Por mais que o CNR acompanhe, o CNR vai nas ruas. A gente tem mania na assistência de falar muito por siglas, então qualquer coisa você me fala. Porque a gente, de vez em quando... Eu até me policio um pouquinho. Mas aqui e ali vai sair. Então, você pergunta. E aí é isso. São muitas situações. Que você vai... Identificando e tentando. Não é simples. E vamos lá, após a inserção, a gente faz essas visitas semanais, continua com os planejamentos deles. Só que agora em uma nova forma. Porque... Aqui na casa o que a gente chama de PIA. Plano individual de atendimento. Então, a gente... Eles vão dar continuidade a esse PIA. Só que... Nas casas deles. No ATITUDE moradia. E aí é porque continuam sendo feitas. Os PIAs do ATITUDE são trabalhados por eixos. Eixo moradia, Família, Judiciário, Justiça, no caso. Documentação, não chega a ser um eixo, mas a gente tem o PIA. É uma coisa muito comum. Eles não tem documento, e precisam regularizar essas documentações, saúde, e uso de drogas.

[00:45:23] Interlocutora 8 Do plano de atendimento. Saúde, justiça, educação. Inserção socioproductiva que inclui educação e geração de renda. A ideia é a gente estar fazendo esses planejamentos semanais com eles para poder seguir uma linha. A gente não está ali só estando, a ideia é que ele continue, ou continue ou inicie, se for o caso. Também não é a ideia fazer obrigatoriamente. Vai depender da necessidade, do quanto ele acha necessário, e do quanto a gente avalia. Que aí a gente vai estar conversando. Acompanhamento de saúde. Como é que está. Exame em CTA. Outras necessidades. Porque a gente vai ter aquele usuário que é soropositivo. E precisa desse acompanhamento. Público LGBT, tem um ambulatório trans que faz todo um processo de acompanhamento de reposição daquela questão da hormonização. Mulheres grávidas vão ter o acompanhamento pré-natal e outras questões de saúde, criança... E aí a gente vai estar todo nesse processo. E também de orientação, 'agora é sozinho'. Acontece muito deles no primeiro apherio ligar para a gente. É no que a gente vai com o carro para fazer. 'Você vai ter que se organizar. Vai ter que pegar um transporte. E ir para a urgência'. Porque acontece, se a gente puder e tiver no horário que der. Eu lembro de já dar o suporte de chegar na casa da usuária, ela tinha uma filha adolescente que estava indo fazer uma entrevista de estágio, que a gente que tinha articulado para ela. E quando a gente chegou, ela estava apherreada, Chorando, porque não tinha passagem para ir, e a mãe tinha decidido para tentar sacar o bolsa família para ver se conseguia passar naquela manhã. E aí a gente, olhei para ela, botei no carro e vamos. Não é a ideia. A ideia é que se organize. Para que consiga fazer. Mas na realidade é diferente.

Então, segue com a ATITUDE de moradia essa experiência, vem sendo um desafio, acho que precisa ainda ter mais estrutura, a gente não falou de um ponto muito importante da ATITUDE de moradia, que eu me peguei agora, pensando, a gente não falou. Mas o principal eixo do ATITUDE de moradia, é a geração do emprego, a gente tem muita dificuldade. E de emprego formal, nós tivemos uma reunião que falou muito sobre isso, a gente precisa de emprego formal, e de parceria com empresas, precisa de política voltada para o público, de forma diferenciada, não dá para o público participar de uma seleção, da mesma forma que qualquer outra pessoa que já tem lá o nível superior ou que tem toda uma estrutura de vida montada de estudo, de capacitações, não adianta porque vai ser diferente. Eu vivi experiências recentes de duas usuárias, que é uma concluiu agora, conseguiu concluir depois de um ano, atuou no horário. Confesso que nem eu esperava que a gente conseguisse, que ela fosse conseguir concluir, porque ela tem uma história de ida e vinda grandes na rede da assistência, acolhimento. Quando a gente fala rede é porque ela já foi pra centro pop, já foi pra abrigo, já foi pra ATITUDE e tudo. E ela já tá, ela passou um ano no ATITUDE moradia, não teve nenhum episódio de recaída, de uso, conseguiu ficar de novo com as duas filhas que ela tinha, estava em cuidado de terceiros. E as meninas conseguiram entrar na escola, no território, concluiu, conseguiu, porque qual é o objetivo quando vai para o território? A ideia é que eles consigam criar vínculos naquela região, que eles gostem ao ponto de inclusive se manter. E aí ela tá nesse território, conseguiu alugar a casinha dela, conseguiu estar com as filhas, as meninas já estão estudando, já tem acesso no posto de saúde e conseguiu um trabalho. Mas esse trabalho foi através das nossas articulações, mas de uma forma assim, não foi de uma forma institucional, de vir, é do conhecimento, de você conhecer fluindo desse plano que você quer e tentar e conseguiu, sabe? E que é um emprego formal, então faz uma diferença. A gente tem muitos usuários na informalidade, mas que é, pra eles se organizarem é diferente. Quando eu acompanhei essas duas que conseguiram esse emprego, eu senti muito o quão precisa ter alguém muito junto, eles não sabem preencher uma ficha de emprego. Eles não sabem preencher uma ficha de emprego. Eles não sabem o que significa aquilo ali, muitas vezes mal sabem ler, pra começar daí, pra gente conseguir emprego pra esse nosso público eles precisam ter uma flexibilidade maior nessa exigência da evolução, porque tem muita gente que pensa, então a gente vai conseguir escola, inserir no EJSJ pra poder, eles

	conseguiram terminar um ensino médio pra poder, a gente ainda tenta fazer essa evolução. É importante? É importante. Mas quando você vai conversar com eles a necessidade, o mais importante primeiro é o emprego. Não dá pra esperar, terminar essa história toda pra poder entrar no emprego. Talvez entrar no emprego, eu acho que seguindo até essa lógica da moradia que a gente tá falando, de primeira moradia, eu diria que também o emprego. Primeiro o emprego, depois ele vai estudar. Porque uma coisa é o ideal, e quando a gente é jovem que tal. Outra coisa é a realidade. Vai lá que a minha alma quer conseguir se manter. Entendeu? E aí acaba que se não tem emprego aí dentro na escola, até tem, a gente tem alguns casos de inserção na escola, mas ele vai acabar abandonando antes de conseguir concluir. Aí vem todo mundo novo, sabe? Então a gente precisa acompanhar esse processo de inserção muito dominadinho. Muito. Desde a inscrição, desde mandar um e-mail, criar o e-mail, fazer a carteira de trabalho, eu fiz tudo, foi tudo. Do inserir, de fazer o currículo, fazer a carteira de trabalho, fazer o e-mail, explicar pra ela como ela deveria minimamente se vestir pra uma entrevista, o que dizer, o que falar, porque a gente sabe que tem essas questões, que a gente precisa ter esses cuidados. O que calçar, como fazer, tudo, sabe? Buscar documentos na escola, que nunca foi buscar transferência escolar, não sei o que, tudo. As experiências no emprego formal acabam sendo diferentes do que a informal. Por quê? Porque tem hora pra chegar, tem hora pra sair, tem o dia de receber o salário. É mais fácil ou menos difícil se organizar. Então, pra mim, dentro do atuo de moradia ou dessa questão, a gente precisa pensar na geração de emprego. E não é qualquer, ah, precisa só dar emprego. Não, é todo esse processo que eu tô te falando, é todo o acompanhamento, desde essas questões até o iniciar. Até hoje, às vezes, eu vou lá visitar, sabe? Eu já concluí, porque a gente ainda tem isso. Depois que concluí, eu ainda fico um tempinho, sabe? Ligo, elas ligam, sempre precisam de alguma coisa, de uma orientação. Porque esse público vai pra um atendimento no CAPS, porque o CAPS ainda é um pouco melhor. Mas em alguns serviços, eles não são bem. Vai num banco abrir uma conta. Nossa, eu fui com ela comigo, o gerente lá perguntou se ela nunca teve uma... Eu disse, não, não tem. Ela não tem renda? Eu disse, não, não tem. Não tem nenhuma renda. Ela vai até o primeiro, ela nunca teve um trabalho? Nunca. E aí, assim, agora comigo é outra coisa, mas com ela já vai dar aquela, né? Já vai dar aquele freio, vai dar aquele... Ali entrar na agência já dá um freio, né? Já dá um receio. Então, é uma luta.
Articulação com as políticas de moradia	Mas, assim, voltando para a tua pergunta, para mim, é, sempre foi, um grande aprendizado, sabe? Eu acho que a gente tem muito a aprender com o público, esse público mais vulnerável, o público usuário de Drogas, que a gente tem que estar sempre trabalhando a escuta. A gente trabalha, a gente aprende muito sobre mediação de conflitos, que não são poucos e não são, e são dos mais diversos, sabe? Mediação de conflitos. Ter um pouco de noção de todos esses âmbitos, porque a gente é da assistência social, mas a gente também trabalha com todos os outros segmentos. A gente precisa ter uma relação com a saúde, precisa ter uma relação com a educação, com habitação. Não temos discussão com habitação, a gente não tem nada sobre habitação. Vamos falar da habitação... Não existe, não sei se na tua cidade existe, mas aqui eu desconheço. No máximo, aquelas situações de calamidades, em que acontece nas comunidades, aí precisa entrar a moradia e aí vai construir o negócio que deve ser lá quando vão entregar. Mas habitação mesmo, não existe. [01:20:53] Pesquisadora E que é isso, né? Esse é o diferencial de se pensar num programa, numa proposta de moradia primeiro, numa proposta como ATITUDE, das estratégias de habitação e de moradia que já existem. Como você falou, que o diálogo com a habitação é um diálogo muito frágil. E esse discurso que você traz é um discurso que eu ouço, ele ressoa em várias outras experiências. Aqui em Palmas também, esse diálogo com a habitação é um diálogo muito frágil. E aí, a grande diferença é essa, né? Quando a gente fala de moradia primeiro, quando a gente fala do ATITUDE moradia, é pensar na moradia no sentido do cuidado. E não na moradia por moradia, né? Só para ter uma casa. É na moradia no sentido do cuidado. E aí, esse acompanhamento de pertinho, juntinho, como você falou, ele é fundamental. Porque senão, não precisa ser uma proposta de moradia para pessoas tão vulneráveis. É só dar um Minha casa, Minha vida, por exemplo, e pronto. Mas isso não garante o vínculo. [01:21:53] Interlocutora 8 É diferente. É diferente. Moradia primeiro. E ainda assim, esses que a gente, por exemplo, uma comunidade, conseguiu lá e está recebendo... Ainda assim, a gente tem tantos problemas. A galera, o pessoal vendendo apartamentos, alugando, voltando para a população ribeirinha, voltando para... Porque está acostumado com aquele território. Às vezes, é a área de trabalho, às vezes, é a área de escola. E aí, ainda assim, retorna. Isso, com certeza, porque precisa ter algo um pouco mais trabalhado ali, né? Então, e assim vai. Ninguém está dizendo que é fácil ou é simples, mas precisa. É necessário.
Costura com a RD	Mas, eu também aprendi que um dia de cuidado e proteção para eles, e quando as pessoas conseguem entender dessa forma, não é o, 'ah, fulano não deu certo, fulano deu certo'. Não existe isso, sabe? Para um vai ser de um jeito e para outro vai ser de outro jeito. E tem muita gente que critica, por exemplo, a forma do apoio, que lá tem usuário que é diarista, ele passa o dia e depois sai, porque nem todos vão ser acolhidos. Mas, um dia dessas pessoas que não tem nada, que dormem num papelão, que estão lá fora dessa situação e que consigam passar um dia num espaço, participando de grupos, se alimentando bem, tomando água e tendo esse atendimento de necessidades básicas, muitas vezes, documento, alimentação, higienização, para eles isso é muito importante. O que para a maioria da população parece nada, porque, 'ah, mas para que isso?' É muita coisa e é um dia sem uso também, é um uso ainda e sem risco, porque muitas vezes esse dia que ele está ali, ele poderia estar em qualquer outro espaço.
Composição da equipe	[00:27:39] Pesquisadora Não tem problema, não. Está ótimo, estou gostando muito de conhecer, porque você está falando muito da sua experiência mesmo, está sendo muito bom. Eu só quero retomar que você estava falando antes, você começou a falar ali de quando ele é inserido na moradia, que é feito um contrato de convivência com ele. E eu queria entender mais o que consiste esse contrato, o que é que é acordado, quais são essas combinações? [00:28:02] Interlocutora 8 Vamos lá. O contrato consiste nas regrinhas, por exemplo, de ele saber das visitas, que a gente precisa fazer as visitas semanais. No mínimo, uma visita por semana precisa ser feita. Então, é importante que ele esteja em sua residência no momento da visita, que é acordada de forma... A gente marca, a

	gente agenda essa visita. Geralmente, quase sempre no mesmo horário, na mesma semana, porque a gente também tem a questão de carro. Ele já sabe no dia que a gente tem carro, por exemplo. Então, por quê? Porque a ideia não é fiscalização, a ideia é acompanhamento. Então, a gente vai fazer a visita, é, sim, pactuada previamente, é, sim, agendada. Pode acontecer de ser diferente? Claro que pode. Vai ter um dia que eu não consegui... O usuário muitas vezes não tem celular, a gente teve algum problema, alguma mudança e precisou em outro momento. E aí também vai vir uma flexibilidade maior se ele não estiver em casa, porque ele pode não estar em casa porque não estava pactuado previamente. E também por outras questões. Sei lá, a gente ficou sabendo que o usuário está, não sei quantos dias, sem aparecer em casa, porque não sei quem viu no território, não sei onde. E aí pode acontecer a gente precisar dar uma verificada, como é que está lá, se ele está em casa. Mas não... Sempre trazendo a questão do acompanhamento e não fiscalização. Porque teve uma usuária que perguntou para mim, a gente às vezes traz grupo na casa para explicar um pouquinho sobre o equipamento. Até para desconstruir muita coisa que elas vão criando ali, que os boatos vêm surgindo. E aí uma (usuária) perguntou para mim, é verdade que vocês vão de madrugada na casa da gente para ver se a gente está lá? Eu disse, não, eu não sou vigia noturna, não. E aí é bom a gente saber que eles pensam nessas coisas e a gente vai tentando desconstruir. Mas é isso. E aí nesse contrato vai ter... A gente coloca os horários de funcionamento do equipamento da equipe. Porque caso eles precisem de algo, eles podem entrar em contato com a equipe dentro daquele horário que a equipe trabalha. Em horários diferenciados, tem uma situação de urgência e emergência e não é a equipe do ATITUDE moradia, eles acionam os equipamentos de origem de onde foi encaminhado. No caso dos usuários vindos do apoio, eles vão acionar o apoio. E dos casos dos usuários vindos do intensivo, eles vão acionar o intensivo. E aí a equipe do intensivo ou do apoio vai identificar se é um caso e tentar falar com a gente, mesmo não sendo um horário, uma coisa muito urgente ou não. Isso é o que está pactuado. Na prática, acontece. Eu tenho o telefone, a equipe do ATITUDE moradia tem um telefone funcional e aí, por vezes, acontece de ligar no final de semana, que a gente não trabalha no final de semana, mas acontece e, por vezes, atende. Porque é isso. A questão de você não... E aí vai tentando dar os encaminhamentos dentro do possível. Sim.
Efeitos da intervenção	Interlocutora 8 Então a gente acaba aprendendo muito porque a gente tem que fazer isso. É articulação o tempo todo. A gente tem que estar, aquele profissional que está num trabalho como nosso e não tem essa visão e não consegue entender que precisa sim ser articulado e tá buscando essas informações, aí sim fica difícil. Porque a gente fica sentindo a mesma coisinha aqui, sabe, naquela roda aqui. Agora tem outros fatores. Tem o tempo que vai de encontro, a gente não consegue, a gente tem vontade, a gente tem às vezes até expertise. Aqui eu sou conhecida como uma pessoa que entende muito a rede de Recife, justamente pelo tempo. Eu já tô muito tempo na rede. Tô no Centro Paulo desde 2012, mas eu já tô na Prefeitura do Recife, que também sou da Prefeitura. Desde, do ATITUDE eu já tenho muito tempo. Na Prefeitura do Recife eu tô desde, sei lá, desde estágio. Quando eu era estagiária no Serviço Social em 2002. Então, você, é claro que a experiência sempre vai ajudando. Mas eu digo, sempre que alguém me pergunta, ah, Leandro, tô, vou fazer uma entrevista lá pro ATITUDE, o que tu acha? Pra mim é um grande aprendizado. Eu acho que você, sabe, você encarar, porque tem muita gente que tem medo, né, porque usar as drogas, uso de crack, isso assusta muito a população. Então, acho que pra nossa área, pra área da assistência, pra socioassistencial, eu diria, a gente tem psicólogo, é sim um grande, um grande, um grande escola, né. Admiro muito. A gente já teve períodos de vacas mais gordas, a gente já teve períodos de vacas mais magras, a gente tem mudanças, a gente tem algumas coisas. Eu não sou uma profissional que não, ah, eu tô aqui fechando o olho e ainda tudo perfeito. Não, de jeito nenhum. A gente tem muitas coisas que podem ser melhoradas, que podem ser modificadas. Mas, com certeza, é uma boa forma de você estar aprendendo um pouquinho, entendo uma visão de rede, de articulação. E a escuta, o ouvir, o entender. Minha postura é completamente diferente de 2013, quando eu entrei, com os isolados. Eu tinha, eu entendi que eu precisava, eu como eu sou baixinha, tenho mais de 57. E aí, quando eu entrei, eu entrei assim, eu preciso me impor. Eu não tenho uma voz muito firme, assim, muito alta. E aí eu preciso me impor. Então, eu era aquela... Até hoje eu sou Dona Ellen, porque eu era aquela mais ranzinza, mais, sabe? Mas assim, já hoje, já hoje é completamente diferente. Toda hora me conhece, já fala assim, tudo numa... É outra postura, mas não significa que eu não tenha lá, né, meu... O respeito, é isso. Eu acho que é uma questão de respeito de ambos. Mas é um desafio, é um desafio. Não sei se eu consegui responder a tua pergunta. [01:18:54] Pesquisadora Respondeu, vixi, respondeu até além. Eu acho que essa parte que você trouxe sobre o trabalho, a inserção no trabalho, é fundamental também. Assim, acho que é uma grande... Um grande nó, quando a gente fala sobre cuidar da população em situação de rua, né? Porque, de fato, é uma inserção difícil, é uma inserção que, muitas vezes, não tem estratégias muito sólidas para que aconteça, né, esse trabalho de inserção no mercado de trabalho, seja formal, seja informal. [01:19:32] Interlocutora 8 Parcerias. Eu acho que a gente tem que ter um plano para parcerias, mas a gente precisa ter vontade política, a gente precisa ter tempo, porque, às vezes, a gente até tem vontade, mas não tem as condições para isso, né? E aí, eu acho que tem coisas que precisam ser num âmbito maior, não vai ser... Eu sou técnica, mas precisa ser num âmbito lá em cima, precisa ter um entendimento. Ou seja, é vontade política, porque tem contrapartida. A gente tem muitas empresas, a gente tem a lei de responsabilidade fiscal, a gente tem tanta coisa que poderia estar conseguindo fazer agora. A gente já... O Recife já tem uma experienciazinha pequenininha aí com o programa do prefeito atual, e a gente já teve um primeiro momento aí que a gente já viveu uma experiência bem difícil, porque a empresa aceitou, a gente conseguiu a parceria. Não é o ATITUDE, está em outro espaço. E aí, alguns usuários entraram, copo e rua. Hoje, não tem praticamente nenhum mais, porque vão saindo, vão se desorganizando, mas aí é onde eu te falo que precisa de um acompanhamento muito de perto. Tem que ter uma galera muito juntinha, porque não é simples. É uma galera que está há muito tempo, e eu há anos e anos naquele contexto. E que não vai ser assim. É muita pressão por vezes, é muita coisa.
Dificuldades e outros desdobramentos	[00:31:10] Pesquisadora E essas situações que deveriam ser de urgência, não sei se são sempre de urgência. Essas situações de acionarem fora do horário de trabalho, geralmente é por quais motivos?

[00:31:23] Interlocutora 8 Vou te falar uma como exemplo. A gente teve um caso de uma mãe que estava em seguida com um filho de seis meses. Na época, estava com seis meses, agora nove meses. E ela saiu numa sexta-feira de tarde e deixou o filho com a vizinha e disse que ia para o dentista e que estava com muita dor de dente. A vizinha ficou com ele e aí, no dia seguinte, ela não voltou para casa e, no dia seguinte, o proprietário foi quem descobriu que essa criança estava com essa vizinha. E aí, ele me liga, porque os proprietários têm o nosso contato direto e tudo. Ele me liga e, é, aconteceu isso e isso. A relação com os proprietários são as mais diferentes. Tem relação que é muito tranquila, muito boa. A maioria é muito boa, muito tranquila. Já tem outros que são mais marrentas, assim, já são mais... Muito preconceito também. Outros ajudam muito, ajudam, dão um suporte legal. Depende. E aí, aconteceu isso e isso e isso e era um sábado. Eu acabei atendendo e era um sábado. Eu acho... Aí, eu vou, aciono supervisão, aciono coordenação e a gente vai construindo o que é possível. Aciona a família, conselho tutelar e por aí vai. Mas, havendo uma necessidade mesmo de, de repente, fazer um deslocamento e a gente tiver, sendo possível, a gente tenta. Mas, no geral, quem vai dar esse suporte vai ser a casa, porque as casas funcionam 24 horas. Esse, uma casa, a casa que eu falo, são a casa, o apoio ou o intensivo.

[00:33:08] Pesquisadora Então, são situações das mais diversas mesmo, essas que vocês são atrasadas.

[00:33:12] Interlocutora 8 Tem, foi um exemplo, mas já teve outras situações. Tem, tem algumas situações. Algumas não são urgência, a gente vai precisar dizer para ele, ó. Tu vai precisar conseguir entender que é uma questão de organização mesmo, assim. O nosso usuário, ele muitas vezes não tem uma noção de hora, de coisa, porque... Essa é a proposta do programa como um todo. Toda essa construção e esses espaços, a ideia é estar dando uma retomada. Porque a pessoa em situação de rua, ela faz... Tem regra, tem. Porque até a rua tem regra. As regras de convivência na rua, em situação de rua. Mas, então, não tem horário, não tem dia, não tem nada. Então, é complicado, às vezes. Por isso que a convivência, até dentro dos espaços de acolhimento, por vezes é tão difícil. Porque, veja, você tem horário para tomar o café da manhã. Você tem tanto, tanto para tomar o café da manhã. E, por vezes, ele não pega para tomar café naquela hora. Um exemplo. Então, vem de toda uma construção que já vem dos espaços de acolhimento. Mas, como a gente também não acolhe, por vezes, a gente não acolhe dessa forma. Então, essa construção vai ser com a gente lá, já. Nem sempre eles passavam pelos espaços de acolhimento. E, às vezes, até passam, mas ainda assim... Aquela história. Você não... Você não... Todo uma... Os hábitos de uma vida inteira numa situação de rua. Porque tem... De repente, vai ser assim, só porque passou por um acolhimento. Não é assim tão simples. E, aí, nesse contato, tem essas questões. Horário da equipe, regras de convivência. A questão do cuidado com o imóvel, que é importante que eles tenham. Que eles precisam se responsabilizar por esse cuidado. Quebrou alguma coisa. A limpeza, a organização. A visita, eu já falei. Horário da equipe. Pontos possíveis de um afastamento. De a gente ter que tirar... Não pode fazer uso de droga dentro do espaço. A gente está falando ainda de drogas ilícitas. Então, por mais que seja um programa de baixa exigência, a gente não pode estar nessa permissividade. Entendeu? É um programa do governo do Estado. Não faz sentido. Então, não pode estar fazendo uso de droga dentro do espaço, de forma alguma. Respeito a aquelas questões de convivência. Respeito... A gente também tem a modalidade república. Individual e república. Então, também tem algumas regrinhas para quando eles estão inseridos com outros usuários também. Que acontece... A gente ainda está dando um pontapé nessa pegada da república. Mas ainda tem algumas questões sendo discutidas. Mas a gente já vem inserindo dentro do possível. Agora, no momento, a gente tem mais casais. Porque acaba configurando república, mas são casais. Isso tem algumas situações. A gente precisa planejar isso com eles. Na visita seguinte a ideia é avaliar essa semana anterior. E aí deu certo? Não deu certo? E depois fazer um novo planejamento, isso é o ideal. Na prática nem sempre é assim tão arrumadinho, às vezes a gente tem que ir muito rápido porque a gente tem muita coisa e o carro tem que ir não sei para onde, tem uma demanda as vezes na casa, e nem sempre a gente consegue fazer tão direitinho. As vezes o território pode não estar muito tranquilo, a gente tem algumas questões que precisam ser levadas em consideração, ou o usuário trabalha e aí a gente vai ter um acompanhamento diferente. Eu estou com o usuário agora que ele trabalha de segunda a sexta, o dia todo. Então eu tenho que as vezes fazer algumas adaptações nos meus horários para conseguir acompanhá-lo em casa, por vezes faço visita no local de trabalho, porque também tem essa visita no local de trabalho. E assim segue na prática, porque tem aquilo lá que está escrito que você deve ter tido acesso, ou deve ter acesso no que está previsto. Mas na prática nem sempre é tão desenhadinho, tão bonitinho, e aí é isso. Então a gente tem esse... Com família. Tentar dar uma aproximada nessa relação, quando é o caso e quando é o desejo dele. Eu já tenho um tempinho na assistência e com o papo na rua. E eu sou do tempo em que a primeira coisa era a família, a gente tem que fazer a recepção familiar, era o mais importante e a gente desconsiderava algumas coisas. Hoje a gente já... A assistência vem evoluindo, e esse acompanhamento já se sabe que nem sempre é o melhor pra ele, nem sempre é o que ele quer, nem sempre é o ideal. Então assim... Isso vai depender de como está sendo esse acompanhamento e esses desejos, e essas possibilidades, porque às vezes até um desejo na família não quer de jeito nenhum. Então, ok. Mas sempre que possível, quando a gente consegue a gente tenta, claro, essa reaproximação, porque apesar de toda essa evolução, no geral, é sim muito mais tranquilo. Os encaminhamentos acabam sendo bem melhores quando a família está um pouco mais junto. E quase sempre dá um suporte até pra gente, conversar, estar ligando, ter pra onde ir, ter quem visite você. Porque na prática, se você quiser ouvir um pouquinho a gente tem algumas... Vou falar um pouquinho das dificuldades que eu venho encontrando no tempo no ato de moradia. Eu percebo, por exemplo, quando a mulher vai sem um celular ou sem uma televisão ou sem nenhum dos dois, é muito difícil. Basta você se colocar no lugar... Eu não me considero uma pessoa dependente química, não tenho essa dificuldade, essa desorganização por conta do uso. Mas ainda assim, eu não consigo me ver dias e dias numa casa sem nada. Quem é que consegue? Sem o hábito da leitura, e mesmo não tendo o hábito da leitura, ninguém consegue ler o dia todo, sem um trabalho, sem uma televisão, sem um celular. Houve um tempo que eu dizia que o celular era supérfluo, a televisão também. Hoje eu já não acho mais. Hoje, por mim, estava dentro do kit de recepção, porque facilita o nosso trabalho quando eles têm o celular, a gente consegue se comunicar, eles conseguem ter notícias do mundo,

e também para conseguir trabalho importante, e televisão básica para distração mesmo. Porque é isso. Então, quando não tem nada disso em casa, imagina. Não tem nada. Está lá a casa, não tem um sofá, não tem uma televisão. Hoje a gente vem conversando muito aqui para a gente estar tentando incentivar essas compras. Eles mesmos estarem providenciando antes de ir. Porque depois acaba ficando mais difícil. Porque por mais que o programa disponibilize algumas coisas, mas tem outras. Tem a passagem de ônibus que eles vão precisar pagar. Tem para algumas coisas. Tem uma feira de hortifrutis que a gente precisa ter. A cesta básica não inclui isso. Carne. A cesta da gente ainda tem ovo e ainda tem charque. E a charque, por que a charque? Porque a charque ainda consegue ser mantida fora de uma geladeira. Mais... E o resto? Você precisa de uma cebola para cozinhar? Pão. População brasileira tem que ter o pão. Cadê o pão? E eu não acho que é porque a gente precisa ter isso na nossa cesta não. Eu acho que a gente precisa pensar mesmo em formas de que eles consigam realmente ter e garantir e se organizar para isso. E aí, o que mais? Eu queria ter... Veja, como eu pensei que você vinha com as perguntas, eu confesso que eu não parei muito para organizar minhas ideias. Então, acaba que eu não organizei a ordem. Porque geralmente tem uma linha de raciocínio. E você me pegou de surpresa, eu confesso. E aí, não teve uma linha de raciocínio. Eu fui falando e vou falando. Mas diga lá.

[00:53:13] Pesquisadora Essa era a ideia mesmo. Era essa linha de raciocínio mais solta. Porque aí a parte da organização aqui, eu vou pegando o que você vai falando, eu estou anotando aqui também para não me perder. Mas... Essa é a ideia. É ser uma entrevista mais solta, mais fluida. Exatamente porque é o compartilhamento da sua experiência. E você falou uma coisa agora, Ellen, que é muito importante. Que eu encontrei ressonância com outras entrevistas que eu fiz de outras experiências também. Que é exatamente essa inserção na moradia e a construção de um sentido para essa moradia. Você falou, né? Como é que essa pessoa é inserida ali numa moradia, não tem uma TV, não tem um celular, não tem o trabalho, não tem nada.

[00:54:01] Interlocutora 8 O que ela vai ficar fazendo?

[00:54:02] Pesquisadora **E isso é muito interessante, né? Claro, o direito à moradia, ter o direito ao teto, lugar para morar, é fundamental. E essa é a proposta do Moradia Primeira. É exatamente isso. Primeiro é inserido na moradia e a partir disso a gente vai articulando outras ações. Mas... Essa etapa de articular outras ações e de pensar outras intervenções junto com a moradia, ela é fundamental. Exatamente para se construir o vínculo com essa moradia. Porque imagina, uma pessoa que está em situação de rua há muitos anos, que a rua tem o seu próprio funcionamento, a sua própria dinâmica. A pessoa tem... Ela está o tempo todo ali na função. Seja para conseguir o que comer, seja para conseguir um trocado para consumir a droga, seja mudando de lugar ali para se organizar. E de repente ela é inserida numa moradia que ela não vai precisar fazer toda essa função. E aí eu estava te dizendo isso, compartilhando com você como me atravessou isso que você trouxe, que eu acho que é fundamental e talvez não seja dado uma atenção tão significativa a esse ponto, como deveria, que é a construção nesse sentido da moradia. A construção de um vínculo com essa moradia, ter motivo para estar nessa moradia. Seja porque tem uma TV para assistir um programa, para se atualizar, para ver um jornal, seja porque essa moradia, além de oferecer o teto, oferece um conforto, oferece um espaço para a pessoa se sentir pertencente.**

[00:56:51] Pesquisadora Acontece isso aí no ATITUDE moradia, de às vezes a pessoa não se vincular à moradia, e aí não fica o tempo previsto, que acho que é de seis meses até um ano, no máximo, né?

[00:57:02] Interlocutora 8 Acontece muito, na verdade, eu diria. Porque até essa questão de tempo, que é algo que eu já vou até... Eu sei um pouco, eu li aquele material, fiz aquele curso de moradia primeiro, né? Lá tem algo que foi até bem significativo para mim, que é essa questão de não ter essa vinculação com o tempo. Já a gente ainda tem isso. A gente tenta não ficar nessa pressão, mas o tempo passa muito rápido. E aí o usuário começa a se sentir pressionado, porque ele sabe que tem aquele tempo. E tem outras questões. O que você trouxe, é isso. A vivência de rua. Tem usuário que diz para a gente assim, 'eu gosto da rua, eu não me acostumo'. Porém, tem um sonho. Porque quase todo mundo, a população inteira, independente da situação de rua, tem um sonho para a sua casa. Mas aí quando chega, que se depara com a realidade. Tanto da solidão, porque muitas vezes é a solidão mesmo. Eles falam muito disso, da solidão. Todos os pensamentos sobre a vivência lá de trás, sobre como foi que chegou, das escolhas mal feitas, que foram mal feitas, e isso tudo sozinho ali, mirabolando, pensando. A fissura é quase inevitável. E acaba que, e a gente não está ali 24 horas para dar, porque nas casas de acolhimento, você está ali, tem a técnica, e mesmo assim muitas vezes não consegue também. Impedir que ele saia, peça um desligamento. Muitas e muitas vezes. Então, é isso. Acaba que a pressão é grande. E aí os compromissos. É outra coisa. Porque você passa a ter compromisso de cuidar da casa, de fazer a sua própria alimentação, de buscar algumas itens que precisam para essa alimentação. Então, é muito comum a evasão, sim, antes do tempo. Muito comum. A gente tem evasões. Agora há pouco eu tive um caso que ela estava super ansiosa para ir para casa. Foi em República, foi ela e um amigo. E com poucos dias de inserção, resolveu ir embora. E foi embora. E saiu, levou as coisas. Nem entrar em contato com a gente, com a equipe, entrou. Quem passou tudo foi a pessoa. Eu fui que depois fui buscar filho, família, para tentar entender. E tive notícias. Mas que às vezes ainda tem isso. A gente não sabe nem o que... Pode ter acontecido algo. A gente precisa saber um pouco mais. A gente geralmente pede busca ativa nas ruas para estar tentando ver esse encontro, para saber o que aconteceu. Para poder entender. Mas a solidão, eles falam muito. Solidão. De estar só, e sem esses... Essas possibilidades mínimas, que são mínimas. A gente está falando aqui do mínimo. Hoje, a gente dizer que celular é supérfluo, é muito complicado. Hoje, acaba sendo forma de trabalho, vínculo informal. De uma pessoa que quer, sei lá, as meninas, tem muita questão da faxina, as mulheres. Nem tem telefone para conseguir falar. Tudo hoje é telefone, WhatsApp, notícias, conversar.

	[01:00:29] Interlocutora 8 Eu acho que é um dos grandes desafios. É um dos grandes desafios. Por isso que, apesar de eu entender o Moradia Primeiro nessa lógica, e até o ATITUDE, que se baseia no modelo Housing First. O ATITUDE se baseia nesse modelo. Não é completamente, mas se baseia. Mas na prática dessa coisa, que é primeiro que precisa ter a moradia. Precisa ter um acompanhamento muito, muito de pertinho. Muito, muito juntinho. Sei que é a proposta, mas não sei se a gente sabe, na prática, como é que funciona. Porque são muitas coisas. O uso, nem se fala. Porque aí a fissura vem, você vai buscar a droga, quando vão buscar a droga, acabam. E aí vendem os pertences, tem muito extravio de pertences. [01:01:26] Interlocutora 8 Como eu te falei, no caso da gente, tem muita questão do botijão de gás. Que é um item que está valendo, e ele é uma das primeiras coisas. Dificilmente tem extravio de cama, para vender, para uso. Mas essas coisas, panela eles vendem, botijão de gás eles vendem. Enfim. E aí, isso é um dos motivos que a gente acaba... E aí, por exemplo, no caso do ATITUDE de moradia, é uma das coisas que gera afastamento do programa. Por exemplo, extravio de pertences. E é discutível, mas ao mesmo tempo a gente não pode também só não fazer. Precisa ter algo. Precisa ter... não é uma punição, mas a gente... como é que vai ser? Se a gente não tiver um limite, não estiver colocando algo. Tem que ter um limite. E a recaída em si, não. Ela não é um motivo de afastamento, não. A recaída, não. Não é a recaída... Porém, recaiu uma de novo, e a gente tentou, mas veio... às vezes a gente acorda novamente no espaço, passa um tempo no espaço, se organiza minimamente para depois voltar para casa. Aí chegou lá com pouco tempo de novo, não conseguiu dar... Aí é outra avaliação. Não é uma avaliação porque recaiu, mas é uma avaliação de não estar conseguindo dar conta. E se até recaiu, mas conseguiu manter seus compromissos, conseguiu manter seus pertences, é uma história. Mas quando ele não consegue, ou ela, não consegue... Geralmente, elas mesmas dizem. Tem uma hora que elas vão dizer, não estou dando conta. Não estou dando conta. E aí a gente vai pensar nas estratégias. Que no geral, a gente tentou outros encaminhamentos. A gente só no diálogo pronto, não. A não ser que seja uma situação mais séria, que envolva violência, que envolva ameaça. Aí vai ser diferente. Mas que no geral, no ATITUDE de moradia, pelo menos nesse tempo que eu estou, a gente não vem tendo maiores problemas com a equipe. A gente não vem tendo... Geralmente, as relações são muito boas, são muito tranquilas. O vínculo é legal. A gente não vem tendo. Não vou dizer que nunca tem. Nunca é necessária uma intervenção um pouco mais firme. Mas no geral, não vem sendo. Mas tem história de algumas situações um pouco mais sérias. E... É isso. A gente... Mas é uma luta. É um desafio. A gente vem... Essa questão burocrática de contratação de casa é outro desafio. Encontrar imóveis que atendam de alguma forma. A gente vem tendo essas questões e por aí vai. Tem mais que tem aí? Pergunte. Pode mandar. [01:04:09] Pesquisadora Então, eu acho que... Pra gente ir finalizando também, claro, deixando aberto caso você queria trazer outros elementos. Mas o que você percebe que o ATITUDE, e especificamente o ATITUDE Moradia, possibilita e possibilitou de transformações. E aí, transformações tanto pra você, enquanto profissional, enquanto pessoa, mas transformações pra essas pessoas que são inseridas, pra esse território, pra política pública? [01:04:39] Interlocutora 8 Pra política pública de Recife? Olha, enquanto o Estado, um programa do governo do Estado, o ATITUDE é um programa pioneiro, a gente já é reconhecido internacionalmente. E vem sendo o grande suporte dessa população. [...] Mas, assim, vem sendo o grande suporte dessa população em situação de rua. Precisa, sim, ser sempre, está sendo reavaliado, mudando algumas coisas, porque é tudo muito cíclico. Os nossos usuários mudam o tempo todo. Eles vêm mudando com alguns comportamentos, por exemplo, a gente percebe em alguns momentos usuários que eram muito tranquilos e agora já estão muito mais envolvidos com criminalidade, ou com comportamentos mais violentos. Então, tudo precisa estar sempre sendo revisto. Mas, vem sendo, pra mim, foi um grande aprendizado. Eu já trabalhava com população em situação de rua. Eu trabalho também num Centro Pop, então, não sei se você conhece esse dispositivo, mas é um centro que até tem população em situação de rua. Eu já trabalho lá há 11 anos, em um Centro Pop do Recife também. Bem no centro do Pacífico. Então, é, praticamente, a mesma população que vem em ATITUDE, e aí vem nessa caminhada com ATITUDE há muito tempo, então, o que eu percebo de diferença que gosto? O ATITUDE tem uma estrutura organizada, pensada, esses equipamentos não foram aleatórios, eles têm uma estrutura e foi construído com base na política também de assistência, com base inclusive no documento que cria e que fica o Centro Pop. Eu consigo comparar os equipamentos com o que seria lá o do município, mas com esse viés do uso da droga e da situação de risco e ameaça. Então, é sempre um grande aprendizado a gente conseguir conviver com essas pessoas que estão nessa situação de vulnerabilidade e desorganização, e poder conseguir atuar e ter uma participação nisso. A gente tem muita gente que faz, uma coisa que eu aprendi, porque a gente escuta muito assim, como se sente enxugando gelo ou não? Porque é o que muita gente fala, porque a gente tem muitos retornos, tem muitas voltas, tem as recaídas. E por muito tempo eu tive, sim, aqui e ali, a gente bate esse sentimento de frustração, a gente vem se trabalhando para não se frustrar tanto, porque a gente precisa trabalhar nisso. Interlocutora 8 E aí, já está funcionando o moradia primeiro em Palmas? [01:22:32] Pesquisadora Não. Aqui a gente não tem. Nós tivemos um projeto que chamava o PQTA, que foi um projeto implementado pela Senad em 2016. Ele foi, inclusive, objeto da minha pesquisa de mestrado na época. E ele aconteceu de 2016 a 2019. Ele acabou em 2019. Ele não se tornou um programa consolidado, né? Ele foi um projeto. E ele trabalhava com essa perspectiva da moradia primeiro. Mas não foi dado continuidade depois. Então, atualmente, a gente não tem. Inclusive, a nossa rede aqui em Palmas, pro cuidado da Pop Rua, é uma rede muito reduzida. Muito reduzida. A gente não tem muitos equipamentos. Por exemplo, não tem centro pop aqui. Interlocutora 8 Palmas não tem centro pop? Pesquisadora. Não. Não tem centro pop. Eu vou ousar de dizer, e posso estar equivocada, mas eu acho que não, que Tocantins não tem centro pop. Não, Não, eu posso estar equivocada, mas acho que não estou, não. Não tem mesmo, porque Palmas é uma das... Tem público. Tem público. Claro, né? A população na situação de rua de Palmas
--	--

	ainda é uma população mais reduzida. Mas ela existe. Só que está muito... Muito escamoteada, né? Está muito marginalizada mesmo. Porque como aqui é uma cidade que ainda tem muita área verde, muitos espaços com muito mato, com muita vegetação ainda, a Pop Rua aqui não fica tanto ali na cidade, em locais muito visíveis. Ela fica muito mais escondida. Ela ainda tem essa possibilidade, não sei se isso é bom ou se é ruim necessariamente, de ficar nesses lugares mais escondidos. Mas tem. Tem gente pedindo dinheiro no semáforo, tem a galera ali vigiando o carro. Só que ainda não é tão visto, né? Então, aquela coisa, se não é visto, não é lembrado. A gente teve em 2016 a implementação do Palmas que te acolhe, que foi esse projeto. E na mesma época foi implementada a equipe de consultório na rua. Então, a equipe de consultório na rua ainda existe, ainda tem, ligada à saúde, atenção primária. E ela é o principal dispositivo que faz esse cuidado da Pop Rua, assim. Que é uma rede bem reduzida mesmo aqui. [01:25:36] Interlocutora 8 Porque a gente geralmente, eu geralmente sigo, assim, eu faço a explicação, mas eu fui meio que conversando. Também porque eu estou sendo um pouquinho pressionada, tem algumas coisas acontecendo ao mesmo tempo. A gente está passando a hora de ir aqui. [01:26:20] Pesquisadora A moradia primeiro está ganhando uma repercussão positiva nesse governo. Nós temos ali no Ministério dos Direitos Humanos, a Diretoria Nacional de Pop Rua, e é o Leonardo Pinho. Ele tem discutido muito, eu tenho acompanhado ele ali nas redes sociais, ele tem discutido muito a moradia primeiro em vários municípios. Então, eu acho que é uma agenda que tomara que avance, porque eu acho que tem muito a ganhar mesmo. E assim, a entrevista foi maravilhosa, muito obrigada. A ideia realmente era para ser essa conversa, era para ser algo mais fluido. Então, não se preocupe de não ter trazido algo planejado, porque não era o objetivo mesmo, era compartilhar da sua experiência. Eu acho que você compartilhou muito aqui da sua experiência, da sua vivência, tanto no ATITUDE Moradia, mas de como ela foi sendo construída ao longo desse tempo que você está inserida no ATITUDE. Então, quero te agradecer muito pela disponibilidade. Passamos até de uma hora aqui, porque a conversa estava tão boa.
--	---

Interlocutor 9 – Palmas Que Te Acolhe – Palmas/TO

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	[00:20:24] Pesquisadora O projeto tinha uma capacidade máxima de pessoas para atender, seja no eixo prioritário da moradia, seja nessa garantia desses outros direitos? [00:20:38] Interlocutor 9 Eu me lembro, Ana, que a gente iniciou com 12 ou 16 vagas para moradia, para pessoas que iam ter os quatro eixos, moradia, alimentação, trabalho e cultura lazer. Mas isso, com o tempo, também foi diminuindo, por conta da capacidade da prefeitura também, de articulação, por conta da capacidade da prefeitura de sustentar um projeto desses, que não encontrava apoio na população em geral, até por não ter o entendimento, por ter muito preconceito e ideias em relação à população em situação de rua que não condizem com a realidade. Então, eu acho que, com o tempo, tanto que depois o projeto acaba, porque a prefeitura não consegue sustentar isso, tanto em termos financeiros, administrativos, de articulação e de sustentação, enquanto sustentação com a população em geral. [00:25:02] Pesquisadora Então, os critérios para as pessoas que eram inseridas, o público-alvo inserido no PQTA, eram dois critérios, pessoas em situação de rua e com problemas decorrentes do uso de AD. E aí, dentro desses dois critérios, era a avaliação de maior nível de vulnerabilidade. [00:25:25] Interlocutor 9 Isso. [00:25:26] Pesquisadora E aí, pensando, então, né? Nessa questão de pessoas com necessidades decorrentes do uso de AD, como é que era essa articulação com esses serviços de atendimento para pessoas em uso de AD? Existia essa articulação? Não existia? As pessoas faziam tratamento? [00:25:47] Interlocutor 9 Antes só de te responder essa pergunta, só te dizer, assim, que aquela escolha difícil que eu te falei em relação à vulnerabilidade, né? As pessoas em mais vulnerabilidade, assim, né? A gente tinha alguns critérios, então, assim, né? Por exemplo, tinham pessoas que, por exemplo, não eram daqui de Palmas e não tinham nenhuma rede de apoio e estavam em situação de rua. Então, a gente entendia que essas pessoas tinham uma vulnerabilidade maior do que pessoas em situação de rua com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, mas que tinham família aqui, por exemplo, tinham uma rede. Também a gente via pessoas com... Um outro critério era, assim, acesso aos serviços. Então, tinham pessoas em situação de rua com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e que não tinham acesso nenhum a nenhum dos serviços, nem CRAS, nem CREAS, nem CAPS-AD, nem CAPS-2, nem nada, nem unidade de saúde, não tinha um vínculo nenhum. E aí a gente entendia que essas pessoas eram mais vulneráveis do que as pessoas em situação de rua com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, mas que estavam com acesso no CAPS ou tinham algum acesso no CRAS ou no CREAS, né? Entende? Então, assim, eram esses alguns dos critérios que a gente utilizava também para selecionar as pessoas para inserir no projeto, né? Então, a questão de uma maior vulnerabilidade de uma forma mais concreta, assim, né? Outro também era de perigo social também. Então, pessoas que, porventura, pudessem estar sendo ameaçadas em situação de rua e pudessem estar sendo ameaçadas. Então, a gente entendia que essas pessoas tinham mais vulnerabilidade do que as pessoas que não estavam sendo ameaçadas, mesmo estando em situação de rua e com uso prejudicial de álcool e outras drogas, né? Então, acho que só para trazer esses três critérios. Só que era muito difícil também, né, de tomar essa decisão, né? Em relação às dificuldades com os serviços, no caso do Palmas que te acolhe, primeiro foi dos serviços entenderem o trabalho, né? Entenderem em que sentido? Que as pessoas ficavam muito naquela... Ah, naquele conhecimento mais popular. Não, mas como assim? É... Vai dar casa para essas pessoas aí? Esse pessoal vai ficar usando droga na casa? Como assim? A pessoa, para ter

	uma casa, ela precisa estar em tratamento, ela precisa ter parado de usar drogas, né? Para poder ter uma casa, cuidar da sua própria casa, né? Enfim, as pessoas tinham esse entendimento. E isso não eram pessoas, né, vamos dizer assim, da população em geral. Eram profissionais de saúde, profissionais de assistência que tinham esse pensamento, né? E até o pessoal entender a proposta, eu acho que esse foi o primeiro dificultador, assim, né? [00:38:06] Pesquisadora E aí você estava falando ali dessas mudanças de moradia, né? e eu queria voltar um pouco nisso pra entender um pouco melhor como que eram essas moradias elas eram moradias espalhadas na cidade eu sei, né, que tiveram ali momentos da kitnet, momentos do hotel como é que eram essas moradias e como também junto com a equipe você apoiou no processo de gestão dessas moradias [00:38:34] Interlocutor 9 Então, o primeiro foi num... que na verdade não sei nem se dava pra dizer kitnets mas assim, eram quartos, né? eram quartos mas assim, tinha lugar ali pra lavar roupa, enfim agora não lembro se na primeira tinha banheiro individual, agora não me recordo mas sei que eram quartos e que tinha um ambiente que era um ambiente coletivo como se fosse a vilinha do Chaves os quartos em volta e um ambiente comum no meio e aí nesse espaço começa a surgir alguns conflitos por conta dessa questão de usar drogas seja qual for no espaço ali comum e isso incomodar tanto as pessoas do projeto como outras pessoas e aí a gente uma das formas de apoiar essa gestão, a gente pensou juntos, junto com a equipe de encontros com o pessoal acolhido porque o que acontecia? O pessoal que era acolhido que estava inserido no projeto trazia outras pessoas que estavam na rua pra ir pra lá às vezes queria que fosse dormir lá queria que ficasse lá, enfim e aí por vários motivos e aí isso começou a gerar conflitos e aí a gente começa a fazer grupos rodas de conversa pra pensar nessa gestão de modo coletivo e aí o que a gente começa a experimentar num primeiro momento a gente sempre procurando trazer a gestão pros usuários e não a gente lá e dizer como tem que ser o que vai fazer só que o que a gente percebeu que colocar pros usuários o que que acabava acontecendo? acabava acontecendo uma reprodução desse preconceito social nesse pequeno grupo então se criavam regras muito rígidas do tipo, não pode usar droga aqui dentro, não pode trazer ninguém pra cá quem trazer vai ser punido, vai ser retirado, umas coisas muito rígidas assim tem a ver muito com esse preconceito e do modo da sociedade em geral lidar com essas situações então a gente viu que isso começa a ser reproduzido no grupo de inseridos do projeto que a gente fazia pra discutir a gestão da moradia [00:41:17] Pesquisadora Então os próprios usuários passaram a estabelecer essas regras rígidas [00:41:24] Interlocutor 9 Isso, isso mesmo e aí a gente percebe que a gente não tem que chegar lá e dizer não, não vai ser assim como vocês disseram, vai ser de outro jeito mas a gente começa um processo de problematização e de questionamento dessa rigidez dessas regras pra de alguma forma criar brechas pra gente construir novas possibilidades de convivência e de gestão do espaço que ao invés de segregar as pessoas, incluíssem as pessoas o que foi muito difícil também, assim, nem sempre a gente conseguiu algumas vezes mais, outras vezes menos mas enfim, é esse o trabalho também [00:42:06] Pesquisadora Então você estava me falando dessa primeira moradia que teve esses entraves, que teve essas dificuldades aí nesse espaço de cogestão mas houveram outras moradias então essa primeira moradia parecia com a vila ali do Chaves que eram os quartos em volta e o espaço de convivência no meio então todos os usuários eles ficavam no mesmo espaço no mesmo local de moradia como é que eram as outras? [00:42:42] Interlocutor 9 É porque assim eu posso te dizer um pouco porque acabou a supervisão do Palmas que te acolhe e aí eu fiquei ainda um tempo na supervisão da equipe de consultório na rua e trabalhando junto, obviamente em vários momentos com o Palmas que te acolhe mas quando porque essa primeira moradia e o dono lá do espaço nossa, ele era muito parceiro então assim, às vezes a prefeitura demorava a pagar e ele segurava a onda lá, né, às vezes dava conflito e chamava a polícia ele segurava a onda, às vezes quebravam alguma coisa ele era muito parceiro, sabe, da gente ele entendia o projeto ele era muito parceiro nesse sentido de entender a proposta e de saber que a gente também estava implicado então, por exemplo, dava os problemas a gente se colocava como parte do problema e como parte da solução também e chamava os usuários também para esse lugar então acho que isso também construiu uma relação muito boa com o dono do espaço lá e aí isso permitiu que a gente ficasse um tempo significativo lá mas eu saí da supervisão do projeto quando estava nessa espaço de moradia ainda quando passou, aí acho que o segundo espaço, aí eu não tenho certeza mas eu creio que o segundo espaço foi um hotel se não me engano foi um hotel e aí eu não sei direito assim, aí eu sei que continuavam os grupos para discutir porque no hotel também é a mesma coisa, né gestão das relações, gestão dos problemas e criar condições para refletir sobre esses problemas para se incluir nesses problemas e se incluir nas soluções também sempre isso de modo a evitar a segregação e visando sempre a inclusão, sempre incluir os diferentes problemas, as diferentes situações de vida, as diferentes características, enfim, as diferentes pessoas, né, então nesse sentido eu sei que continuavam esses grupos também de gestão e aí por último que eu me lembro e aí eu já não sei se tinha aí eu não me lembro se lá era moradia ou se lá era só uma sede eu acho que lá era uma sede que tinha uma casa aonde o pessoal servia almoço, servia algumas refeições, enfim mas não sei se o pessoal dormia lá eu acho que continuavam no hotel e só de repente passavam alguns momentos do dia lá, não tenho certeza. [00:45:23] Pesquisadora Entendi e aí então as moradias eram subsidiadas pela própria prefeitura, a prefeitura fazia um contrato de aluguel com esses espaços e repassava o recurso direto para o locatário não passava pelos usuários essa grana [00:45:44] Interlocutor 9 Isso, isso mesmo
Intersetorialidade e território	Essa questão de pensar dentro da proposta até da saúde mental de um projeto terapêutico singular que incluísse várias equipes. Articulação com a atenção primária. E aí, foi muito legal essa articulação porque, como eu estava como supervisor do consultório na rua as primeiras abordagens, porque o início do trabalho ele se deu fazendo

	abordagens. Ou seja, indo nos locais onde se tinha relatos de existir população em situação de rua. E aí, a gente começou a ir. A gente começou a ir e começou a ir em vários horários. A gente fez incursões pela manhã, incursões à tarde incursões à noite e incursões na madrugada. E a gente fez junto com as duas equipes. Então, a gente criou um vínculo da equipe de consultório na rua que estava ligada à saúde, na atenção primária e a equipe do projeto PQTA o que criou um vínculo muito legal entre essas duas equipes. E a equipe de consultório na rua, embora com o escopo de ações é bem diferente da equipe do PQTA por conta de ser na saúde a proposta da equipe de consultório na rua também é garantir direitos. Então, foi muito legal criar. Não só a gente foi criando essa coisa da formação dos princípios e diretrizes, a gente fez junto com as equipes. Baseado na política para a população situação de rua. Claro que na hora de concretizar esses princípios e diretrizes a gente tinha ações diferentes numa equipe e outra. Mas elas se complementavam. E foi legal fazer esse primeiro momento que foi de leitura do território de fazer o mapeamento do território de Palmas para ver onde eram os lugares onde o pessoal ficava, que condições eram o modo como esse pessoal utilizava os espaços porque tinham modos diferentes de utilizar os espaços. Então tinham espaços que a galera utilizava para subsistência, seja cuidando de carro, seja pedindo dinheiro, seja pedindo comida, seja fazendo pequenos trabalhos, enfim. Tinha lugares que o pessoal ia para dormir, descansar, se recolher. Tinha lugares que o pessoal ia também para ficar de boa para tomar uma, para, enfim, ficar curtindo. Então não era só mapear os espaços mas o uso que as pessoas faziam daqueles espaços ali. E aí com esse mapeamento a gente consegue desenvolver planejamento de ações. A partir tanto do mapeamento como do uso que as pessoas fazem naqueles espaços dos horários que elas ficam lá e das necessidades que elas tinham. [00:12:55] Pesquisadora E aí a partir desse mapeamento de identificar onde a população em situação de rua se encontrava e de que forma ocupava esses espaços da cidade quais foram as ações que foram desenvolvidas por essas equipes pensando aí nesse trabalho que foi articulado entre PQTA e Consultório na Rua quais foram as ações desenvolvidas após essas abordagens para mapeamento e identificação do território? [00:13:29] Interlocutor 9 Uma coisa que eu me esqueci de falar em relação ao mapeamento ali qual o objetivo do mapeamento? Identificar as pessoas, os locais, o uso desses locais e aí depois no segundo momento a gente foi vendo que era também identificar o percurso que essas pessoas faziam na cidade. Então às vezes de manhã estavam no lugar, à tarde estavam no outro e à noite iam no outro lugar para se recolher, para enfim, né? Então a gente começou a ver o percurso das pessoas também. O movimento que elas tinham. E aí junto nesse percurso a gente vê também se essas pessoas estavam acessando o serviço quais os serviços e aonde esses serviços estavam nesse percurso qual era o tipo de vínculo que as pessoas tinham, enfim, né? [00:21:59] Pesquisadora Entendi. E aí você estava falando que houveram algumas dificuldades, alguns entraves ali na articulação com alguns serviços, em especial serviços da saúde ali na atenção primária. Como que era, pensando a nível das duas equipes, mas como que era especificamente do PQTA, que é o foco, como é que foi essa entrada do PQTA numa rede de serviços aí de saúde, saúde mental, assistência social? [00:22:36] Interlocutor 9 Então, a gente fez, tanto no PQTA, como no consultório na rua, mas aí falando especificamente do PQTA, a gente foi em diversos serviços, a equipe foi em diversos serviços, tanto da atenção primária, então na atenção primária, buscando sempre, assim, como a gente tinha o mapeamento, então a gente sabia as unidades básicas que estavam dentro dos locais onde as pessoas ficavam e do percurso que elas circulavam durante o dia. Então, essas foram as primeiras que a gente foi, que a equipe foi, né? Então, na atenção primária, nas unidades básicas de saúde, se apresentava para a equipe, falavam da proposta do projeto, falavam dos eixos, falavam do como o pessoal trabalhava, né? E se colocava à disposição para apoiar esses serviços, acho que isso é uma coisa estratégica, né? A gente não chegava lá no sentido, assim, de dizer, ó, a gente vai trazer gente para ser atendida aqui, né? A gente dizia que a gente ia articular, sim, o acesso dessas pessoas à saúde, mas que a gente estava ali como apoio para aqueles serviços que a gente estava visitando, né? Para pensar o cuidado dessas pessoas em situação de rua, né? Então, a gente se colocava como apoio, aí a gente foi em CRAS, foi em CREAS, atenção primária, atenção especializada, hospital, né? A gente foi em vários lugares, né? Instituições da sociedade civil organizada, né? Então, e aí a gente se apresentou, falando do trabalho, enfim, das ações que a gente desenvolvia, e se colocando como apoio e solicitando apoio, né? E aí, assim, em alguns lugares, era super bem aceito, o pessoal já se colocava à disposição, já se colocava como parceria, assim, né? De forma imediata, e em outros lugares, assim, precisava do investimento maior da equipe, assim, né? De estar mais junto, de estar explicando mais vezes, de estar acompanhando as pessoas para garantir que fossem atendidas, e ou que o atendimento fosse de qualidade, não fosse de qualquer jeito, né? Então, acho que foi nesse sentido, assim, né?
Eixos de trabalho	[00:04:34] Pesquisadora Entendi. E aí, quando você foi inserido, então, como supervisor, como é que se deu o seu trabalho de supervisão da equipe? [00:04:44] Interlocutor 9 Então, no primeiro momento, assim, a gente foi, o articulador fez a apresentação, minha apresentação para a equipe. E era uma coisa curiosa, assim, porque eu já fazia supervisão da equipe de consultório na rua, que tinha recém sido implementada. E eu fazia, mas isso pela saúde. Eu fazia supervisão com uma bolsa da Fundação Escola de Saúde Pública, de Palmas. E aí eu comecei a supervisão, o articulador me apresentou, e aí a gente apresentou a proposta de trabalho. E o que era a proposta de trabalho? A proposta de trabalho era dar esse apoio para a equipe, para a construção dos princípios e diretrizes da proposta e das práticas concretas baseadas nessas diretrizes e nesses princípios. Então, as diretrizes e os princípios, elas estavam muito atreladas às diretrizes e princípios da política nacional, voltada para a população em situação de rua. E como eu tinha essa experiência, como estava supervisionando o consultório na rua, foi bem interessante, porque deu para unir as duas equipes. E porque, eu não sei nos outros lugares, mas em Palmas a supervisão foi muito importante, porque Palmas tem um contexto um pouco diferente do restante do Brasil, das outras capitais. Primeiro que é a capital mais nova, e segundo que a população de rua aqui tem outras características. Por exemplo, como aqui tem muito espaço terreno baldio, no meio da cidade, em muita região de mata, a população em situação de rua fica mais durante o dia por uma questão de busca de subsistência, seja cuidando

o carro, seja pedindo dinheiro, seja pedindo comida, seja fazendo pequenos trabalhos, enfim. Mas a noite, geralmente, a maior parte, o pessoal não aparece. Às vezes, até durante o dia também não aparece, porque tem essas regiões de mata. Então, durante muito tempo, em Palmas, o que se dizia era que não tinha população em situação de rua. E, na verdade, tinha. E aí, pelo fato de não ser uma capital nova, não existia pessoas com expertise e ou com experiência para esse trabalho específico com população em situação de rua. Então, a gente teve que construir isso com os profissionais. Então, acho que esse contexto é um contexto importante. Por quê? Porque a supervisão não vai trabalhar somente no sentido de apoio e acompanhamento das ações que são desenvolvidas. A supervisão, aqui em Palmas, acabou sendo também formativa. Formar em serviço, em ação, junto com a prática e formando essa galera para o atendimento da população em situação de rua. Então, acho que teve isso, sim. E aí, o trabalho era basicamente isso. Essa formação e esse acompanhamento. E aí, a formação envolvia muito essa coisa dos princípios e diretrizes. E aí, esse acompanhamento das ações que iam sendo construídas a partir das necessidades dessa população. E aí, as ações envolviam tanto o trabalho interdisciplinar como ações intersetoriais. E aí, esse acompanhamento. Acho que a parte mais de articulação da gestão ficava a cabo do articulador. E o supervisor ficava mais na parte da articulação entre os serviços e trabalhadores dos serviços com a equipe do projeto PQTA.

Interlocutor 9 E aí as ações, como eu falei, eram ações distintas, né? Então o consultório na rua eram ações de identificação inicialmente de necessidades de saúde que um, desde necessidades de a pessoa tá com machucado, precisa de um curativo tá com um dente doendo, precisa de um atendimento para enfim, para um dente que tá doendo tem alguma doença crônica e não tá fazendo tratamento, né? Então a gente começa a mapear isso e aí começa a criar junto com a atenção primária e com a especializada criar formas de acesso para essas pessoas a esse serviço. Então o consultório na rua vai muito nessa direção nesse acesso aos serviços de saúde. Mas é óbvio que como a equipe do consultório na rua quando começa era equipe completa, né? Tinha médico, assistente social, psicólogo, enfim, né? Acabava fazendo mais do que isso, né? Porque daí tinha essa questão, né? O carro-chefe era o acesso à saúde mas como a gente tinha assistente social, por exemplo a gente agilizava documento também para as pessoas acesso a benefícios, né? Então uma série de outras coisas, né? Acabavam surgindo também a partir desse carro-chefe que era o acesso à saúde. Já no... e aí assim, claro, que todo esse acesso à saúde ele tava... a base dele era o atendimento direto das pessoas e a articulação com os serviços da rede a partir das necessidades, né? E aí se encontrava... a gente encontrou inicialmente uma dificuldade muito grande tanto na atenção primária como na especializada isso do consultório na rua, né? Por conta de... das características da população mesmo, assim de coisas simples, assim ah, o pessoal da atenção primária não queria atender porque a pessoa tava suja, fedendo ou às vezes alcoolizada, né? O próprio CAPS-AD, por exemplo às vezes a pessoa alcoolizada não queria atender ou pelo fato de não estar inserida no serviço isso no caso da especializada seja a CAPS-2, CAPS-AD-3, assim, né? Às vezes era difícil de que as equipes acolhessem essas pessoas, né? Tinha um trabalho ali de articulação e de convencimento pra isso né? Então a gente encontrou essas barreiras dentro dos próprios serviços de saúde, assim não em todos, obviamente, né? Mas na atenção primária, num número significativo, assim mas com o tempo a gente foi construindo isso foi construindo essas articulações foi construindo referências ao ponto de algumas unidades básicas a gente não precisar nem acompanhar pra eles serem atendidos. Outras a gente precisava acompanhar porque sem o acompanhamento não eram atendidos. No caso da equipe do Palmas que te acolhe o trabalho era muito mais assim de identificação das necessidades das pessoas mas assim, identificação das pessoas que estavam em situação de maior vulnerabilidade dentro da proposta que eram pessoas em situação de rua e com uso prejudicial de álcool e outras drogas e aí essas pessoas, de ver as pessoas que estavam em situação de maior vulnerabilidade pra gente inserir no projeto e aí assim, era uma situação difícil, assim porque eram muitas pessoas em situação de vulnerabilidade e aí assim, tu ter que decidir quem é que tá em mais vulnerabilidade era uma situação muito difícil, assim pra equipe como um todo, assim, né? E isso também produzia um sofrimento na equipe muito grande, né? Pelo fato de não conseguir contemplar todas as pessoas que estavam em vulnerabilidade, né? E aí a gente ia inserindo essas pessoas em maior vulnerabilidade, assim no projeto e aí então o trabalho era isso era identificar essas necessidades identificar as pessoas que se enquadravam nos critérios e aí dentro dessas que se enquadravam nos critérios ver quais as que estavam em maior situação de vulnerabilidade e as outras, tanto as que estavam no projeto como as que não estavam era de garantir alguns direitos como acesso a documento acesso à saúde e aí fazer a articulação com o consultório na rua, que era uma articulação muito fácil, né? Porque construíram seus processos de trabalho conjuntamente e com os outros serviços da rede, seja da assistência social seja da saúde, seja da justiça enfim, né? Porque a proposta do PQTA era isso, né? Essa garantia de direitos que tinha esses quatro eixos mas esses quatro eixos eles eram específicos para as pessoas que estavam inseridas no projeto, mas o projeto não atendia só essas pessoas que estavam inseridas no projeto atendia um conjunto de outras pessoas, também garantindo direitos para elas, né? Aí, por exemplo, todo dia o pessoal tinha as fichinhas lá para o restaurante popular para a galera ir alimentar estava dentro do eixo alimentação o pessoal começou a conseguir trabalho, não só para as pessoas que estavam inseridas no projeto mas prioritariamente para as pessoas inseridas no projeto a questão do trabalho e aí prioritariamente para as pessoas inseridas no projeto a questão da moradia Então, assim, a moradia era prioritariamente era só para as pessoas que estavam inseridas no projeto mas os outros, que era alimentação, cultura, lazer e trabalho, se expandia para outras pessoas, não só as que estavam inseridas no projeto.

[00:45:46] Pesquisadora E você falou de uma das frentes do projeto a frente de trabalho, como é que ela funcionava?

[00:45:55] Interlocutor 9 Aí assim teve várias formas assim de trabalho que eu me lembro assim, né uma delas é de o pessoal contratar para determinados serviços na prefeitura pra jardinagem, pra limpeza, enfim aí depois teve um tempo que teve uma horta lá na sede do PQTA e aí se não me engano o pessoal podia vender e aí esse dinheiro ficava pra eles. Teve a questão de fazer sabão detergente, produtos de limpeza e também vender e aí ficar com essa renda. Eu acho que era basicamente isso, algumas pessoas que enfim, que por características foi possível ter um contrato da prefeitura, seja pra serviços gerais, seja pra jardinagem, outras não, isso por

		características de cada pessoa. Tinham pessoas que naquele momento tinham condições de sustentar o trabalho diário, oito horas por dia, seis horas por dia, né, e tinha outras que não tinham naquele momento, então a gente tinha que ter opções diversas pra poder contemplar os diferentes sempre pensando em incluir, então não é querer que as pessoas se organizassem ao ponto de conseguir trabalhar seis horas por dia e aí quando se organizasse, aí iam trabalhar não, elas conseguiam se organizar um dia por semana nem se um dia trabalhava, ia vender não sei o que ia fazer sabão conseguiu se organizar dois dias ia fazendo outras coisas, a gente ia tentando incluir a partir das possibilidades de cada pessoa [00:47:48] Pesquisadora E aí eu sei que houve ali em determinado momento do projeto uma previsão de que esses beneficiários esses usuários recebessem uma bolsa que aí eu não sei se é necessariamente uma bolsa trabalho ou se seria uma bolsa pra subsidiar outras outros custos você chegou a pegar esse momento do projeto, das bolsas? [00:48:16] Interlocutor 9 Não, das bolsas eu não cheguei a pegar, eu já não tava assim foi num outro momento assim aí não sei se te dizer se a bolsa se ela tava vinculada ao trabalho ou se ela tava vinculada a alguma condicionalidade no sentido assim de tá frequentando as atividades ou de tá enfim, ou de tá em tratamento não sei, não sei te dizer
Composição da equipe		[00:48:46] Pesquisadora Tá, entendi e aí além da supervisão a equipe tinha outros espaços de formação de capacitação [00:48:56] Interlocutor 9 Então sempre que tinha alguma atividade, por exemplo assim, a residência multiprofissional porque eu também trabalhava na residência então geralmente tinham algumas oficinas com o pessoal, os residentes de saúde mental, residentes de atenção primária, então sempre que possível a gente chamava essas equipes pra participarem porque a gente entendia que além da questão da formação, era uma construção de rede, porque daí conhecia a residente que tava em determinado serviço, isso já criava um vínculo já possibilitava uma maior articulação então a gente entendia que além de formação, a equipe do PQTA participar desses espaços da residência, criava vínculo e articulação possibilidade de articulação [00:49:57] Pesquisadora Mas de espaço de formação de treinamento, capacitação específico pra equipe do PQTA foi a supervisão então? [00:50:07] Interlocutor 9 Foi, foi a supervisão, então a gente tinha acho que era, teve durante quase toda a supervisão eu acho que nos primeiros 3, 4 meses a gente tinha muito estudo que daí a gente olhava a política olhava os manuais do Ministério da Saúde, os manuais do da Ministério do Desenvolvimento Social, sobre população em situação de rua, e aí estudava sobre isso, assim, né aí num segundo momento, estudando fazendo já porque a gente já tava fazendo mapeamento a gente já tava atendendo as pessoas e aí o estudo ele vinha como uma ferramenta pra operar na prática. Não era uma coisa tipo assim, vamos estudar pra depois a gente ir a campo, não, a gente já tava indo a campo e aí depois a gente começa essa formação, ela passa a ter um outro caráter, que daí é mais de supervisão, que a gente chama em saúde mental clínico institucional né, que aí é discussão de caso, articulação de rede, então a gente começa a discutir processo de trabalho porque num primeiro momento era a construção, a constituição de um determinado processo de trabalho, e aí num segundo momento a gente começa a fazer uma análise desse processo e aí discutir, problematizar esse processo e aí ir reconstruindo ele constantemente, né isso era o que? Era de 15 em 15 dias eu acho esses encontros. [00:51:35] Pesquisadora E foi por quanto tempo a supervisão? [00:51:39] Interlocutor 9 Foi por um ano.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)		Eu acho que você pode começar, então, me falando como é que foi a sua experiência com o Palmas que te acolhe, como é que começou? [00:00:25] Interlocutor 9 Então, a minha experiência com o Palmas que te acolhe, num primeiro momento, saiu um edital pela Secretaria de Juventude para formar a equipe do Palmas que te acolhe. E aí, a equipe, se não me engano, tinha psicólogo, assistente social, não sei se técnico de enfermagem, e educadores sociais. E aí, eu me candidatei para ser psicólogo da equipe. E aí, teve a análise de currículo, teve uma entrevista, e aí eu não fui selecionado. Embora, né, tivesse uma boa experiência com esse tipo de trabalho, com população de situação de rua, o meu próprio mestrado era sobre isso, né. E aí, foi uma outra pessoa selecionada. Só que daí depois, teve uma seleção simplificada, eu acho que da Fiocruz, para articulador, que eu acho que era do Projeto Redes, né, no caso aqui no Tocantins, em Palmas, né, e supervisor para o projeto de inserção aqui de Palmas, que era o Palmas que te acolhe. E aí, eu fiz essa seleção para supervisor da equipe. E aí, passei, né, e que na verdade, essa seleção simplificada, o que foi? Eu acho que tiveram umas duas indicações, e aí a gente conversou com o pessoal do projeto, da Fiocruz, no caso, que estava responsável, e aí eu fui selecionado. O César foi selecionado como articulador e eu fui selecionado como supervisor da equipe. E aí, assim, ao invés de ser psicólogo da equipe, eu acabei sendo supervisor da equipe do Palmas que te acolhe. Então, foi essa a minha inserção. [00:03:10] Pesquisadora E aí, quando saiu esse edital da Fundação da Juventude, que foi para você selecionar a equipe do Palmas que te acolhe, você já sabia que se tratava de um projeto de inserção, que a ideia era trabalhar com o Housing First? Isso já estava sendo debatido nesse momento? [00:03:30] Interlocutor 9 Eu creio, assim, Ana, que eu sabia, mas assim, um conhecimento bem incipiente. Até porque eu não sabia o que era o Housing First, eu não sabia qual que era o escopo, a proposta, tanto do projeto REDES como um todo, como os projetos de inserção que estavam dentro do projeto redes. Então, assim, na verdade, eu fui conhecendo na medida em que foi se desenvolvendo. Fui conhecendo mais a fundo. Eu sabia que era uma proposta de trabalho com população em situação de rua, que visava os eixos da moradia, alimentação, trabalho e cultura a lazer. Mas não sabia que isso se tratava de uma proposta metodológica que era o Housing First, que era, pelo menos, baseado nisso. Fui sabendo depois.

	[00:51:40] Pesquisadora E aí, então durante esse um ano você falou, né, que inicialmente você não sabia sobre a o modelo housing first e que foi depois com os estudos e com aproximação que vocês foram estudando isso em que momento assim você se depara com a proposta do housing first, como que você articula ela com o que o PQTA conseguiu operar? [00:52:09] Interlocutor 9 Então acho que, não sei agora, não me lembro se foi no primeiro, segundo mês, veio um pessoal da Fiocruz, ou no terceiro mês veio um pessoal da Fiocruz pra eu acho que eles estavam fazendo visitas, né nos projetos de inserção pra ver como que estava acontecendo porque a ideia era fazer um mapeamento esse pessoal da Fiocruz estava fazendo um mapeamento em todos os projetos de inserção de como eles estavam sendo implementados nessas diversas capitais, e a ideia deles era fazer um passo a passo né, identificar as principais dificuldades os principais facilitadores de modo a construir um manual por exemplo, uma capital um manual, uma cartilha uma cidade está querendo implementar o projeto ó, a gente tem aqui um manual com diversas experiências mostrando ó, que articulações que foram feitas em que momentos foram feitas, pra viabilizar que coisas, quais as dificuldades quais as facilidades como que foi feito e aí, neste momento que esse pessoal veio, aí eles passaram muito material inclusive o material da... agora eu não me lembro o nome da ONG não sei se é a Open Society né e aí, ali eu começo a conhecer o Housing First mesmo a proposta do Housing First né, que a gente implementa aqui vamos dizer assim o princípio mas assim o modo de fazer pelo que eu percebi é muito diferente em qualquer lugar vai ser diferente ainda mais no Brasil que é continental são condições muito diversas mas o princípio que é o que? Casa primeiro, esse é o princípio, eu acho que de forma geral todos que eu fiquei sabendo aqui no Brasil que eu fiquei conhecendo tinha isso como princípio inclusive o Palmas que te acolhe que é a casa, a moradia ser um carro-chefe assim que é inverter aquela lógica de primeiro tem que se tratar primeiro tem que ter um convívio social primeiro a pessoa tem que se moldar um determinado jeito de ser para depois ter a moradia a proposta, o princípio inverte isso é a moradia e depois a gente vê depois a gente vê o que? depois a gente vê o que são as necessidades da pessoa e garantir os direitos porque isso foi uma coisa que eu acho que é interessante na formação da equipe porque a equipe também tinha esses preconceitos inicialmente e foi muito legal na avaliação final, depois desse um ano de supervisão com a equipe foi muito legal retomar isso com a equipe, de ver que eles disseram que eles, as pessoas da equipe disseram assim, olha, a gente mudou muito o nosso jeito de ser e de viver e por consequência de perceber e de visualizar essas pessoas, a condição delas, e aí eles começaram a perceber que a questão não era que as pessoas tinham que se adequar a um determinado jeito de ser e de viver para ter os seus direitos garantidos, que não é isso que na verdade as pessoas devem ter os direitos constitucionais garantidos independente dos modos delas de ser e de viver, claro que na medida em que tem esses direitos garantidos a gente vai ver que outras necessidades essas pessoas têm e aí às vezes faz sentido um trabalho de acompanhamento para melhorar a qualidade de vida das pessoas, assim, dentro das necessidades delas. E
Efeitos da intervenção	[00:51:30] Pesquisadora E aí, me fala um pouco melhor do que você tava falando antes sobre a resistência das equipes de saúde em dialogar com o Palmas que te acolhe não sendo um serviço de saúde. [00:51:42] Interlocutor 9 Uhum. O que a gente percebia, assim, né? À época, né? É que, claro, que isso foi num primeiro momento. Alguns serviços isso perdurou e outros não. Então, na medida em que o pessoal foi conhecendo o trabalho foi vendo que a equipe era uma equipe séria era uma equipe que, de fato, tava acompanhando era uma equipe que não tava leva lá pra ser atendido e nunca mais aparece não, a equipe ia lá, voltava, ia ver como é que tava ia visitar, ia no hospital, a pessoa tava internada no hospital ia lá visitar, né? Ia tava lá internada no acolhimento 24 horas do CAPSAD ia lá visitar, ia acompanhar essa pessoa, né? Ou então tava em atendimento no CAPSAD determinados dias o plano de cuidado era alguns dias ia lá pra ver como é que tava, discutia com a equipe. Na medida em que os serviços começaram a perceber isso essa resistência foi diminuindo porque daí o pessoal começou a ver 'não, olha, essa galera tá acompanhando mesmo, essa galera não tá vindo só aqui trazer trabalho pra gente, essa galera tá acompanhando também'. Mas outros lugares da saúde, mesmo com esse trabalho, ainda tinha essa resistência que tava muito relacionada aquilo que eu te falei, né? com as características da população de situação de rua, o pessoal tá com cheiro ruim, tá alcoolizado ou sob o efeito de alguma droga o pessoal, às vezes, não tem tanta paciência às vezes, se irrita porque é um público que demanda muito das equipes e aí, assim, é entendível que a galera tem uma certa resistência mas só que assim, a gente que é profissional de saúde ainda mais quando é na atenção especializada é isso, né? é alta complexidade a gente trabalha com alta complexidade e isso demanda mais das equipes e aí as pessoas têm que estar preparadas pra isso também, mas eu acho que tinha muito isso, essa coisa do preconceito acho que isso era o principal, assim, elemento pra resistência dos serviços e aí essa resistência que eu digo é em acolher e seguir atendendo essas pessoas, né? [00:54:08] Pesquisadora E ouvindo você falar também desse preconceito, né? como o cerne ali de várias dificuldades que o projeto enfrentou tanto na articulação com serviços quanto na garantia desses atendimentos, na garantia desses direitos, me parece que tem uma relação muito forte com as características da própria cidade de não falar de população em situação de rua até muito recentemente dessa população em situação de rua ser pouco vista nos espaços da cidade dormindo, né? você estava falando ali que como a cidade tem muitos espaços ainda e várias vezes espaços que as pessoas ali dormem de uma forma talvez mais escondida se cria, né? um imaginário social de que não existe um problema que não existe e se é um problema que não existe as equipes não se mobilizam pra atender ou pra dar algum tipo de cuidado a partir do momento que se lança uma luz se coloca um holofote, vamos dizer assim sobre esse problema e isso mobiliza todo mundo me parece que gera uma certa desconformidade de todos esses serviços, né? um preconceito que antes não era nem que ele não existisse mas não se falava dele porque sequer falava sobre população em situação de rua, né?

	[00:35:41] Interlocutor 9 Eu acho que tem um outro elemento agora te ouvindo falar eu fiquei pensando que tem um processo que daí acontece em todos os lugares e tem vários relatos na produção científica que é... então, além de ter essa característica de palmas, né? de o pessoal dizer que não tinha população em situação de rua de não ser muito visto de quando estão dormindo se não ser uma coisa que está dormindo em locais que tem muita circulação de gente acho que, mesmo assim ainda tem junto aquele processo de invisibilização então, assim tinham sim pessoas na rua tinham sim pessoas pedindo inclusive crianças, né? sempre teve mas, assim, é aquela coisa, né? o pessoal não vê, né? o pessoal nem olha, né? então, eu acho que tem isso acho que é importante dizer isso também que tem essas características que ainda invisibilizam mais ainda mas ainda tem esse processo de mesmo não... mesmo estando nos locais onde tem invisibilidade a galera não vê, assim não olha pra isso então eu acho que tanto o Palmas que te acolhe como o consultório na rua assim, né? trouxe à tona isso trouxe à tona a questão da população em situação de rua em Palmas tanto que quando a gente começa que eu falei lá, as primeiras abordagens a gente pegou um relatório da assistência social que dizia que tinha trinta e poucas pessoas em situação de rua em menos de... assim, em menos de seis meses isso já pulou pra mais de duzentas sabe? então, na medida em que a gente começa a olhar que a gente começa a trabalhar que a gente começa a circular pela cidade que a gente começa a conversar com as pessoas a gente vai descobrindo acho que hoje pelo menos, não sei agora, não sei os dados atualizados mas pelo menos há um ano e meio atrás já estava em torno de trezentas e poucas pessoas em situação de rua em Palmas [00:56:16] Pesquisadora Então pegando o gancho dessa última fala que você trouxe, né, sobre as transformações que a equipe percebeu de forma pessoal e de forma profissional também ali como atuaram, né, a partir da do encontro com o Palmas que te acolhe quais as transformações você percebe que o projeto possibilitou para essa equipe, para a cidade, né, para esse território, para você enquanto pessoa, enquanto profissional, o que é que o Palmas que te acolhe ativou aí nessa rede de relações? [00:56:56] Interlocutor 9 Então, assim, eu acho que pra mim, assim, como eu já vinha nesse trabalho com população situação de rua, assim, já desde mestrado, já desde antes do mestrado na verdade, assim, é o que agregou, assim, muito pra mim foi essa questão do princípio do Housing First, então de perceber que a moradia, primeiro, ela garante a possibilidade de acesso a uma gama gigante de direitos, né, e uma melhoria gigante na qualidade de vida das pessoas, né, e a percepção que era uma coisa que eu não tinha antes de que as pessoas tendo moradia, pensando em termos de gestão assim, porque daí fui estudar sobre isso também, né, fui perceber assim também que isso é é muito louco isso, né, porque os gestores não desconhecem, não se dão conta e também por conta de um preconceito popular, né, e que daí não dá voto, mas assim, não se dão conta de que essa proposta, ela além de garantir direitos e melhorar a qualidade de vida das pessoas, ela diminui os gastos públicos, né, porque na medida em que uma pessoa tem a moradia, a despeito do modo como ela vive, se usa ou não droga, enfim, né, essa pessoa tendo uma moradia, ela vai ter menos problemas de saúde, né, porque ela vai ter um acompanhamento, não é que ela vai ter menos problemas de saúde, os problemas não vão tomar uma complexidade tão grande porque elas vão estar tendo acesso, né, e não tendo uma complexidade tão grande, os gastos de saúde vão ser menores. Outra coisa, quando tá na rua, a pessoa tá sujeita a uma série de coisas, como tomar uma facada, como uma pneumonia, que daí precisa de uma internação, né, e isso tudo gera gastos, gastos com segurança pública, gastos com saúde, né, que é especializada, né, hospital no caso, né, enfim. Então, assim, isso agregou muito pra mim, assim, né, porque eu tinha muito claro isso da garantia de direitos, e essa garantia de direitos ela deve ocorrer independente do modo de ser e de viver da pessoa, né, isso era muito claro pra mim, mas eu não tinha essa dimensão de o quanto a moradia, né, ela possibilitava esse acesso ampliado aos direitos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, né, uma das coisas que depois eu fiquei sabendo, inclusive, no, com o de braços abertos de São Paulo, também, né, que tinha uma, era também embasado no Housing First, né, é que o pessoal fez uma pesquisa lá, coisa que a gente não fez em Palmas, que a gente não conseguiu fazer, que eles viram lá, assim, que, inclusive, o modo, o fato de as pessoas terem uma moradia, influencia no modo de ser das pessoas, e, obviamente, no modo como as pessoas usam as drogas, então o pessoal viu que um número significativo, né, começou a ter uma outra relação com as drogas, então é isso que eu me refiro, assim, que a moradia, ela vai incidir em várias, em várias questões, né, tanto no acesso a direitos, tanto na melhoria de qualidade de vida, tanto no modo como a pessoa se relaciona consigo mesmo e com os outros, né, então tem vários efeitos, né, e era uma dimensão que eu não tinha antes, e isso eu posso dizer que a equipe se deu conta disso, né, mas uma das coisas que a equipe traz, assim, isso, que no final dessa avaliação a equipe traz, mas que mudou neles e nelas, né, foi essa questão da garantia de direitos, né, de as pessoas não têm que fazer nada, né, elas não têm que fazer algo para ter acesso aos direitos, elas têm o direito e, a despeito de fazer ou não alguma coisa, elas têm esse direito, é isso, é isso que é direito, né. Então, isso, acho que a equipe, fica muito claro para a equipe, a outra coisa é que, na medida em que as pessoas têm acesso aos direitos, o modo como essas pessoas se relacionam com elas mesmas e com as outras, e com a droga, enfim, né, também muda, né, e outra coisa que eles falaram, assim, que é isso que eu te falei, assim, né, o modo de perceber essas pessoas que estão na rua, né, que era um modo de perceber com medo, era um modo de perceber que é vagabundo, que não quer trabalhar, que é um modo de perceber que essas pessoas não querem nada com nada, né, é um modo de perceber que, como se essas pessoas tivessem obrigação de parar de usar droga, e não quisessem parar de usar droga, né, e aí, essa percepção muda, e aí começa a ver que essa história de que essas pessoas não querem trabalhar, isso é mentira, que essas pessoas não querem nada com nada, isso é mentira, essas pessoas têm sonhos, têm desejos, têm vontades, né, que podem não ser os desejos e as vontades que a gente gostaria que elas e eles tivessem, mas tem os desejos delas e as vontades delas, né, de que essas pessoas, o uso da droga, né, ele está muito relacionado com as condições de vida, né, então eu vejo que a equipe começa a modificar essa percepção em relação a esses aspectos que eu te falei agora, assim, né, e isso foi muito emocionante, assim, eu me lembro quando a gente fez essa avaliação, uma galera chorou, uma galera falou, assim, que, nossa, passei um tempão da minha vida vendo essas pessoas de um outro jeito, estigmatizando, não sei o que, e felizes por terem mudado a sua concepção, assim, né.
--	--

Dificuldades e outros desdobramentos	Interlocutor 9 Em relação aos serviços de saúde, especificamente, um outro dificultador era o fato do Palmas que te acolhe não ser um serviço de saúde. Então, se tinha uma resistência, o Palmas que te acolhe chegava, por exemplo, no CAPS-AD ou no CAPS-2 com uma pessoa para ser atendida, não sendo um serviço de saúde, tinha uma certa resistência, assim, né? Para aquela pessoa ser atendida, enfim, na própria atenção primária, né? E aí que funcionava muito a articulação com o consultório na rua, né? Daí ele já era um serviço de saúde e aí a conversa era outra, né? Um outro dificultador, assim, que a gente tinha era que a gente mudou várias vezes os locais de moradia. Porque, assim, é um público específico e se a gente for pensar assim, ó, qualquer condomínio que a gente vai, qualquer lugar que a gente vá, assim, que moram várias pessoas juntos, tem problemas, né? Isso é fato, né? Tem conflitos, enfim, né? E aí, pelo fato de serem pessoas em situação de rua, né? E que estão se adaptando a uma questão de moradia também, porque tem essa questão também, esse também é um trabalho, né? As pessoas se adaptarem a uma rotina tendo uma moradia, né? Que é diferente da rotina de morar na rua, né? Isso traz diferentes problemas, assim, né? E aí o fato de, em alguns momentos, também utilizar álcool e outras drogas no local da moradia e isso trazer também alguns conflitos, né? E que eu fico pensando muito, assim, que tem muito do preconceito mesmo, assim, né? Porque, por exemplo, se tu tá num condomínio ali de alto padrão e a galera tá tomando todos, enchendo a cara com som alto, né? O pessoal não vai olhar do mesmo jeito do que uma moradia de pessoas em situação de rua que estão fazendo, por exemplo, a mesma coisa, né? E o tratamento vai ser completamente diferente. Então, eu acho que é isso, assim, né? É muito dessa coisa do preconceito, assim, né? E aí a gente teve que mudar algumas vezes a coisa da moradia por conta disso, assim, né? Da dificuldade de entendimento da proposta e da dificuldade desse preconceito. Acho que isso é um ponto importante, é o certo. Porque se fosse pessoas brancas com um certo poder aquisitivo e que fizessem as mesmas coisas, teria uma outra condução dos locais de moradia, né? Uma outra condução desse problema, né? Penso eu, né? [01:03:21] Pesquisadora Legal, muito legal. Tem mais alguma coisa que você acha que é importante compartilhar, que eu não perguntei, que, enfim, diz dessa experiência também? [01:03:33] Interlocutor 9 Acho que uma coisa, assim, que até que eu estava falando agora, e que em palmas, assim, a gente não conseguiu fazer e que eu acho que é muito comum nas políticas públicas, assim, que é algo que a gente precisa aprender, assim, que a gente precisa incluir nesses projetos, né, é a avaliação, sabe, de a gente desenvolver esse trabalho, de a gente registrar esse trabalho e de a gente criar métodos e instrumentos para a gente ter dados concretos em relação a esses trabalhos, sabe, porque, e aí eu digo isso não só no sentido de dialogar com os gestores, que eu acho que isso é importantíssimo, obviamente, né, mas digo, em especial, para a gente, cada vez mais, qualificar o nosso trabalho, ver o que que a gente faz que funciona, e por que que funciona, o que que a gente faz que não funciona, e por que que não funciona, porque acaba ficando muito, assim, numa coisa, como é que eu vou te dizer, muito experiencial e que eu acho que é importante a questão da experiência, né, mas eu acho que quando a gente sistematiza esse conjunto de experiências, a gente tem um dado que ele é um dado que nos ajuda a identificar quais as experiências que fazem com que a gente avance mais, quais que fazem com que a gente avance menos e quais que não tem avanço nenhum, assim, né, então acho que isso é uma coisa importante que a gente precisa e é isso na política pública em geral, assim, no Brasil, assim, né, a gente precisa incluir esses projetos, quando a gente vai iniciar um projeto desses, a gente já tem que ter em mente isso, essa questão da pesquisa, do registro, enfim, né, pra gente produzir conhecimento a partir dessas experiências, assim, né.
--------------------------------------	--

Interlocutora 10 – ATITUDE – Recife/PE

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Intersetorialidade e território	[01:16:51] Pesquisadora Perfeito, perfeito, eu acho que você traz um ponto, né, que eu tenho pensado muito quando a gente pensa nessa questão do moradia primeiro, e dessas experiências aí que nós temos, e tivemos no Brasil, com a proposta do moradia primeiro, que é esse acompanhamento. Aqui durante a nossa conversa você falou muito da importância desse acompanhamento de olhar pra esse território de fazer esse mapeamento da rede e de que esse mapeamento ele cruze com as necessidades do usuário, né e aí pra gente saber as necessidades do usuário pra se acompanhar, e eu acho que isso é um ponto muito importante quando a gente pensa no moradia primeiro, e nessa moradia do ATITUDE, por exemplo, que é esse caráter de acompanhamento que é algo que nas políticas de habitação isso não tem, a pessoa entra na moradia dela e vai, né, quando a gente pensa no moradia primeiro a gente pensa que é, beleza a moradia vai lá, entra mas vamos acompanhar, vamos estar junto com você nessa moradia e eu acho que isso aí é uma virada de chave importante, né, que eu acho que assim como é fundamental, é também muito desafiador. Você foi trazendo isso aqui, como é difícil sustentar esse acompanhamento aí contínuo, até pelas outras demandas que vão ali surgindo, né, e que chamar essa galera da moradia a secretaria de habitação a galera que trabalha com a estratégia de habitação especificamente pra junto, é pensar como que podem contribuir também com essa perspectiva, né, de bora garantir essa moradia, bora garantir essa habitação, mas tem aqui a lógica da assistência, a lógica da saúde que é acompanhando o tempo todo e eu acho que isso aí é um ponto muito importante pra gente pensar, né, nessa nessas estratégias de moradia para públicos tão vulneráveis que é uma galera que às vezes tá aí há muito tempo em situação de rua e que entra numa casa e não sabe nem pra onde vai direito, porque é uma lógica, a casa ali, a moradia privada é muito diferente da moradia pública ali na rua, né... [01:19:03] Interlocutora 10 Então... E até a localidade, né, Ana, porque, por exemplo, às vezes a gente tem um usuário que tá há 15 anos morando em uma praça pública quando ele tinha tudo próximo, né, ele tinha ali uma comunidade que ajudava, ele tinha ali a renda dele, um trabalho informal e aí quando ele é, começa a ser

	acompanhado e aí ele começa a ser direcionado pro atendimento e consegue uma unidade habitacional lá longe tipo, quilômetros e quilômetros do lugar onde ele tinha uma referência, onde ele tinha um cuidado, e aí esse beleza, só tem lá, só tem lá, vamos ter que encaminhar, mas como é que eu acompanho ele? Como é que eu dou a ele o que ele tinha na praça de alguma forma, né, e aí isso não é estudado, e aí esse usuário vai vender essa unidade, esse usuário não vai ficar lá, ele vai voltar pra praça, né, e aí começa a frustração, ô gente, ganhou uma casa com tudo dentro e você vendeu, ou você alugou, ou você fez qualquer outra coisa, abandonou, justamente por isso, eu acho que eu tenho um pensamento muito assim com a política de habitação do Brasil ainda, ela precisa ser muito bem estruturada, e eu acho que ela precisa ser uma casadinha com a política de assistência, tem que trabalhar muito social tem que entender território de um jeito assim, fortalecer mesmo. Compreender onde é que eu vou abrir um empreendimento, onde é que eu vou fortalecer isso se eu só tenho ali, se eu só tenho aquela localidade, porque eu estando na gestão também entendo os percalços, né e que se encontram de território mesmo, de pensar a logística tudo bem, só tem lá, mas vamos fortalecer isso antes, né, vamos começar a trazer esses usuários pra conhecer o território fazer oficina, fazer movimentar esse usuário ali dentro pra ele conhecer as pessoas, sabe, conhecer com quem ele vai morar ali do lado né, porque na rua eles se protegem né, o usuário ali, por mais que exista a violência tem, a negligência tem mas eles se protegem, eles sempre vão arrumar alguém que ó, tu dorme agora, daqui a pouco eu durmo, e eles vão criando as estratégias de proteção, então eles também precisam fazer isso mesmo também na lugar onde eles vão morar, eles precisam criar a mesma estratégia de proteção deles com a comunidade deles, né então eu acho que isso falta muito nisso e eu acho que é um ponto que a gente precisa e a gente vem conversando muito com a política de habitação também, a gente tem o secretário executivo da nossa pasta, tem um bom vínculo assim com os outros secretários porque Raquel trouxe muita gente de Caruaru pra cá então isso é bom que a gente se conhece muito né, conhece por nome as pessoas isso facilita, e aí a gente tem se conversado muito porque a gente precisa muito da ajuda deles, mas também sinto que eles também precisam da expertise da assistência, da política de drogas ali pra tá falando sobre o usuário a dificuldade que o usuário vai ter de se organizar mais, porque olha, são particularidades e caixinhas muito diferentes, a gente vai achar a mesma coisa mas o usuário de situação de rua que não faz uso de drogas é uma coisa o usuário que faz uso de drogas é uma coisa, e o usuário de drogas na rua é outra totalmente diferente então são relações que eles vão ter diferentes com o território e a gente vai ter que se moldar e não fazer com que eles moldem a política e a gente tem que conseguir moldar a relação que ele vai ter com as pessoas com aquele território, com aquela casa, com aquele bairro, é assim que tu precisa fazer vamos tentar juntos eu te ensino, tu me ensina daqui também, eu acho que é muito de tá junto, corpo a corpo que é muito importante e que falta por muitas vezes. [01:22:22] Pesquisadora Acho que é isso, pensar a moradia no sentido do cuidado não só a moradia no sentido da habitação ou da propriedade privada mas no sentido do cuidado e eu acho que você falou uma coisa muito importante que assim, conectei já com outras conversas que eu tive com outras experiências que é essa fragilidade no vínculo com a casa a partir do momento que essa casa fica completamente distante do território que essa pessoa fazia parte do território onde essa pessoa construiu relações fica muito difícil construir um vínculo com a casa com a moradia se essa moradia ela é tão distante de todas essas relações que a pessoa construiu pensando também que vai ser a pessoa que vem de um espaço público e tem relações de certa forma elas estão na fronteira entre público e privadas e ela vai transportada para o espaço privado que ela tá sozinha, se ela não tiver no modelo de república ela tá sozinha o que ela faz com essa moradia estando sozinha. [01:23:23] Interlocutora 10 Isso. [01:23:24] Pesquisadora Foram coisas que foi aqui me atravessando do que você foi falando, achei muito legal.
Eixos de trabalho	Pesquisadora eu queria voltar no que você tava falando da moradia só pra eu entender um pouco melhor como é que tá funcionando, enfim como é que vocês estão, dentro desses ajustes, estão conseguindo operar essa moradia a moradia hoje que dentro dessas dificuldades que você apontou, que é muito relacionada aos processos burocráticos mesmo de contratar, de fazer o convênio de aluguel, seja por uma questão ali de burocracia seja por uma questão de próprios preconceitos distintos hoje ela tem um tempo que a pessoa fica inserida na moradia e depois ele é desvinculado ou ele é inserido em algum outro, alguma outra estratégia de moradia como é que funciona isso? porque acho que você falou seis meses, aí eu não entendi se eles ficam seis meses na moradia ou se é tipo seis meses ali num acolhimento intensivo e depois vai pra moradia [00:45:36] Interlocutora 10 Os prazos eles são bem de acordo com o acompanhamento individual, sabe Ana? a gente tem de fato um a três anos como um norte, esse usuário ele passa ali um tempo no apoio e aí visualizando a necessidade de acolhimento, de perfil pra proteção, né? porque tava em situação de rua, com os vínculos totalmente rompidos com a família, ele vai pro intensivo certo? no intensivo esse usuário ele pode passar de zero até seis meses, a ideia é essa, mas já passou mais, já passou mais depende muito do processo por isso que esse acompanhamento é muito no miudinho, sabe? mas a ideia, o padrão digamos assim, é desse usuário passar no intensivo de zero a seis meses e aí avaliando esse usuário do intensivo, da unidade intensiva de acolhimento, ele pode ser direcionado pra modalidade do moradia que é o aluguel de fato é o aluguel da moradia. Esse usuário ele também pode passar no mesmo prazo temporário, de zero a seis meses podendo ser reavaliado pra seis meses a mais, então a gente tem um grande índice de usuários que ficam um ano no serviço na modalidade do moradia é um índice bem considerável então esse um ano. Qual é a maior pegada desse acompanhamento que a gente tem em cada núcleo dos quatro, nós temos as quatro modalidades e temos uma técnica social que acompanha só esses usuários que estão na situação do benefício então o maior desafio desse técnico ou dessa técnica, mas eu acho que as quatro são mulheres assistentes sociais, elas tem esse viés, a função é assistente social a gente não tem psicóloga por exemplo no acompanhamento justamente entendendo que a demanda mais gritante seria a moradia, então é muito mais da função da metodologia da função o motivo escolhido pra ser um técnico social assistente social, do serviço social. Então a ideia desse acompanhamento, desse usuário que tanto pode ser na modalidade sozinho, individual, como também pode ser república então a gente tem alguns lugares alguns núcleos, eu creio que quase todos tem alguma

casa que é república então facilita porque as vezes no acompanhamento tem sempre um usuário que está em casal, que acaba tendo um relacionamento dentro do serviço ou que tem uma vinculação muito boa com outro usuário e isso fortalece porque um se ajuda as vezes eles tem o mesmo trabalho informal no município, então acaba também que a gente consegue estar criando esse vínculo dos dois, então a gente também tem essa modalidade república que consiste no mesmo acompanhamento, então acompanhamentos individuais, o período acaba sendo o mesmo e aí nesse meio tempo que ele está sendo acompanhado pela moradia do ATITUDE a ideia é buscar alternativas de moradia da assistência por exemplo, ou do município ou do estado a gente teve alguns anos de ouro atrás, de ter aquelas unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida então a gente teve muitos encaminhamentos a época, dos usuários que estavam na modalidade de moradia encaminhadas para o cadastro do Minha Casa Minha Vida nos municípios teve alguns conjuntos habitacionais em Santa Cruz em algumas cidades circunvizinhas então a gente incentivava esse usuário a estar com a documentação toda certinha com a documentação que eles pedem do cadastro único atualizado de estarem com certidão de nascimento original enfim, a documentação civil completa para poder fazer as inscrições no programa e consequentemente para poder participar do sorteio, que eles falam como sorteio Minha Casa Minha Vida e eles entravam como público prioritário inclusive, porque população e situação de rua era público prioritário do Minha Casa Minha Vida na época e aí a gente teve um boom muito grande nesses últimos quatro, cinco anos, porque teve a extensão do programa teve algumas outras questões e isso dificultou muito os encaminhamentos para moradia, mas a gente fortalecia isso com o município qual era o município que tinha um benefício eventual do auxílio de aluguel ou do auxílio de moradia a gente tentava fortalecer com o município era sempre através da secretaria de assistência esse benefício eventual e aí a gente tentava fortalecer para esse usuário minimamente ir se organizando financeiramente quando não se tinha o programa para estar dando essa fortalecida nisso e paralelo a isso os técnicos, as técnicas iam vendo com o município, quais são os benefícios eventuais que visualizam a moradia para tentar dar esse suporte outra que é muito raro, eu acho que na metropolitana a gente tem uma dificuldade ainda maior do que em Caruaru por exemplo essa parte do benefício eventual de moradia mas a gente ia tentando fortalecer ainda, a gente ia tentando ver ali cursos profissionalizantes a gente ia tentando ver, por muitas vezes o trabalho informal é um dos trabalhos que mais abraçam eles então se era informal mais fortalecer a organização financeira deles a gente tentava acompanhar muito de perto isso para tentar visualizar deles essa independência financeira que ele conseguisse depois daquele prazo de seis meses um ano, conseguir dar conta de alugar o seu espaço por exemplo a chance de êxito assim era muito difícil porque a gente acaba entendendo que ele sozinho é muito mais difícil da autonomia principalmente com o mercado imobiliário muito alto então eles saiam de uma realidade até muito confortável do programa de alguma forma porque a gente tem um valor considerável do aluguel se eu não me engano ainda está mais de 600 reais fora água e energia então a gente consegue alguns imóveis mais para a parte do agreste até bacana considerando, só que aí quando ele saía da modalidade do ATITUDE que fosse para a rua ou pagar com o valor dele ou pagar com o aluguel do município que já o valor é menorzinho já tem essa dificuldade de encontrar o imóvel então encontrava em lugares um pouco mais vulneráveis mais periféricos e isso também acabava se aproximando mais da realidade da droga então isso acabava que eles não tinham mais esse controle um pouco mais forte quando se tinha com o ATITUDE, então a gente meio que se pega muito nisso, a gente tem tentado fortalecer a política como um todo mas quando vai para a ponta a gente tem essa dificuldade

[00:52:48] Pesquisadora Ele durava até um ano não se trata de uma moradia permanente é uma moradia e tentando ali fortalecer outras estratégias para que a pessoa não volte para a situação de rua.

[00:53:06] Interlocutora 10 E aí paralelo a isso também acho que um detalhe que eu não comentei contigo mas quem era beneficiado da modalidade de moradia automaticamente também pela modalidade ele recebe uma cesta básica mensal então ele está nesse nível de organização mesmo trabalhando com a renda a gente faz esse acompanhamento nutricional com a cesta básica mensal e aí essa cesta básica além de ter os alimentos, ele também tem materiais de higiene, materiais de limpeza. Então ela é bem completa, inclusive, para o usuário mesmo ele sendo de modalidade como eu te disse república ele também recebe, se for duas pessoas ou três na mesma unidade, na mesma casa, ele também recebe o benefício individual da cesta básica para fortalecer essa questão da autonomia, tentar priorizar outras demandas naquele momento enquanto ele está recebendo esse aporte digamos assim então a gente também tem esse acompanhamento legal.

[00:54:06] Pesquisadora Eu já ia perguntar mesmo sobre essa parte da alimentação então a alimentação ela fica principalmente por conta do preparo próprio das pessoas que estão na moradia elas estão na moradia, tem condição de cozinhar recebem essa cesta básica e fazem ali a sua alimentação não tem uma alimentação externa, a menos que a pessoa com a própria renda faça compra fora? E nessas unidades onde tem a moradia, tem restaurantes populares, restaurantes comunitários que eles também costumam fazer refeições?

[00:54:39] Interlocutora 10 Depende muito da realidade, eu acho que em Caruaru nós não temos. Eu falo com mais propriedade de Caruaru que é de onde eu vim, inclusive acompanhava lá em Caruaru nós não temos nenhuma, que é onde está o núcleo (Em Caruaru) a gente não tem restaurante popular mas nós temos o centro pop, que mesmo com essa questão do usuário estar sendo acompanhado pela ATITUDE, de estar ali com a moradia, há um diálogo muito presente então por exemplo o usuário já tem vínculo até com o centro pop, então esse usuário buscava a alimentação dele ali por muitas vezes não consegue diária porque ele já a equipe sabe que ele está nessa modalidade, mas aí 'eu estava trabalhando fiz tal demanda, estou aqui perto não almocei ainda', então o Centro pop tinha muito que acaba, por muitas vezes, se a gente for fazer um olhar um pouco assistencialista sim, mas é um momento que ele consegue de alguma forma ali se alimentar mesmo tendo a alimentação diária dele garantida mensal, porque a cesta básica ela é pensada nutricionalmente essas questões de quantitativa, a nutricionista do programa ela tenta visitar na modalidade para poder estar

	acompanhando o manuseio do alimento então tem toda uma questão de preparo a gente sabe que tem alguns com maior dificuldade isso aí é nítido mas o que é possível na esfera do possível a gente faz esse acompanhamento de orientação para ele próprio fazer o alimento cozinhar, armazenar, guardar tudo direitinho, sabe?
Articulação com as políticas de moradia	A gente tem um afastamento ainda, acho que histórico, cultural, enfim, de trabalhar muito isolado. Então, a Habitação trabalha apenas a moradia, mas aquele trabalho social, aquele mapeamento de campo, isso ainda é um pouquinho muito solto. E nessa gestão, a gente tem percebido um cuidado com isso. Aproveitar que o Governo Federal agora tem pensado em fortalecer essa política, assim como a de drogas, vai também trabalhar essa percepção de Habitação. A gente tem tentado aproveitar esses ganhos. Então, a gente está se aproximando da Secretaria de Habitação aqui do Estado de Pernambuco. Ela tem pensado em algumas frentes. Nós ajudamos ela também nesse processo de pensar território, já que a gente tem muito essa função articuladora de território, ela também tem pensado estratégias de unidades habitacionais, de como podemos encaixar a população em situação de rua nesse processo, como nós podemos embarcar pessoas fazendo os conflitos de drogas, como prioridade no acolhimento, assim como no atendimento, assim como a gente já tem algumas prioridades em relação a baixa renda, como a gente já tem a prioridade do cadastro único, das famílias que tem apenas a mãe com as crianças. Enfim, a gente tem algumas categorias que já são postas pela Política de Habitação e a gente está querendo se envolver nesse processo de pensar estratégias de acolhimento. Então, fortalecer o ATITUDE moradia é um viés também.
Costura com a RD	Se daqui a 6 meses um ano, o usuário não conseguiu dar conta voltou pra rua, mas foi um ano onde ele passou minimamente reduzindo danos do uso reduzindo o índice de violência né, por muitas vezes o usuário poderia ter morrido na rua ou pelo uso abusivo, ou pelo crack ou por qualquer outra situação de violência ou de negligência então assim, eu acho que o fato do Estado chegar é muito capenga ainda.
Costura com a Saúde Mental, álcool e outras drogas	[01:03:37] Pesquisadora Aí é que acho que você falou bastante sobre a rede sobre fazer esse mapeamento do território e articular território como que é essa articulação do ATITUDE. A gente pode falar especificamente do ATITUDE de moradia com os serviços da rede eu acho que em especial, Thais, pensar como é que essa articulação com os serviços da saúde mental pensando aí que muitas dessas pessoas têm necessidades em saúde mental como é que é esse diálogo aí com essa rede? é um diálogo tranquilo ele acontece, tem né claro, sempre tem problemas, sempre tem dificuldades mas essas pessoas elas conseguem ser assistidas por esses serviços ou a maioria que está na moradia nem é assistida pelo CAPS, não faz tratamento como é que é isso? [01:04:24] Interlocutora 10 Ana, a maioria a gente tem um número bom de acompanhamento porque a gente tem um bom número de usuários que estão sendo acompanhados pelo CAPS, porque quando eles saem do intensivo por exemplo, que é um acompanhamento um pouquinho mais de pertinho, eles estão 24 horas dentro do serviço a gente já encaminha ele diretamente pra esse acompanhamento no CAPS. Então quando ele sai pro Moradia por muitas vezes ele já está nesse acompanhamento sistemático, então isso facilita muito esse acompanhamento. Hoje a gente tem algumas particularidades em alguns territórios, como eu comentei contigo mais cedo no começo da nossa reunião no Cabo de Santo Agostinho é onde a gente tem mais sofrimento porque é uma rede extremamente reduzida, só tem um CAPS AD lá então é um CAPS AD eu digo que é um de pequeno porte que é uma equipe bem reduzida e pra um número muito alto de usuários muito, muito, muito alto então a gente tem no Cabo de Santo Agostinho algumas particularidades com tráfico, a gente tem uma organização lá extrema de tráfico a gente tem um trem bala, não sei se tu já ouviu falar que inclusive tem em São Paulo a gente tem uma facção muito forte de usuários porque é praia, é rota pra ir pra outros locais então é por isso que eu digo que além de tudo a gente tem que estar pensando no território, porque o Cabo de Santo Agostinho é muito complicado pra atuação mesmo e superpassa de todos os usuários independente da modalidade então o moradia também sente isso porque quem está na ponta é que tem essa dificuldade de acesso. Quando a gente vem mais pra cá quando a gente vem pra Recife, quando a gente vem pra Jaboatão a gente já tem uma rede um pouquinho mais fortalecida então isso facilita é um diálogo mais próximo a gente consegue estar encaminhando já é uma rede que conhece o programa tem as críticas? Tem as críticas assim como nós temos a eles mas a gente consegue ter o acesso de forma muito positiva e muito estreita em Caruaru também, mesma coisa uma superlotação, uma superlotação mas há um diálogo e um fortalecimento então a gente tem criado estratégias com as coordenações isso a gente tem trazido pra um colegiado de reuniões sistemáticas com as gerências das proteções sociais de básica especial da assistência, com a rede de atenção à saúde mental a gente tem trazido muito isso então meio que tem uma, existem até metas inclusive do próprio programa, estar tendo essas reuniões de rede fortalecer essa rede mostrar quem é esse usuário apontar estudos de caso então a gente tem um número alto inclusive, de estudos de caso do moradia com a política de assistência, como eu te disse, pra esse fortalecimento do desmame, do benefício então a gente tem um número alto em relação à atenção de saúde mental é uma rede um pouco mais fragilizada isso eu sinto na ponta assim, tanto no Agreste quanto na Metropolitana, é uma rede um pouco mais fragilizada passou por muitas mudanças e uns olhares muitos distorcidos de saúde mental e acaba que isso vai perpassando diretamente pro usuário na ponta então a gente tem essa dificuldade mas não é um fato isolado é uma questão conjuntura mesmo assim como os outros serviços também sentem na ponta o POP também sente, o acolhimento institucional pra população em situação de rua também sente e compartilha com a gente da mesma dificuldade, e eles próprios também sentem as limitações, sabe? de acolhimento.
Composição da equipe	Então, hoje também é uma frente dessa nova gestão, é a gente pensar estratégias de acolhimento para criança e adolescente, abordagem social para criança e adolescente, prevenção social. A gente trabalha muito já no automático do usuário, que já está numa situação de vulnerabilidade muito extrema. A gente já está apagando o incêndio desses cidadãos. A ideia é a gente também fortalecer isso, pensar estratégias com as outras secretarias, com os outros setores. Também pensando nessa... Na realidade, a gente tem até a nomenclatura de uma Câmara Técnica a ser executada com a participação de todas as secretarias macros que também vão nos ajudar muito no acolhimento. Educação, Saúde, Assistência, Segurança Pública. A gente tem com a Secretaria da Mulher também tentado trazer. Então, a gente vai trazer elementos dessas secretarias

estaduais para sentar e pensar a prevenção. Para além da gente pensar o que já está posto, que é uma coisa que a gente já vem fazendo, mesmo sabendo que é necessário melhorar. Mas a gente já vem fazendo. Então, a gente quer de fato aperfeiçoar a prevenção, que é algo que não é feito. Tenho ATITUDE nas ruas, mas como eu disse, também já na imersão desse usuário que já está no uso conflituoso, já está no território, já está em situação de rua. Então, a ideia é a gente também trabalhar a prevenção do uso conflituoso, trabalhar a redução de danos, trabalhar a redução de risco. Então, a ideia é essa. Fortalecer essa prevenção e um ponto também chave que a gente tem pensado, Ana, e que eu acho que vem muito acatar com a tua pesquisa, é uma aproximação também com a Secretaria de Habitação. A gente já conseguiu fazer algumas escutas, como eu te disse com os profissionais, que é um diagnóstico de percepção que nós fizemos com 250 profissionais a gente tinha um universo de 296 profissionais, pra ser mais exata do ATITUDE, e a gente conseguiu fazer uma aplicação de questionário metodologia de educação de indicadores sociais 251 profissionais então foi uma quantidade muito grande de profissionais que responderam esse questionário e questionário de percepção, a gente tem visto muito desencontros, sabe? desencontros de equipamentos a gente conseguiu ver respostas de uma só modalidade mas de percepções totalmente diferentes do que se trata, o acompanhamento individual a gente fez algumas perguntas direcionadas com o decreto do programa ATITUDE então a gente conseguiu visualizar o entendimento da política de assistência por parte de alguns profissionais acaba sendo muito rasa e isso dá uma quebra uma fragilizada na atuação dos profissionais, então a gente foi percebendo alguns nuances assim com esse questionário, que nos alerta muito onde a gente deve dar prioridade e aí a gente sentiu muito a necessidade gritante assim, de uma educação permanente com esses profissionais, enquanto a gente vai fortalecendo as outras coisas sabe, enquanto a gente consegue mais recursos pra aumentar, enquanto a gente consegue pensar em estratégias de ampliação de unidade de acolhimento de ampliação de equipe enquanto a gente vai fazendo isso no miudinho paralelo a isso, a gente pensar como a gente consegue chegar de educação permanente pra esses profissionais que já estão na ponta que me incomoda muito quando um usuário não profissional ele chega pela primeira vez no serviço nunca teve nenhuma experiência e aí eu acho que isso não é gritante, mas acaba sendo, às vezes um usuário não profissional que não teve nenhuma vivência com trabalho social com política de assistência mas é um psicólogo é um agente social e a gente tá com muito escasso quando se trata dessas funções e aí ele chega, mas a gente não tem como fazer uma capacitação com ele permanente ali no momento intensivo e ele já vai direto trabalhar ele faz ali o processo burocrático dele com a executora que é essa parte mais trabalhista, assinar carteira fazer exame tem uma conversa muito rápida com a gente da gestão que temos o núcleo central que é quem também acompanha essas seleções junto com a coordenação ou a supervisão do serviço e a executora faz ali uma entrevista de 40 minutos, 1 hora a gente explana a demanda, mas não é a mesma coisa de você apresentar diretriz de você apresentar a meta de você abrir lá o programa o programa é isso, passou por isso mas a gente tá nessa configuração aqui agora a maior dificuldade que nós temos é não tem, sabe, é chegando literalmente com o carro andando e ele vai trabalhar e isso vai perpassando, vai dando cada profissional vai dando sua cara como eu te disse, uns trabalham, já tem um vínculo outros nunca tiveram uns tem mais medo, outros mais receios e aí o acompanhamento ele vai de acordo com o profissional de como ele se identifica com a galera de como ele se identifica com o serviço e isso nos incomoda muito muito, muito, muito da gente fortalecer isso, sabe de pessoas que de fato queiram se apropriar dessa temática se aproximar da realidade dos usuários se aproximar da política de drogas do estado que a gente não trabalha sozinho, que a gente tem que encaminhar mesmo, que a gente tem que ter essas contrarreferências e a gente acaba vendo muito disso de usuários, de profissionais trabalhando só parece que esquece que tem um CAPS, parece que esquece que tem uma unidade de pronto atendimento que a atenção básica pra eles tá encaminhando, que tem o CRAS pra documentação civil, aí eles vão se esquecendo vão fazendo tudo sozinho e tem uma hora que a rede, a fonte seca, e aí o usuário fica lá com a gente sem a gente ter muito impulso, sabe, de autonomia sem muito impulso de moradia sem impulso de renda então a gente tem fortalecido muito isso, estamos ainda a passos bem pequeninhos né, porque como eu te disse, a gente tá chegando agora, tendo algumas reuniões, a gente vai fortalecer essa Câmara Técnica daqui pra agosto, pelos nossos planejamentos a gente quer em agosto, setembro, tá fortalecendo essa Câmara Técnica dos Serviços do Estado, isso é uma coisa que a gente tá no papel, já tá pra conversar com a governadora, com o Raquel com a secretária, e é isso mais ou menos o panorama que estamos enfrentando se tu tiver mais alguma pergunta, eu falo demais, tu vai me cortando

[00:56:08] Pesquisadora E aí você mencionou que tem uma nutricionista no ATITUDE que faz esse acompanhamento nutricional e faz um acompanhamento na moradia também?

[00:56:21] Interlocutora 10 Também, a ideia era que fosse sempre e bem certinho em todos os usuários, por exemplo que estão dentro do moradia porém, essa nutricionista é bom fazer essa ressalva ela não está dentro do ATITUDE por exemplo, cada unidade tem uma nutricionista nós não temos; nós temos essa profissional, o nome dela é Arícia ela está dentro do núcleo central do programa ATITUDE que é como se fosse a vigilância socioassistencial da execução do programa, sabe? esse núcleo central é composto por uma nutricionista, um advogado, duas coordenações regionais, que são quem estão participando diretamente das reuniões técnicas desse acompanhamento da função da coordenação e da supervisão das unidades então, essa regional, ela traz para a secretaria, dá subsídio a gente e comanda o serviço na prática mesmo na ponta, que já é uma dificuldade nossa também estar na ponta então, isso também facilita esse processo então, esse núcleo central que é composto por advogado, nutricionista eles têm um papel fundamental, mas infelizmente pontual, porque ele não consegue ainda pronto hoje, o apoio Jabotão o intensivo jabuatã, que é onde está localizado moradia, inseriu dois novos usuários, automaticamente essa nutricionista não consegue chegar junto de já chegar, fazer uma visita domiciliar, falar sobre como usar de alimento isso a gente não consegue, porém há um diálogo muito presente com ela então, a técnica de referência do moradia visualizou que tem em caminhada a cesta básica e esse usuário, por muitas vezes, quando vai levar a cesta básica, que visualiza ele está lá armazenando, não está cozinhando não está conseguindo dar o

	direcionamento àqueles alimentos então, acende uma lanterna chama esse usuário, faz uma oficina com ele entende? Então, assim, é muito do nuança ainda de como esse acompanhamento por isso que a gente diz que é muito importante esse acompanhamento da equipe do moradia, sabe? porque ele traz pra gente esse usuário está com um problema grave com a justiça, como é que a gente resolve? aí aciona esse núcleo central através do advogado, sabe? a gente não tem dentro do ATITUDE... deixa eu ver se tu volta. [00:58:37] Pesquisadora Voltou entendi, então esse núcleo central, ele realmente é um apoio muito pontual quando há a demanda, quando é solicitado tem a demanda e aí é feito esse apoio pontualmente, né? [00:58:53] Interlocutora 10 Isso, é o acompanhamento, além do apoio quando tem situações mais gritantes mas eles fazem esse acompanhamento sistemático eles têm metas a bater, inclusive de acompanhamento dentro dos serviços visita em loco, acompanhamento de atendimento, eles têm colegiados, então eles fazem colegiados pra gestão, pra entender quais são as maiores dificuldades de cada núcleo, então o núcleo central, ele tem metas a acompanhar como se fosse uma vigilância social assistencial da assistência, por exemplo de visualizar número meta, se o ATITUDE não está conseguindo bater as metas naquele mês, o que foi que aconteceu, então chega mais junto essa vigilância que dá esse aporte aos números e aos dados do programa sabe? [00:59:33] Pesquisadora E aí você mencionou, né? que as técnicas que fazem esses acompanhamentos nas moradias, que são quatro uma pra cada unidade do ATITUDE elas fazem esse acompanhamento contínuo aí nas moradias, com as pessoas inseridas na moradia e como é que se dá esse acompanhamento? Que tipo de atendimento são feitos? Como é que é esse acompanhamento aí nas moradias? Até pra te dizer assim, né Interlocutora 10? Acho que mais em linhas gerais o que você acha que é importante compartilhar, porque eu provavelmente vou conversar com uma dessas técnicas, então vou conseguir aprofundar um pouco mais nisso, mas eu acho que tem o que você também julgar importante desse acompanhamento pra entender um pouco melhor mesmo. [01:00:21] Interlocutora 10 A dinâmica, Ana, ela é bem específica, assim, também temos metas a bater, então assim, a gente tem um acompanhamento a gente tem um carro específico pra moradia, então é a única modalidade que tem, para além do ATITUDE nas ruas, é a segunda modalidade que tem um carro para essas visitas de novo. Então o carro fica só pra ela naquele turno, é sempre um profissional que trabalha 30 horas semanais, e aí elas a maioria dessas 30 horas é dentro das casas dos usuários então elas dividem e fazem um planejamento semanal de visitas, então depende muito da quantidade de usuários que estejam na modalidade. Então se tiver 5 usuários elas tentam fazer uma visita semanal, se tiver 10 elas fazem pelo menos uma quinzenal, enfim, mas há um acompanhamento e um plano individual de atendimento para cada um deles, existe um PIA. Mesmo ele saindo da unidade de acolhimento do intensivo, ele permanece sendo acompanhado de forma individual pelo PIA do moradia, então nesse PIA tem todas as diretrizes do acompanhamento de saúde, assistência jurídica, direitos humanos acesso a direitos, tudo isso tem esse viés, esse acompanhamento depende muito; perceber quando conversar com elas, que depende muito do lugar que elas estão e do quantitativo que elas estão acompanhando, então você vai ver esse nuança, ah eu visito semanal ah eu visito de quinzenal, ah duas vezes na semana eu consigo fazer visita você vai conseguir observar esse nuança não há um padrão, há uma meta ser batida nas visitas e nos acompanhamentos, mas assim, uma sistematização feita, a gente tem no apoio, por exemplo é diferente, a gente vai de acordo com o quantitativo de usuários e com a logística do planejamento individual de cada um, porque por muitas vezes eles já saem trabalhando, então eles trabalham de segunda a sexta, então a gente consegue fazer um dia pra que eles saiam do serviço pra conseguir fazer o atendimento, então tem toda uma questão de organização mas há um PIA, todos eles tem que ter PIA de acompanhamento e existiu instrumentais específicos de evolução na pasta, relatórios sociais trimestrais, acompanhamento de encaminhamento e mapeamento do território, então eles também fazem, diante da casa onde a usuária estiver instalada no moradia existe um mapeamento com a rede e fazer esse acompanhamento com a rede, olha, quais são os CRAS que tem perto, como é que a gente pode fortalecer o cadastro único nesse sentido quais são as possibilidades de curto que o próprio serviço pode estar trazendo então assim, a gente tem esse acompanhamento e mapeamento da rede onde esse usuário está lotado [01:03:09] Pesquisadora Legal, entendi, então é um acompanhamento realmente pra acompanhar essa pessoa ali na moradia saber o que ela está conseguindo, quais estão sendo as dificuldades, se está tendo dificuldade em marcar uma consulta se está tendo dificuldade em ir lá no CRAS ver se consegue o BPC enfim, é ir mapeando esse território e mapeando as necessidades dessas pessoas inseridas na moradia.
Efeitos da intervenção	[01:07:47] Pesquisadora Entendi perfeito, ótimo e Interlocutora 10 o que é que você percebe que o ATITUDE Moradia eu tô trazendo muito pra pensar no Moradia, porque o programa ATITUDE realmente ele é muito amplo mas o ATITUDE Moradia o que ele possibilita? o que você percebe que o ATITUDE Moradia possibilita? [01:08:07] Interlocutora 10 Eu acho que é uma das modalidades mais desafiadoras com certeza eu creio que como eu te disse as modalidades cada uma tem a sua especificidade de atendimento e de acompanhamento mas eu acho que o Moradia é um dos mais difíceis, um dos mais desafiadores e bons, assim porque você consegue trazer uma potencialidade de autonomia pro sujeito que você não consegue em uma unidade de acolhimento sabe, então eu acho que a palavra chave é a autonomia. Esse usuário precisa disso e por muitas vezes ele só vai conseguir isso às duras penas do território e aí eu acho que isso fortalece, porque esse acompanhamento fortalece essas maiores dificuldades que eles tem de caminhar só, que é essa questão do conhecimento da comunidade de fortalecer essa comunidade pra ele tentar entender qual é esse território, como é que ele pode usufruir dos serviços que ali tem que ele sozinho possivelmente não ia conseguir dar conta, então eu acho que o que o Moradia tem, em particular por mais desafios, por mais necessidade de aperfeiçoamento que a gente sabe que precisa, de ampliação, de melhoria mas eu acho que o que dá e que é mais

bonito, assim, de conseguir trabalhar é essa autonomia não que nos outros serviços a gente não consiga, isso eu acho também que depende muito do sujeito, então assim, não adianta a gente querer também trazer uma autonomia quando aquele sujeito não tá preparado, quando ele não vai conseguir, enfim mas eu acho que depende muito dele também nesse processo, mas eu acho que é um uma modalidade que é mais ligada à autonomia sabe, e isso eu acho que é um papel primordial de política pública é um papel primordial como cidadão mesmo, é dizer a ele o que é, que ele tem direito daquilo, sabe, que aquilo não é uma ajuda que aquilo não é simplesmente um processo paliativo, aquilo ali pode ser sim um canal de mudança da vida dele então eu acho que isso é o primordial, e o que eu acho que particular, como pessoa, como assistente social que eu já trabalhei, eu acho que é um viés sabe, é a autonomia e isso é possível trabalhar porque ele tá no território então diferente de uma unidade de acolhimento, a gente consegue fortalecer.

[01:10:14] Pesquisadora Isso. E aí já vou pegar o gancho disso, né, que você trouxe da autonomia como principal a ser trabalhado por esse núcleo moradia da ATITUDE, quais as transformações que você percebe que o programa possibilitou? Aí pro território, pra esses usuários pras cidades em que atua pra você, né, pra política pública, acho que até pensando no que você fala logo no início, né que o ATITUDE ele é pioneiro na questão aí de falar sobre, de lidar com a questão do uso de drogas, quais são as transformações que o ATITUDE possibilitou aí?

[01:10:54] Interlocutora 10 Ana, eu tenho, a gente tem casos bem específicos, quem já trabalhou no ATITUDE vai lembrar por nome, sabe e aí isso é bom porque a gente consegue personificar essas situações mas em Caruaru a gente teve uma situação bem emblemática de um usuário que inclusive era da metropolitana, fazia um uso bem abusivo de crack enfim, e aí ela conseguiu ela na realidade foi uma das poucas que tem, não que exista um escadinha e isso é muito bom reforçar a gente não tem um escadinha, ah, você tem que estar no CNR no acompanhamento da rua, dar a volta pra depois ir pro apoio, pra depois não há, é um escadinha que acaba sendo imaginária por muitas vezes mas ela não existe, não deveria existir e aí essa usuária ela tinha uma situação, uma vivência muito forte de situação de rua, mas tinha os vínculos somente bem fortalecidos ela tinha três filhos, enfim, então, isso ajudou muito ela, isso no sentido da moradia, então, ela conseguiu sair diretamente da rua, 20 meses em situação de rua, uma engenharização bem precária, enfim, mas ela saiu da situação de rua, foi pro intensivo logo porque ela tava com uma situação de ameaça no território, que era bem pertinho, inclusive do apoio, e aí ela foi direcionada pro intensivo de Caruaru, por causa justamente da distância, né, do local de onde ela tinha um risco sobre drogas sobre dívida de drogas e aí ela foi pra Caruaru, e aí ela conseguiu ficar diretamente pro intensivo acho que os seis meses dela, e só acompanhava ela nas ruas depois a gente acabou acompanhando ela no território, e aí quando ela tava no ATITUDE de moradia, ela começou a estudar, foi feita uma articulação na época, com a técnica, e ela voltou na verdade, ela estudou até o terceiro ano, quarto ano da quarta série, né, porque agora tem uns anos mas na quarta série, tava ainda no ensino fundamental, e aí conseguiu concluir os estudos, e paralelo a isso foi encaminhada pra uma seleção de serviços gerais do município e aí ela conseguiu, nesse acompanhamento já conseguiu passar na seleção, conseguiu fazer a prova, então, assim a gente tem ainda um número muito baixo sabe, Ana, de de eu não gosto de dizer essa palavra, mas de sucesso, sabe, de dizer assim esse usuário saiu, conseguiu fazer isso só, mas eu acho que o período inclusive que esse usuário passa no moradia ele é fortalecedor, porque por muitas vezes esse usuário nem chega no serviço público, da rua mesmo ele fica e da rua mesmo ele não consegue sair então, eu acho mesmo que a gente, eu não sei se isso é um ah, é um sucesso, a usuária hoje não depender do serviço, é um sucesso, é massa ela tá na autonomia 100%, na integralidade dela, inclusive nenhum acompanhamento mais é feito pelo ATITUDE, ela já foi acompanhada pelo CRAS, já recebeu alta social já não é nem mais acompanhada por nenhum serviço, mas paralelo a isso os usuários que não tem ainda essa autonomia no nível dessa usuária ele teve ali um nível de autonomia grande porque ele conseguiu chegar no serviço ele conseguiu mostrar as fragilidades dele e o serviço conseguiu de alguma forma encaminhar.

Sinto isso, que a gente precisa fazer mais mas eu ainda acho que quando a gente consegue chegar pra esse usuário e mostrar a ele caminhos diferentes daqueles que ele tem na rua isso já é uma autonomia mesmo, sabe, de vida mesmo mostrar a ele que ele, ó tem esse caminho, mas a gente tem esse caminho e pode ser que nesse caminho aqui tu consiga dar conta de fazer isso sozinho depois. Então a gente tem um número bacana de acolhimentos, de longa permanência no moradia. Antes tinha uma dificuldade muito grande, Ana de conseguir que esse usuário ficasse na casa por muitas vezes ele vendia as coisas, ele fazia os conflitos, os tráficos assim, bora entrar na casa ele saia vendendo tudo que tinha na casa e a gente só via quando fosse fazer a segunda visita então a gente tinha um índice alto deu uma melhorada, e eu acho que isso deu uma melhorada por causa dessa sistematização do acompanhamento a gente, com a pandemia a gente reduziu muito o número de tudo, né de acolhimento, de encaminhamento e aí na pandemia começou a se fortalecer esse tipo de acompanhamento ó, a gente já não tem essa quantidade não bateu essa meta, que são 10 por moradia, por modalidade ó, a gente não tem 10 usuários mas a gente tem esses 5, vamos criar uma metodologia de acompanhar os 5 na pandemia como é que a gente vai fazer? vamos criar uma metodologia, mas vai então assim, isso a gente vai conseguir se aproximar a mais do planejamento de atendimento e isso continuou, então assim, eu acho que é importante essa modalidade, assim como todas as outras mas volto a dizer, é a mais desafiadora né, porque a gente meio que, chega no nível com o usuário às vezes, por muitas vezes muito bom, um usuário extremamente organizado, um usuário conseguindo dar conta do uso, por muitas vezes esse uso até tá controlado tá recreativo, não tá mais conflituoso, tá bacana, tá com um vínculo bom com o território, e se esbarra no tempo que ele tá lá, e automaticamente eu não tenho como encaminhar ele pra lugar nenhum eu não tenho uma minha casa, minha vida sendo estruturado eu não tenho um repasse de uma unidade de acolhimento, eu não tenho faço o que, né, e a gente fica no eu faço o que, eu faço o que, e aí por muitas vezes o usuário volta pra rua né, e isso é ruim mas, é como eu disse, também se a gente for olhar pelo outro lado, né esse usuário chegou, de alguma forma ao serviço público, e isso nos acendeu ele então a gente tem ali um dado a gente tem um acompanhamento, e a gente consegue ir fazendo esse

	acompanhamento na rua dentro da unidade de acolhimento vai criando estratégias pra esse usuário não ter uma uma perca, de fato, de autonomia vamos tentar fortalecer isso correndo, enfim eu creio que é mais ou menos assim.
Contexto sociopolítico	Pesquisadora a ideia realmente é ser um diálogo, né? Eu tenho aqui alguns temas que eu gostaria de passear aqui com você, mas para além disso, o principal é realmente conhecer a sua experiência com ATITUDE. É você compartilhar o que dessa experiência você acha que é importante eu saber, entendendo aqui que é claro que o meu foco principal é a parte da moradia no ATITUDE, já que vocês têm vários braços, né? Eu vou buscar aqui focar muito nessa parte da moradia, mas não se reduz a esse braço do ATITUDE. Então, acho que você pode começar me dizendo aí, você estava falando antes, né? Que vocês chegaram em fevereiro, então ainda estão passando aí por uma adaptação, a equipe ainda está meio reduzida, me fala como é que foi essa chegada, Interlocutora 10. [00:01:04] Interlocutora 10 (parte do áudio foi perdida) Como técnica social, como eu estava lá no projeto de extensão, foi mais fácil ter ciência de quando ia ter seleção e tal, e aí na época eu conheci a gestão, que era quem autorizava o projeto de extensão lá e ela, ó, vai ter uma vaga para técnico social, para assistente social, né, da categoria e aí tenta fazer a seleção, tu já tem experiência, enfim, tentei fazer, passei e aí em 2018 fiquei como técnica social no apoio. Eu acho que Clarissa te pincelou mais ou menos as modalidades, né, de como funcionam e aí comecei a trabalhar de fato na ponta, na porta de entrada que é o apoio, né, que é o centro de acolhimento e apoio. E aí, lá em Caruaru, a gente tem uma particularidade em relação aos usuários, porque por muitas vezes, por mais que a gente tente regionalizar o serviço e que a gente tenha uma divisão por área de abrangência cada núcleo, a gente entende a problemática da redução do serviço, né, então a gente tem na Metropolitana os três núcleos e só em Caruaru para atender toda essa parte do Agreste, do Sertão, só ali, né, então é poucas vagas para um universo muito grande de usuários de drogas que principalmente, com a demanda da pandemia, teve uma incidência muito maior de população em situação de rua, consequentemente, o uso da droga, o conflito, o uso conflituoso foi muito mais latente nesse sentido. E aí, na época, passei quase dois anos ainda no apoio como técnica social e aí fui ter outras experiências também em Caruaru na parte da gestão da política de assistência. Paralelo à ATITUDE, eu também trabalhava na política de assistência social do município e aí a gente já tinha um vínculo com o CRAS, depois trabalhei na média complexidade um pouquinho também, enfim, fui circulando ali no município em alguns serviços e aí fiz uma seleção, também passei na gestão dos benefícios eventuais, por isso que eu gosto um pouquinho dessa moradia primeiro, porque tem uma partezinha no meu coração, porque também trabalhei um pouquinho dessa gestão dos benefícios eventuais na assistência. Em Caruaru, um dos vertentes que a gente também tinha era o auxílio-aluguel, para pessoas em situação de rua, para pessoas que estavam em moradia irregular, tinha as categorias para o benefício eventual do município. E aí, teve algumas questões no próprio programa, com falta de repasse do governo do estado na época e acabei optando em ficar só no município, tendo em vista que eu já tinha esse outro vínculo. E aí, retorno para o programa ATITUDE e agora em outro viés, que é o viés da política de gestão de fato. E aí, a gente começa a trabalhar aqui nessa atual gestão em fevereiro. Na realidade, o atual secretário foi um pouquinho antes de mim, alguns dias antes de mim, antes de Clarissa, e a gente chegou em meados de fevereiro. E aí, como eu tinha uma particularidade assim como Clarissa, como o Bruno, que é outra pessoa da gestão, já ter trabalhado na ponta, isso facilitou muito a nossa atuação como gestão. Porque, de alguma forma, a gente compreende a particularidade, a dificuldade do serviço, nessa parte mais estrutural, na falta de recurso, da reorganização do recurso. Então, isso facilita a gente pensar em melhorias para o programa. Então, a gente começou em fevereiro, como eu te disse, estamos ainda com a equipe um pouquinho reduzida para o nível de responsabilidade, mas é algo que, de fato, não depende só da gente, é uma demanda burocrática também, depende também de cargos comissionados, seleções, enfim. Então, a gente está nessa logística de serviços públicos que são um pouquinho mais demoradas, mas super compreensível e a gente tem lutado da forma que estamos. Então, eu tive esse contato com o programa antes e agora estou nessa pegada de gestão. Já tinha também alguma experiência na gestão de política de assistência social, então isso também me deu um pouco de bagagem para pensar a política pública do Estado. Sei que com um nível de responsabilidade bem maior, mas a gente consegue, de fato, dar uma abertura no horizonte, assim. A gente vem conversando muito com os serviços, a gente tem criado metodologias para ouvir bem os trabalhadores de ponta, tem criado estratégias para ouvir esses usuários para, de fato, pensar uma melhoria. A gente entende que o programa ANA tem, nesses 12 anos, 11, 12, agora me pegasse, acho que é 12. Nesses 12 anos de programa, eles tiveram várias mudanças e vários altos e baixos, sabe? Eu acho que essa é a palavra certa, assim. Ele foi criado nessa proposta, foi quando o crack deu uma acendida muito forte no Estado e aí as políticas públicas estavam, inclusive, sem saber, sem norte, para saber como atender e, inclusive, como acolher esses usuários que estavam sobrecarregando os serviços, né? Então, assim, começou a ter uma luz muito forte no sentido da substância e aí o governo do Estado, à época, fez uma força-tarefa com a saúde mental do Estado, pensando os municípios e aí conseguiu abrir algumas propostas do que é hoje o programa ATITUDE. O ATITUDE, ele já teve alguns outros, não sei se tu chegou a ter algum acesso a material e aí a gente pode até depois pensar, se você quiser, eu te mando. [00:08:07] Interlocutora 10 Pronto, a gente teve alguns materiais que foram feitos que tem um pouquinho da história do que foi o programa, de como foi que ele foi criado, de fato, pensado para a execução dele na ponta, nesses quatro núcleos que nós temos atualmente. Então, a gente teve várias ideias, algumas tentativas que não deram muito certo no início. A gente teve o Craúde, à época, que era o centro de atendimento a adolescentes. A gente teve o Saúde, que era, de fato, o serviço para o usuário, mas não tinha muito essa pegada do acolhimento institucional que hoje nós temos na modalidade do intensivo. Então, foram tendo algumas propostas logo no comecinho, acho que foi um ano de propostas que foram meio que cambaleando entre CAPS, entre serviços de política de assistência, ainda sem muitas definições. E aí, quando vem o decreto que estabiliza, de fato, o programa ATITUDE, que não sei se você já teve acesso, mas também posso te mandar, que é um decreto publicado no Diário Oficial de Pernambuco, ele dá uma diretriz muito mais fechadinha, sabe, Ana? Então, a gente consegue pensar o programa numa estrutura um pouco mais macro e com uma unidade

de acolhimento e com suas modalidades. Dá muito pensado na política de assistência, né? Então, se a gente olha hoje para o ATITUDE, a gente vê um modelo de política de assistência, ele é baseado nisso. Então, a gente vê uma proteção social de média complexidade e uma proteção social de alta complexidade quando a gente fala das unidades de acolhimento. Então, a gente tem um modelo um pouco mais robusto e aí é quando o programa consegue dar celeridade aos processos burocráticos e vai conseguindo acolher uma quantidade maior de usuários no Estado. E aí, entre trancos e barrancos, ainda conseguindo muito engatinhando, entendendo o que era o programa, mas começando a ter uma gama de encaminhamento dos serviços públicos pro ATITUDE, principalmente da área da metropolitana, né? A gente tem a capital ali em Recife, sempre foi muito acendido, né? Da substância, a gente tem uns nuances ali de pobreza muito forte, né? Enfim, e aí foi quando a gente foi vendo que estava se ganhando corpo o programa e ganhando conhecimento na rede, né? Recebendo esses usuários da rede. Quando foi em 2015, a gente teve uma baixa, né? **Se eu estiver falando ligeiro, tu avisa, visse, porque eu sou caruaruense e eu sou ligeira.** E aí, a gente teve em 2015 uma baixa no serviço muito grande. Eu não tenho muitos detalhes porque também não estava na época, ainda estava conhecendo o serviço, estava ainda na graduação, mas acompanhava de perto, né? Tinha uma colega, inclusive, que foi a minha preceptora no curso de extensão, no projeto de extensão, ela era funcionária do ATITUDE e ela era funcionária da SES, que era a faculdade de onde eu estudava. Então, a gente tinha uma ponte do programa, ela contava muito do serviço, a experiência, que era muito boa ela como assistente social. E aí, a gente trocava muito as figurinhas, a gente ainda na graduação. E aí, teve um corte muito grande nessa época, 2015 para 2016. Eu acho que foi a mesma época até que Clarice ainda estava na ponta, estava no ATITUDE, nas ruas. E aí, ela sofreu ainda mais de perto isso. E aí, se tinha uma estrutura de programa, né? De quantidade de profissionais, de quantidade de acolhimento, se tinha outras unidades abertas do programa. E aí, teve uns cortes financeiros muito altos, assim. E aí, inclusive, foi nessa época que fechou o Intensivo Recife. Antes, a gente tinha Apoio e Intensivo. E aí, quando fechou o Intensivo Recife, ficamos só com a porta de entrada ao Apoio Superlota, né? A gente sai de um número aí de apoio que é 30 para 45, 50. Os usuários sem entender muito o processo. Os próprios profissionais ainda sem entender o processo do programa, enfim. E aí, a gente retorna essa configuração em 2016, salvo engano. Mas eu tenho isso tudo estruturadinho que eu posso te passar. Até para tu ter mais detalhes de datas e períodos históricos, assim. Mas a gente volta com o programa um pouquinho melhor, né? Em repasse. Mas ainda não em sua totalidade como era antes. Então, de lá para cá, de 2015 até hoje, a gente ficou com um déficit aí de 30% dos profissionais. Então, a gente tinha uma totalidade ali de 100 profissionais, de categorias, de funções. A gente tinha recepcionista. A gente tinha os anos de ouro, que eu dizia. Tínhamos um carro para as modalidades. A gente tinha uma estrutura muito boa, né? Pensada inicialmente. E aí, com esses cortes, principalmente na política de assistência, veio o corte muito para a droga, né? Até porque a nossa executiva, ela é vinculada diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social, que fica com a política de assistência, que fica com os segmentos sociais. Crianças, juventude, idosos. Então, é uma parte que mais sofre, né? Quando tem os cortes, a gente tem ali, diferente da saúde e da assistência, que tem um piso mais fortalecido, né? Um recurso, um fundo mais fortalecidos. A gente não tem. Então, acaba que a gente teve esses nuances dos valores repassados. E aí, a gente enfrentou essa crise bem pesada, nesse 2015, 2018. E aí, quando eu entro, eu já entro também em uma crise, mas ainda já há algum tempo na crise. Então, meio que os profissionais já estavam meio que entendendo os processos, se adaptando a essa redução dos cargos e das funções. Então, eu pego o programa... Voltou ainda?

[00:13:40] Pesquisadora Aqui eu estou ouvindo. Eu não sei se entrou uma chamada aí ou um barulhinho.

[00:13:46] Interlocutora 10 Foi. Mas está me ouvindo, né? Qualquer coisa a gente vê, eu volto um pouquinho, tá?

[00:13:50] Pesquisadora Tranquilo.

[00:13:52] Interlocutora 10 E aí, quando eu entro em 2018, eu entro ainda com esse panorama do recurso também um pouco travado, as funções já cortadas um pouquinho, mas eu já entro num programa um pouco mais adaptado a essa nova realidade. Então, a gente trabalha como técnica no apoio, na porta de entrada do serviço, que é um desafio, né? Eu digo que o apoio, ele é entre todas as modalidades que hoje a gente tem as quatro, é o ATITUDE moradia, que eu acho que esse é o foco maior também da tua pesquisa. É importante a gente conversar sobre ele também, porque tive uma experiência rápida, mas tive, com o ATITUDE moradia, o ATITUDE nas ruas, que é a abordagem social, o apoio, que é essa porta de entrada, que foi o meu primeiro contato, e o intensivo, que é essa instituição de longa permanência, onde o usuário tem um pouco mais de tempo, no sentido de moradia, de acolhimento, pra entender seus processos e tentar dar seguimento na sua autonomia. Então, o ATITUDE apoio, a modalidade apoio, ela é uma das mais desafiadoras, sabe, Ana? Eu digo que a porta de entrada do serviço pra população em situação de rua, para pessoas que fazem uso conflituoso de drogas, é muito desafiador, porque por muitas vezes os próprios profissionais não estão preparados, sabe? E eu acho que isso é uma pegada que a gente está tendo muito forte agora, nessa gestão atual, junto com o Raquel, junto com o Núcleo Central, que eu também posso te explicar um pouquinho. A gente tem estudado muito propostas e ouvido muito esses usuários, esses trabalhadores e é nítido, assim, a necessidade de uma educação permanente, sabe? Pra falar da política de assistência, pra falar sobre saúde mental, pra falar sobre dependência química, né? De manejos, de estratégias. A gente tem sofrido muito, assim, com a rotatividade dos serviços, sabe? E eu acho que isso, na ponta, é perceptível que isso é ruim, né? Quando a gente vê um acompanhamento com o técnico, minimamente entendendo os processos da organização de unidade de acolhimento e aí sai o técnico, né? De referência, sai aquele educador que ele tinha um vínculo, muda gestão, né? A coordenação sai, a supervisão... Por mais que a gente tenha diretrizes muito bem estabelecidas, a gente tenha um plano de trabalho, a gente tenha a rotina administrativa da casa, mas a gente sabe que o serviço é feito por pessoas, né? Então, quanto mais a gente institucionalizar a coisa, eu acho que a gente consegue aperfeiçoar esse atendimento. Mas ainda assim, é muita pessoa, né? Eu me identifico com a causa, eu conheço, então eu consigo dar um gás ali naquele serviço. Mas se eu tenho minimamente ali uma deficiência teórica, né? Ou um receio

	do trabalho com usuário de drogas, aí já começa a ter outra pegada de atendimento. E o usuário sente, né? O usuário percebe isso. Então, é uma coisa que a gente tem pensado que como desafio e como estratégia pra esse novo ATITUDE, digamos assim, é a educação permanente desses trabalhadores, sabe? No que concerne todas as políticas públicas que são necessárias pra atuação dele. Não só focar na assistência, não só focar na dependência química, na saúde mental, mas também trabalhar muito rede, né? Trabalhar essa sociedade, assim, como um todo, né? Saber que território eu estou ocupando, quais são as comunidades terapêuticas que eu tenho naquele território, quais são as igrejas que eu tenho naquele território, né? Porque a gente sabe que o serviço público, a mão do Estado não chega 100%, né? Então, se a gente sabe disso, já sabe nossa deficiência, por mais boa vontade que o governo atual tenha, o interesse que o governo atual tenha de fortalecer a política de drogas, a gente sabe que não chega, né? Então, a gente precisa fortalecer o território onde a gente está, né? Porque são eles que vão nos dar o suporte quando a gente se estagnar em alguma situação, né? Então, a gente também tem fortalecido muito isso nessa nova gestão mesmo, é mapeamento, né? É pensar o território que hoje estão lotados, os quatro núcleos, né? Se realmente pensar o ATITUDE, só no Cabo de Santo Agostinho funciona, né? Uma das piores redes estruturadas que nós temos, e eu não falo só da rede municipal, falo da estadual também, da rede de serviços públicos é o Cabo de Santo Agostinho, e é onde a gente está lotado com o núcleo, então a gente vê que sozinho não dá conta, né? O CAPS de lá é extremamente lotado, então a gente não tem um atendimento adequado de acompanhamento, nós não temos um centro POP, nós não temos um acolhimento institucional, nós não temos nenhum atendimento pra população em situação de rua específico, ou serviço de convivência da política de assistência, nós não temos, nós temos apenas um CAPS, e um OPA, e o ATITUDE. Então a gente abarca de um jeito na totalidade que a gente sabe que não dá conta, né? Então aquele usuário fica naquela, naquele movimento de ciclo mesmo, sabe? Consegue dar conta, a gente sabe que a gente também se esbarra na demanda burocrática, né? Por muitas vezes a gente precisa abrir vaga, aquele usuário está há mais tempo, então começa a ser aquele, infelizmente, aquele meio que manejo de sorteio, né? Vão circular os usuários pra gente conseguir atender os que não estão chegando. Então, a gente tem pensado muito, território eu acho que é uma das frentes principais, assim, é pensar território, é pensar em expansão, a gente tem pensado muito em abrir novos serviços, né? Como abrir? Porque eu acho que uma das problemáticas de serviços públicos é pensar território, né? É você estudar antes de fazer, né? Porque às vezes a causa não está ali, né? O usuário está transitando ali, então tem que pensar muito bem quais são os serviços que a gente vai fazer com parceria. Então, a gente tem pensado estruturas de expansão, mas também estudar territórios novos. Então, a gente está com uma parceria muito forte com a política de assistência do Estado, que é quem tem a base do Cadastro Único atualizada, né? Dos municípios. Então, a gente consegue visualizar através dessa parceria quais são os municípios que estão meio que colapsados. Com o Centro Pop, a gente só tem no Estado, aqui em Pernambuco, sete Centros Pop. É pouco demais, né? Para 189, salvo engano com o Fernando de Noronha, municípios, né? Então, a gente não tem só população em estação de rua na Metropolitana e no Agreste. A gente tem uma grande índice, né? De população em estação de rua em Petrolina e nós não temos Centro Pop lá, né? A gente tem um grande... uma evasão da zona rural, né? De população de zona rural indo para a Urbana, só que aí vindo para a Urbana para tentar uma vida melhor, né? E aí acaba ficando em situação de vulnerabilidade, em situação de rua. Então, a gente também tem estudado muito esses territórios do Sertão, do Agreste. Então, a ideia é, de fato, fazer esse estudo territorial através de algumas plataformas, por mais que a gente também seja muito deficiente, né? De dados e de estudos assim, mas a gente tem usado muito dos caminhos de cadastro único e contato com município, né? A gente tem tentado aí alguns diálogos com secretários, com prefeitos para tentar entender como é que é a realidade deles da população em situação de rua, né? Em população em situação de uso abusivo de drogas. Então, essas são as frentes que a gente tem pensado e outra frente muito importante e que, por muitas vezes, foi negligenciada é criança e adolescente. Sabe? A gente não tem o ATITUDE, ele não tem o viés de atendimento para criança e adolescente. Há um tempo atrás, o Craúde, não sei se tu chegou a ouvir falar nas tuas pesquisas, o Craúde, ele é... Deixa eu... Voltou. [00:21:55] Pesquisadora Voltou? Voltou. Eu ouvi... Eu li, acho que, principalmente na dissertação do Rafael West. Eu acho que ele menciona, né? Sobre esse atendimento aí de criança e adolescente, mas realmente não é algo que aprofundou assim, né? Não teve uma continuidade pelo que eu entendi. [00:22:16] Interlocutora 10 Isso. A gente teve lá atrás o Craúde que foi o centro de acolhimento para criança e adolescente que faz uso de substância psicoativa no geral, álcool e outras drogas. Ele funcionou bem no Agreste, em Caruaru. Inclusive, eu ainda peguei a gestão dele na época que fui trabalhar na gestão da SDS, que era a Secretaria de Assistência de lá. E aí teve um... Aquele mesmo contratempo de 2015 para 2016 que foi a falta de repasse para o programa. Então, isso também embargou diretamente no município porque era cofinanciado. Não era o feito é, estamos hoje. Hoje ele é 100% executado pelo Estado. Através de uma executora, mas 100% do Estado. Antes era parceria, né? Com o financiamento com o município de Caruaru. E aí o Estado para de mandar, que foi mesmo nessa época da crise, para de repassar o valor. Acho que meses. A gente passou alguns seis meses ou mais sem receber o repasse do Estado. Então, o município embarcou todo o acolhimento, pagamento de aluguel, pagamento de profissionais. Só que esse Craúde do Agreste, de Caruaru, ele acolhia, ele era regionalizado. Então, ele acolhia todos os outros municípios do Estado. As cinco vizinhas, a metropolitana. Então, o serviço... Voltou?
Dificuldades e outros desdobramentos	A gente sabe que hoje a gente esbarra, Ana, em vários processos assim. Eu acho que um dos maiores do ATITUDE moradia, que é enfrentado desde o iníciozinho, quando se pensou essa modalidade, na época era auxílio-aluguel, depois veio o ATITUDE moradia para tentar dar uma fortalecida para o usuário, mas a gente sempre teve uma dificuldade muito burocrática quando se trata de moradia. Atender hoje o usuário de drogas já é complexo e a gente sabe porque existem preconceitos, tabus sobre o uso da droga, enfim, mas ainda mais trabalhar essa sociedade para a aceitação dessas inclusões, sabe? Então, a gente sempre teve, desde os primórdios, desde que a gente começou a trabalhar essa modalidade, a dificuldade de achar as casas para o aluguel do Estado serem repassadas para o moradia. Então, quando a gente chegava em determinado

território, que era um território bacana para o usuário, porque a gente também tem que pensar que esse usuário não tem renda por muitas vezes. Esse usuário ainda está nesse processo do uso conflituoso, então tem que se pensar se esse uso abusivo dele ou esse uso meio que recreativo, mas que também está um pouquinho difícil dele ter esse controle sozinho, digamos, essa autonomia. A gente pensa um território que não tenha tanta... tanto tráfico, então a gente tenta pensar esse território, qual é a localidade, os pontos de uso, se são pontos de uso de fácil acesso, então a gente pensa um território. Aqui em Caruaru, por exemplo, que é a experiência mais perto que eu tive, que eu fiquei como técnica social do aluguel moradia, dois meses. Eu tirei férias de uma moça e aí tive essa oportunidade de me aproximar dessa realidade. E aí uma das maiores dificuldades era essa. A gente achava em Caruaru era fácil de achar casas, não era difícil. Eu acho que aqui em Recife, os núcleos da metropolitana sentem mais dificuldades de achar territórios, como eu te disse, sem tanta cena de uso, com tráfico um pouco mais controlado, mas hoje em dia a gente em qualquer lugar consegue. Antes era mais escrachado. Hoje a gente consegue ter isso muito mais sutil. A gente não consegue identificar com tanta rapidez. Mas enfim, em Caruaru era uma coisa um pouco mais posta. Então a gente sabia os bairros que eram um pouco mais quentes, digamos assim. E mapeados, inclusive. Então a gente achava uma unidade bacana, uma casa boa, tranquila, num território bacana, próximo de serviços públicos de qualidade que ele ia ter acesso, educação, saúde, assistência, tudo. Encontrava um imóvel, se esbarrava na contratação do imóvel. Esse proprietário não queria, porque é para usuário de drogas, porque é pro ATITUDE. Aí também se esbarrava porque o Estado não paga. E todas essas partes burocráticas que era o que mais a gente tinha dificuldade. Incrível que era um dos pontos que a gente mais sentia dificuldade. Essa parte burocrática. Não era nem tanto no sentido do território. Sabe de pensar um território bacana, de conseguir um valor adequado do imóvel. Se esbarrava muito nesse processo do aluguel de fato, junto a executora do serviço. Enquanto o Programa ATITUDE, nós somos executados por o OAS, uma organização social. E aí a organização social precisa de vários processos burocráticos para poder inclusive receber o valor do Estado. Então as unidades de acolhimento de moradia, o aluguel das casas, dos imóveis, tinham que vir bem quadradinhos, bem redondinhos na realidade. A gente tinha que ter demanda de compra e venda da casa. A gente precisava que o proprietário tivesse toda a documentação de regularidade do imóvel. Que eu entendo que é necessário até porque a gente também se esbarra nesses processos. Mas eram muitas coisas que acabavam, por exemplo, se uma conta de energia era do proprietário, tinha lá toda a documentação. Mas se a conta de energia tivesse o nome de outra pessoa da casa, então isso poderia ser um problema. Então assim, são pontos bem específicos que isso trazia para a executora uma dificuldade e consequentemente a gente ia tendo dificuldade no aluguel desses imóveis pra colocar. E aí a fila de espera dos usuários aumentando. Quanto mais a gente acolhia o usuário, mais a gente via um perfil de moradia, de maior independência, de maior autonomia e a gente não ia conseguindo dar essa liberdade porque a gente não ia conseguindo alugar as casas. Então eu acho que tanto aqui em Caruaru quanto na Metropolitana, acho que é uma das maiores dificuldades. Essa parte burocrática do ATITUDE de moradia, que ela é muito específica. Diferente da experiência que eu já tive e eu creio que nos outros municípios, dependendo da organização da lei deles, é muito parecida com a nossa lá em Caruaru, que o benefício eventual do moradia, que era o aluguel, ele era diretamente para o beneficiário. Ou seja, diretamente para o usuário. Isso facilita muito, porque aí já perde um processo muito maior. É um repasse financeiro para o usuário destinado à moradia, acompanhado através do centro de referência, mas era diretamente ao usuário. Então o usuário tinha o perfil, tinha toda a documentação necessária. Era acompanhado pelo centro de referência, ou da SPCA, ou da básica. Tinha um perfil de vulnerabilidade ou de outra categoria, que o benefício eventual eles têm as categorias de moradia irregular, situação de acolhimento institucional, situação de rua, enfim. Tem tudo, o CRAS está acompanhando, o Centro Pop está acompanhando. Era muito mais fácil. A gente já encaminhava por um município e o município avaliava os relatórios e o benefício era diretamente para o CPF do usuário. Então isso perdia a base burocrática que é tão esbarrada aqui no ATITUDE, sabe? Então aqui no ATITUDE a gente tem essa deficiência no sentido burocrático da coisa e ainda, eu acho que e perpassa muitas coisas assim, perpassa território, mas eu acho que ainda perpassa também essa questão da educação permanente dos profissionais que acompanham, sabe?

É muito diferente o acolhimento que se faz de um usuário de drogas, de um usuário em situação de rua, dentro de uma unidade de acolhimento. Na rua, no território onde ele está, então é outro tipo de acompanhamento, é outro tipo inclusive de abordagem para atendimento. E ainda é outra, totalmente diferente quando ele está em uma unidade de casa dele próprio, por exemplo, ou pelo moradia ou pelo município. São estratégias diferentes que requer uma atenção e um cuidado diferente. Não que seja mais fácil no intensivo ou no apoio é mais fácil do que na rua. Não, acho que cada um tem um grau de dificuldade e só quem passa, o profissional, o próprio usuário, é que vai entender os nuances das diferenças. Mas eu acho que é na casa, naquela casa, na moradia, no território é onde você precisa mais ter atenção, sabe? No miudinho mesmo do acompanhamento, fortalecer esse acompanhamento, né? E acho que a gente não se perde muito quando a gente faz isso. Ah, por problemas zenes que aconteceu no serviço, essa semana era dia de eu visitar a Maria e não conseguir, pronto. Isso já quebra um acompanhamento ali, uma semaninha que você não visitou ou uma programação, um planejamento que você fez com ele ou com ela quando você falta ou quando acontece alguma coisa que a gente sabe que acontece no serviço e aí você não consegue chegar nessa visita programada e isso quebra muito esse vínculo porque às vezes era aquela visita que se a gente tivesse feito, tivesse atendido, tivesse encaminhado, ele não tinha feito aquele uso, tinha botado outra pessoa na casa, tinha vendido tudo, né? Então, assim, isso é muito complexo e eu acho que isso perpassa várias coisas que nos alertam muito que é esse fortalecimento da equipe sabe? A gente tem uma equipe muito reduzida então eu acho que a gente fortalecer essa equipe de rua, do ATITUDE moradia pra que a gente consiga acompanhar de fato, né? Sistemáticamente, né? E aí esse sistemático não é, ah, tem que ser todo dia, Interlocutora 10? Não, eu acho que não é isso é ter um planejamento, se eu tenho um planejamento de visitas, ter acompanhamento de retorno pra esse usuário porque às vezes a gente fica muito demandando dele, né? Oh, tu precisa fazer tal coisa, cadê o teu currículo tu entregou lá? Oh, e tua vacina tu tomou, né? A gente demanda muito dele, mas não consegue trazer o resultado desse

	acompanhamento né? Oh, a tua potencialidade foi isso, vamos fortalecer, visualizar que tu tá conseguindo, tua renda tu pagou tua energia hoje, oh, vamos fazer tal coisa então, esse acompanhamento gera através dessa sistematização, né? Então, eu acho que isso nos alerta muito pra pensar o fortalecimento dessas equipes melhorar esses acompanhamentos na parte do que concerna a entender o que é habitação entender o que é essa garantia sabe, tá lá na Constituição Federal ele tem direito a isso, como é que a gente fortalece essa continuidade pra que não seja o ATITUDE consiga ali dar um suporte de seis meses no moradia e depois disso, o que é que a gente faz? Nesses seis meses, a gente conseguiu construir com ele uma autonomia, uma independência financeira mas pronto, a moradia que é o principal, ele não vai conseguir mais pagar porque por muitas vezes essa casa é um valor muito mais alto pra continuar o aluguel, né? É um território, por ser um território que não tenha muitas cenas de uso por não ter um tráfico pesado nesse sentido, acaba que o valor das unidades do imóvel é um pouquinho mais caro né, então se ele vai conseguir ah, ele tá trabalhando bem, tá tendo autonomia mas ele não consegue pagar esse tipo de casa ele vai ter que ir pra uma periferia um pouco mais pesada no sentido do uso das substâncias pode repassar num momento de recaída por muitas vezes, né? é parte mais emocional também, né? porque quando você tá vendo a realidade social de outras pessoas que você conhece né, e você tava ali minimamente organizado isso também influencia muito na parte do acompanhamento emocional dele enfim, então acho que são questões que nos alertam muito e que nos preocupam, né? porque não são soluções fáceis pra problemas difíceis mas a gente tem tentado estudar mesmo, assim, onde a gente consegue dar um gás no dia que tá mais gritante a gente tem vai fazer aí esses seis meses de trabalho. [01:23:37] Interlocutora 10 Ana não, eu acho que pode até depois fazer outra rodada depois que tu ouvir as pessoas eu gosto muito de ter um feedback até de pessoas de fora, principalmente pessoas que estão estudando a temática, porque é uma coisa a gente trabalhar muito da ponta, da prática que a gente tá fazendo no automático mas quando você consegue vincular a leituras que você tem feito, autores que você tem lido, então acho que é importante a gente também ter um feedback se tu puder até pra, como a gente também tá nesse momento de pensar estratégias pra uma melhoria eu acho que valeria até a pena a gente ouvir, como foi que tu ouviu essas estratégias do ponto da gestão do ponto da execução Interlocutora 10, a gente percebeu tal coisa, tal coisa, a gente pode fazer um momento coletivo, entre tipo Clarissa, que foi a primeira pessoa que conversou contigo, a gestão da secretaria né, e Yuri também, que eu acho que vai ser legal pra ele ouvir um pouquinho do teu retorno da tua pesquisa, e aí pode ser lá pra frente quando tu terminar, e aí tu faz esse momento com a gente, pode ser? [01:24:30] Pesquisadora Pode, com certeza é isso assim, com certeza vou ter um momento de retorno com vocês essa proposta que você traz de ter um momento coletivo, eu acho que ela casa muito com o que eu venho pensando de trazer todas as pessoas aí que eu estou ouvindo, que não só de Pernambuco, mas de outras partes do Brasil pra se conversarem pra se conhecerem, eu tenho pensado em como viabilizar esse espaço até online mesmo, né pensando que são lugares diferentes e eu acho que casa muito com o que eu venho pensando, isso que você trouxe agora, eu acho que vai ser muito legal, e o retorno pra vocês especificamente da pesquisa, com certeza ele vai acontecer até como uma parte fundamental do processo de pesquisa, agora de antemão, eu posso compartilhar com você o que eu já venho escrevendo aí, que eu escrevi meu mestrado também sobre o Housing First, posso compartilhar com vocês aí materiais que eu tenho pesquisando, enfim e também fico à disposição pra quando enfim, ah, tem materiais você falou de alguns materiais, né, que você tem [01:25:33] Interlocutora 10 Eu tenho alguns. [01:25:35] Pesquisadora Perfeito, ótimo, já te passo o e-mail então ali pelo WhatsApp, porque eu tenho alguns também, né, tenho ali aquele Limites da Correria tenho a dissertação do Rafael West também, que ele fala muito da ATITUDE mas confesso que não tenho tanto material bibliográfico publicado, né, sobre o ATITUDE, então acho que o que você puder compartilhar vai ser muito bom e compartilho também o que eu tenho [01:25:59] Interlocutora 10 Maravilha, a gente tem pouco material também, mas a gente tem por exemplo o decreto, a gente tem alguns materiais que a cooperação Pernambuco fez com o programa no ano passado na gestão anterior, mas que também a gente tem algumas demandas que estão sendo refeitas inclusive, que não atendeu muito assim a proposta, mas já é algo que você pode estar lendo e tendo um material bacana sobre isso, eu mando pra você no e-mail, e aí depois só me diz quais são as modalidades, cara, e você me pontuou mais ou menos quem tu precisa fazer, quem são as modalidades, depois tu passa no meu WhatsApp, tá, a gente marca com um beneficiário do moradia, pra eu ouvir uma coordenação, me diz mais ou menos quem tu queria, porque aí como eu tô mais perto da gestão do ATITUDE, é mais fácil eu articular pra você, e aí a gente combina, viu?
--	--

Interlocutora 11 – REDES/Novos caminhos – Fortaleza/CE

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	Interlocutora 11 E aí, qual foi o desenho final, digamos? O pessoal da assistência social da secretaria tinha um centro de convivência. A partir desse centro de convivência e do CREAS, eles começaram a pensar quem eram os usuários, que eles já acompanhavam, que tinha uma condição que fazia uso abusivo, que demandava cuidados, que tinha uma condição de vulnerabilidade social maior. E a partir desse grupo, a gente foi pensando a moradia. Certo? Tinham essa pré-seleção, digamos. Não era uma oferta ampliada. Paralelamente à moradia, foi sendo oferecido também cursos de qualificação. Aí, Fortaleza fez convênio com uma faculdade onde usava o espaço, uma faculdade privada, usava esse espaço da faculdade e contava com alguns instrutores, né? Então, eram cursos muito básicos de pintura, de portaria, né? Então, cursos

	muito básicos de atividades mais cotidianas, de prestação de serviços, né? Então, nesses cursos, depois eu posso te mandar esse material e acho que uma pessoa muito legal também para conversar com a Regina, que foi a minha parceira lá. Eu era a articuladora e ela era uma articuladora mais local, né? Da própria cidade. Interlocutora 11 Aí, uma coisa muito bacana que também a gente viveu, é que o professor Ricardo Melo tinha um grupo de estudo sobre drogas, redução de danos. Então, a gente conseguiu uma bolsa pequena para os estudantes que, sob a supervisão dele, faziam um trabalho, digamos, de escuta para essas pessoas que estavam incluídas no projeto de moradia e de renda, porque era um pouco assim. Bom, estamos dando moradia, estamos dando renda, vamos pensar algo na perspectiva da clínica peripatética de poder ter ali alguém que circule, que possa fazer uma escuta e que possa dar um outro tipo. Porque o pessoal da secretaria fazia um acompanhamento, mas a ideia com o Ricardo era que pudesse ter um outro tipo de escuta para aqueles que realmente precisavam, demandavam. E aí, a partir disso, ir fazendo outras articulações. O grupo da secretaria tinha, periodicamente, os responsáveis que iam visitar as casas, nos aluguéis, o valor, não lembro, mas eu posso resgatar tudo isso para você, e ia visitar também no trabalho, como uma forma também de a gente acompanhar essas pessoas. Era um projeto que dava muito mais trabalho. Eu lembro que, na época, tinha mudado gestor da secretaria de assistência e ele dizia que ia acabar com a situação de todos os moradores de rua. E tinha um grande, sei lá, sonho ou ideia que era uma coisa que a gente tentava desconstruir de ter um grande abrigo. E a gente tentava mostrar para ele que não era abrigo, que, na verdade, se a gente tivesse a possibilidade de que as pessoas estivessem em sua própria casa, tivesse renda, isso seria muito mais efetivo do que colocar as pessoas em um grande abrigo e tal. Mas era muito contraditório também a gestão. De um lado, investia nisso, de outro, ainda alimentava uma ideia, uma proposta de algo mais tradicional.
Eixos de trabalho	Interlocutora 11 E aí, nesses cursos, a gente já teve o primeiro impacto também, né? Porque as pessoas, elas vinham da assistência, a assistência indicava, fazia a oferta e eles se inscreviam a partir do interesse. Mas já foi um momento muito interessante porque chegar e ir para uma faculdade, um espaço, usar esse espaço. E aí, a gente tinha de tudo quando ia para reunião, né? Desde os profissionais dizendo que a faculdade chama porque tinha usuário que chegava para tomar banho no banheiro e toda aquela coisa. E aí, íamos trabalhando todos esses elementos. E para participar do curso, eles tinham uma renda pequena, mas tinha uma renda de apoio ao curso. E desse curso, só alguns é que migraram, né? Para o trabalho protegido. E o que era esse trabalho protegido? Eram vagas que a gente conseguia nos espaços geridos pela prefeitura. Então, nos mercados públicos, na praça. Então, a gente foi fazendo algumas parcerias que ficou entre, basicamente, entre mercado público e praças, né? Onde os usuários, eles iam para fazer um trabalho, né? Iam lá umas x horas para desenvolver o trabalho, né? Quatro horas era o tempo. Os cursos também a gente fazia de uma forma bem porque uma grande discussão que a gente fazia na época era assim, como o Braços Abertos foi muito inspirador, né? Para o projeto. Mas a gente não conseguia achar uma forma de pagar por hora trabalhada ou estudada. Então, tinha que fechar minimamente ali um acordo, né? Em relação a um número X de horas. Mas muito preocupados também em poder ofertar algo que fosse possível ser realizado para as pessoas. Que não ficasse tão distante, né? Como uma jornada de seis, oito horas, né? Então, a gente foi trabalhando dessa forma. Uma outra coisa que aconteceu, que foi bem um diferencial lá em Fortaleza também, é que esse grupo que cuidava das articulações para os trabalhos protegidos, aí tinha o responsável, né? Essa pessoa responsável no trabalho pelos que tinham a bolsa de trabalho. Inicialmente, era conversado com eles do que se tratava o projeto, a importância deles poderem acompanhar, né? Então, tinha uma preparação para essa pessoa chegar, né? No sentido de que o seu... A pessoa, o seu supervisor, né? Ele sabia do que se tratava, sabia o que era o projeto. Então, foi uma tentativa não só apenas de oferta, mas de cuidar desses detalhes, porque isso ajudaria a sustentar também as pessoas, né? Aí, a gente fez... Aí, esse grupo que articulava, que era o grupo que justamente na prefeitura pensava dentro da assistência o trabalho, as questões de trabalho. E aí, esse grupo começou também a fazer oficinas de forma para os que passavam pelo curso, como preparar do currículo, de quando, ao procurar um emprego, minimamente algumas questões. Então, no começo, até eu particularmente achava, será que é isso? Mas o pessoal, não, isso é muito importante. Porque, de alguma forma, uma dessas pessoas pode se inserir no mercado, né? A gente... Infelizmente, a gente não conseguiu trabalhar muito a questão da geração de renda numa outra perspectiva, né? Da economia solidária. Foi muito voltado, de fato, para prestação de serviços e com essa experiência mínima, porque foi muito pequena, do emprego protegido, do trabalho protegido por bolsas nas unidades da prefeitura. Mas o que aconteceu já foi muito significativo, no sentido de que a gente conseguiu, as pessoas conseguiram estar ali, né? E aí, a gente começou a ver também que tinha uma questão que era assim. Era muito importante que o trabalho cruzasse com a moradia. A gente fez essa tentativa, mas nem sempre foi possível, né? Mas era muito evidente que quando o trabalho se encaixava também ali e acontecia ao mesmo tempo trabalho e moradia, isso dava uma outra possibilidade. Interlocutora 11 Eu fui fazer uma visita com um dos grupos que fazia acompanhamento. Uma das minhas vidas. E aí, tinha uma pessoa que a gente fez visitar. E aí, eles começaram a alugar apartamentos muito próximos um do outro. Porque era ali, no centro de Fortaleza. O valor era muito pequeno, de fato. Então, eles terminavam alugando. Fazendo uma escolha de alugar no centro. Que era onde eles tinham ali, viviam. Mas no centro. Mas começaram a fazer negociações. Então, eu lembro que a gente foi fazer uma visita e uma pessoa começou a... Foi morar em um prédio. Só que o dono do prédio era muito autoritário. Com muitas regras. Então, ele fez o primeiro mês. E depois, ele foi procurar um outro. Porque ele disse que não podia ficar à mercê das regras do dono. Porque era a casa dele. Então, tinha esse tipo de coisa. Ou um outro apartamento que a gente foi e que as pessoas eram vizinhas e, às vezes, estavam dividindo o almoço. Outro que fez uma negociação do aluguel mas, nesse aluguel, ele também recebia um almoço. Então, isso era muito bacana. Porque as pessoas pegavam dinheiro. Elas iam para a negociação. Elas fechavam. Elas decidiam quando elas iam se mudar. Qual era o lugar mais apropriado. O que é muito importante para a autonomia. Para o protagonismo. E estavam lá os técnicos. Que iam, periodicamente, conversar. Por que mudou e tal. Como é que a gente pode estar aqui acompanhando. Ficar atento. Então, trazia elementos. Mas, eles tinham autonomia para isso. Eles

	tinham que, todo mês, apresentar o recibo do aluguel. Para poder receber o dinheiro. Então, essa experiência foi muito rica. Nesse sentido. Que, já em João Pessoa, por ser uma espécie de hospedaria não permitiu esse tipo de vivência, por parte dos usuários. Ele chegava, já estava ali pronto. Ele tinha que contribuir com alguma colaboração. Tinham os redutores de danos. Então, qual foi o investimento que a gente fez? A gente levou... Esqueci o nome dela. Uma menina de São Paulo. Que foi do projeto... Do De Braços Abertos. Ela acompanhava os hotéis. Pesquisadora É a Maria Angélica? Interlocutora 11 Não, não é a Angélica. Ai, gente. Estou com problema de memória. É muita amiga de Interlocutora 13, inclusive.
Costura com a Saúde Mental, álcool e outras drogas	Interlocutora 11 Agora, a gente não conseguiu, por exemplo, ter uma adesão ou articulação maior com a saúde. O que foi também um pouco surpresa. Muitos usuários tinham ou iam. Alguns já tinham passado pelo CAPS-AD. Mas o envolvimento foi muito pequeno da saúde. Realmente ficando entre assistência, com o pessoal do trabalho e a política de drogas. Acho que esses foram os atores que, de fato, pegaram e conduziram o processo. Já em João Pessoa, foi mais difícil. Acho que tinha até um desejo. Mas tinha algo mais conservador, mais burocrático. Então, o espaço. Conseguiram um espaço muito legal. Demorou muito. Conseguiram um espaço muito legal. Mas era isso. Era um espaço que a gente tinha redutores de danos. Tentava fazer uma construção diferente. Que não fosse igual a qualquer abrigo. Que as pessoas pudessem sair e voltar. Que elas pudessem ter acesso à cozinha, aos espaços. Então, a gente foi tentando construir uma... Já que foi a opção para um espaço de abrigamento. Algo que fosse mais próximo de uma hospedaria, de um hotel. Que fugisse a esse tradicional de abrigo. Mas lá, a gente terminou, no meio do caminho, o reto terminou e a gente não conseguiu ir até o fim. Então, os desdobramentos. Porque atrasou muito João Pessoa. Não foi igual à Fortaleza, que a gente conseguiu num ritmo mais acelerado. Então, tinha essa diferença, primeiro, por isso. Porque essa coisa do morar em Fortaleza é muito interessante.
Composição da equipe	Interlocutora 11 Então o que a gente pôde fazer de diferente (em João Pessoa)? Levar essa pessoa, que depois eu lembro o nome, que trabalhava nos hotéis e aí ela foi e acho que umas duas ou três vezes de forma que foi ajudando, né? A gente foi fazendo a qualificação, a problematização com os profissionais para garantir que aquele espaço pudesse ser constituído com a outra lógica, que fosse uma lógica de hospedaria, de hotel, que primasse pela autonomia, né? Então foi o que a gente conseguiu fazer, né? Mas lá, por exemplo, teve a moradia, mas não conseguiu entrar com a renda, né? E tinha um movimento muito forte que eu acho que foi o diferencial de Fortaleza também foi esse. Era um apoio, mas um apoio que sempre primava contra a atualidade e não tutelava, né? E isso já dava um outro tom para o projeto que João Pessoa ainda era muito forte a tendência a tutelar, né? O usuário, né? Então, e o projeto também de certa forma.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	Interlocutora 11 É porque dentro da assistência já tem essa possibilidade do aluguel social. Então, eles tinham um acúmulo maior, tá? Em relação a, digamos, um certo domínio dessa metodologia e dos trâmites para viabilizar, certo? Mas eles não tinham aluguel social com essa população, né? Eles tinham outros critérios. Então, um programa, mas que tinha outros critérios, né? E a gente aproveitou essa experiência do aluguel social, certo? Que seria mais fácil para o município com esses novos critérios, né? Pessoas em situação de vulnerabilidade social que faziam uso abusivo de drogas e que demandavam apoio. Foi essa a... E aí foi toda uma discussão. Isso foi muito importante em Fortaleza porque tinha lá uma Secretaria de Políticas sobre Drogas e essa secretaria, ela tinha uma ênfase muito grande na assistência, né? E a gente começou a problematizar mesmo, né? O REDES já chegou com esse tom, né? Vamos começar a discutir assistência é importante e poder pensar a rede, mas os direitos, né? Como é que essas pessoas estão, onde é que elas moram? Como é que elas têm acesso à renda, né? Condições básicas, né? Então, nesse sentido foi importante porque essa secretaria, ela precisou também se debruçar, né? Sobre uma outra forma de pensar, né? Ela não ficou com a gestão do recurso, foi para a assistência porque também foi vendo que a assistência teria mais acúmulo e condições de operacionalizar porque esse foi um dos grandes obstáculos, assim, porque tinha o dinheiro, né? Quando o dinheiro chegou, mas achar o caminho, se a gestão não tiver muito interesse, ou minimamente ela acreditar, fica muito difícil, né? Para viabilizar. Então, tudo era assim, qual será o caminho mais viável, né? Se a gente quer moradia, se a gente quer trabalho, se a gente quer geração de renda. E aí tudo levava para a assistência social porque de alguma forma eles já lidam com isso, né? Tem formas, mas garantindo sempre que a gestão fosse colegiada, né? Eu acho que Fortaleza conseguiu fazer isso, o que foi muito bom. Que João Pessoa já ficou mais restrito, né? A gente tentava, mas a Secretaria de Política sobre Drogas é que terminou mesmo fazendo toda a condução, né? Mas só para terminar João Pessoa.
Efeitos da intervenção	Interlocutora 11 Então, assim, de uma forma geral, foi essa experiência de Fortaleza, que eu considero bem-sucedida. Porque aí a gente teve de tudo. Tinha relatos de pessoas que nunca, há muito tempo, não via família e que, a partir da renda, da moradia, fizeram contato para a família visitar ou foram visitar a família. Que passaram a alimentar novos sonhos de conseguir um trabalho, de voltar a estudar. Então, a gente foi vendo o quanto tinha um impacto isso. Que era a restituição do direito básico, a moradia, uma renda. Mas isso tinha um efeito na vida das pessoas. Regina, eu acho que é legal conversar com ela porque ela, sendo de Fortaleza, ela acompanhou esse miudinho mais de perto. Eu tenho uma coisa, assim, eu ia lá a cada... Teve período que eu ia a cada 15 dias e tinha período que eu ia uma vez por mês. E o meu trabalho era isso. Era chegar, tensionar com o gestor, poder pensar essas grandes estratégias, poder ver como é que está funcionando, o acompanhamento, fazer articulação com a universidade. Porque, assim, a nossa preocupação era vamos aproveitar e fazer com que esse projeto dê certo. Porque tinha muitas dúvidas de vários atores locais em relação a isso. Era muito trabalhoso, eram muitos enfrentamentos burocráticos. Quando a gente pensava que ia e não voltava, não pode, não pode desse jeito. Então, tinha que fazer muitos arranjos para poder achar ali viabilidade. Então, a nossa preocupação era ele precisa dar certo. Porque se ele der certo, a gente vai ter aí a possibilidade de ampliar. O que não foi possível. Porque logo depois, a mudança no âmbito federal, o impeachment. Então, o projeto terminou e a gente não conseguiu.

	Porque a nossa perspectiva era de que, sendo esse o piloto, a gente pudesse acumular recursos e experiência para ir, de alguma forma, mobilizando os atores e podendo ver outras formas de financiamento. Então, essa experiência de Fortaleza. A gente chegou a apresentar essa experiência no Congresso Internacional de Redução de Danos, em Porto, Portugal. Então, eu acho que a participação da universidade, poder pensar desde o cuidado com as pessoas, com esse trabalho mais itinerante, sair da assistência. Quer dizer, a gente não abriu aleatoriamente, mas a gente fez esse recorte. Vamos começar pela assistência, onde as pessoas têm uma condição de maior vulnerabilidade e aí eles têm mais condições de fazer essa indicação. Poder fazer parceria do curso. Que o curso, a qualificação, no início a gente ficava um pouco preocupada. Será que é isso mesmo? Será que esse é o caminho? Mas terminou tendo um resultado interessante, porque as pessoas iam até o final. Aí tinha a formatura. Quando terminava o curso, entregavam o certificado. Aí tinha fotos. As pessoas ficavam felizes porque tinham terminado. Tinha uma renda mínima muito pequena na época de apoio. Então, tudo isso foi muito importante. Teve um impacto para a vida das pessoas.
Contexto sociopolítico	Pesquisadora Então, Interlocutora 11, acho que você pode começar, talvez, me falando aí, como que foi essa sua experiência, né? Por onde que ela começa, essa sua experiência com redes e com esse projeto de inserção? [00:00:27] Interlocutora 11 Tá. Então, eu venho, acho que antes do redes, só contextualizar um pouco, né? Eu venho desde 90 e... eu terminei a minha graduação em psicologia em 94, e já emendei o Programa de Residência em Saúde Coletiva, e dentro dessa residência eu fiz uma especialização lá na ESP, com o Paulo Amarante, a minha residência era pela Fiel Cruz. Eu fiz uma especialização em psiquiatria social, na época era o curso de especialização, chamava assim. Então, isso deu um rumo, né? A minha, toda a minha trajetória profissional, porque desde então eu venho atuando como sanitarista e como psicóloga, né? E pensando a política de saúde mental, de uma forma quase que contínua, né? E nesse processo eu assumi, eu passei pela Coordenação de Saúde Mental do Cabo de Santo Agostinho, numa cidade da região metropolitana, a Coordenação de Saúde Mental na cidade do Recife, na primeira gestão do PT, e a gestão estadual de Pernambuco, né? De saúde mental. E depois fui para o Ministério da Saúde, né? A partir de 2007, na verdade, eu comecei um trabalho entre, um trabalho de gestão e outro, eu comecei um trabalho de assessoria para o Ministério da Saúde, na época era o coordenador Apeto Gabriel, dando suporte aos municípios do Nordeste na organização da rede de saúde mental, da rede territorial. E aí depois que eu saí da coordenação estadual, já era o Tikanori, e eu passei um ano integrando a equipe em Brasília, também participando de todo o processo a nível nacional. Então essa foi minha experiência antes do Redes, né? Nessas, digamos, entre uma atividade e outra na área de gestão, eu fui também para serviço, né? Trabalhar em serviço, CAPS, às vezes quando saía da gestão. Então eu terminei transitando na assistência, na gestão e também na docência, né? Porque em 2010 fiz o meu mestrado, em 2016 a 2020 meu doutorado, sempre com o tema relacionado ao tema da desinstitucionalização, né? E eu acho que isso foi fundamental para chegar no Redes, né? E ter esse trânsito de pensar a política, organizar estratégias de intervenção, problematizar a realidade, trabalhar com foco intersetorial, interdisciplinar. Então toda essa experiência prévia me ajudou bastante na composição do Redes. E tem uma, nesse percurso, evidentemente assim, embora discutisse a questão relacionada ao que outras drogas, o meu foco sempre foi a questão das estratégias de desconstrução dos manicômios, até porque o Estado de Pernambuco chegou a ser conhecido como Estado, né? A indústria da loucura, a gente tem uma rede importante, privada, né? Então tanto o foco da gestão municipal em Recife como a estadual foi de fechamento de hospitais e organização de rede substitutiva. No caso de Recife, a gente praticamente não tinha serviços substitutivos, tínhamos apenas um municipal. E aí a gente foi fazendo essa construção em quatro anos e dando início ao fechamento dos hospitais, na época eram sete, onde o último, na verdade, foi fechado acho que em 2014, né? Mas eu fiquei de 2001 a 2004. E no caso do Estado, né? Quando eu assumi, eu assumi pra também fechar um grande manicômio, que era o Alberto Maia, que fazia parte dos 11 maiores hospitais psiquiátricos do Brasil. Nós tínhamos 500 moradores lá quando entramos, em 2010. E esse processo, ele foi muito rico, foi na cidade de Camaragibe, porque ele precisou, demandou muita negociação com os eminentes, com os secretários e nos levou a uma certa interiorização, né? Dos serviços de saúde mental, dos serviços territoriais, porque todos eram muito concentrados na região metropolitana. Então foi a partir de toda essa experiência, né, que eu chego no Redes, eu tinha trabalhado com o Leon, no Ministério da Saúde, na gestão do Tikanori e chegou com essa proposta de acompanhar os municípios, na organização de rede intersetorial, para o cuidado das pessoas que faziam uso de drogas, né? Que demandavam cuidados. Então eu acompanhei Tocantins, Palmas, na verdade, Fortaleza, Arapiraca, em Alagoas, Campina Grande, João Pessoa. É, foram esses os municípios. E aí, nesse processo, no primeiro momento, a gente estava muito vinculado ao plano Crack: é possível vencer, naquela época, o que foi muito polêmico, né? Porque era um plano que tentava responder aquelas demandas em relação ao Crack, e a gente sabe que não era o Crack, né? Mas toda a vulnerabilidade social, a ausência de políticas públicas, né? E em meio também à pressão das comunidades terapêuticas, que persiste até hoje. E a gente aí tem esse embate, né? Esse grande desafio, que traz, na verdade, uma nova roupagem, né? Da manicomialização. Então, nesse primeiro momento, a ideia era vamos chegar nos municípios, criar os comitês, gestores vinculados ao plano, e poder sensibilizar os gestores para a implantação de novos serviços, mas também iniciar um trabalho onde os setores pudessem conversar, né? Porque a gente ia vendo que o mesmo usuário que entrava pelo SUS era o que estava na assistência, e muitas vezes essas áreas não conversavam, né? A gente tinha uma fragilidade do ponto de vista da assistência em saúde, mas tinha também toda uma ausência de outras políticas que permitissem a inclusão como moradia, como renda. Mas o primeiro momento do REDES foi muito mais de implantar serviços, de ajudar os municípios a conversarem entre si, né? De pensar estratégias de forma que ampliasse o acesso. E nesse processo, a gente vinha também enfatizando muito a perspectiva da redução de danos, porque em alguns lugares a prática era muito voltada para internação, né? E com uma presença significativa em alguns lugares das comunidades terapêuticas, como, por exemplo, Alagoas, né? Quando a gente começou a acompanhar Arapiraca, no próprio Ceará também, na época. Então a gente precisava... O nosso trabalho era também ajudar os municípios

e os seus atores, né? Tanto gestores como os profissionais a pensar outras possibilidades de operar que não fossem encaminhar para CT. Também foi um movimento que a gente tentou trazer os usuários, né? Em Arapiraca, por exemplo, a gente começou... A cada dois meses a gente fazia um grande encontro para discutir os casos emblemáticos que circulavam no sistema, né? E a gente começou a incorporar, a trazer os usuários também dos serviços para participar dessa discussão. Isso foi muito bacana, né? Fortaleza já teve um processo diferente. Os usuários não chegavam, eram muito mais os técnicos, mas a gente conseguiu ampliar essa discussão. Mas aí, no meio do caminho, o próprio Redes, eu acho que foi... À medida que a gente foi adentrando o território, foi surgindo a necessidade de pensar, o que é que nós vamos fazer, ofertar para os usuários que estão numa situação de maior vulnerabilidade social, né? E a gente poder pensar uma outra perspectiva. Foi quando nasceu o projeto de inclusão social, onde a gente começou a maturar por dentro do Redes e ver que municípios gostariam de aderir, né? E no meu caso, os municípios que aderiram foi João Pessoa e Fortaleza. Também a gente teve, não só João Pessoa e Fortaleza, teve um município da região metropolitana do Ceará, que agora está me faltando o nome, mas que também aderiu. Mas só que João Pessoa e Fortaleza, eles fizeram um processo, foram mais ousados, né? Apostando na moradia e apostando na renda, certo? Que os demais tinham mais dificuldades, né? Porque não vinham... Tinha aquela coisa, não vai dar tempo, como é que é isso de moradia. Então, Fortaleza e João Pessoa, nesse sentido, absorveu com propostas completamente diferentes, né? Fortaleza, a gente começou um trabalho a partir desse comitê intersetorial de começar a discutir o que seria esse projeto. E aí pensamos no aluguel social, porque isso de alguma forma já era uma prática possível da assistência e seria mais fácil. E a renda em trabalho protegido, em qualificação e trabalho protegido, né? João Pessoa fez um outro caminho, né? Fez uma opção de trabalhar com uma espécie de hotel, mas não era exatamente um hotel, era um abrigo com menor número de pessoas, mas respeitando espaços mais individuais, né? Para as pessoas que estariam ali hospedadas e quebrar um pouco com essa ideia do grande abrigo, né? Bom, e também a possibilidade de oficinas que pudessem ofertar algum tipo de renda. Então, os dois projetos, eles nasceram com essa cara, né? No caso de Fortaleza, a gente conseguiu fazer uma articulação com o Departamento de Psicologia da UFC, porque lá tinha um professor, que tinha dois professores importantes, né? Um que trabalhava a temática do trabalhador, né? Trabalho e saúde. E outro que trabalhava com a temática de redução de danos, que foi o Ricardo Melo. E aí, esses dois professores entraram com os seus grupos, também para poder, de estudo, orientando-os, né? Para poder contribuir nessa discussão. Então, uma primeira, digamos, um primeiro desafio que a gente teve antes, isso foi a formulação, né? Porque da formulação até receber o dinheiro, mas só que quando esse dinheiro chega, a gente tem quase o quê? Mais de seis meses, um hiato assim, porque como vai gastar esse dinheiro, né? Aí começam todos os processos burocráticos, de dificuldades, né? A gente demorou a chegar ao dinheiro do projeto e quando chegou, ainda a gente se deparou com uma série de dificuldades, de limitações, né? Bom, superando esse primeiro momento, a gente foi vendo que secretaria tinha mais condições de assumir a condução e a partir dessa secretaria, a gente também garantiria que todo o processo de gestão ele fosse coletivo, que isso foi muito bacana, né? Bacana desse projeto do Redes, com esse projeto de inclusão social, não foi apenas o resultado ou as ofertas, mas a própria construção, né? De uma forma intersetorial, coletiva. Então, isso foi bem interessante. Em Fortaleza, depois que ficou na assistência social, enfrentamos a coisa de mudança de gestão e tal, e tínhamos no colegiado o pessoal da Secretaria de Políticas de Drogas, que fazia parte, o pessoal da assistência. A saúde, em alguns momentos, se incorporou, mas ficou fortemente a assistência política de drogas e o pessoal da universidade. E lá, sim, foi interessante, porque no primeiro momento, quando a gente começava a discutir, tinham muitos receios, né? Receios de que como é que a gente vai dar dinheiro às pessoas, e as pessoas vão comprar drogas, né? Ou como é que a gente vai fazer com a moradia. Então, todos esses dilemas, eles eram colocados, e a gente ia trabalhando e discutindo.

[00:39:39] Pesquisadora – Entendi, entendi. E aí quando vem pelo Redes essa proposta dos projetos de inserção social, é quando se inicia essa discussão da moradia e da proposta do Housing First especificamente? Essa proposta foi discutida ali para ser construída nesses municípios?

[00:40:01] Interlocutora 11 Sim, sim. Porque, na verdade, assim, a gente no Redes já vinha discutindo isso (o Housing First), mas não tínhamos financiamento para isso. E o que a gente percebia era que os municípios não tinham um recurso novo para investir que tinha que sair um recurso federal nesse sentido. Foi quando surgiu a possibilidade, a Adriana, acho que vocês já devem ter conversado, ela começa lá dentro da SENAD a assumir e fazer toda essa discussão, nós tínhamos reunião mensal porque cada articulador tem um X de municípios mas nós sempre nos reuníamos, discutíamos todo o processo do ponto de vista político, do ponto de vista técnico pensávamos as macroestratégias e aí a Adriana começa a fazer essa discussão, a conduzir esse processo lá e a partir dessa discussão, quando a gente consegue pensar os moldes desse trabalho a gente vai para os municípios ofertando e aí era um dinheiro que a gente tinha um tempo pequeno inclusive para fazer o projeto, para garantir que pudessem acessar e aí os municípios toparam, alguns toparam. Teve um município, como eu te falei que é no Ceará que a Regina também acompanhou na região metropolitana que ele até aderiu porque assim o projeto ele tinha moradia e renda e alguns só aderiram a renda como esse

[00:41:48] Pesquisadora Maracanaú

[00:41:50] Interlocutora 11 Exatamente Maracanaú por exemplo não fez moradia de jeito nenhum era muito complicado, não queriam. então os dois que de fato bancaram moradia foi Fortaleza e João Pessoa só que o de Fortaleza eu acho que ele foi digamos completo porque ele pega moradia, se preocupa com a qualificação ele não conseguiu, não foi um projeto que teve articulações para pensar outras formas de geração de renda como cooperativas, não avançou nesse sentido focou muito em trabalho, trabalho protegido mas eu já considere um grande avanço considerando que no Nordeste a gente não tinha grandes experiências dessa natureza então já era muito bom poder fazer essa aposta e o próprio município a própria prefeitura abrir seus espaços para poder acolher essas pessoas nesse sentido eu achei muito digamos revolucionário mas um revolucionário bem quadradinho mas para aquela realidade naquele contexto, naquele momento foram inúmeras reuniões ter o colegiado ter a

equipe que fazia o acompanhamento monitoramento dos usuários, ter a universidade assessorando o projeto em relação ao trabalho também podendo fazer esse trabalho de uma clínica mais itinerante com escuta para quem precisava e essa articulação eu acho que permitiu de fato o projeto ter resultados e ter implicações na vida das pessoas qual era a questão? e aí foi quando a gente saiu isso eu não tenho muito como falar e era nossa preocupação porque a ideia naquele momento quando a gente iniciou esse projeto era que essa primeira leva funcionasse como uma espécie de projeto piloto mas que a partir dos seus resultados a gente pudesse ir garantindo a formulação da política e recursos de uma forma que não fosse com tempo mas pura de tais mas que a gente pudesse fazer uma indução diferente que não deu tempo deu tempo de experimentar mas a gente não teve a continuidade porque a ideia era dar sustentabilidade a isso então hoje eu não sei não sei se Regina tem essa informação mas eu não sei o quanto o município incorporou desse projeto para si a gente até levou teve uma preocupação, isso é importante teve uma preocupação de fazer uma minuta de um projeto e levar na época para a câmara dos vereadores para tentar aprovar pensando a sustentabilidade do projeto certo? mas eu não sei se conseguiu aprovar na época o secretário estava muito empenhado em fazer algumas articulações eu posso até ver com Regina se andou, mas eu acredito talvez não, porque não teve divulgação mas tudo isso a gente preparou pensar um projeto mandar para a câmara, fazer articulação para puder se transformar em uma lei e aí o município ter a possibilidade de ter recursos no seu orçamento para projetos dessa natureza aí eu tenho que ver com Regina se isso andou ou não porque aí eu saí e perdi o contato mudou gestão também lá esse é o problema quando a gente pensa em políticas públicas porque aí você fica muito a mercê se aquele gestor está disponível se ele tem interesse, se ele tem a visão se ele está mais aberto e aí quando termina, como é que a gente continua? e aí perde as pessoas então são os desafios.

[00:46:38] Pesquisadora Sim, essa é uma das fragilidades hoje de se pensar essa questão da moradia para a população em situação de rua que embora tenha uma discussão dentro da própria política nacional dentro da própria assistência do Minha Casa Minha Vida tem uma prerrogativa para a oferta de moradia para a população em situação de rua mas não se tem uma política consolidada de uma proposta, um programa de moradia primeiro como se tem, por exemplo, Housing First tão forte nos países estrangeiros a ideia da pesquisa é inclusive trazer essa sustentabilidade, trazer olha o quanto de experiência a gente tem aqui no Brasil olha a riqueza dessas possibilidades aqui que foram desenvolvidas em várias regiões do Brasil e isso aqui dá sustentabilidade para se pensar em uma política pública de moradia primeiro enfim, é uma das minhas empreitadas com essa pesquisa e ouvindo todas essas experiências, Interlocutora 11, eu estou vendo que a gente já está bem adiantada no tempo, então para concluir, não tomar mais seu tempo quais as transformações você percebe que esse projeto possibilitou tanto para você, como pessoa, como profissional mas para a cidade, para as políticas públicas de fortaleza, acho que você falou bastante de Fortaleza, mas o que você percebe que transformou nessas realidades?

[00:48:06] Interlocutora 11 Então, eu acho, eu posso falar mais de Fortaleza, até porque eu acho que lá de fato teve um impacto, assim de uma pessoa, eles demoraram muito quando a gente saiu, só estavam com um espaço e ainda assim, era muito grande o risco ali de uma reprodução de algo muito tradicional, assim, tinha algo de muita tutela, né e eu não tenho muitos recursos para falar, fazer uma avaliação porque saí antes de terminar o processo lá, agora Fortaleza que eu acho que de fato acompanhei todo o processo, toda a construção eu acho que o impacto, a repercussão foi muito importante, em relação primeiro ao próprio modelo de gestão do projeto assim, um colegiado para pensar, um colegiado para definir as estratégias, para discutir os problemas isso foi muito interessante eu acho que isso fez uma diferença, e foi um grande aprendizado para todo mundo que estava envolvido naquele processo. Uma outra repercussão importante é pensar a implantação do projeto, mas com estratégias também de acompanhamento e de monitoramento, eu acho que esse cuidado foi muito importante, que até eu diria que não foi só de acompanhamento e monitoramento do projeto, mas de suporte às pessoas, porque não era apenas está aqui a moradia e está aqui o trabalho mas se a gente pensa de pessoas numa condição de vulnerabilidade social que teriam dificuldades a princípio de poder entrar nesse mundo que faria algumas exigências das quais elas não estavam habituadas era necessário um cuidado também com elas, de escuta de poder fazer negociações de estar junto, então isso foi um outro elemento que eu acho que foi um diferencial em relação a tantos outros projetos e nesse sentido, quando eu comecei a falar com vocês sobre a minha trajetória na saúde mental eu acho que o acúmulo que as residências terapêuticas, a partir dos processos de desinstitucionalização nos deram na saúde mental e ainda nos dão eu acho que ajudou bastante também a pensar essas estratégias de acompanhamento porque embora seja uma proposta bem diferente, mesmo que tenha um coletivo de 5, 7 pessoas dentro de uma residência mas esse primar pelo cotidiano, pela contratualidade pelo habitar a cidade eu acho que isso trouxe uma contribuição importante para a gente poder pensar essas estratégias do ponto de vista, uma outra coisa que eu acho que também foi importante, Ana, foi para a universidade que muitas vezes fica encastelada nos seus projetos, nas suas pesquisas e foi muito importante puxar a universidade para dizer, senta aqui nesse colegiado vocês tem um acúmulo, como é que vocês podem contribuir e nos ajudar a pensar essa realidade então eu acho que isso foi fantástico eu acho que de repente até depois conversar com o Ricardo e com a pessoa que foi ligada ao outro professor que discutiu o tema do trabalho talvez fosse interessante porque foi uma forma também de puxar a universidade para algo no sentido de aplicação desse conhecimento de poder se debruçar sobre a realidade poder contribuir ali e era interessante porque quando sentavam todos os atores da prefeitura meio que buscavam na universidade algo, uma espécie de assessoria e ao mesmo tempo a universidade ali com aquela experiência prática estava podendo refletir, abrir novos espaços de discussão, de elaboração então eu achei que isso também foi bem importante. Para mim, pessoalmente, foi a partir do Redes que eu acho que estreitei a minha relação ou digamos toda a minha discussão se intensificou e a minha aproximação com o campo AD, eu sempre trabalhei com saúde mental e de alguma forma discutia mas terminava ficando um pouco afastada muito com o objeto da loucura, da desconstrução do manicômio da desinstitucionalização que para mim perpassa tudo, mas ainda com certo distanciamento então o Redes, a experiência do Redes me possibilitou a aproximar do campo AD e a reafirmar aquilo que eu já pensava que não tem como separar não tem como dissociar embora tenha

	movimentos no sentido de AD é aqui saúde mental é aqui e na verdade está muito entrelaçado então para mim foi muito importante porque a natureza do trabalho já tinha feito um pouco para o Ministério da Saúde quando comecei a assessorar os municípios do Nordeste para a organização das redes de saúde mental mas o Redes permitiu fazer isso com algo que para mim era próximo mas numa perspectiva intersetorial que antes eu não conseguia só nos municípios pela saúde mental o tema AD permitiu fazer isso e me aproximar desse campo e o projeto foi algo singular eu realmente fiquei muito entusiasmada aprendi muito com as pessoas o meu trabalho foi muito pequeno diante do que elas no cotidiano organizaram operaram era um trabalho mais distante de chegar lá, de ajudar vamos conversar, vamos tensionar, vamos ver onde estão os furos, mas esse miudinho que faz acontecer foram eles para mim foi de muito aprendizado e uma experiência aquele tipo de experiência que você tem na vida e você vai levar para sempre nesse sentido então eu me senti muito felizada de estar ali participando de ter podido viver isso não sei se viverei mais eu fui fazendo também uma outra mudança na minha vida até então eu tinha algo de muita atuação no âmbito da gestão mas com a mudança dos cenários com a mudança política eu fui me afastando mesmo dessa dimensão redirecionando para a academia, para a docência e hoje eu quase não me vejo mais fazendo isso porque acho que é um outro tempo também mas foi uma experiência muito importante do ponto de vista profissional do ponto de vista pessoal e é interessante porque eram coisas que eu já tinha vivenciado na saúde mental, com a implantação das residências fechamento do manicômio, tirar pessoas toda a discussão intersetorial para a gente poder mudar o cenário da saúde mental mas quando a gente pensava geração de renda que ainda é muito no nordeste então a gente tem pouquíssimos projetos quase inexistentes de geração de renda na saúde mental de centro de convivências ou de moradias nessa perspectiva por mais que discutisse por mais que estivesse na pauta por mais que teorizasse sobre viver isso é muito diferente essa experiência do Redes em Fortaleza permitiu isso, materializar tudo que a gente vinha discutindo pensando, sonhando foi um projeto que foi fruto de sonho de utopia de transformar a realidade tínhamos uma projeção que poderíamos ir além daquilo não foi possível pela interrupção do golpe mas é isso, acho que ficou aí para quem sabe novas gerações, novos projetos essa configuração nacional agora retomando a gente possa sonhar em ver de novo talvez com mais intensidade.
--	--

Interlocutora 12 – Mais dignidade – Porto Alegre/RS

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:22:56 Pesquisadora Enfim, e aí, acho que talvez para voltar um pouco, você me trouxe esse contexto de planejamento, de como se deu, como é que vocês começaram a pensar nesse projeto, que inicialmente não se tinha essa discussão do Housing First, mas que depois essa discussão começou ali, para vocês entenderem que o que estava sendo desenvolvido tinha proximidade com a proposta do Housing First, né? Como que aí você trouxe dessas equipes de abordagem da rua, essas equipes que faziam ali esse acompanhamento das pessoas, tinham critérios, como é que eram esses critérios para a inserção das pessoas nas moradias, Interlocutora 12? 00:23:40 Interlocutora 12 Tá, então o primeiro, porque é assim, né? A gente sempre vai ter em qualquer política, a gente sempre vai ter uma demanda maior do que as ofertas, né? Então, bom, quais eram os critérios? Primeiro, aqueles que estavam postos na matriz que nos orientou à inscrição do projeto, para a captação do recurso, e segundo, os critérios que a gente já tem estabelecido pelas políticas, então as pessoas com maior vulnerabilidade, né? Então, quais eram os critérios que a gente observava? Assim, bom, primeiro, o que estava posto pelo programa é a pessoa que fazia uso abusivo de substâncias psicoativas, tá? Então esse era o primeiro critério. Mulheres gestantes com um índice maior para ingresso, mulheres, daí vem pelas vulnerabilidades, né? E depois o conjunto de famílias, enfim, mas muito mais adultos, que faziam uso de substâncias psicoativas e que se permitiam acompanhamento pela agência de saúde e assistência social, que se permitiam, então, o acompanhamento. Porque o que a gente tinha, né? Isso não estava escrito, mas a gente, quando começa a ler o material do Housing First, entende que a moradia, embora ela seja e deva ser sempre a primeira proposta de acesso da população, porque a moradia se constitui, então, como bem fundamental, mas é também a questão do apoio técnico, né? E aí o Canadá vai chamar dos times de apoio, enfim, né? E a gente, então, parte desse princípio de que as equipes constituídas a partir do vínculo e do cuidado técnico que dariam condições de que essa pessoa se mantivesse dentro da sua moradia, que conseguisse fazer o maior tempo de afastamento possível da situação de rua. Então, a gente começa a adotar a baixa exigência para inserção no programa. Então, a única exigência que a gente colocava mesmo era a questão do acompanhamento, porque entendíamos, entendemos ainda, né? Todos nós e o housing também, que é o acompanhamento muito junto que vai dar conta de que a pessoa tenha, no primeiro momento, o espaço de proteção garantido para que, então, consiga desenvolver as habilidades de cuidado de si. 00:26:34 Pesquisadora E aí, esse acompanhamento, né? Que as pessoas ali que iam ser inseridas na moradia receberiam era acompanhamento dessas equipes que é essa galera do Juntos na Rua, né? Que era ali assistência social e saúde juntos. Que não necessariamente era um acompanhamento nos serviços. Então, a pessoa foi inserida na moradia, ela tem que ser acompanhada por um CAPS ou tem que ser acompanhada por um CRAS. Ou também se tinha essa vinculação com os serviços como parte desse critério? 00:27:11 Interlocutora 12

	Não, isso, na verdade, a gente pressupunha que viria da própria evolução do atendimento. As primeiras equipes que entravam para um acompanhamento que vinham normalmente das visitas domiciliares quinzenalmente, elas eram as equipes que indicaram a pessoa ao projeto. Que eram equipes de abordagem, consultório na rua e CAPS. Depois, todo o desenvolvimento disso, né? Do cuidado em saúde clínica, pela atenção básica da saúde, de uma aproximação com os CRAS para efetivação do cadastro único, dos CRAS para os atendimentos especializados. Isso era do próprio acompanhamento que essas equipes começavam a fazer. Mas as equipes iniciais, elas vinham, eram as equipes de abordagem e do consultório na rua. O que a gente foi fazendo, sim, ao longo do tempo, e que foi extremamente interessante, é aproximar, porque veio que todas essas pessoas tinham o uso abusivo ou problemático de álcool e outras drogas. Era aproximá-las muito dos CAPS. Mas não como uma obrigatoriedade, aliás, a abstinência, ela nunca foi uma obrigatoriedade. Embora para muitos tenha se tornado a possibilidade e o desejo. Mas não era uma obrigatoriedade. Então, as equipes de CAPS, tanto que não era uma condicionalidade de, por exemplo, cancelamento do programa. Se a pessoa não conseguia fazer adesão aos programas, às propostas, era do próprio trabalho fazer com que a adesão e o desejo fossem retomado. Mas não era uma condicionalidade, por exemplo, para desligamento do programa.
Intersetorialidade e território	00:29:00 Pesquisadora E essas pessoas que foram inseridas na moradia? Eram pessoas que já tinham algum tipo de vínculo com os serviços da rede? Algumas dessas pessoas já frequentavam os CAPS? Ou eram aquelas pessoas que estavam, inclusive, desvinculadas dos serviços? 00:29:22 Interlocutora 12 Quase todas. Eu não vou te dizer, eu não vou te afirmar agora se todas, mas 90%, com certeza, já conheciam a rede socioassistencial de saúde. Normalmente, eram pessoas que já vinham de uma trajetória de tentativa de permanência nos abrigos, nos espaços de proteção, e que não conseguiam, por questões subjetivas mesmo, a convivência nos espaços institucionais e coletivos. Mas eu não me lembro de nenhum caso de uma pessoa que não tivesse conhecimento dos serviços da rede e que tenha sido incluída no programa. Então, normalmente, pessoas que já tinham se evadido de outras tentativas de acompanhamento. Mas aí, os acompanhamentos dados pela proposta dos serviços institucionais que a gente tem. 00:30:22 Pesquisadora Então, pensando assim, que foi uma proposta desenhada pela Saúde e Assistência Interligadas, como que você percebe que era esse diálogo com a rede de serviços? Não só assistência e saúde, mas outros serviços também, outros serviços de habitação, enfim. Como é que era esse diálogo intersetorial do projeto? 00:30:46 Interlocutora 12 Então, assim, primeiro, a participação de outras políticas no atendimento à população de rua, ela sempre foi muito deficitária. Não acredito que seja um mérito de poder ter participado e não acredito que seja um mérito de Porto Alegre, tá? Mas eu acho que elas sempre são muito deficitárias. O entendimento que quase todo governo faz é que a população de rua é um caso de assistência social. Ver que a política de saúde, ela vem recém iniciando o seu trabalho nisso, né? Tipo, os consultórios na rua devem ter, por portaria, uns seis ou sete anos, mais ou menos. Porto Alegre já tem equipes de abordagem desde 2007. Então, tem muito tempo, né? Então, assim, nós não temos um programa habitacional no município nem para as famílias de invasões. Então, assim, a nossa articulação, ela sempre foi feita nesse nicho saúde e assistência, tá? O que a gente conseguiu com algum sucesso, mas mesmo assim uma margem muito pequena de pessoas, nós conseguimos trabalhar com a secretaria do CIN, de trabalho, né? E algumas pessoas que estavam em moradia, já com um bom acompanhamento, conseguiram, então, inserção no mercado de trabalho e aí conseguiram custear a sua vida de forma autônoma. Mas, claro, o que a gente viu, né? Que a criação do Juntos na rua potencializou muito a proximidade com as equipes de saúde. As equipes começaram, à medida em que era uma exigência mesmo, né?
Eixos de trabalho	00:06:46 Interlocutora 12 Então, nós escrevemos o projeto e a gente dividiu... Eu agora já não me lembro, porque como decorreu um certo tempo, eu não me lembro exatamente os valores, mas a gente dividiu esse valor de 2 milhões de acordo com as orientações que tínhamos na matriz disponibilizada. E assim, ele foi dividido em três grandes eixos, esse projeto, que era a qualificação da abordagem social. Então, a gente criou com toda a estrutura que já tínhamos no município, nós criamos equipes intersetoriais de abordagem de rua, porque até então os serviços agiam de forma muito fragmentada. A equipe de assistência sempre fez um trabalho pioneiro na rua e as equipes de saúde com muita timidez, assim, iam para a rua só em algumas situações, enfim. Então, a gente resolve fortalecer e criamos oito equipes na cidade. A gente chama... Até hoje ela existe, a gente chama de Juntos na Rua. Então, espaços em que as equipes de saúde e assistência saem juntos mesmo, médicos, enfermeiros, acessos, como é que chama, agentes comunitários. Então, esse era o primeiro eixo, ele não tinha valor designado, porque a gente só usava a tecnologia de reunir essas equipes. E aí tínhamos assessoria, eu e essa minha colega fazíamos a assessoria das equipes. Depois, o segundo eixo era um eixo de maior volume do uso do dinheiro, em que a gente, então, criou a possibilidade de bolsas auxílio-moradia. Então, a gente prospectou mais ou menos 150 bolsas, no valor de R\$ 800,00 por mês, em que cada pessoa em situação de rua, atendida por essas equipes lá, Juntos na Rua, saúde e assistência. E em que essa equipe, ao fazer o atendimento, identificasse a possibilidade, a necessidade de atender a necessidade dentro do seu plano de acompanhamento, de que essa pessoa se beneficiaria da autonomia de uma moradia, esta mesma equipe se responsabilizava por criar um plano comum de acompanhamento e indicava a pessoa e o município, então, dispndia o valor de R\$ 800,00 para o aluguel de um imóvel. E aí é que ele se assemelha um pouco... Então, ele não era o modelo housing first, mas ele se assemelhava, porque a gente, então, fazia a estratégia. Disponibilidade do moradia por meio de uma bolsa, mas com a única

	condição que a gente exigia era que a pessoa se permitisse acompanhar. Essa era a única exigência para que a pessoa pudesse ingressar no programa. Então, com visitas quinzenais, com relatórios dessas equipes, né? E, então, esse era o segundo, eu não quero fugir muito dos eixos, para depois a gente voltar. E o terceiro eixo, nós trabalhamos na dispensa de bolsas de geração de pessoas, na dispensa de bolsas de geração de renda. Então, nós criamos... Essa ficou mais com a minha colega, mas eu acho que eram 100 bolsas de geração de renda e oficinas terapêuticas. Então, contratamos oficineiros e redutores de dano e as pessoas indicadas à moradia também faziam, como uma forma terapêutica, mas de produção e de inserção na geração de renda, faziam oficinas e recebiam, por isso, uma bolsa de meio salário mínimo. Então, o projeto foi estruturado nesse tripé. Equipes mistas de saúde e assistência que promoviam cuidado. E, se a gente for ler, então, as bases do Housing First, ele vem com esse time de apoio ou esse time de cuidado. Na verdade, ele está muito mais estruturado no cuidado do que na moradia. Aí, a pessoa, então, tinha acesso à moradia e à bolsa trabalho e renda. E a gente criou coletivos bem interessantes. Então, é por isso que a gente disse que foi um projeto estruturado na ideia do Housing First, porque ele não foi aplicado metodologicamente como o projeto previa. 00:11:56 Pesquisadora Como que ele foi aplicado, Interlocutora 12? Vocês conseguiram aplicar os três eixos? Como é que foi? 00:12:04 Interlocutora 12 Sim, ele foi desenvolvido plenamente nos três eixos. E ele está em vigência ainda, porque, claro, todo projeto é mais custoso em algumas áreas. Então, as bolsas de auxílio moradia, a gente conseguiu criar, dispensar muito rapidamente, porque foi um processo rápido. O município cadastrava proprietários interessados em participar do programa, nós fazíamos o pagamento direto ao proprietário e a pessoa entrava na moradia e ali passava a desenvolver, então, o seu espaço de proteção. O que não tem absolutamente nada a ver do modelo moradia com o Housing First é que ele tinha tempo limitado, porque o recurso do projeto era limitado. E a gente sabe que essa não é uma prerrogativa do Housing. E as equipes, até hoje, continuam mistas, de forma integrada, atendendo a pessoa. E o que hoje ainda está em execução, o que a gente não conseguiu, teve muita dificuldade, foi na contratação de redutores de dano. Houve uma série de problemas no município, com o edital, enfim. Mas ele foi todo executado, todos os três eixos foram executados. E agora a gente ainda está em vigência, porque tem um valor de 200, 300 mil, eu acho, para a contratação dos redutores de dano. 00:56:07 Pesquisadora E aí você estava falando sobre essas oficinas de geração de renda que as pessoas inseridas na moradia participavam, né? Em relação ao terceiro eixo de atuação do projeto, que era esse eixo das bolsas de geração de renda. Como é que funcionava esse eixo, né? Porque eu acho que isso é um ponto muito importante, Interlocutora 12, esse eixo do trabalho e que muitas iniciativas tiveram entraves, tiveram dificuldades em implementar esse eixo do trabalho, da geração de renda. Como é que foi desenvolvido aí no Mais Dignidade? 00:56:43 Interlocutora 12 É que assim, Ana, quando a gente escreveu o projeto, a gente não buscou não fazer, potencializar o serviço, o trabalho que Porto Alegre já desenvolve. Nós não tínhamos nem tempo, porque o projeto nos foi dado em dezembro e a gente tinha... A matriz do projeto foi dada em dezembro, a gente tinha que entregar até 10 de janeiro o projeto escrito. Então foi um horror, assim, né? Porque daí estava mudando o governo, enfim, a gente queria muito esse dinheiro. Então a gente buscou aproveitar tudo que nós já tínhamos em Porto Alegre e incrementar com o dinheiro que a gente estava recebendo para melhorar o trabalho dessas equipes. Então, na verdade, eu hoje costumo dizer que a gente já fazia housing first sem a moradia. A gente só não tinha as casas. O resto a gente... A tecnologia de atendimento a gente sempre teve. Em Porto Alegre, nós temos um serviço que se chama... Eu vou me lembrar agora... É que ele é um serviço da saúde. Caramba! Ele é um serviço da saúde mental, tá? Eu vou te dar um nome porque tu vai procurar. GeraPOA. Ele é um serviço da saúde mental que trabalha com a geração de renda para pessoas com transtornos psíquicos, tá? Então ele tem um viés na terapia ocupacional. Só que eles criaram coletivos, eles têm CNPJ, eles comercializam seus produtos. Eles têm uma inserção muito legal em Porto Alegre. Eles trabalham na linha da produção de velas, papel artesanal, mosaico, enfim. Então lá nesse serviço chamado Gerapoa, que é um serviço da saúde, eles têm terapeutas ocupacionais, artistas plásticos, que trabalham com aquelas pessoas que, do ponto de vista das avaliações psíquicas, elas estão incapacitadas de fazer o trabalho. Eles vão fazer uma reabilitação. O que a gente fez? A gente, num primeiro momento, só um pouquinho, que estão me ligando de novo. 00:59:16 Interlocutora 12 Eu acho, Ana, que a gente vai dar uma aceleradinha aqui, porque eu vou ter que ligar pro meu presidente, porque a coisa tá ficando ruim.
Articulação com as políticas de moradia	00:32:42 Interlocutora 12 Então, vamos pensar que tu fosse uma pessoa credenciada ao programa. Tinha um plano de acompanhamento, ele era registrado, inclusive, no Diário de Porto Alegre, no Diário Oficial de Porto Alegre, em que as duas equipes compunham a sua avaliação daquele sujeito e faziam prospecção de acompanhamento, né? Então, isso dá uma legitimidade muito grande para o trabalho intersetorial, tanto que a gente já não tem mais pessoas em moradia há mais de um ano e a equipe Juntos na rua, ela permanece nos territórios. Isso constitui um fórum muito interessante, nós continuamos atendendo a população em situação de rua, a despeito de termos ainda as moradias pelo programa. Mas esse vínculo saúde-assistência se tornou muito forte, a partir da experiência. 00:33:41 Pesquisadora

	E aí você falou que além dessa vínculo de saúde-assistência e um trabalho junto com a Secretaria do Trabalho, as outras políticas, as outras ofertas tinham um vínculo mais frágil, esse diálogo ali. 00:34:02 Interlocutora 12 É quase inexistente, praticamente inexistente. E assim, não é demérito do modelo do programa, é porque é muito difícil, eu não sei a realidade de outros municípios ou outros estados, mas é muito difícil que outras secretarias se impliquem no cuidado da população de rua. A gente já dá graças a Deus que aqui não seja a cargo da Secretaria da Segurança, porque é muito comum. 00:34:32 Pesquisadora Sim, é muito comum. 00:34:35 Interlocutora 12 Como a gente tem um protagonismo muito grande ao longo de muitos anos trabalhando com a população, a gente ainda tem muita entrada nos governos, para falar com uma certa legitimidade disso. Mas com as outras secretarias ele praticamente não existe. Eu trabalho na assistência há 23 anos, eu me lembro que o último programa habitacional, que era do Minha Casa Minha Vida ainda, foi da última gestão do governo Lula, que nós tivemos 4 ou 5 unidades habitacionais destinadas à população de rua, o que agora está voltando, né? Esses dias eu estava lendo, agora está voltando acho que 3% ou um tanto, mas isso foi daquela época, depois nunca mais se teve. 00:35:23 Pesquisadora Tem uma normativa que eu acho que foi até por meio da Política Nacional de População e Associação de Rua, para incluir uma porcentagem do Minha Casa Minha Vida para o atendimento da pop rua. Mas como que isso vem funcionando na prática desde então, porque a Política Nacional da Pop Rua também é super recente, é de 2011?
Composição da equipe	00:37:33 Pesquisadora E aí, você estava me falando dessas equipes que foram equipes ali, que já estavam ligadas ao serviço de assistência social e de saúde, né, então não foi destinado um recurso para a contratação dessas equipes ali do Juntos na Rua. Eram equipes que já estavam ligadas no serviço e que foram compor essas equipes que fariam os acompanhamentos quinzenais nas moradias, as abordagens para identificar as pessoas em situação de vulnerabilidade para serem inseridas na moradia. Me fala um pouquinho mais de como que era a composição dessas equipes. Eram psicólogos, assistentes sociais, tinham outras categorias profissionais também, como é que era? 00:38:14 Interlocutora 12 Assim, ó, por a... Serviço de abordagem especializado, serviço especializado em abordagem social, ele é tipificado, ele é tipificado pela Política Nacional de Assistência Social, pelos SUAS. Então, quais são os profissionais que compõem, né, ele é, tanto é que tu disse, é nos CREAS, né, sim, ele é um serviço, o serviço de abordagem, ele é um serviço de CREAS. Quais são os profissionais que compõem uma equipe de abordagem? Psicólogos e assistentes sociais prioritariamente, educador físico, sociólogo, terapeuta ocupacional, podem, né, podem, mas prioritariamente assistentes e educadores sociais. Então, as nossas equipes de assistência, elas são 100%, a gente tem hoje ainda no município 11 equipes de abordagem, em média 120 trabalhadores, e elas são todas formadas por psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais. Daí da equipe da saúde, tu tinha, tens ainda, os médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem e os agentes comunitários. Então, assim, em cada território, porque assim, em Porto Alegre não tem consultório na rua em todos os territórios, né, então tem territórios aqui que a gente não tem consultório na rua, a gente tem equipe de abordagem, mas não tem consultório na rua. Aí nós fazíamos uma parceria com a Unidade Básica de Saúde, então os agentes comunitários de uma determinada unidade básica compunham com a equipe de abordagem as abordagens na rua. Claro, como o serviço das UBSs, ele não se dá na rua, então a gente não tinha uma equipe todos os dias em situação de rua, em situação de rua todos os dias fazendo abordagem nas ruas. Então, as equipes de assistência social identificavam, por exemplo, a Ana. Olha, a Ana tá lá embaixo do viaduto São Jorge, ela se queixa de dor disso, dor daquilo, então a gente chamava uma equipe de saúde, fazia o atendimento e se essa pessoa tivesse, então, o perfil do projeto, as duas equipes faziam a indicação para o Mais Dignidade. Nos territórios em que tem consultório na rua, cada equipe tem a sua agenda de trabalho, óbvio, né, a assistência social, tá? Nós estamos os dois turnos todos os dias na rua e as equipes de consultório também, mas eles têm as suas agendas de imunização, de TDO, então o que se faz é fazer convergência de pelo menos três ou quatro turnos por semana para que as equipes saiam juntas, para que se possa, então, cuidar do sujeito na integralidade das ações, né? E assim foi durante o programa, o que nós tínhamos em comum naquela época é que algumas pessoas eram acompanhadas efetivamente na rua e no domicílio pelas duas equipes, pelas equipes que indicavam, né, o recurso do Mais Dignidade. 00:41:42 Pesquisadora Entendi, acho que eu entendi, então, assim, as equipes eram as equipes da saúde e da assistência, né, dos seus respectivos serviços ali, consultório na rua, CREAS ou CRAS, unidade básica, e aí essas... 00:41:56 Interlocutora 12 No caso da rua eram só as equipes de abordagem, tá? Não, é, CRAS e CREAS não vão para a rua. O que a gente fazia depois que a pessoa já estava inserida na moradia, à medida em que ela fosse decorrendo o tempo de não estar na rua, aí uma equipe de abordagem não acompanharia mais, quem faria o acompanhamento era os CRAS e os CREAS, então, porque isso é perspectiva de sistema, né, que o SUAS e o SUS, a gente trabalha em básica, média e alta complexidade, então a nossa expectativa, toda vez

que a pessoa é atendida por uma equipe de abordagem, que a gente tente retroceder na pirâmide. Então, quando a pessoa estava instalada já na sua moradia, com uma determinada adesão, a gente buscava fazer uma contrarreferência para a CRAS, e aí as equipes de CRAS passavam a atender, mas o início da inserção na moradia e os primeiros seis ou sete meses de cuidado eram das equipes de abordagem e de saúde. Os CRAS e CREAS entravam depois que a pessoa já tinha uma certa adesão ao programa.

00:43:06 **Pesquisadora**

Então, as equipes que faziam esse acompanhamento com a pessoa, desde a abordagem, depois desse acompanhamento quinzenal, que você mencionou, das visitas domiciliares, não eram as mesmas pessoas, os mesmos profissionais.

00:43:26 **Interlocutora 12**

Eram sempre os mesmos profissionais. Mas aí, esses mesmos profissionais que iam fazendo essas articulações com os serviços, à medida que a pessoa ia se vinculando à moradia, para que ele se vinculasse aos serviços do território também. E aí, o pressuposto do vínculo, né? E a Ana na terça e a Interlocutora 12 na quarta. Então, o pressuposto do vínculo é exatamente que fossem sempre os mesmos profissionais.

00:43:52 **Pesquisadora**

E aí, essa equipe de profissionais que faziam essas ações, né, de visita, de abordagem, era tipo uma dupla que ia, ou era essa equipe de consultório na rua, que tem médico, enfermeiro, dependendo ali da quantidade de pessoas que estavam visitando o consultório na rua. Vai lá e faz esse acompanhamento, acho que é essa parte que eu não entendi muito bem.

00:44:16 **Interlocutora 12**

Tá, então vou pegar um exemplo prático. Tu é a pessoa em situação de rua, tu estás aqui em Porto Alegre, numa rua que é da zona norte. Eu sou assistente social da equipe de abordagem, tô com meu colega educador, e naquele dia está comigo o enfermeiro do consultório na rua da zona norte. A gente faz uma abordagem, a gente conversa contigo, e nós profissionais, então, identificamos que tu és uma potencial pessoa para o projeto. A gente te indica, tu ingressa na moradia, quem continua fazendo esse acompanhamento na moradia são as equipes que fizeram a primeira abordagem. Tá, pode ser o médico, pode ser o enfermeiro, claro que em algum momento, e aí que vem o detalhamento, é bom, se em algum momento a minha competência como enfermeiro não dá mais conta de te atender porque a tua questão é, vamos pensar, uma bolsa de colostomia, bom, um médico passa a fazer isso. Mas aí é da própria inserção do programa, tanto que uma das grandes inovações do housing é que existe toda uma inserção comunitária, então também a ideia não é que essa pessoa fique a vida inteira sendo atendida pelas equipes dos times de cuidado, mas sim que ela consiga buscar o seu posto de saúde, a sua farmácia distrital, então essa era uma das vantagens, mas claro a gente tá falando de pessoas que tem um uso problemático de substâncias, então pelo menos nos primeiros sete meses a gente tinha uma equipe que era sempre a mesma equipe pra que tu conseguisse fazer adesão e rotina, né, e aí depois a ideia era que a pessoa acessasse não mais o consultório na rua, mas o posto de saúde de onde ela tava morando, o CRAS de onde ela morava, né, que é um dos princípios do housing forte, inserção comunitária, né.

00:46:20 **Pesquisadora**

Perfeito, agora eu entendi, então essas equipes que faziam tanto a abordagem quanto o acompanhamento eram equipes que mesclavam os profissionais ali do consultório na rua daquele território com as equipes da abordagem social, que poderiam ser compostos de psicólogo, assistente social ou educador social, tá, e aí essa mesma equipe fazia esse acompanhamento mais de médio e longo prazo com aquela pessoa e além das visitas domiciliares e da abordagem na rua propriamente dita, que outras ações essas equipes desenvolviam, podiam desenvolver, né, você deu exemplo, por exemplo, a pessoa tá com uma bolsa de colostomia, então esses cuidados em saúde também poderiam ser realizados ali diretamente com aquela pessoa na moradia.

00:47:08 **Interlocutora 12**

Prioritariamente, Ana, a gente sempre advoga a favor da autonomia do sujeito, então nós trabalhamos já há muitos anos com a ideia de que um médico precisa ir no domicílio até o ponto em que esse sujeito consiga ir por si só, porque o Estado não vai conseguir dar conta do tutelamento de ninguém, então até que o sujeito entenda a necessidade de cuidados que ele precisa ter, a equipe continuava indo, mas sempre o trabalho, tanto da assistência quanto da saúde, é trabalhar pela autonomia do sujeito, então se a pessoa está domiciliada pelo programa, se ela requer cuidados de saúde, que ainda, e ela ainda não consegue buscar isso de forma autônoma, a gente fazia o cuidado em domicílio, mas as próprias equipes de assistência, por exemplo, marcavam uma consulta num posto de saúde, a equipe ia lá, levava a pessoa no posto de saúde daquela comunidade por duas ou três vezes, apostando que na terceira ela fosse sozinha, e a gente ia medindo, né, isso daí são indicadores de medição, tu vai dando autonomia pro sujeito, tu vai vendo quanto ele consegue cumprir em benefício próprio, se não for possível, se retoma o atendimento, mas assim, quais foram as relações que a gente fez, né, então, as pessoas, primeiro elas estavam inseridas também naquele terceiro eixo que eu te falei que era de geração de renda, né, então todos eles participavam das oficinas de costura, não me lembro quais eram as oficinas, costura, produção de vela, vitral, tinham seis ou sete, então assim, elas faziam parte de um curso e recebiam uma bolsa por isso, e as equipes faziam esse acompanhamento, os acompanhamentos em saúde mental as equipes faziam, AD também, né, os acompanhamentos em saúde, visitas domiciliares da pessoa atendida na sua família, inserção familiar, né, então é uma equipe que faz que trabalha no que a gente sempre trabalhou, assim, na capacidade de

fazer com que a situação de rua ela seja superada, né, e aí tu vai armando, tu vai armando uma rede de cuidados pra que cada um consiga cumprir o seu plano, tem pessoas que não tem uma saúde muito prejudicada e a gente conseguiu inserir no mercado de trabalho, então as equipes faziam currículo, faziam visitas de entrevista, levavam uma pessoa, enfim, né, ambienta o sujeito pra começar a viver uma prática de não estar na rua mais, estar num domicílio, é aí até cuidar dos domiciliares, né, como cozinhar, é como limpar um vaso sanitário, dar descarga, essas coisas básicas as equipes faziam no domicílio, né, porque a gente teve pessoas que ingressaram no programa, eu acho que foram umas três pessoas que tinham dez anos de situação de rua e nunca tinham usado um vaso sanitário, né, então são cuidados mínimos, mas que a gente teve que ensinar também a fazer, né.

00:50:36 **Pesquisadora**
Entendi, entendi, então tem um conjunto de ações que essas equipes desempenhavam tanto nas moradias quanto fazendo essa articulação com o território, com a rede, com todos os serviços. Claro, com a própria família da pessoa, né.

00:50:52 **Interlocutora 12**
Aham, sim.

00:50:54 **Pesquisadora**
E aí você tava falando, né, dessas ações muito, de atividades de vida diária, né, que a gente chama das AVDs, que a galera da terapia ocupacional trabalha muito com essa perspectiva. Esses profissionais que integraram essas equipes juntos na rua, que, enfim, que de alguma forma atuaram no projeto, seja diretamente fazendo as abordagens e esse acompanhamento na moradia, seja a rede como um todo, esses profissionais tiveram algum tipo de treinamento, de capacitação, de formação em relação ao que estava sendo discutido e trabalhado nesse projeto?

00:51:37 **Interlocutora 12**
Sim, sim. Ah, que bom que você perguntou isso. Assim, ó, quando a gente construiu o projeto, né, quando a gente começou a escrever o projeto, nós escrevemos com entre quatro âncoras. A expertise da política do SUS, saúde, a expertise da política do SUS, da assistência, com o coletivo de trabalhadores, então nós reunimos as equipes de abordagem por representação, né, as equipes de abordagem social e as equipes de consultório na rua e com a população de rua pelo comitê intersetorial. Então, quando a gente começou a escrever o projeto, nós fizemos um zoneamento de cidade. Nós tivemos que a cidade é grande, então a gente dividiu por zonas, por equipes. Essa organização do projeto, de onde ele atuaria e como foi construído com as equipes. Foram eles que desenharam conosco a possibilidade de atuação na cidade. Então, é porque a gente tem, isso é tão natural, a gente tem fóruns sistemáticos e mensais com as equipes de abordagem aqui em Porto Alegre, né. Então o que nós fizemos, nós reunimos nesse fórum, trouxemos a proposta do governo federal, já tínhamos mais ou menos um arcabouço escrito e, bom, essa é a tarefa. A gente vai trabalhar com a população em situação de rua e faz uso de substância para quais nós temos recursos destinados. Então, e aí as equipes desenharam o projeto conosco, né. Quantas equipes, quantas vezes por semana, quais as regiões, quais os benefícios. Então, eu tenho uma zona sul que é absolutamente distante da zona norte. Então, como é que eu ia captar um proprietário lá na zona sul? Bom, quem me dizia era a equipe que trabalhava lá. Ó, a gente tem tal e tal sujeito, dá uma ligadinha para ele. Então, as próprias equipes, inclusive, iam captando moradias para que o cara que está na rua da zona sul não tenha que vir aqui para o centro de Porto Alegre para conseguir uma casa. Porque daí tu provoca um movimento contrário, né. Tu tem que ter uma casa e o sujeito provoca um movimento contrário, né. Tu tira ele do território. Então, as equipes, elas foram, na verdade, elas escreveram o projeto junto. Não foi algo que a gente implantou a despeito do que se podia executar e do conhecimento que cada um tinha da sua região, né.

00:54:18 **Pesquisadora**
E aí você falou desses fóruns, né, que vocês fazem com as equipes de abordagem social.

00:54:24 **Interlocutora 12**
Então, esses fóruns eram os espaços de formação, pensar assim, de supervisão do trabalho dessas equipes, de como estava sendo realizado, de como estava sendo desenvolvido, as dificuldades que estavam encontrando, se discutia nesses fóruns mensais. É, em verdade, a gente fazia fóruns mensais. Eu te falei que foram nove equipes, né, de juntos na rua. Nove territórios da cidade. Nós tínhamos nove fóruns, então eu e a minha colega, que éramos as supervisoras, e a gente fazia a discussão do próprio programa com base nos casos que a gente atendia. Então, vamos lá, temos o caso da Ana. Quem é a Ana? Qual é a dificuldade? Por que ela não está conseguindo ser atendida no hospital? O que está acontecendo? Então, nós pegávamos as pessoas daquelas equipes que estavam inseridas e no matriciamento de casos, a gente discutia as próprias bases do programa.

00:55:25 **Pesquisadora**
E aí era bem esse trabalho de supervisão mesmo, né, de saber o que está rolando, as dificuldades que as equipes estão tendo, a partir do que se trazia dos próprios casos.

00:55:35 **Interlocutora 12**
Sim, porque daí eu e essa minha colega, nós tínhamos ferramentas institucionais e governamentais para poder auxiliar, né? Toda vez que uma equipe não conseguia, por exemplo, destrancar um processo burocrático no INSS. Muito comum, olha, a pessoa precisa de um BPC e não se está conseguindo destrancar. Bom, então aí a gente entrava com todo um aporte de governo mesmo para conseguir dar conta disso com as equipes.

Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	00:00:49 Pesquisadora Então, Interlocutora 12, me fala aí como que foi o trabalho que você desenvolveu, que você esteve junto nesse projeto de housing first aí de Porto Alegre. Como é que isso surgiu, assim? 00:01:05 Interlocutora 12 Tá, então, em 2017, o então... Ele era ministro, eu acho que era ministro o Osmar Terra, se não me engano, ele era ministro na época. Ele veio ao município de Porto Alegre e naquela gestão, naquela gestão política que estava iniciando, ele fez a... Falou de alguns programas, enfim, e em algum momento ele fala de um financiamento do governo federal. Ele era alocado na Secretaria Nacional de Álcool e Outras Drogas, na Senad, e era o... Ele tinha uma matriz para desenvolvimento das ações. Não falava em housing first, ele não falou, mas quando a gente pediu acesso, então, aos documentos para tentar capital recurso do governo federal, lá dentro do investimento dado para o programa, a gente, então... E eu digo a gente porque éramos eu e uma colega da Secretaria da Saúde, eu era da assistência e ela da saúde, nós nos deparamos com uma matriz de orientações para a escritura de um projeto e ele vinha, então, na linha do modelo housing first. Então, a matriz nos orientava aos estados que quisessem concorrer a esse financiamento, então, deveriam escrever projetos, óbvio, daí vinha, isso é 2018, já tem um certo tempo, vinham ali orientações de como que esse projeto tinha que estar estruturado. E uma das linhas era que 60% do valor do projeto, que era um valor de 2 milhões, ele deveria estar calcado na perspectiva da oferta de espaços de moradia. Então, não era um projeto que poderia ser feito para ampliar a CRAS, nada disso, ele tinha que ser na lógica de pessoas em situação de rua, especialmente mulheres e mulheres gestantes, que faziam uso de substâncias psicoativas, então, esse era o esforço maior do projeto. Ele tinha que ser escrito para a proteção das pessoas em situação de rua, especialmente mulheres gestantes e usuárias de substâncias psicoativas. E, dentro desse, dentro do projeto, o valor maior, ele teria que ser destinado, então, à questão da moradia. 00:04:08 Pesquisadora Esse... Desculpa, te interrompi, pode continuar. 00:04:12 Interlocutora 12 Não, pode perguntar, porque, de repente, eu vou indo para longe das coisas que você precisa saber. 00:04:20 Pesquisadora Não, mas é bem por aí mesmo, é que eu fiquei pensando se essa proposta que estava alocada na Senad era o projeto Redes, que era uma parceria da Senad com a Fiocruz? 00:04:36 Interlocutora 12 Sim, era um dos eixos do projeto Redes. 00:04:38 Pesquisadora Ah, tá legal. 00:04:40 Interlocutora 12 Tinha outros, mas esse era um deles. 00:04:44 Pesquisadora Eu perguntei por que ele implementou projetos com essa proposta, de inserção social, de proteção de pessoas em vulnerabilidade em vários municípios. Palmas foi um dos municípios que também foi contemplado com essa proposta. 00:05:02 Interlocutora 12 Aham. 00:05:04 Pesquisadora Tá, aí você estava me falando que, então, a partir desse recurso, vocês escreveram um projeto ali, tendo a articulação entre Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde. 00:05:17 Interlocutora 12 Isso. E por que a gente escreve nessa rede de cuidado? Porque nós temos em Porto Alegre, tínhamos e temos hoje até ampliado, a oferta dos serviços de abordagem, que são esses com os quais eu trabalho até hoje, né, nós temos 11 equipes de abordagem que trabalham nas ruas, com o atendimento da população em situação de rua, e nós temos também na cidade de Porto Alegre Consultórios na Rua. Então, como o objeto da proposta da Secretaria Nacional era trabalhar com a população de rua, no modelo de cuidado e atenção ao uso de álcool e outras drogas, a gente pegou isso que nós já tínhamos no município. Porque era um valor de 2 milhões, é um valor bom, mas ele não tem como, por exemplo, contratar pessoal, enfim, porque daí são custos muito altos. Então, eu e essa minha colega, na época, a gente... A gente optou por investir, então, maciçamente em recurso para a população e utilizar a rede de profissionais de serviços que a gente já tinha. 00:18:46 Pesquisadora
--	--

	E você estava falando inicialmente que quando chegou essa proposta para vocês desenharem esse projeto, não se tinha ali a proposta do Housing First especificamente. Tinha ali alguns tópicos a serem contemplados na construção desse projeto, mas o Housing First não estava posto inicialmente. Em que momento ele entra nessa discussão, Interlocutora 12? 00:19:09 Interlocutora 12 À medida em que... Porque os materiais do Housing ainda são muito novos no Brasil. Eu acho que agora, muito recentemente, a gente vê o governo federal falando... E teve até uma portaria em 2021, uma portaria do Ministério da Mulher e Cidadania, que coloca o Housing First como programa prioritário para a atenção à população de rua. Mas os materiais ainda eram muito escassos. Então, quando a gente lança esse projeto pelo governo federal, é a primeira vez que a gente ouve falar. E a partir dali os materiais começam a surgir. Eu e essa minha colega, a gente começa a interagir com outros estados que tinham muita vontade, mas também não tinham a premissa ainda. Então, a gente começa a entender e entende que muito do que a gente desenvolveu estava baseado no modelo Housing First, mas a gente nem sabia disso direito. A gente foi executando com as diretrizes da política de assistência e de saúde. O que a gente começa a ver ao longo do tempo? Buscando teorias e materiais de apoio, nós contratamos, em 2020, uma equipe do Telesaúde para monitorar o projeto. Uma equipe fora, porque a gente não tinha... Ele é um programa de muita evidência científica, então tem que medir isso. E nem eu e nem essa minha colega tínhamos essa capacidade. Nós somos técnicas, então a gente não conseguia fazer tudo ao mesmo tempo. Mas o Telesaúde fez a avaliação do projeto com os indicadores próprios. 00:21:27 Pesquisadora E aí você estava me dizendo da avaliação dessa equipe que vocês contrataram do Telesaúde, que aí tinham indicadores, tinha uma avaliação e um monitoramento sistematizados, mais ou menos, né? E o que é essa equipe do Telesaúde? 00:21:46 Interlocutora 12 Eu não sei. A equipe do Telesaúde foi uma consultoria, uma consultoria que nós contratamos para avaliar e medir o projeto, o índice, fazer as leituras técnicas, mas foi uma consultoria que a gente contratou. Para fazer... 00:22:09 Pesquisadora Inclusive... Pode falar. 00:22:12 Interlocutora 12 Não, é isso. 00:22:14 Pesquisadora É que eu ia falar que, inclusive, eu soube da existência do projeto I de Porto Alegre por conta das duas publicações que tiveram sobre o Housing First e publicações federais, né? Foi uma de 2019, que eu acho que falam sobre a existência do projeto de Porto Alegre, aquela é possível Housing First no Brasil, e uma que saiu ano passado, que aí eu acho que também fala da experiência de Porto Alegre, mas daí vai trazer, ali falando dessas diretrizes mesmo do Housing First, né? 00:22:47 Interlocutora 12 Ah, se tu puder, inclusive, me passar esse, talvez eu não tenha. 00:22:52 Pesquisadora Tá, eu mando. 00:35:51 Interlocutora 12 É recente também, então ainda está bem pouco consolidada. Enfim, aí é isso, né? Entra muito no eixo da assistência. 00:36:00 Pesquisadora Então, a população em situação de rua vai para a assistência, né? 00:36:06 Interlocutora 12 Que bom que tu falou na Política Nacional da População de Rua que eu esqueci de te falar que o projeto que a gente chamou, aqui em Porto Alegre é o nome de Mais Dignidade, tá? Isso foi um batismo do governo e eu disse para a minha colega que ficava indignada, eu digo, não briga pelo nome, deixa eles darem o nome que eles quiserem. A gente vai trabalhar igual, deem o nome, podem dar, querem dar, eu achei horroroso, mas enfim, cada um dê o nome que quiser. Que era uma briga, claro, todo santo queria ter um milagre, né? Daí o governo queria ter o nome de, tá, deixa, dá o nome que quiser. Mas ele foi construído com o Comitê da População de Rua, aqui de Porto Alegre. Então, eles escreveram conosco as bases do projeto lá em 2018. Ele foi construído, então, tecnicamente, mas com a população de rua também. 00:37:02 Pesquisadora É, o CIAMP, né? 00:37:05 Interlocutora 12 O CIAMP é nacional. Tem o CIAMP nacional e tem os, aqui é Comitê Intersetorial Municipal. É CIAMP também, mas aí é a nível municipal, né?
--	---

	00:37:19 Pesquisadora Eu ia te perguntar mesmo o nome, porque isso foi uma coisa que eu não cheguei a encontrar, que bom que você falou, né, Mais Dignidade.
Efeitos da intervenção	00:14:56 Pesquisadora E aí, então, vocês tiveram um ano de execução do projeto com esse recurso que veio da Senad, que aí foram implementados? 00:15:10 Interlocutora 12 Não, nós tivemos quatro anos com ele, porque a gente ia dispensando bolsas ao longo do tempo. Nós chegamos ao total, eu fiz o relatório final, nós atendemos... Ui, não me lembro do número agora. Mas em média, 200 pessoas fizeram uso das moradias. Algumas evadiram no meio do processo, faziam um uso muito crônico, ou a gente teve uma relação muito difícil com os proprietários, ainda é muito, muito difícil que essa população seja aceita pelo menos em imóveis particulares. Por isso que o modelo não pode ser com imóvel particular, é bastante difícil. Mas a gente executou por quatro anos, e aí tivemos quase 200, se não me engano, 214 pessoas que se beneficiaram, 162 concluíram, era um ano de bolsa, concluíram esse um ano, e dessas, 160, 90 delas migraram para outros benefícios do próprio município, e já estão praticamente cinco anos fora da situação de rua. 00:16:24 Pesquisadora Entendi. Eu não entendi, foi a execução de quatro anos, Interlocutora 12? 00:16:29 Interlocutora 12 A gente começou a executar em 2018, execução porque foi quando terminou o dinheiro para as bolsas de auxílio, ela terminou em 2022 agora. Então a gente executou em 2018, 2019, 2020 e 2021, ela terminou no final de 2021. Aí a gente não tinha mais dinheiro, não conseguia mais executar pelo dinheiro do governo federal. Mas daí no município a gente implantou o auxílio moradia. E aí muitas pessoas permaneceram com as moradias pagas pelo município, por valor dos cofres municipais. 00:17:04 Pesquisadora Entendi, então o município conseguiu absorver essa proposta desse projeto que tinha iniciado e continuar esse desenvolvimento. Entendi. 00:17:16 Interlocutora 12 Hoje nós temos 650 moradias, não todas para a população de rua, e eu não sei porque daí não fica no meu setor, mas eu acredito que umas 200 pessoas em situação de rua fazem uso do auxílio moradia. 00:17:32 Pesquisadora Entendi. E que segue esse auxílio moradia, ele segue a mesma proposta de baixa exigência, de não ter um conjunto de condicionalidades para acessar? Ou ele tem um desenho diferente? 00:17:48 Interlocutora 12 Não, a única condicionalidade que a gente ainda propõe é que a pessoa se mantenha em acompanhamento. 00:17:57 Pesquisadora Por essas equipes de abordagem da rua, né? Essas equipes de rua. 00:18:02 Interlocutora 12 Daí pode ser equipes de CREA, de CRAS, hoje os CRAS também fazem uso. Mas a baixa exigência está posta desde o princípio. E aí ele se assemelha muito ao Housing, porque sempre a gente teve muita dificuldade de... Isso da política, né? Não Porto Alegre. De acreditar que a população de rua pudesse se beneficiar. Então sempre muitas exigências. Ah, primeiro tem que passar por desintoxicação, depois tem que ir para um abrigo. E a gente quebra um pouco isso à medida que a pessoa sai da rua direto para um espaço de moradia. 00:18:41 Pesquisadora Sim. 00:59:36 Pesquisadora Talvez pra você me dizer, Interlocutora 12, quais as transformações que você percebe que o projeto em Porto Alegre possibilitou? Tanto pra população de estação de rua, mas também transformações pra ti enquanto profissional, pessoa que escreveu o projeto, que desenvolveu junto, pra, enfim, pro cuidado da pop rua. 00:59:57 Interlocutora 12 Olha, Ana, eu vou te dizer assim, bem sinteticamente, tá? Pra mim tem duas... Como eu já tô há um tempo, como ele já terminou há algum tempo como projeto, eu tô um pouco afastada, à distância, às vezes, dos da capacidade de síntese, né? Se me fizesse essa pergunta dois anos atrás, eu ia ter um monte, um monte, um monte de coisa. Mas hoje, pra mim, ela é muito sintética, mas muito bonita. Primeiro que... A gente é muito preconceituoso com a capacidade que as pessoas em situação de rua têm de conseguir conviver numa moradia. A gente apostou a vida inteira no que o Housing chama de modelo etapista, né? Primeiro tu vai pra um abrigo. E isso é a maior bobagem. Nós atendemos e conseguimos concluir o projeto com pessoas que estavam há seis, sete anos em situação de rua que não conseguiam conviver nos espaços públicos e que

	melhoraram a condição de vida de forma bárbara. Isso foi um dos frutos que a gente colheu. Nós tivemos a redução de 30% das internações psiquiátricas por uso de substâncias pelo simples fato da pessoa ter a sua moradia. Porque fazia um uso, fazia um uso mais seguro, mas porque também se alimentava, porque dormia bem, porque não se envolvia em furtos. Então, assim, a moradia é o direito fundamental a ser garantido sem sombra de dúvidas, acima de qualquer exigência. Isso foi um legado, porque nós não tínhamos antes, né, no projeto. Foi um legado pra mim, pros meus colegas, pras equipes. É um mito de que a população de rua não consegue dar conta da sua casa. É mito. É mito total. Depois a gente tem, eu tenho assim, colho como grande fruto. Daí aprendizado meu também, porque eu estou há 23 anos na assistência e eu trabalho em todos os abrigos de Porco Alegre. Eu tinha a pecha máxima de que é só a regra imposta que dá, né, a regra, o condicionamento, o protocolo, ou a abstinência que dá conta de que as pessoas consigam superar a situação de rua. Isso não é verdade. A questão de que, sim, a moradia é o recurso, mas é o suporte técnico, o apoio, o atendimento, que vai dar condições de que a pessoa reconstrua paradigmas de uma vida saudável. E aí saudável não é isento de drogas, não. Pode ser, desde que o uso não problematize a sua própria vida. Então equipes com formação, equipes que tenham entendimento da não abstinência apenas, embora muitos desejem e conseguiram, isso não era imposto por nós, era desejo mesmo. É uma grande vitória, sim. E a questão da intersetorialidade, né. Assistência social, e eu venho da assistência, não dá conta, até porque assistência é uma política de passagem, ela não dá conta da problemática de nenhum cidadão que está na população de rua que tem um número grandioso de violações impostas, né. Então é isso pra mim, intersetorialidade, equipes de apoio e moradia sem qualquer prerrogativa de exigência foram os grandes legados que a gente trouxe pro projeto. Os grandes. E as minhas colegas estão me incitando, tem que escrever, tem que escrever o dia. Eu não consigo nem parar no final de semana de atender o telefone, mas um dia, sim, é uma das minhas vontades. 01:03:46 Interlocutora 12 Eu estou com muita vontade agora, eu acho que eu te falei sobre isso, de conversar com colegas de outros municípios ou de outros estados que tenham, conversar mesmo por chat, fazer uma sala aberta, um bate-papo, porque acho que a gente vem agora, esses anos que vêm, eu acho que vem muita coisa legal, assim, sabe. Graças a Deus, né. Então acredito que virão outras ideias, investimentos, e eu estou com muita vontade de conhecer. Eu conheço o pessoal de Curitiba, mas nunca fui muito além. Então até vou te pedir também, esse é um pedido, né, os contatos que tu tenha do pessoal de outros lugares do país que executaram ou que estão afim ou que estão estudando. Eu tenho vontade bem de fazer um grupo mesmo, um chat, alguma coisa assim, com esse pessoal, para a gente trocar ideia, né. O município de Porto Alegre está investindo em moradia, moradia sem nenhuma exigência. A gente deve ter em torno de 200 pessoas que estão em auxílio moradia, sem ter que passar por nenhum tipo de condicionamento, de passar por abrigos ou nada disso. Então a gente conseguiu um recurso próprio, e aí veio do projeto mesmo. 01:05:05 Pesquisadora Massa, Interlocutora 12. Eu vou te passar, eu fiquei de te passar os materiais ali que eu te falei, né, as produções do curso. Vou te passar também o meu material do mestrado, que ali eu já fiz um pequeno levantamento, na época bem menor do que o que eu estou fazendo agora no doutorado, mas já fiz um pequeno levantamento de algumas dessas experiências, e aí eu falo da experiência aqui de Palmas. E aí vou te passar também outros materiais de pessoas que pesquisam sobre o Housing First também, né, se você tiver interesse. E eu acho super legal essa ideia de ampliar esse debate para um espaço coletivo, sabe?
Dificuldades e outros desdobramentos	00:13:41 Pesquisadora E quais foram as dificuldades que vocês tiveram na contratação de redutores de dano? Foi de encontrar pessoal, de implementar esse trabalho com a redução de dano especificamente? 00:13:54 Interlocutora 12 Não, porque Porto Alegre já trabalhou e trabalha agora bastante com os redutores. Nosso projeto de redutores é dos anos 2000, mais ou menos. Na verdade, foi no modelo de contratação. As orientações dadas pelo governo federal, a gente não conseguia aplicar nem numa terceirização. Agora, por último, nós abrimos um edital para cadastramento de pessoas autônomas. Mas aí é um projeto curto para um profissional se dedicar só para isso. Como o dinheiro não é muito grande e o município ainda não investiu com o seu recurso próprio, a gente teve poucos candidatos. Nós temos recurso para contratar 12 redutores e se candidataram só dois. E a gente não pôde abrir o edital porque não pode abrir só para dois. Então, foi bem do ponto de vista jurídico mesmo. 00:14:54 Pesquisadora Entendi.

Interlocutora 13 – REDES – Brasília/DF (nacional)

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	00:17:24 Pesquisadora

	Tá, e aí, Interlocutora 13, você falou, né, dessas experiências que você percebe que foram as experiências mais potentes, né, que deram mais resultados no sentido da proposta do REDES, dessa articulação e dessa inserção social, o que que tu pode compartilhar dessas experiências, assim, que você teve conhecimento, que você conheceu, como é que foi? 00:17:50 Interlocutora 13 Ah, assim, né, é importante dizer que dessas experiências, eu o que eu tenho é muito escuta de relato, leitura de relatório, mas presencialmente eu não tinha nenhum. Então, assim, o de Fortaleza foi um que me deixou muito feliz de acompanhar, que num determinado momento, os usuários estavam entrando no Minha Casa Minha Vida para ter uma casa própria, não mais numa lógica de política temporária, mas sim uma política de moradia definitiva para algumas pessoas que participaram do programa, né. Então, por exemplo, essa é uma questão de Fortaleza que eu acho muito interessante. No caso de Palmas e Brasília, eu acho que... Tem uma pessoa boba do meu lado que toda vez que eu falo Palmas, ele faz isso. É. No caso de Brasília e de Palmas, eu acho que eles foram muito inclusivos, conseguiram estabelecer um programa, de fato, de baixa exigência e articulado com outras políticas. Acho que basicamente isso, assim. Fortaleza, acho que foi forte, por ele ter sido mais longo e ter gerado perspectivas mais sólidas e concretas de moradia para as pessoas. E Brasília e Palmas, essa questão de terem articulado muita coisa, terem trabalhado de forma integrada com outras áreas e coisa e tal. 00:19:40 Pesquisadora O de Fortaleza foi mais longo? 00:19:44 Interlocutora 13 Eu não sei te dizer ao certo. Eu sei que depois que acabou o convênio, ainda teve alguns investimentos da própria prefeitura e coisa e tal. Tudo isso a Regina vai conseguir te falar. 00:19:55 Pesquisadora Legal, legal. Então, ele foi para além de um ano, não é? Porque o investimento inicial era de um ano do Redes. O de Palmas aqui também. O de Palmas foi implementado em 2016, ele acabou em 2019. Porque depois do convênio do Redes, conseguiu, na gestão municipal, manter por mais dois anos. Mas também acabou. E aí, o que você poderia me falar, pensando a nível de gestão mesmo, que foi esse papel que você esteve no Redes, como que era esse cuidado? Como é que era essa clínica, esse cuidado pensado para esses projetos de inserção que trabalhavam com o Housing First? 00:20:47 Interlocutora 13 O cuidado para a implantação dos serviços? 00:20:53 Pesquisadora O cuidado pensado, como que era pensada essa oferta de cuidado para essas pessoas que estavam sendo inseridas nesses projetos, nesses programas, como é que foi desenhado isso? 00:21:14 Interlocutora 13 Eu acho que sempre, a lógica sempre foi de que não fosse uma iniciativa isolada. De que fosse uma iniciativa que trabalhasse de forma articulada, principalmente com saúde e assistência social, e com outros setores que a gestão local achasse pertinente e tivesse espaço. Talvez não adianta a gente querer trabalhar com a cultura se a cultura não quer saber de 'nóia'. Vai vir bêbado aqui no meu serviço, eu não quero. Então, acho que isso, de que não fosse simplesmente dar uma moradia, mas que isso viesse com um pacote, um acesso a um pacote de direitos. E eu acho que isso é uma coisa que a gente tem que pensar. Eu acho que isso é muito importante, pensar nessa articulação de diversas políticas, de diversos serviços, e como elas se conversam para garantir esse pacote de direitos. Que daí não é só o direito à moradia, mas que com esse direito à moradia vem o direito à alimentação, o direito ao acesso aos serviços de saúde, de assistência, de trabalho. Ao trabalho.
Eixos de trabalho	00:30:17 Pesquisadora E pensando assim, se fosse pensar em diretrizes para a atuação desses projetos de inserção, como é que elas foram pensadas? Quais eram essas diretrizes? Acho que, claro, o housing first, mas o que mais? 00:30:32 Interlocutora 13 Na verdade, não era somente o housing first, a gente criou três ou quatro linhas de projetos, então, era moradia, trabalho e geração de renda, esporte, cultura e lazer. Estou esquecendo alguma. E aí os municípios podiam apresentar projetos com duas frentes articuladas. Então, a gente quer trabalhar só trabalho e geração de renda e acesso a esporte, cultura e lazer. Aí apresentavam um projeto, um orçamento e coisa e tal, e a gente fazia uma avaliação técnica se a gente iria aprovar ou não aquele projeto. Mas eram projetos que articulassem duas frentes, pelo menos duas frentes dessas que estavam postas na chamada. 00:31:48 Pesquisadora Que aí poderiam ter esses projetos, desses oito, por exemplo, que contemplaram a frente da moradia e mais a frente do trabalho, por exemplo. 00:31:58 Interlocutora 13

	Isso. Aí teve projeto que era moradia e formação profissional, não tinha trabalho. Enfim, tinha algumas características aí diferentes. Isso era o que abarcava essa especificidade do município, que era como ele conseguiria articular. E aquilo que o município dava conta mesmo. Às vezes não adiantava a gente chegar com uma proposta muito arrojada de moradia, de baixa exigência, e o município não tinha uma assistência social, não tinha uma saúde capaz de absorver todas essas demandas que se desdobram a partir de um programa desse. 00:32:49 Pesquisadora Sim.
Costura com a RD	00:32:49 Pesquisadora E aí você estava falando antes, Interlocutora 13, você mencionou aí sobre a proposta de trabalho com a redução de danos. Como que se articulou, na perspectiva dessa construção do Redes, como que se articulou a redução de danos? Como é que foi pensada essa articulação? 00:33:12 Interlocutora 13 Isso era sempre posto como uma... Ética do cuidado, né? A lógica de que o fato da pessoa estar usando droga, isso não diminui os direitos dela. Então... Acho que menos na lógica da redução de danos, daquela coisa da distribuição de insumo e coisa e tal, mas como uma ética que é transversal a todo cuidado. Com a questão da baixa exigência dentro da moradia, enfim. Essa lógica mesmo, de que o uso de drogas não diminui os seus direitos. 00:34:11 Pesquisadora Legal. Acho que vem também muito dessa construção que o próprio De Braços Abertos vinha fazendo ali no território de São Paulo. Pensar, beleza, em ações objetivas, redução de danos, mas pensar na redução de danos também nessa postura de cuidado ali no programa, naquele território de vulnerabilidade.
Composição da equipe	00:28:00 Pesquisadora E aí você falou dessas ações de formação. Vocês ali, enquanto projeto Redes, como que se davam esses passos de formação com os municípios que conseguiram e que aceitaram aderir a esse convênio? Para pensar nessa... Pensando assim, bom, então está, a gente está falando aqui de uma proposta de housing first, de aumentar a moradia, quem vai participar, quem vai firmar esse convênio. Aí, beleza, o município ia lá, firmava o convênio para captar esse recurso e implementar o projeto. Como que era esse alinhamento, acho que conceitual mesmo, de princípios? 00:28:46 Interlocutora 13 O Redes sempre teve essa lógica de respeitar a especificidade e as características de cada um dos municípios, então a gente não tinha nenhum pacote. A gente teve algumas ações mais nacionalizadas, fez um negócio que a gente chamava de road show do professor Nery lá da Bahia, ele andou o Brasil inteiro falando do porquê os humanos usam drogas e coisa e tal, mas, no geral, era a partir de uma conversa que esse articulador fazia com o município, a gente identificar uma pessoa que pudesse ir lá, organizava um seminário com esses temas que eram levantados por esse articulador, por esse diagnóstico feito por esse articulador, eram seminários, rodas de conversa, visitas técnicas, acho que todas essas frentes aí, a partir das características da demanda apresentada, a leitura feita daquele município. E esse papel formativo, de capacitação, ficava com esse mobilizador local, com esse articulador local que organizava esses espaços de alinhamento conceitual, de falar o que era esse housing first, qual era a perspectiva que você estava trabalhando ali, que era a proposta a ser trabalhada.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	00:01:43 Pesquisadora Como é que foi essa experiência lá e como é que se insere nessa sua experiência a proposta dos PIs? 00:01:53 Interlocutora 13 Tá. É... Vamos lá. Bom, o projeto Redes, ele surge no final de 2013, início do ano de 2014, como uma iniciativa fruto de uma parceria entre a Fiocruz, a Fundação Oswaldo Cruz, e a Senad, Secretaria Nacional de Política de Drogas. O objetivo dessa parceria era promover intersetorialidade nos municípios que tinham feito adesão ao programa Crack, que é possível vencer. Que era um decreto presidencial, né? E ele visava aí algumas ações dentro da segurança pública, dentro da assistência social, dentro da saúde, que a observação do governo federal, né, indicava aí que essas frentes atuavam de forma desarticulada nos territórios, nesses municípios que fizeram adesão ao programa Crack, que é possível vencer. Então, a ideia do projeto era essa, promover essa articulação intersetorial. Para isso, partíamos de diálogos, inseríamos um articulador no território, que no caso de Palmas era o César, e depois ele virou supervisor regional, enfim, interlocutor, mas tinha essa figura do articulador local, que ele visava fortalecer o comitê gestor do programa Crack, que é possível vencer, e promover espaços de discussão de casos, de articulação entre esses setores envolvidos no programa. O projeto inicialmente atuava em 21 municípios, por uma questão orçamentária mesmo, a gente não tinha recursos para trabalhar, com os 118 ou 119 municípios que tinham feito adesão ao programa. E depois a gente avançou para outros municípios, mas a partir disso, selecionando os municípios que realmente estavam implementando as ações previstas no programa e coisa e tal. Bom, esse era um geral do Redes, então a lógica era sempre essa, de trabalhar a partir da gestão até chegar nos serviços de atendimento a essa população em situação de abuso de substância e situação de vulnerabilidade social, os vulnerabilizados. Nesse meio tempo, a Prefeitura de São Paulo começou a trabalhar com o programa DBA, e a gente, enquanto Senad e Fiocruz, observando e dialogando com o município de São Paulo, por entender que era uma iniciativa bastante eficaz, e aí disso começam a surgir as primeiras discussões sobre Housing First no Brasil, já

tinham tido outras experiências, mas talvez não com esse nome. E aí, quando surge uma oportunidade dentro da Secretaria, da Secretaria Nacional de Política de Drogas da Senad, a gente abre uma chamada pública para os municípios que estavam no Redes, no programa CRAC, que estavam nos dois, tanto no projeto Redes quanto no programa Crack, para que pudessem implementar modelos de moradia baseados no Housing First, que integrassem iniciativas de moradia, trabalho, cultura e lazer, esporte, enfim, que integrassem iniciativas de forma intersetorial. Disso, se não me engano, a gente implementou, aí depois, um comentário bem meu, eu acho que o sistema público brasileiro ainda precisaria avançar muitas coisas para que modelos como esse pudessem ser implementados. Os municípios, mesmo diante da possibilidade de ter esse financiamento, tiveram muitas dificuldades com o SICONVE, com o sistema burocrático mesmo, e acabaram não conseguindo implementar. Eu acho que, de fato, o César talvez até tenha melhor do que eu esse número, mas acho que foram oito ou nove programas de moradia que a gente fomentou na época do Redes. Em São Paulo, especificamente, o projeto Redes tinha uma atuação, junto às audiências de custódia, então a gente inverteu a lógica no município de São Paulo, a gente inverteu a lógica no município de São Paulo, e no município de São Paulo a gente trabalhava não mais a partir da gestão, mas a partir dos usuários, das pessoas que saíam das audiências de custódia, ou com relatos durante a audiência de possuir problemas com uso de substância, ou com pessoas que tinham passado em audiência de custódia por crimes relacionados à lei de drogas. Essas pessoas a gente fazia um acolhimento, tentava fazer uma compreensão das demandas mais imediatas e tentava promover uma articulação por meio do de braços abertos da moradia, promover a articulação intersetorial, enfim. Isso foi bastante prejudicado por um cenário político, e desfavorável a esse tipo de programa, acho que, enfim, todo processo de golpe, mudança de gestão na prefeitura de São Paulo, e o projeto acabou ganhando outras formas. Acho que de um modo geral, o que eu podia te falar da relação do Redes com os projetos de inserção social, é mais ou menos isso. Acho que você pode me perguntar outros detalhes que forem do interesse da sua pesquisa.

00:08:52 **Pesquisadora**

E aí você estava dizendo que esse debate sobre o Housing First especificamente, ele começa exatamente nessa interlocução com a galera do DBA, que começaram a trabalhar com a perspectiva da moradia como uma oferta primária, trazendo esse debate de fato teórico do Housing First, de fato falar esse nome.

00:09:16 **Interlocutora 13**

Aí uma compreensão muito particular, a gente tinha experiências anteriores, como o programa ATITUDE, no estado de Pernambuco, antes do De Braços Abertos e que segue até hoje, mas eles tinham um formato um pouco diferente do DBA, porque acho que o DBA realmente se caracterizava como um programa de baixa exigência para os usuários. Não tinha... Mas desde dentro, não precisa ficar abstinente, não precisa estar aqui, não precisa fazer aquilo ou outro para ter direito à casa. Então acho que ele foi... Acho que chama bastante atenção inicialmente por conta desse aspecto da baixa exigência. E acho que outras iniciativas de moradia podem não ter tido tanto sucesso por exigirem de um usuário atitudes e comportamentos muito distantes da realidade que essas pessoas estão vivendo.

00:10:14 **Pesquisadora**

E aí dessas outras iniciativas que vocês referem, uma é o ATITUDE, que é ainda mais antigo que o de braços abertos, lá de 2010 e 2011, e tiveram outras também que trabalharam com essa perspectiva de moradia, mas que não falando explicitamente do Housing First?

00:10:36 **Interlocutora 13**

Olha... Quando a gente fala dos albergues, por exemplo, uma coisa que a gente observava no Redes eram muitas pessoas que não conseguiam acessar o albergue, e não deixa de ser um programa de moradia temporário, mas é um programa de moradia. Então tinha albergue com detector de metal na porta, albergue que exigia abstinência na hora de entrada, até com etilômetro na porta, tinha município que tinha proposta de colocar um bafômetro na porta. Tudo isso acho que acabava fragilizando a possibilidade de acesso mesmo à moradia antes desse conceito, estar mais difundido no Brasil, esse conceito de baixa exigência.

00:11:36 **Pesquisadora**

Perfeito. E aí, quando chega, quando vocês iniciam esses debates sobre o Housing First a nível do Redes, então, a princípio estava localizado ali em São Paulo, uma iniciativa municipal ali na gestão Haddad, e aí quando vai para o Redes, isso se amplia, até porque vão para outros municípios. Como que se dá esse debate ali no Redes, sobre o Housing First, sobre essa aplicabilidade nos territórios?

00:12:09 **Interlocutora 13**

Bom, no Redes foi... Não sei se você já trabalhou em gestão, às vezes, quando a gente está... A gente tem uma oportunidade de fazer algumas coisas, muitas vezes, quando a gente está na gestão pública, que ou a gente abraça ou a gente abraça. Então, veio o diretor, a época conversei comigo e com outras pessoas que trabalhavam no Redes, temos essa oportunidade, mas a gente tem que apresentar uma proposta para o secretário até amanhã. Então, a elaboração inicial foi uma virada de madrugada, eu e mais duas colegas, pensando em como é que a gente faria essa chamada pública, como as coisas se articulariam e coisa e tal. A partir disso, a gente começa a fazer uma discussão com a equipe do projeto, leva a equipe do projeto para São Paulo, para dialogar com os trabalhadores do De Braços Abertos, para conhecer um pouco melhor o funcionamento do serviço, aprofunda esse debate por dentro desse conjunto de municípios que participavam do projeto. Vai aprofundando o tema, da moradia, de você articular intersetorialidade a partir do direito à moradia, enfim, do acesso e garantia de direitos.

00:13:33 **Pesquisadora**

	Entendi. E aí você estava falando que desses 21 municípios que estavam, que foram inseridos ali no Redes inicialmente, desses 21, oito conseguiram implementar e conseguiram participar dessa chamada pública para trabalhar com a questão da moradia como uma oferta, não é? 00:13:54 Interlocutora 13 Isso, eu não tenho certeza desse número, eu acho que foram oito. Era Brasília, Palmas, tinha Fortaleza, acho que Uberlândia também tinha, não vou lembrar de cabeça, mas acho que os mais potentes, realmente os que conseguiram promover ações mais concretas foi Fortaleza, aí te indico conversar com a Regina, o César também tem o contato delas, fala para ele que você quer falar com a Regina do Ceará, que ele vai saber quem é, ela atuou bastante nesse projeto de moradia lá de Fortaleza, Palmas que te acolhe, Brasília você pode conversar com a... 00:14:48 Interlocutora 13 A [nome de outra interlocutora], exatamente, já conversou com ela? 00:14:51 Pesquisadora Aham, Brasília já fiz alguns contatos, sim. 00:14:56 Interlocutora 13 Inclusive, estuda essa questão de moradia de housing first até hoje, acho que desde o mestrado, acho que está fazendo doutorado também, acho que vocês têm muita figurinha para trocar aí. 00:15:06 Pesquisadora É, a gente trocou algumas figurinhas mesmo. 00:15:10 Interlocutora 13 Enfim, não foram todos os municípios que manifestaram interesse, e menos ainda os municípios que deram conta de vencer as burocracias necessárias para o repasse do recurso. Então, eu acho que de todos, o que eu indicaria seriam mais esse, três, Brasília, Palmas e Fortaleza. 00:15:37 Pesquisadora Perfeito, inclusive Fortaleza foi a primeira inclusive Fortaleza foi até bom você falar porque eu fiz um mapeamento de algumas dessas ações, achei ali de Maracanãú, São Bernardo do Campo, mas achei poucos registros de como foi a experiência nesses municípios, de como aconteceram essas experiências, pouca produção mesmo, né, publicada. E de Fortaleza, eu vi que teve esses novos caminhos, que eu acho que é da época do Redes, mas que em 2020 eles fizeram um chamamento público para a contratação de uma hoste, mas eu não encontrei a experiência, se ela está rolando, se ela está acontecendo, tem o termo de referência, mas não encontrei materiais que mostrem como está sendo a experiência. E aí você falou dessa pessoa, né, inclusive se você tiver o contato, eu também super aceito a indicação de entrar em contato com ela para saber como foi essa experiência, porque de fato pesquisando assim na rede, enfim, né, no Google, a gente acha muito pouco, muita pouca produção, né, desses municípios e dessas experiências. 00:16:49 Interlocutora 13 Ó, a Interlocutora 11, conhece a Interlocutora 11? 00:16:55 Pesquisadora É Fortaleza também? 00:16:56 Interlocutora 13 Não, ela é de Recife, mas ela acompanhava o trabalho de Fortaleza, era como o César aí para a região norte, ela fazia e descobria alguns municípios da região nordeste, então ela acompanhou mais de perto o trabalho de Fortaleza. A Interlocutora 11 e a Regina, que trabalhou no projeto Programa ATITUDE, que é uma queridíssima. 00:17:18 Pesquisadora Perfeito
Efeitos da intervenção	00:34:38 Pesquisadora Acho que, talvez, voltando um pouquinho nesse momento que você falou dessa articulação com De Braços Abertos para começar a pensar nessa inserção do housing first, da moradia no redes, como que você percebe que o contexto naquele momento, político, histórico, social, influenciou para se pensar numa proposta arrojada como housing first naquele momento? 2013, 2014, né? 00:35:12 Interlocutora 13 É isso, acho que foi 2015, 2014, 2015. Como o contexto político, como é que foi, você pergunta? 00:35:23 Pesquisadora Como é que você percebe a influência desse contexto, contexto político, histórico, social, né? Possibilitou o surgimento desse tipo de proposta, desse tipo de... De ação dentro da Senad, nessa articulação com a Fiocruz?

	00:35:43 Interlocutora 13 É difícil essa pergunta. Acho que eu precisaria pensar sobre isso. Mas acho que a gente tinha um cenário muito favorável dentro do Ministério da Justiça, ali dentro da Secretaria Nacional de Política de Drogas, pensando essa questão do acesso a direitos, das cenas de uso das pessoas que estão vulnerabilizadas. E, por outro lado, a gente tinha um cenário de muitos retrocessos se anunciando. Então, acho que não foi possível a gente promover todos os avanços que a gente gostaria naquele momento. A gente tinha um cenário político muito complicado, as comunidades terapêuticas medindo força ali, até pela influência que elas têm no legislativo. Então, assim, o ambiente não era favorável. A gente que foi insistente mesmo. A gente... Enfim, e a gente foi construindo uma narrativa mesmo, até de custo, né? Quanto custa um cara numa comunidade terapêutica? Quanto custa um cara preso para o Estado? Se esse cara acaba tendo problema com a segurança pública, enfim. Mostrando resultados, a gente se articulou muito com áreas de pesquisa da Fiocruz para tentar acompanhar isso, mas acho que aquele cenário de caos político que a gente passava naquele momento inviabilizou muita coisa que a gente vinha planejando. Na verdade, não fosse o cenário político, a gente tinha colocado housing first em tudo quanto é cidade que tinha cena de uso nesse país. Mas, infelizmente, não foi possível. E aí acho que tem uma coisa que estou com vontade de dizer, que é muito difícil. Eu não sei o quanto você já acompanhou de perto um serviço de moradia voltado para usuários de drogas vulnerabilizados. Eu, nesse momento final de transição política, eu estava lá em São Paulo tocando esse trabalho com as audiências de custódia e isso me aproximou muito do município e do de braços abertos. Eu acompanhei muito de perto um dos hotéis, eu ia quase todo dia em um dos hotéis, por conta dessa articulação com a Secretaria de Direitos Humanos na época. Tem até um filme que foi gravado lá, que eu acho que ele traz muito desse contexto difícil que provavelmente você já assistiu, se você não assistiu, fica aí a minha recomendação, 'Diz a ela que me viu chorar'. Você já assistiu? Eu até apareço nesse filme. 00:38:52 Pesquisadora Ele está no YouTube? 00:38:54 Interlocutora 13 Eu acho que está. Eu acho que está no YouTube. Deixa eu ver se eu acho um link aqui para te passar. E aí eu acho que ele traz isso, assim, não é fácil. São muitos conflitos. São pessoas que vêm de contextos de vida muito complexos, com muita violência, e aí essa violência muitas vezes se reproduz dentro desses espaços de moradia. A mediação que os trabalhadores têm que fazer é algo constante. Não é, embora eu acho que seja a melhor proposta que a gente possa fazer para pessoas em situação de vulnerabilidade e uso de drogas, a prática dela é muito complexa. A prática dela é muito complexa.
Dificuldades e outros desdobramentos	00:22:38 Pesquisadora E aí, como que era, quais os obstáculos, obstáculos e potencialidades que você identifica que vocês tiveram nessas articulações, pensando nessas articulações de vários serviços, de vários setores? 00:22:57 Interlocutora 13 Não sei se entendi a sua pergunta. 00:22:59 Pesquisadora Tá, vou reformular. É que eu vou pensando aqui junto com o que você vai me trazendo. Mas, assim, a gente está falando dessa articulação intersetorial, que a proposta desse projeto de inserção é que eles articulassem uma rede e não trabalhassem unicamente com a oferta de moradia. Mas a gente sabe que sempre tem obstáculos nessa articulação. Acho que é uma coisa de quem trabalha no campo da saúde mental, por exemplo, a gente vive falando, poxa, a rede não se conversa, a rede não se comunica. Quais os obstáculos que você, enfim, você teve por relatos das pessoas que estavam nos territórios ou que você identificou também através do seu papel na gestão? 00:23:44 Interlocutora 13 Eu acho que o preconceito e o conservadorismo são os maiores obstáculos para esse tipo de programa. É isso, não quero nóia no meu serviço, querem trazer usuários de droga aqui para fazer esporte, onde já se viu, enfim. De uma forma ampla e genérica, eu acho que o pior é isso, quem sabe, é o preconceito das pessoas. 00:24:14 Pesquisadora Acho que quando você fala isso, até me remete a como foi implementado aqui em Palmas, que o projeto aqui não foi nem via Secretaria de Assistência Social, nem via saúde, que era se o esperado, como foi Brasília, por exemplo, que foi uma articulação das duas. Aqui foi via Fundação da Juventude. Então, acho que diz muito de como as pastas das políticas públicas de saúde e assistência social estavam engajadas nesse tipo de cuidado, com pessoas em situação de uma extrema vulnerabilidade social. 00:24:50 Interlocutora 13 Ninguém queria se responsabilizar, não é? 00:24:52 Pesquisadora

	Exatamente, exatamente. E aí não sei até que nível aconteceu isso nesses outros municípios em que houveram esses projetos, como é que foi essa responsabilização. Você sabe me dizer como é que foi? 00:25:04 Interlocutora 13 Eu não sei, mas eu acho que foi muito difícil. 00:25:11 Pesquisadora Porque você trouxe isso da questão da dificuldade das burocracias ali, não é? 00:25:16 Interlocutora 13 Sim, acho que tinha essa questão da dificuldade das burocracias, de comprovação no SICONVE, lá naquele sistema de convênios e coisa e tal. E tem uma coisa também da vontade mesmo, não é? Quando uma máquina de gestão pública quer fazer o negócio, ela faz. Mas como tudo outro era prioridade, não aquele programa de moradia, muitos municípios acabaram perdendo. Não priorizar essas pessoas vulnerabilizadas nas suas políticas públicas. Acho que esse é o lance. E aí uma coisa que eu sempre falo, política de drogas é um campo de muita disputa. A coisa dos conservadores, das comunidades terapêuticas, os proibicionistas, o povo da redução de danos, os antiproibicionistas, o povo dos direitos humanos. Muita prefeitura, muito município não quer, não quer arrumar briga. Se tomar um posicionamento ou outro, vai arrumar briga com outro grupo. Então, não enfrenta isso. E aí tem uma questão que acho que é importante dizer, que era o meu lugar. Eu era coordenadora desse projeto, eu tinha um vínculo, embora eu tivesse um vínculo empregatício, com a Fiocruz, quando eu chegava num município para fazer qualquer discussão, qualquer tipo de articulação, qualquer agenda, eu sempre chegava numa representação do governo federal nesses municípios. E a lógica do respeito às relações Inter federativas. Então, a gente não podia obrigar o município a aceitar o projeto, ou colocar o comitê gestor para funcionar, ou qualquer outra coisa assim. A gente podia fomentar, sugerir, fazer ações de formação para promover algumas reflexões ali nos trabalhadores e que isso fosse um movimento mais orgânico ali do município e coisa e tal, mas sempre com o devido respeito aos limites dessa relação Inter federativa. 00:27:59 Pesquisadora Perfeito. 00:40:52 Pesquisadora E aí, se você puder, gostaria que você falasse um pouco mais dessa complexidade que você vivenciou nesse acompanhamento, nesse tipo de proposta, nesse tipo de estratégia. 00:41:49 Interlocutora 13 (sobre o contexto no DBA) Bom, é isso, eram muitos conflitos, muitas situações que você tinha que manejar. Brigas violentas, uma questão da agressividade. E aí você preparar trabalhadores para lidar com essa agressividade sem cair no óbvio, de vamos expulsar ele da moradia, do serviço, sem cair no óbvio de vulnerabilizar e excluir ainda mais essas pessoas. Acho que esse é o grande lance. Eu não estou brincando, acho que todo dia tinha briga. Todo dia tinha briga entre os moradores. Os trabalhadores viviam sempre muito próximo de um limite do impossível, do suportável. Porque vem de contextos de vida completamente diferentes daquele. E aí a dinâmica política mesmo. Um programa de moradia que tinha para famílias no centro de São Paulo, fechou o contrato com uma das polícias de saúde, fechou o contrato com uma das pousadas que abrigavam famílias em situação de rua no centro de São Paulo. E aí, de um dia para o outro, eu precisava negociar a entrada de uma família inteira no hotel. Para negociar a entrada de uma família inteira no hotel, eu tinha que realocar pessoas que já estavam morando, dividindo quarto ou não. E aí você vai passar a dividir o quarto com fulano, não com fulano eu não falo, não quero ver outrano. Acho que é um conjunto de coisas. 00:43:56 Interlocutora 13 A influência do contexto político externo ali ao hotel, a dinâmica entre os moradores, esse contexto de muita violência e violação de direitos que muitas vezes traz uma postura mais agressiva, principalmente entre eles, de disputas e coisa e tal. 00:44:23 Interlocutora 13 Um outro hotel que eu acompanhei bastante ali também, que foi um processo super complicado, também tem filme, deixa eu ver se eu acho o link dele, é o Hotel Laide, você já assistiu? 00:44:37 Pesquisadora Esse eu conheço. 00:44:40 Interlocutora 13 Tá. 00:44:40 Interlocutora 13 O Hotel Laide eu acompanhei bastante. O Hotel Laide acabou pegando fogo. E o Hotel Laide ficava no meio do fluxo, no meio da Cracolândia mesmo. Então era um hotel que tinha muitos problemas. Muitos problemas de relação, pessoas que, enfim, entravam em conflito, um que roubou coisa do outro, que disse que não sei o quê.
--	---

E fora os problemas estruturais do hotel, que até foi algo que foi muito questionado no programa de Braços Abertos, o que eu acho muito curioso. Estão colocando essas pessoas para morar em hotéis que estão caindo aos pedaços, mas espera aí, até ontem essas pessoas estavam na rua e isso não te incomodava. Hoje o fato de ela estar em um hotel caindo aos pedaços te incomoda? Não estou entendendo. Mas, enfim, é isso. São críticas, é interferência externa dentro do hotel. Aí vem um laudo, não sei se foi um laudo, uma recomendação do bombeiro, precisamos fechar o Hotel Laide, não tem mais condição de a gente manter um convênio lá. E aí eu lembro que fui eu e mais duas, três trabalhadoras negociar com os usuários como eles iam se redistribuir dentro dos outros hotéis. E eles, não, a gente não vai sair daqui. Então esse dia a dia de mediação, de conflito, de negociação com os usuários, que eu acho que é... **E da violência, assim, muito latente, eu acho que é o que é difícil nesse modelo de baixa exigência. E aí é muito por isso que eu acho que as prefeituras também não assumem, né? O negócio pode dar trabalho pra caralho.**

00:46:39 **Pesquisadora**

E que vai mobilizar muito toda a rede, né? Não é só uma equipe ali que vai ficar responsável por acompanhar essas pessoas, mas toda a rede ali vai ter essa corresponsabilização.

00:46:52 **Interlocutora 13**

Bom, a gente sabe que muitas vezes a rede sequer atende essas pessoas, né?

00:46:57 **Interlocutora 13**

E as pessoas tinham demandas muito diversas, né?

00:46:59 **Interlocutora 13**

Tirar documento, acompanhar, seguir tratamento de tuberculose, seguir tratamento de HIV e hepatites, contato com o familiar.

00:47:16 **Interlocutora 13**

Elas tinham pressão alta, precisavam de curativo.

00:47:22 **Interlocutora 13**

Todo dia tinha demanda, todo dia.

00:47:24 **Interlocutora 13**

Nem um dia passava batido.

00:47:26 **Interlocutora 13**

Todo dia tinha alguma coisa, todo dia tinha uma treta, todo dia tinha alguém que queria alguma coisa, muito difícil, porque você tinha que falar com um milhão de pessoas pra conseguir aquele negócio.

00:47:36 **Interlocutora 13**

Então, é um serviço de baixa exigência. Acho que quanto menor a exigência, maior a complexidade. Eu acho que tem essa balança, assim. Baixou a exigência, aumenta a complexidade de gestão, de trabalho, de tudo.

00:47:56 **Pesquisadora**

A gente costuma dizer aqui que esse serviço de baixa exigência pro usuário, eles vão demandar uma alta exigência pra equipe, né? Porque é isso. Quanto mais baixa a exigência pro usuário, quanto mais você acolhe, recebe e acompanha e apoia as demandas, mais isso vai te exigir, enquanto trabalhadora, pra montar esse quebra-cabeça. Você foi falando dessa mediação de conflitos, eu só pensei em montar de um quebra-cabeça ali, que fica ali na função mesmo, né?

00:48:30 **Interlocutora 13**

Sim.

00:48:31 **Interlocutora 13**

Aí tem uma amigona minha, que é a Dili, a Edilane.

00:50:15 **Pesquisadora**

Pensando aqui no meu roteirinho, talvez uma última questão pra te trazer, quais transformações você percebe que, tanto a sua atuação direta, pensando nessa atuação de De Braços Abertos, mas a sua atuação no Redes, quais as transformações que você percebe que essa proposta possibilitou? Pra ti, enquanto pessoa, enquanto profissional, mas também pra Rede e pros usuários.

00:50:51 **Interlocutora 13**

É, acho que pra mim é cair algumas fichas mesmo, né? Das dificuldades de um programa como esse, desses contextos políticos, desse cenário de disputa que eu já falei, assim. De todos os interesses, né? Que estão envolvidos uma história dessa. Na vida de usuários, eu vi muita coisa mudar, assim.

00:51:23 **Interlocutora 13**

	Vou fazer mais uma indicação. Conversa com o Dentinho. Dentinho é um redutor de danos do É de lei. Se você entrar em contato com É de lei, falar que você quer falar com o Dentinho. O Dentinho foi beneficiário do De Braços Abertos. E hoje ele é redutor de danos, coisa e tal. Tem um problema de dentição por conta de bala de borracha que ele tomou na cara. Viveu muito tempo em situação de rua. Hoje, a partir da moradia, ele organizou uma série de coisas na vida dele. Acho que é isso. De ver a mudança na vida das pessoas. A moradia... não adianta eu querer que as pessoas parem de usar droga antes de garantir qualquer tipo de direito para elas. Acho que depois que eu consigo garantir pacote de direitos, moradia, geração de renda, acesso à saúde, documentação, a partir disso a vida da pessoa se organiza. E a partir dessa organização, as pessoas tomam outros rumos da sua vida, e isso é redução de danos. A partir disso, ela reduz o consumo. Dessa organização mínima. Muitas pessoas estão ali num uso intenso, porque estão com a vida tão desorganizadas que é a única coisa que resta. E acho que é papel do Estado auxiliar nessa organização pessoal, auxiliar essas pessoas a terem acesso ao básico, até para poder exigir qualquer coisa, como diminuição do uso ou, que sabe, silencia. É isso. Infelizmente, a gente inverteu a lógica. E acho que um programa de Housing First, se propõe a isso, é botar a lógica no prumo de volta. Primeiro, garanto direito, depois a gente segue para olhar para essa questão do uso de droga. 00:55:41 Interlocutora 13 A gente produziu muito pouco, assim, do ponto de vista acadêmico. Acho que foi o principal erro do Redes. A gente estava preocupada em fazer, porque a gente se preocupou pouco quanto a registro, a produção acadêmica.
--	--

Interlocutor 14 – ATITUDE – Pernambuco

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	Interlocutor 14 Não é que seja focado na abstinência, mas as pessoas querem a abstinência, então, como a gente desenvolve um espaço em que a gente facilite essa proteção em relação ao uso, esse cuidado para alcançar a meta em que a pessoa está querendo realmente dar um tempo, especialmente o uso de crack e tal. E também para ameaça de morte, então, as pessoas estão ameaçadas no território, se ela fica no território, ela morre no território, então, a gente estava falando aqui mais do que a redução de danos, é uma redução de danos de proteção à vida. Então, se na Europa a proteção à vida é a prevenção do HIV, por exemplo, aqui a gente tem uma proteção à vida que é o homicídio, que é a violência fruto de uma violência sistêmica dentro de uma estrutura de guerra às drogas, de muita desigualdade social e que isso alcança e atinge diretamente pessoas que usam drogas nesses contextos. Então, como é que a gente protege a vida até para poder a pessoa conseguir reorganizar esse uso? Então, também essa ideia de proteção estava muito permeada no programa, então, o nosso público prioritário são as pessoas em situação de risco à violência, em situação de rua, vulnerabilidade, uso de crack, mas que estavam com grande exposição à violência, ao homicídio, nesse contexto. Então eu acho que no ATITUDE, no aluguel social percorria muito isso, de um lado, o quanto flexibiliza, o quanto entra nos limites institucionais da lei, de estarem cometendo atos infracionais, o quanto a responsabilidade da pessoa é do Estado, o quanto ele tem uma responsabilização maior, uma exigência maior do Estado para que ele se organize para merecer, vamos dizer assim, para permanecer ali, então, essa coisa do direito fica um pouco... Direito da pessoa é direito só se ela apresenta determinado comportamento, que seja aceito, então as regras que ficam ali, que na minha avaliação precisa ser mais discutida, investigada, avaliada, caso a caso, e para não ficar nem 8 nem 80 ali, então, acho que é importante a coisa da moradia ali primeiro, e via isso, mas também que é importante um acompanhamento nesse percurso, nesse processo, que possa contribuir mesmo, principalmente em pessoas que estão com dificuldades ali, às vezes a pessoa até tinha uma moradia, mas se desorganizou, e foi essa desorganização que fez com que a pessoa não conseguisse se manter num espaço de moradia, de trabalho, e seguir sua vida, então, acho que me deparava um pouco com isso, assim, sabe? Interlocutor 14 Mas isso também não significa que a pessoa restringe o seu direito de morar, porque todo mundo mora, todo mundo adocece, todo mundo tem seus problemas, mas que o fato dele ter um problema, ou ter um adoecimento, uma questão, não significa que ele, que a rua, estar na rua vai gerar essa solução, também não é isso. Então, acho que a moradia, como um processo final, para muita gente, mas também como um processo meio de organização nas questões que a pessoa está vivenciando, acho que não o fato de a moradia enquanto direito, enquanto necessidade de ser ofertada primeiro, independente da situação, da circunstância da pessoa, isso não elimina a necessidade, a importância de um acompanhamento psicossocial para essa gestão da moradia, essa gestão da vida, e as relações que você tem, estabelece com o seu dia a dia, o seu cotidiano. Interlocutor 14 E algum nível, eu não sei se o termo é etapismo, eu escutava muito esse termo, quando estava discutindo o housing first, mas um nível de sugestão de organização, sabe, eu acho que quando a gente faz ali plano terapêutico singular, PTS, plano individual de atendimento, talvez a gente que alcançar algumas metas mesmo na vida, então, eu acho que fazer esse trabalho não significa, bem feito, não significa violar a autonomia ou as decisões da pessoa, mas pelo contrário, acho que contribui para que essas decisões sejam mais saudáveis e mais dentro de um terreno da cidadania, assim. E dentro de um direito humano, de respeito e tal. Então, acho que no ATITUDE, permeia tudo isso, assim, né.

Interlocutor 14 O outro ponto de moradia, também, que eu não coloquei, mas uma coisa que era interessante, era a coisa também de pequenas repúblicas, assim. Às vezes, juntava dois, três aluguéis sociais, duas, três pessoas que já se conheciam e passavam a estar junto ali. E acho que tem uma coisa até para ser explorada mais, investigada, essa coisa do cuidado entre pares, né? As pessoas ali juntas morando e começando a um fortalecer o outro dentro desse contexto e apontando para uma nova versão de vida, né?

Interlocutor 14 Especialmente, tinha um clima como se fosse questionando que o ATITUDE não daria certo, que não teria ninguém, porque na época, 2010, 2011, o grande fluxo de intervenção do Rio de Janeiro e de São Paulo, eram as internações compulsórias, era o momento de um grande debate histórico sobre internação compulsória, involuntária, foram, inclusive, as fotos no Rio, o pessoal pegando a força, saíram várias fotos emblemáticas até hoje, na Cracolândia e em São Paulo, então era muito essa lógica, porque dizia que eles não queriam ir, ninguém queria tratamento, essas pessoas não iriam se não fosse a força, senão os serviços estariam todos vazios. E como a gente já vinha nesse vínculo, a gente dizia que não, que a turma queria, estava pedindo para a gente vaga, estava querendo chegar, então era o contrário, e isso foi o primeiro paradigma que a gente superou, que era na imprensa dizendo que não ia ter ninguém, se não fosse internação compulsória e tal, e nos primeiros meses que a gente abriu, estava lotado, no início, na primeira semana, não tinha ninguém, na segunda, pouca gente, a gente começou a ficar com medo, mas depois a gente foi criando um clima, o pessoal não estava indo com medo de polícia, essas coisas, mas depois a gente foi criando uma forma mesmo e a rua, o Apoio foi fundamental nisso para ir aproximando, então também tinha esse tema, assim, naquele período.

Interlocutor 14 Assim, acho que é um público muito... Que não estava em lugar nenhum, assim. Não estavam nesses serviços. Acho que nos primeiros formulários, inclusive, quando a gente começou a atender, a gente via isso, que eram pessoas que não estavam tendo acesso a nenhum tipo de serviço do ponto de vista do cuidado, do acolhimento. Então, vivia muito à margem do Estado. Acho que o Estado que chegava era muito a polícia, era a pessoa que já tinha ido para o socioeducativo, já tinha voltado, já tinha sido preso, outra mãe presa, outra... Então, estava muito naquele limbo ali.

Interlocutor 14 É, agora, a princípio era junto com o usuário, ia procurando e vendo o melhor local, um local que tivesse ali acesso também a trabalho, educação, um ponto de referência que fosse um CRAS, um CREAS, um CAPS, para que a pessoa mantivesse ali o contato, então era isso. Agora, em geral, o aluguel social era tudo, embora tivesse resultados interessantes, ele deu muitos problemas, assim, essa forma de contratar a locação da casa era o problema, né? Então, era mais fácil você dar o dinheiro e a pessoa ir resolver, né? Por conta dessas coisas, então, essa coisa vai e volta de querer exigir um comportamento mais adequado, também, daquele beneficiário, então, isso gerava essa responsabilidade da OSC que está contratando, então, ah, mas a OSC está alugando aquela casa, se acontece alguma coisa naquela casa, a OSC responde enquanto locador, né? E não é nem um locatário que está lá, a pessoa se compromete, mas responde, então, tudo isso, tinham alguns investimentos, ou seja, às vezes a pessoa, logo quando chegava, tinha um kit de chegada, que era um colchão, um pequeno armário, uma panela, um fogão, umas coisas básicas, um kit básico do aluguel social. E aí, era entregue. Agora, às vezes, a pessoa chegava, recaía, vendia, né? Ficava lá usando, então, isso gerava muitas reflexões ali, do quanto, de quem é a responsabilidade, como é que a gente responde por isso, então, nunca foi algo, vamos dizer, totalmente aceito, não, sabe? Sempre foi um serviço com essa, dessa natureza, e que eu acho que o valor direto para a pessoa, né, e um acompanhamento disso, eu acho que ele resolve vários desses problemas assim, sabe?

01:00:05 **Pesquisadora**

Quando você fala assim, né, desse valor pago diretamente a pessoa, para ela ter essa autonomia na gestão do próprio dinheiro, e esse acompanhamento, né, acompanhamento da equipe, como que você, de que tipo de acompanhamento você está falando, assim? E se rolava um acompanhamento da equipe quando essa pessoa era inserida no, na moradia?

01:00:32 **Interlocutor 14**

Eu acho que sim, a coisa do dinheiro para a pessoa, né, ela fazer ali a gestão e acompanhar, acho que uma visita, né, acho que é bom a pessoa estar com algum nível de acompanhamento, seja a pessoa, 'ah, não, então eu estou acompanhado por aquele serviço de assistência', então já está acompanhado ali, não precisaria. Mas, acho que num programa de moradia primeiro, de housing first, eu acho que vale a pena a visita mesmo na casa, para estar se organizando ali naquele espaço, então a gente fazia muito isso, eu achava muito bem feito, assim, né, quando não era para exigir um comportamento, porque às vezes você tem o risco de, ah, eu estou aqui, para ver se é alguma coisa de errado, vou ver o que ela está fazendo, né, então não nesse sentido, mas uma visita domiciliar para organizar, né, sugerir possibilidades, conversar, então sentar lá, tomar um cafezinho, e aí, como é que você está, estou bem, estou aqui, estou com tal dificuldade, fazer um acolhimento, meia horinha, uma horinha e ir embora ali, uma vez na semana, uma vez em 15 dias, eu acho que isso cria, né, dependendo do método que a equipe fizer, algo positivo para as pessoas que estão há um tempo na rua e estão começando a iniciar uma nova forma de moradia, né, acho que respeitar a autonomia nesse processo, mas também dar o acolhimento possível, necessário, se necessário, para as pessoas que estão nesse processo.

01:02:17 **Pesquisadora**

Acho que você, a gente estava falando da composição desse GT, né, de várias secretarias, mas de uma execução mais forte da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, mas tinha uma equipe que fazia parte do programa também, como é que ela era composta, assim, como é que era a sua organização desse trabalho?

	01:02:37 Interlocutor 14 Olha, você tinha a coordenação regional, que a gente chamava, que essa coordenação regional, ela era responsável por três equipes de rua, um centro apoio, um centro intensivo e uma parte das ofertas do aluguel social. Então, era, essa pessoa fazia a ponte entre a gestão e os serviços. Em cada serviço, as equipes, nos centros, uma quantidade maior de pessoas, psicólogos, assistentes sociais, educadores e tal, então, sempre uma equipe ali, de quatro, cinco pessoas ali no serviço. Uma equipe de rua, eram três pessoas, um motorista, um educador e um técnico de nível superior, geralmente psicólogo ou serviço social. E no aluguel social, também, você tinha um motorista, um técnico de nível superior e um educador que faziam as visitas nas casas do aluguel social, acompanhavam o público que estava. Geralmente, o público, ele passava primeiro por um dos centros do ATITUDE, até ir para o aluguel social. Era essa a via de entrada. E aí, tinha um relator, acompanhava, sinalizava as questões, trazia também quem está mais desorganizado, quem está mais tranquilo, quem já está trabalhando, já está com a perspectiva de não precisar mais daquela vaga do aluguel, então, ia trazendo aí esse acompanhamento mesmo, psicossocial, sabe?
Intersetorialidade e território	Interlocutor 14 Foi um desafio enorme, principalmente pela grande vulnerabilidade, a gente entendeu que esse público não estava acessando nenhum serviço público, na verdade, o serviço que estava acessando era a polícia. Então, tinha muita dificuldade, às vezes nunca foi para uma unidade de saúde, às vezes nunca foi para uma escola, há muito tempo que não ia, então, estava muito fora ali, e no contexto de violência. Interlocutor 14 Eu acho que, primeiro, assim, tinham casas que eram casas maiores, que o ATITUDE estava, até por quantas pessoas ele ia acolher, casas que acabavam entrando em bairros de classe média ali que tinham esse tipo de oferta de imóvel. E isso gerava, por um lado, um preconceito, um estigma, de você ter mais gente pobre circulando na sua rua. Por outro, algumas questões que, de fato, poderiam acontecer, como pequenos desentendimentos no meio da rua, uma voz mais alta, um grito ali ou acolá, ou pessoas chegando muito cedo para tomar café da manhã e começar na feira de 5, 6 horas da manhã. Então, isso gerava questões no território e a gente sempre tentava fazer uma política da vizinhança, chamar para conversar, dialogar, mandava uma cartinha. Teve uma época que o pessoal mandou para um prédio do lado uma cartinha com um pirulito, chamando reunião no serviço e apresentando as pessoas. Então, em geral, se conseguia uma leveza com a vizinhança na medida do possível. Interlocutor 14 Agora, com a rede, era um pouco diferente. Era como se essas pessoas, elas são do território, elas estão ali naquele município, elas existem, mas elas não são atendidas no serviço público municipal, seja de saúde, seja de assistência social. Por algum motivo, elas não eram atendidas, seja porque elas não iam, seja porque o serviço não queria, ou seja porque você tem dificuldade de acesso a esses serviços. E um dos indicadores muito positivos do ATITUDE é que ele passou a pegar essas pessoas, as pessoas acessarem o serviço. É um aponte para acessar o serviço. Seja o serviço de UPA, seja de doença e questões em geral, seja de vacinação, seja de IST, HIV, então esse acesso, muitas vezes, se dava pelo ATITUDE, porque sozinha a pessoa não conseguia às vezes nem fazer um curativo na perna, porque chegava dentro da unidade de pronto atendimento, mas é o usuário de crack, está na rua, seu lugar é na assistência. Mas é um curativo na perna, sim. Então, você não está falando de outra coisa, não está pedindo aqui um tratamento, internação, você está falando de uma ferida que está aberta aqui há três meses e a pessoa não consegue um atendimento médico. Então, você tinha isso no ATITUDE, eu acho que principalmente, hoje menos, pelo menos em Pernambuco, acho que o ATITUDE ajudou muito nisso, mas tinha muito esse olhar, quem é esse público na rua, quem é esse público no crack, então, tinha uma coisa assim, muito grande na época.
Eixos de trabalho	Interlocutor 14 Então, esses eram os territórios em que a gente deveria atuar, esses eram os lugares que a gente deveria implantar os serviços. E, além disso, uma quarta modalidade, que era o aluguel social. Então, uma das coisas que a gente já vinha discutindo ali, não com toda a técnica e metodologia de hoje de housing first ou de moradia primeiro, mas era de que, olha, as pessoas precisam morar em algum lugar, as pessoas não podem voltar para a rua, qual o espaço que ela vai ser acolhida, como é que ela vai se organizar, era muito essa ideia de moradia e trabalho, de como é que a gente opera isso. Interlocutor 14 E como surgiu, como a gente estava antes ali na época no Centro da Juventude, o Centro da Juventude funcionava como uma bolsa. Então, era uma bolsa em torno de 400 reais, era atividade extra escolar, para quem estava estudando, e tinha muita coisa de curso profissionalizante, e para participar você tinha ali alimentação, os cursos e tentativa de geração de renda, e tinha uma bolsa de 400 reais. Isso vinha também naquela época governo Lula, acho que tinha Pro Jovem Urbano, programas focados ali, o próprio Pro Nice, que é o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, que está sendo reeditado agora esse ano. Então, nesses jovens, muitos em situação de rua, os 400 reais que eles recebiam, o estímulo que a gente vê na prática, e a organização melhor, é quando eles investiam esse dinheiro em moradia. Então, ou seja, ele estava em situação de rua, de segunda a sexta, ele teria pelo menos o almoço e a janta no Centro da Juventude. Então, ele precisaria ali dos 400 reais ele pegar um quarto lá na comunidade de Santa Mar, da João de Barro, de Peixinhos, por 250, 300, que era um dinheiro fixo, e ele pudesse estar ali morando e organizando o seu espaço de moradia. Então, ali, a gente, mesmo sem saber, a gente já estava estimulando, e a gente está falando de 2 mil jovens dentro da região metropolitana, então, estimulando para que esses jovens, eles tivessem, principalmente a parcela que dormia na rua, entrasse numa lógica ali do aluguel social. Então, a gente pegou, inclusive, esse mesmo valor da Bolsa da época e colocou, mas já determinando que esse valor seria para o aluguel social, que não seria a Bolsa, no caso, o valor, o dinheiro vivo para a pessoa. Até porque tem uma coisa muito discussão na época, vai dar Bolsa para o usuário de crack, ele vai comprar mesmo moradia, não vai, então tinha um pouco esse debate, e a gente fez, não, então vamos ofertar ali 100 casas do aluguel social e as pessoas estarem acessando.

Interlocutor 14 Então, primeiro, começou muita exigência em torno dessas moradias, como se fosse assim, a pessoa tem que estar super bem para poder morar, para poder acessar o aluguel social. Então, ele tem que estar bem, ele tem que parar de usar crack, ele tem que trabalhar, ele tem que sustentar e tal para poder acessar. Eu acho que isso vai e volta, nesses mais de 10 anos de programa, isso oscila, né? Acho que até hoje oscila, e tem épocas que entra numa outra lógica, tem épocas que volta, depende da gestão, depende de quem coordena, para sustentar também coisas que acontecem. Então, olha, foi lá, tal, aí acontecem umas coisas meio polêmicas, a namoradinha tal, fulaninha, estava fazendo de ponto de prostituição, aí como é que é isso? A gente está alugando a casa, tem criança lá dentro, isso é exploração sexual e tal, então outro fulaninho está fazendo ponto de uso e está vendendo também lá dentro, então está fazendo pequeno tráfego na casa e está fazendo o seu catálogo social, então, isso gerava uma repercussão, seja na comunidade onde essa pessoa estava inserida ou seja para dentro de um certo conservadorismo ali no âmbito do Estado, do que é que o Estado está financiando, está financiando ali a turma do tráfego, então tinha essa pressão, né? Quando você dava a bolsa para o jovem, o jovem mesmo pagava a sua moradia, eu senti que ele tinha uma liberdade bem maior, era dele, quando a gente vai lá e aluga a casa, então a gente é um intermediário que acho que diminui ali a autonomia, por um lado, mas por outro também, acho que tem um processo de acompanhamento ali, tem pessoas, eu lembro de pessoas, às vezes até em situação de rua mesmo, que tinha lugar social, tinha oferta de moradia, mas a pessoa não queria ir, então não queria porque ali é o território dela, é ali que ela se alimenta, é ali que está tudo bem, é ali que ela dorme, é ali que é a gente, pessoas estão há muito tempo na rua, até foram, mas voltaram, sabe? Então, não é um trabalho diferente ali para poder ser feito, algumas pessoas não têm uma relação de uso muito grande, então, na verdade, ele nem queria ficar na casa sozinho, ele queria ficar num espaço um pouco mais institucional para segurar a onda dele, então acho que tinha um pouco esse lugar. E muitos de que gostava do fato de ter o aluguel social, tem uma equipe que visita a pessoa, às vezes no início visita com mais frequência, depois visita menos, uma vez na semana, uma vez no mês, como é que está, como é que está isso, está colocando, então você tem um acompanhamento. E muitas das pessoas se organizavam a partir desse acompanhamento, olha, você estava na rua, você estava cinco anos na rua, numa relação de uso muito grande, você vai, acessa o programa, passa uns dois meses lá no intensivo, você dá uma organizada, fica com energia melhor, e começa a pensar a vida, aí você começa a morar, então você também quer um nível de acompanhamento para você deslanchar e nem precisar depois daquela moradia.

Interlocutor 14 Esse percurso também estava muito certo, eu acho que quando a gente passa a discutir housing first, tem muito esse debate de não fazer esse etapismo até você conquistar a moradia, então você já tem a moradia primeiro, logo, independente do que venha, porque a pessoa precisa de fato a moradia, e eu acho que isso é uma ideia muito boa e muito valiosa, mas entendendo que algumas pessoas estão nesse intermediário, elas de fato precisam de moradia, mas elas também precisam de um acompanhamento psicossocial para terem, desenvolverem a sua gestão da sua moradia, da sua vida, que isso acaba entrelaçando a moradia.

01:04:21 **Pesquisadora**
E aí, quando você estava falando assim da importância desse acompanhamento de equipe nas moradias, de fazer uma visita, de ver como está a situação, você se refere a uma equipe que articulasse mais profissionais de outros serviços, ou a uma equipe do próprio ATITUDE que fizesse um acompanhamento talvez mais próximo nas moradias?

01:04:49 **Interlocutor 14**
Era uma equipe do próprio ATITUDE, que fazia o acompanhamento mais próximo das moradias e articulava com outras equipes. Então, por exemplo, articulava com os serviços públicos que existiam mais próximos daquela moradia, principalmente o CAPS, saúde mental, para acompanhar aquela pessoa. E fazia também outras articulações, como escola, caso tivesse criança, possibilidades de emprego, ajudar a fazer currículo. Então, fazia esse acompanhamento ali e também de articulação.

01:05:27 **Pesquisadora**
Então, rolava esse acompanhamento nas moradias, assim, para, enfim, fazer ali o acompanhamento de como tal o desenvolvimento da pessoa na moradia, como que era, como é que estava a gestão dessa pessoa da moradia, que outros tipos de atendimentos eram feitos? Eu estou focando mais aqui nessa frente do aluguel social do ATITUDE, né, que tem aí esse eixo mais forte de interlocução com o Housing First, mas acho que os outros também acabam se integrando. Mas quais outros tipos de atendimento essa equipe fazia nas moradias, com as pessoas que eram inseridas nas moradias?

01:06:12 **Interlocutor 14**
Olha, era muito esse, assim, né, de fazer vista domiciliar, de entender, assim, fazia metas de um plano individual do atendimento, o que aquela pessoa quer nesses próximos seis meses, o que é que ela quer conquistar, o que ela quer alcançar, então, tinha algo construído com essa pessoa, né, tinha muito foco da geração de trabalho e renda, então, como contribuir para gerar renda e como contribuir para que a pessoa conseguisse, né, trabalhar mesmo e... E acessar e articular para inserir em outros serviços, né, para serem acompanhados ali em outros espaços de... Serviço público mesmo, centro da juventude, assistência social, saúde mental, né, curso profissionalizante, então, sempre dando dicas onde podia estar acessando cursos e... Era muito esse lugar do acompanhamento dessa equipe, então, era uma única equipe que acompanhava aquela casa, ele ficava responsável por aquela casa, por aquela pessoa que estava na casa ou aquelas pessoas e acompanhando...

01:12:01 **Pesquisadora**

	Quais eram os eixos de trabalho assim da que eram trabalhados com essas pessoas que estavam na moradia social? Tinham outros eixos de trabalho, alimentação, cultura, arte, seja do projeto, mas seja de interlocução também com outros serviços? 01:12:28 Interlocutor 14 Olha, tinha, tinha muita articulação, assim, por exemplo, eu lembro que pontos de cultura eram articulação pra pessoa frequentar espaços públicos, acionava, inclusive, informações de outras secretarias do que existia ali naquela área, educação, então, tinha essa pegada, assim, era muito estimulado, esporte, né, toda essa área. E a parte de geração de trabalho, eu acho que tinha sempre uma dificuldade de inserção no mundo formal do trabalho. É muito o bico que o pessoal fazia. Então, né, lavando o carro, guardando o sinal, vendendo alguma coisa no centro, fazendo a quentinha, fazendo, cortando o cabelo, então, carregando peso, auxiliar de pedreiro, então, tinha, acho que o fluxo maior era esse, mas não ofertava nenhuma geração de renda, assim, o problema não tinha uma oferta, olha, faça isso, você vai receber tanto, ou então, inserção específica, isso sempre ficava a desejar, né. Tanto é que ficava mais a desejar que acabava tentando estimular mais outras possibilidades e falando mais sobre isso, sobre como gerar renda, porque era a grande dificuldade. Baixa escolaridade, baixa escolaridade formal, pouco acesso ao trabalho formal, então, esse era o desafio. 01:14:06 Interlocutor 14 No ATITUDE, o pessoal que estava na moradia, no aluguel social, não ia para os centros de ATITUDE, que ofertavam alimentação, porque eles acabavam não frequentando mais, uma vez ou outra, ia, mas não ia. Mas, assim, tinha os centros da juventude, que é quem estava na faixa etária, participava e frequentava. Tinha também os espaços de restaurante popular, cozinha comunitária, que era mais acessível. Tinha a questão de conseguir também cesta básica, para alguns, entrar na oferta de cesta básica, alimentar e nutricional. Tinha a questão de buscar o Bolsa Família, também, que é uma coisa que eu esqueci, o Benefício, o BPC, para a pessoa acessar e ter. Geralmente, era revertido em alimentação. Então, tinham essas frentes, assim, de articulação, sabe? 01:15:13 Pesquisadora Você falou que a galera que estava inserida no Aluguel Social não frequentava muito os centros, não é, do ATITUDE. Por que não tinham essa vinculação, não queriam, fazem outros corres, assim? 01:15:26 Interlocutor 14 É, porque acho que, geralmente, assim, já tinham frequentado, né? Acho que já tinham alcançado ali o que ia para fazer. Eu lembro que tinham algumas reuniões no intensivo, no domingo, alguns iam e tal, mas era meio que não sentiam mais tanta necessidade. Acho que já tinham passado por lá, já tinham participado dos grupos, se tinha ainda uma discussão. Então, aqueles que estavam no centro do intensivo, que estão indo para o Aluguel Social, ficar vindo todo final de semana, ficar vindo 15 em 15 dias, para ir se desvinculando aos poucos, assim, né? Então, às vezes, tinha um pouco dessa metodologia. Mas não era comum ele, estando no Aluguel Social, na moradia, na vida dele, ficar frequentando o apoio intensivo, seja para se alimentar, porque aí já tem uma outra dinâmica. Em geral, também, as pessoas estavam mais organizadas do que os que estavam nos centros, né? Então, no centro está chegando o sujeito ali mais desorganizado, mais com a demanda latente da violência, com o uso mais abusivo. Em geral, o pessoal que estava no Aluguel Social era que já tinha passado por esse período. E mesmo com recaídas, com coisas, mas estavam num momento mais organizado do que quando chegaram no atendimento no centro do programa.
Articulação com as políticas de moradia	Tinha, tinha um diálogo. Agora, maior de moradia, a gente tinha o auxílio moradia da Prefeitura do Recife, que a gente tinha um diálogo. Então, fazia um esforço para inserir o pessoal. Agora, tinham pouquíssimas vagas e a ideia era mais família, então, na época, não tinha uma receptividade tão boa para esse perfil usuário de drogas e tal. Então, era o que a gente conseguia acessar naquela época, sabe? Mas sempre mantinha um diálogo, uma conversa, via o que poderia fazer. Mas não tinha, assim, muitas ofertas de moradia, não. Era fazer com o próprio usuário, porque o governo, ele contratava uma organização da sociedade civil, uma OS, e essa OS recebia o dinheiro e ele fazia a contratação da casa, né? Então, isso foi dando, inclusive, muito problema, porque a OS tinha que fazer a contratação de locação, sendo que os valores de aluguel eram valores menores, era ali, dentro da favela, um quarto, uma coisa assim, e aí, você tinha que fazer uma favela, um quarto, uma coisa ali dentro da realidade da pessoa, né? Então, a pessoa morava na rua, sempre morou na favela, então você não vai dar ali um apartamento, não sei o quê, então até a escolha da própria pessoa era aquela lógica ali. Então, às vezes você tinha muita formalidade para poder conseguir prestar contas para o governo sobre o contrato de locação numa casinha lá na favela tal, então você tinha essas complicações e isso gerou, inclusive, a oferta do aluguel social por conta desses problemas e você também não tem autorização para pagar uma bolsa, então isso foi um imbróglia ali, nos anos que eu estava mais de perto.
Costura com a RD	Então, a gente viu que era necessário mais equipes de rua, a gente viu que era necessário esse lugar meio de imediato ali, que era o que a gente fazia na série administrativa, que a gente dava um jeito ali nas secretarias, que era a pessoa chegou, de repente ela está ameaçada, precisa tomar um banho, precisa comer, precisa sentar, precisa respirar, seja com ameaça ou não, mas precisa ser um lugar em que tenha uma baixa exigência, que a pessoa não chegue já em abstinência, já chegue bem, já chegue tranquilo, ele tem que chegar e a primeira coisa que a gente precisa fazer é acolhê-lo. 01:17:25 Pesquisadora

	Mas como percebe que a redução de danos contribui para esse cuidado que era ofertado na ATITUDE e, em especial, nesse prazo do Aluguel Social? 01:17:37 Interlocutor 14 Olha, eu acho que a redução de danos é quem deu o terreno, o chão, assim, para guiar e olhar essa pessoa enquanto pessoa, enquanto sujeito de direitos, enquanto... Que a própria... O próprio nascedouro ali do ATITUDE de que, olha, eu posso até... A pessoa pode até não parar de usar, mas é nossa obrigação proteger a vida dele. Então, a gente já parte do princípio de redução de danos ali. Então, a gente precisa de ofertas, inclusive sociais, que reduzam a situação gritante que a pessoa está vivendo, como encarceramento, homicídio, rua... Mesmo que ela não pare de usar. Então, mesmo que ela continue usando, não parou porque não conseguiu, ou porque não quis, ou seja qualquer circunstância, o quanto o Estado precisa estar mantendo e ofertando aquele espaço sem a exigência da vigilância para que ele permanecesse sendo atendido. Então, acho que a redução de danos traz esse chão para a ATITUDE. Também uma redução de danos que não é contra a abstinência, mas uma redução de danos que ela também oferta serviços quando a abstinência está no horizonte e com uma construção possível ali naquela relação. E acho que a oferta de moradia é a mesma coisa. Como é que a gente lida e a oferta direitos independente da exigência, de uma exigência maior sobre usar ou não usar. Acho que esse era sempre o dilema e o desafio. Ou seja, o quanto a redução de danos faz a gente olhar para a pessoa e para as possibilidades das pessoas e não ficar só focado na droga. Acho que a própria ideia de moradia primeiro, de housing first, acho que ela é muito redução de danos. Você vai e oferta primeiro moradia, possibilidade de trabalho, isso organiza a pessoa mesmo ela continuando ou não usando. Então, acho que se antes a gente resumir a redução de danos na seringa, eu acho que hoje ofertar moradia é uma outra... Algo bem mais estrutural ali do ponto de vista da pessoa e das situações que a pessoa vive. Mas que isso também não anula e não restringe a importância de acompanhar, de realizar visitas, de planejar terapeuticamente a sua vida mesmo após a moradia. Então, a moradia também é um meio para se organizar. Embora seja um fim no sentido da necessidade da garantia de direitos, mas ela é um meio que ajuda a pessoa também a se organizar nos seus usos enquanto redução de danos. Coisas combinadas, assim.
Composição da equipe	Que é isso, aí, às vezes muda um pouco a metodologia dependendo de quem está coordenando, às vezes a pessoa fica com um olhar muito mais fiscal, né, às vezes é um olhar bem menos fiscal e mais acompanhamento psicossocial, então, vai muito do que essa equipe está... Qual o propósito dela, né, então, às vezes eu percebia que tinha equipe que olhava quase como um fiscal da prefeitura, né, estava fazendo uso, estava fazendo alguma coisa de errado, não sei o que, então, quase polícia, assim, e quase ameaçando o tempo inteiro qualquer coisa ou corta o seu benefício, né, era meio INSS, assim, então, e outra que não, que já vinha num lugar mesmo da saúde mental, do acolher, do escutar, do criar possibilidade, respeito à autonomia daquele espaço, daquela moradia, daquela pessoa, então, tudo isso era muito construído a partir dessas equipes, né. Pesquisadora: você falou antes que rolava uma parceria, né, com a Universidade Federal, para, enfim, para formações, para treinamentos, essas equipes que atuaram no ATITUDE, ou atuam, né, no ATITUDE, elas passavam por algum tipo de formação, treinamento? Como você falou, né, de se pensar nesse cuidado intersetorial, pensar nesse cuidado aí com vias a uma proposta de baixa exigência... 01:08:57 Interlocutor 14 Passava, tanto a formação inicial do programa, quanto um processo de supervisão, que sempre ocorria semanalmente, sempre tinha supervisão, um espaço de reflexão sobre o serviço, também com conteúdo teórico prático, e a Universidade Federal de Pernambuco tinha o CRR, que era o Centro Regional de Referência de Formação em Política sobre Drogas, então, esse centro, a equipe do programa sempre participava dos cursos e da parte de formação mais sistemática dessa, da Universidade, era um pouco desses espaços formativos que tinham suporte às equipes do programa. 01:09:40 Pesquisadora Ah, legal, e essas supervisões, e essas discussões semanais, elas eram feitas com a própria coordenação do ATITUDE? Ou tinha pessoas de fora? 01:09:51 Interlocutor 14 É, tinha a coordenação que era feita e tinha um grupo externo que vinha e fazia, que era um grupo coordenado por Dr. Evaldo, que é um médico, né, referência na área política sobre drogas, e tinha um grupo de dez pessoas, cada um ia para um centro e sempre traziam conteúdo formativo de supervisão, discussão de casos, e essa equipe se reunia com a gestão, sempre trazendo um feedback de como é que estava a temperatura do serviço, os entendimentos, os percalços que existiam, então rolava esses colegiados, né, mais amplos para entender e discutir metodologia e formação das equipes. 01:10:56 Interlocutor 14 Olha, do ATITUDE, do programa como um todo, acho que em uma época eram 350 pessoas assim, né, que trabalhavam nos serviços nos centros do ATITUDE. Eu sei que diminuiu, fechou um centro ou outro, então deu uma mudada, e tinham em torno de 10 pessoas que faziam supervisão, né, então acabava ficando uma para 30 ali, mais ou menos, que acompanhavam o processo mais formativo.

Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	Interlocutor 14 Bom, eu trabalhava em 2008, 2009, eu trabalhava num programa de população em situação de rua, dentro do governo do Estado, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que era um programa intitulado Programa Vida Nova, que executava e financiava projetos, centros de crianças e adolescentes, centros da juventude. Então, eu atuava nos centros da juventude, que eram jovens de 16 a 29 anos de idade, frutos de comunidades com bastante violência, que era atrelado ali aos indicadores da segurança pública, atuar em comunidades com índice de homicídio mais elevado do Estado. E eu atuava na região metropolitana do Recife e comecei a fazer um trabalho com população em situação de rua, jovens de situação de rua e jovens dessas comunidades. E comecei a fazer um trabalho nas ruas, nos locais, nos principais locais onde tinha população em situação de rua, muito com o intuito de convidar as pessoas jovens dessa faixa etária, desse perfil, a ingressarem no centro. Então, passei a fazer parte dessa equipe, uma equipe nova, ali de 2008, 2009, e passei a coordenar essa equipe, que chamava de Aproximação nas Ruas, e fazia um trabalho de se aproximar nas ruas desse público, na região metropolitana do Recife, principalmente em territórios de maior incidência de homicídio e maior incidência de pessoas em situação de rua. Então, a gente começou a trabalhar, era uma Kombi, duas equipes, e todos os dias frequentando, acompanhando, acolhendo e vendo os encaminhamentos possíveis que estariam lidando e ingressando nesse centro da juventude. Então, a gente começou a fazer esse trabalho, e no meio desse trabalho foram surgindo muitas questões relacionadas ao uso de crack. Então, foi um boom ali no Brasil, começando a trazer esse conteúdo e questões relacionadas, começou a sair muito na imprensa, questões de uso de crack, pessoas ameaçadas de morte pelo tráfico, as mães acorrentando filhos para não saírem de casa. Então, estava tendo muito essa repercussão. O governador começou a demandar para as secretarias as demandas relacionadas a esses casos, principalmente casos emblemáticos que saíam na mídia, e casos que apareciam no governo e apareciam na comunidade, lideranças comunitárias. Então, a demandar para esse programa também de população em situação de rua, e aí eu acabava fazendo essa busca ativa, indo até as pessoas, conversando esses casos mais graves que estavam aparecendo nesse circuito de uso de crack, violência e tal. E essas pessoas tinham prioridade dentro dos serviços desse programa, o centro da juventude. E a gente, uma sede, uma base, começou a atender esse público, e a gente foi criando ali uma relação de aproximação com esse público, de entrada. A cidade de Recife já vinha numa discussão grande sobre Redução de Danos e sobre um programa de saúde mental chamado Mais Vida, que foi, na verdade, é o que hoje se tornou a RAPS. Então, originou ali os CAPS, a Casa do Meio do Caminho, que veio a se tornar a unidade de acolhimento. Então, vinha uma discussão mais avançada de política sobre drogas, já vinha nesse território, com essa cultura institucional da Prefeitura da Capital. E isso aconteceu em 2008, 2009, até que em 2010 houve um caso de grande repercussão. A gente vinha lidando como dava, então a gente acolhia, encaminhava de vez para desintoxicação no hospital, ou encaminhava para a Casa do Meio do Caminho para o CAPS, para fazer uma avaliação, sendo que sempre tinha muita dificuldade, porque a questão de violência era muito presente, até porque a gente estava focado nesse público. E Pernambuco vinha de um ranking dentre os primeiros em taxa de domicílios no Brasil, então havia toda uma agenda política concentrada para reduzir esses índices, então era muito público, a gente estava atendendo. E isso tinha uma coisa meio do não perfil, então quando estava na saúde mental era difícil acolher, dentro do universo da saúde mental, pessoas ameaçadas de morte pelo tráfico, por exemplo. Então o sujeito tinha 21, 22 anos, estava ameaçado, já tinha quase levado um tiro de raspão, então estava ali naquele clima, o irmão já tinha sido assassinado, então era muito esse, então misturava um pouco a proteção à vida com a questão de um cuidado relativo ao uso abusivo que a pessoa estava tendo, então era meio complexo ali. Então eram encaminhamentos que também iam para a comunidade terapêutica, das poucas que existiam na época, para abrigo, ou até mesmo dormia dentro dos espaços institucionais, já tiveram casos da pessoa dormir dentro do conselho tutelar, ou dentro da secretaria de assistência social, porque a gente falava com a secretária do município, para a pessoa não morrer, então a gente ia fazendo um arrumado ali, nessa série administrativa, que era uma pequena casa de uma, duas salas, que a gente tinha onde ficava a Kombi, e era o nosso material, às vezes a gente colocava o pessoal lá dentro para dormir, ou para comer alguma coisa, isso muito naquela coisa da pessoa ameaçada, por causa de R\$ 500, R\$ 1.000, dormir, e o tráfico está procurando ele, vai matar e tal, então tinha muito esse contexto na época. E aí teve um caso bem emblemático, em 2010, no meio disso tudo, foi um caso de um jovem, se não me engano o nome dele é Davidson, então era maio de 2010, teve uma grande repercussão, a mãe estava acorrentando ele para não usar crack, e pediu a ajuda do prefeito, do governo, e o governador disse que ia ajudar, o prefeito também, e eu fui atender, a nossa equipe foi lá, atendeu esse jovem, no córrego da Bica, que era um morro aqui em Recife, e ele chegou para essa sede administrativa nossa, tinha um banheiro, tomou um banho, recebeu comida e tal, e conseguiu encaminhar para um serviço, inclusive é o que hoje se chama de comunidade terapêutica, que tem ali um acolhimento mais religioso e tal, ele ficou uns dias lá, e aí, depois de uns dias, ele acabou saindo, a gente também não sabia, ele saiu e voltou lá para a comunidade, e aí ele foi assassinado no dia das mães, então, em pleno dia das mães, ele foi brutalmente assassinado, espancado por um grupo de pessoas ali, dívida no tráfico, aquela coisa toda, e morreu, e morreu no dia das mães. O caso já tinha repercutido, a Rede Globo, local, a mãe pedindo ajuda, o governo e tal, então isso gerou todo, o governador dizendo que ia ajudar o prefeito também, encaminha, vai a equipe, a equipe da prefeitura, a equipe do estado, então isso gerou um caso muito grande, e passou a construir, aí fez um decreto, um decreto logo depois dessa repercussão, o governador tomou a frente e lançou o primeiro decreto de enfrentamento ao crack, um decreto de, acho que, 26 de maio de 2010, é curioso que, na época, o governador Eduardo Campos, ele pediu ajuda ao presidente Lula, então, era o último ano de gestão de Lula, e Lula chegou e fez um, teve uma repercussão nacional, o caso também, né, pelo contexto que ocorreu, e aí Lula lança um plano nacional de enfrentamento ao crack, isso acho que 20 de maio, se eu não me engano, logo depois do dia das mães, desse caso que repercutiu em 2010. E Eduardo Campos logo em seguida lança o plano estadual de enfrentamento ao crack, que é o primeiro estado a lançar após o plano nacional, e aí ele abre esse decreto, criando uma rede de enfrentamento ao crack e tal, e lançando um projeto piloto, e aí, no projeto piloto, ele
--	---

	incrementa, né, eu estava coordenando aquela equipe de rua que atendeu ao caso, estava nesse percurso ali uns dois anos, e aí eu passo a compor esse GT, esse grupo de trabalho, e o governador pede para montar um programa, um projeto, do que a gente estava precisando, do que a gente via nesse cotidiano, e o que é que dava para fazer além do que os municípios fossem fazer. E aí isso passa em 2010, um processo de muita elaboração e reflexão do que fazer, e aquela equipe que tinha na rua, que a gente vinha há um, dois anos atendendo esse público, a gente começou a ver o que era necessário. Independente se está com documentação, se não está com documentação, tem uma coisa assim, ele marcava o anamnese daqui a 20 dias no CAPS, que estava lotado, às vezes tinha todo um protocolo para entrar em determinado serviço, então a gente achou, na própria assistência social também, que a gente precisava observar a situação de rua, não tem documento, como é que a gente vai exigir documento para atender? Então, essa era a discussão da época. Ou então assim, ah, não, ele está em situação de rua, não é caso da saúde, é caso da assistência, a assistência fazia, ah, mas ele é usuário de drogas, é caso da saúde, não é caso meu, então ficava um certo empurra-empurra ali, né? Interlocutor 14 E a gente foi trabalhando isso e começou a montar alguns serviços, então montou esse, né, de baixa exigência, portas abertas, e 24 horas, que a pessoa pudesse chegar e dormir, ela chegou e tal, precisa de um apoio aqui, precisa dormir, precisa, né, baixar a onda dele, até para refletir qual o plano terapêutico, qual o projeto que a gente vai trabalhar com ele, com ela, e aí a gente abriu o que a gente chamou de sede de acolhimento e apoio, né? Primeiro a gente foi fazendo esse serviço ali em 2010, ao longo de 2010, construindo uma ideia, né, tinha outros nomes, que aí foi o que chegou a essa Sede de acolhimento e apoio, 24 horas, depois também foi vendo que precisava de um tempo, né? Não era que a gente gostaria de fazer um serviço ou asilar, ou de isolamento, mas que muitas das pessoas estavam pedindo para dar um tempo ali daquele circuito do território, né? Ó, precisa dar um tempo, é difícil para mim ficar aqui o tempo inteiro, então saio do serviço, volto aqui para o ponto de uso, aí passo do lado, então, é preciso dar uma respirada, é preciso passar uns dias, talvez algum mês ali e tal, e a gente achava que o governo do Estado poderia oferecer isso numa certa ideia ali dos serviços de assistência social enquanto acolhimento, mas com a metodologia própria, bem na fonte da redução de danos, de práticas integrativas, de grupos, então era o que a gente foi construindo ali e no meio disso também um outro, um quarto serviço, né? Então, um serviço na rua, um serviço mais leve, transitório, de baixa exigência, 24 horas, que aceita acolhimento e apoio, um terceiro serviço para as pessoas darem um tempo, então, né? Interlocutor 14 e aí o programa ATITUDE se configura dessa maneira, dentro de uma perspectiva intersetorial, então ele não vem na ideia de substituir nenhum serviço, mas de somar uma oferta regional de serviços focado em população extremamente vulnerável, com situação de grande exposição à violência, nessa relação uso de crack e outras drogas, e com uma oferta maior de espaço para dar um tempo, para morar, então, para dormir, para ter um pouco mais essa leitura.
Efeitos da intervenção	Interlocutor 14 Eu acho que primeiro, eu acho que vai numa observação de que muitas pessoas que a gente encontrava em situação de rua, estavam em situação de rua porque foram ameaçadas de morte na sua comunidade e não poderiam ficar na comunidade. Então, acho que isso é um dado importante. Porque tem pessoas ameaçadas de morte, mas que não estão em situação de rua. Mas a origem deles irem para a rua, tudo bem, tem o uso e essa vivência de rua, mas era muito porque não podia voltar. E aí, no que você não pode voltar, a única casa que você tem é aquele casebre na comunidade ali, do pai, da mãe, do tio, do irmão, e não tem mesmo para onde ir, não tem segunda opção. Então, tinha muito essa configuração também. 01:20:35 Pesquisadora A redução de danos ganhou um corpo, quando a gente pensa na redução de danos no Brasil, ela ganhou um corpo assim que obviamente entende a importância que é a distribuição de insumo, o cuidado ali em relação ao uso de drogas, mas eu acho que ela, hoje, ela vem como uma postura de cuidado mesmo, né? Uma forma de olhar o cuidado, uma forma de cuidar dos sujeitos. E em algum momento, assim, porque inicialmente você falou que essa discussão do housing first ela não aconteceu, né? Não era uma discussão muito presente no contexto e tudo mais. Em algum momento essa discussão de olhar para o housing first e pensar que o que estava rolando na ATITUDE tinha ali uma composição com a proposta do housing first? 01:21:32 Interlocutor 14 Olha, sim. Eu acho, inclusive, teve até um livro da Mainline, que é Limites da Correria, que não sei se você já viu, mas que ele fala já de housing first, já colocando o aluguel social, a ATITUDE fez uma discussão sobre isso. Eu não acompanhei muito essa discussão, mas o conteúdo do debate de housing first era um conteúdo que estava muito presente. Dá a casa primeiro, ou não dá? Vai pra lá, vai, sabe? Então, acho que tinha muito essa discussão. Então, uma parte achava que sim, que era moradia primeiro, outra parte achava que precisava acompanhar um pouco mais, mas sempre nesse chão da redução de danos e se aproximando mais da ideia de housing first do que de algo diferente. Então, eu acho que estava ali permeando desafios de implementar um housing first sem saber que é housing first ou sem ter uma metodologia própria para aquilo. Até porque não foi algo vindo de uma teoria já comprovada internacional para replicar, mas foi algo vindo muito do chão da fábrica, do dia a dia da rua, do que os usuários estavam falando, do que a gente tinha enquanto oferta e possibilidade de criação ali. Então, e de coesão, porque às vezes você faz de um jeito, aí a imprensa vai lá, cai em cima aos deputados, a ala mais conservadora, quando você vê o programa terminando. Então, tem esses riscos que vão além do que a equipe técnica pensa. Ah, não, se pega ali a mulher com um bebê que está ali, prostituição, traficando com craque, um jornalista for lá tirar uma foto, o programa acaba. Então, tinha esses receios, assim, de como lidar com a imprensa e a opinião pública também. Acho que isso acaba afetando.

	Olha, eu acho que a gente quebrou muitos paradigmas, assim, né, de olhar para essas pessoas como pessoas, assim, acho que tem muito essa coisa do zumbi, não responde por ele mesmo, são violentos e tal, e acho que olhar e essas pessoas elas terem protagonismo, elas falarem, dialogarem, então elas não estarem excessivamente dopadas como num hospital psiquiátrico, elas estarem ali dialogando e mudando sua vida... eu acho que isso deu uma mudança significativa na rede, a gente fazer com que essas pessoas acessassem o serviço público, né. Então se a pessoa não acessa o serviço público, só quem vai acessar é a segurança, é a polícia, vai ficar naquele lugar ali, eu acho que isso foi muito importante da dignidade dessas pessoas, acho que a gente salvou, assim, muitas vidas em termos de homicídio, acho que isso é um impacto importante. Você pegava ali, tem uma época que 70% das pessoas estavam ameaçadas de morte, então algumas pessoas morreram, a gente viu e relatou, mas muita gente não morreu, assim, muita gente acho que escapou ali no momento auge da violência e conseguiu manter a vida, eu acho que preservar a vida de um usuário de crack em situação de rua é como se essa vida não valesse, né, e a gente está dizendo que essa vida vale, então, né, que esse ser humano vale e que essas vidas importam, acho que isso tem um recado muito importante, assim, enquanto Estado, acho que teve um recado muito importante enquanto segurança pública. Que a gente dizia assim, olha, num outro modelo de política de drogas, que não é a guerra às drogas, o tiroteio, o tapa na cabeça e prender todo mundo, a gente consegue proteger vida, a gente consegue reduzir homicídio por uma ótica de direitos humanos e de cuidado e de acolhimento social. Então, eu acho que a gente também aponta isso e cria um diálogo, né, diferente no âmbito da segurança pública, ou seja, o campo das políticas sociais, elas podem contribuir muito pra redução do encarceramento, pra redução da violência e não é só polícia, embora a importância da polícia e tal, mas a importância de uma polícia mais focada em inteligência, estratégia e intervenção da violência, não intervenção no varejo de uso de drogas, eu acho que isso a gente questiona na raiz o modelo de guerra às drogas, assim, né. Vai lá dialogar com a polícia pernambucana, com toda a segurança pública e como a gente pode lidar com isso de outra maneira e governo do Estado e não da polícia, Prefeitura, Guarda Municipal, mas a discussão de polícia, cadeia, prisão, assassinato, é o executivo estadual, não é nem o executivo federal, porque a polícia federal é outra inteligência, e nem é o municipal, então essa discussão, ela tá muito no âmbito dos governos estaduais, assim, e essa foi uma discussão muito capturada pelas comunidades terapêuticas e pelo discurso bolsonarista das polícias, das milícias, da prisão, das comunidades terapêuticas, se aliaram muito numa narrativa, que eu acho que falta no Brasil, uma narrativa inteligente, né, na contracultura da guerra às drogas, no campo da redução de danos, e que responda isso de uma outra forma. Eu acho que o Corra pro Abraço, em relação à redução de encarceramento, sinaliza isso no governo do Estado da Bahia, o ATITUDE vem com isso com muita firmeza, eu acho que isso muda, né. Interlocutor 14 E do ponto de vista pessoal, foi uma experiência muito enriquecedora, né, tá falando de 10 centros rodando 24 horas, passando ali 2 mil pessoas, moradia, gente que vai ser assassinada, gente isso, violência sexual, porra, muitas tragédias humanas, assim, mas também muita gente mudando de vida, não é... É comum às vezes eu estar no centro da cidade e alguém me parar, ‘Interlocutor 14’, que massa, pô, valeu, obrigado, naquela época’, sabe? No tempo era um segurança, um cara armado assim, e era um cara que tinha passado no ATITUDE, que tem levado um tiro, tá até hoje na perna, marca do tiro, mas tava bem, com duas crianças, não sei o que, não sei o que, Então, eu acho que mexeu em muita gente, em muita coisa, e melhorou muito a vida de muita gente, né, acho que isso é gratificante saber que conseguiu, entrou na cultura institucional do Estado, né, acolheu, e muita gente mudou de vida a partir daquelas experiências ali, é...
Contexto sociopolítico	Interlocutor 14 Então, a gente inicia ali em 2011 com 15 equipes de rua, com quatro centros, cinco centros de acolhimento e apoio, 24 horas, cinco centros de acolhimento intensivo, para as pessoas passarem o tempo, e 100 ofertas de moradia e de aluguel social. Então, esse foi o programa de setembro de 2011. Nesse percurso do decreto ali de maio de 2010 até setembro de 2011, a gente começou o projeto piloto, a gente fez conferências regionais sobre drogas no estado de Pernambuco, a gente elaborou uma lei 14.561, fruto dessas conferências, que é a lei estadual sobre drogas, e já incrementando, incluindo todos esses debates, e aí a gente surge com um programa, chama de programa ATITUDE, com essa modalidade trazendo principalmente essa oferta de acolhimento, de cama, de moradia, de dormir, de dar um tempo, de se organizar, então, um pouco esse contexto. Interlocutor 14 Era várias secretarias, era uma câmara técnica, que tinha secretaria de desenvolvimento social, direitos humanos, saúde, educação, trabalho, qualificação, né, tinha um conjunto intersetorial, se eu não me engano, eram oito secretarias. E eu passei a secretaria de desenvolvimento social e direitos humanos, que era onde eu estava. O secretário era o coordenador desse GT, né, que era uma câmara técnica desse grupo de trabalho, que até hoje funciona, na verdade, foi o que originou a câmara técnica de política sobre drogas, enfrentamento ao PAC, do Programa de Segurança Pública do Pacto Pela Vida. Então, mas a área social, né, não a área da polícia, então a área mais social, além da atividade de direitos humanos. E aí, nessa, aí eu passei a ser o gestor da política sobre drogas do Estado, de 2010, 2011, até 2015. E aí, a política sobre drogas, o programa carro-chefe, era o programa ATITUDE. Interlocutor 14 Olha, ele tinha dois diálogos, assim, acho que tinha um diálogo com o município, que é um diálogo mais corpo a corpo, e que isso, o GT era mais estadual, né, e com o município a gente chamava pra conversar, então, cada município era diferente, e aí você pega Recife, Jaboatão, Caruaru, é... Outros municípios que a gente vinha, Cabo de Santo Agostinho, né, então, por exemplo, ah, tá atendendo uma pessoa de outro município, então como é que eu vou, até porque a pessoa estava ameaçada de morte no município vizinho, então você tá atraindo essas pessoas pra cá, como é que é isso, né? Ou então, esse público não atende, esse público do ATITUDE, tá, mas a pessoa é de Jaboatão, do município, como você não atende? Não, mas ele é ameaçado de morte, então o problema é do ATITUDE, tá, mas ele tá acolhido no ATITUDE, mas ele precisa ir no CAPS, ele precisa ir no serviço tal, ele precisa se matricular ali na assistência, na educação e tal, então, tem muito

	esse clima, assim, de eu não quero atender esse público, porque esse público dá problema, ele tá vinculado ali a tráfico, morte, crack, então, em geral, os serviços atendiam mais uso de álcool, maconha, um pouco cocaína, às vezes cola, mas o boom do uso de crack não tava ainda no cotidiano dos serviços, era algo relativamente novo, então, era um pouco isso, quando eu tinha nos municípios e no estado, como a gente, pra organizar o modelo dos serviços, foi uma coisa muito interna mesmo, com os usuários que vinham acompanhando, e aquela escuta mais cotidiana no fluxo do serviço, mas quando a gente apresentava, então, as secretarias, elas vinham apoiando, né, então, a secretaria de saúde, se a pessoa precisa passar pela desintoxicação, os leitos de saúde mental, então, era a discussão que a gente fazia, tentar financiar a saúde mental, acabou não saindo isso, o estado financiar e dialogar com a rede de saúde mental, pra acolher melhor as pessoas nesse campo da ATITUDE, então, a formação com todos os municípios também, na área de saúde e assistência, então, tudo isso foi andando em conjunto, né, a Universidade Federal também, que sempre fazia formação pública sobre drogas, a Secretaria de Trabalho, como é que a gente conseguia incluir alguns cursos ou inserção no mundo do trabalho, economia solidária, então, transitava muito dessa maneira, né, algumas coisas saiam, mesmo, né, sempre tinha um diálogo que tinha alguma... Tinha um diálogo com a polícia comunitária também, do território, alguns casos de violência que, porventura, poderiam ocorrer nos serviços, e ocorriam, então, como é que dava uma proteção sem ser repressiva no funcionamento do serviço, então, tudo isso estava ali, circulando, né, mas acaba que você tinha um funcionamento ali da área de desenvolvimento social, a execução do serviço acabava ficando a responsabilidade maior, mesmo na gestão do programa, né, não era tão repartida assim, acho que tinha diálogo, tinha apoio, tinha projetos sendo realizados por outras secretarias, que se casavam e se integravam enquanto resposta estatal ali do tema, mas a execução em si do programa ficava muito a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos na época, e até hoje também, acho que faço essa leitura.
Dificuldades e outros desdobramentos	Interlocutor 14 Então, complicado, na verdade, a gente montou todos esses serviços, e dois, três meses depois, 70% dos profissionais praticamente pediram demissão, e a gente estava falando de um universo grande de profissionais, com 300 e poucos profissionais. Isso, pessoas de uma seleção ampla, técnicos, já há um bom tempo, mas ainda estava afinando a metodologia de você receber pessoas em que o tráfico, o mercado de drogas, está armado atrás da pessoa, querendo matar. Então, circunstâncias que aconteceram, os endereços, gente indo dentro da casa, gente entrando, querendo risca e matar não sei quem, então, tudo isso foi bem estranho ali no começo, até a gente ir afinando a metodologia e dialogando, tipo, é baixa exigência, é todo esse acolhimento, mas também existem limites, limites institucionais, limites, não dá para entrar armado, não dá para cometer violência aqui, atos de violência aqui dentro, então, uma tolerância larga, dentro de um conceito de clínica ampliada, peripatética, de clínica social, mas com limites institucionais, sendo que os limites também são estruturantes nesse processo. E como também é um programa que tem um tempo, né, e ele não parou, sei lá, o DBA, né, passou um período, mas fechou, então, uma mudança de gestão fez fechar o programa. No ATITUDE, a mudança de gestão não fez fechar o programa, mas fez, em determinados momentos, mudar um pouco a metodologia, mudar as coordenações, mudar um pouco o perfil, né, traz um outro olhar, então, tudo isso acaba mexendo na dinâmica de funcionamento, né, de um aluguel social, dessa moradia social, de como você oferta, quais os limites que você faz, quais as regras que você estabelece, como é que é o acompanhamento, então, isso flutua, né, nesse percurso. Interlocutor 14 Também uma experiência que está no meio do debate, assim, né, quais os rumos que a política internacional sobre drogas deve tomar também, países com grande incidência de violência, como é a América Latina, então, como você também operar moradia primeiro dentro desses contextos, né. Porque uma coisa é moradia primeiro housing first nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa, então você tem uma taxa de domicílio, por exemplo, de um habitante de 140 a 100 mil habitantes, a Itália trabalhando numa taxa de domicílio de 140 a 100 mil habitantes. Então é uma lógica muito diferente, do quanto a guerra às drogas, a violência, a desigualdade social, o encarceramento em massa, ele transita, né, nessas questões, muito mais do que outros países com uma estrutura social diferente, então, acho que tudo isso também é um desafio, assim, a ser enfrentado no nordeste brasileiro, no estado pobre da federação, dentro dos ranks ali maior de violência na América Latina. Então, todo esse contexto social, como a Redução de Danos traz, né, o contexto que você está inserido, ele também afeta diretamente a metodologia mais adequada e aplicável como de moradia primeiro, né, é...

Interlocutor 15 e Interlocutora 16 – ATITUDE – Caruaru/PE

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	Interlocutor 15 É, você ter uma referência de você ir e vir, abrir sua porta e dormir tranquilo. Porque nenhum ser humano merece estar dormindo na calçada. E você... Por conta do uso, se passar, dormir ali. Mas não tem uma assistente, né? Eu não sei também se seria legal. Na situação daquela, ter um tratamento e se jogar dentro de uma casa, não sei também se seria. [00:40:05] Pesquisadora Como assim? Não entendi. [00:40:08] Interlocutor 15 Eu não sei se seria legal, porque eu falo de muita gente dormindo ali naquela situação de rua e você ter inserido pra dentro de uma casa sem um tratamento. [00:40:18] Pesquisadora Ah, entendi. Sem ter esse acompanhamento que você tem da equipe, né?

	[00:40:24] Interlocutor 15 E hoje... Como você me perguntou, eu vejo assim, eu abria uma porta e trazia as coisas, e dizia que é meu. [00:40:35] Pesquisadora Era a sua casa, né? [00:40:37] Interlocutor 15 É, sim. É um direito, né? A moradia, né? Interlocutor 15 Falta muito, como eu falei, falta um auxílio do governo a mais, né? Ele falta, assim, dar uma assistência a mais de uns móveis. [00:41:05] Pesquisadora Isso. Você tava falando, né? Que teve vários cortes, então tá faltando um maior investimento do governo, né? [00:41:15] Interlocutor 15 É, que tinha um kit de inserção. Que era a cômoda. Você tinha acesso a uma cômoda. Sempre quando, entendeu? Quando você era inserido, vinha uma cômoda e vinha outras coisas. Que eu nunca passei pelo aluguel, mas o povo que pode falar. Pesquisadora E o que você percebe que ele transformou aí na sua vida, Interlocutor 15? O ATITUDE Moradia. [00:43:14] Interlocutor 15 Ele me fez parar e pensar assim na vida. Você entrar na casa, como eu venho falando, e dali já ver que foi bom também pra mim. E eu quero dar um tempo, como eu venho falando, do eixo de falar de programa, de estar frequentando. Aí eu me sinto seguro pra ir embora com minha companheira. Foi massa o programa. Eu amo. [00:43:56] Pesquisadora Possibilitou que você construa essa segurança pra você constituir a sua própria casa com a sua companheira, com a sua família. [00:44:05] Interlocutor 15 Bater as perninhas... [00:44:12] Pesquisadora Legal. E o que você... [00:44:14] Interlocutor 15 Eu tô legal, né? E meu direcionamento também. Ela do meu lado diminuiu muito, muito, muito o meu uso. Conseguindo comprar minhas coisas junto com ela. Já tá dentro de uma casa. Ela vai cuidar de mim. Eu vou ajudar, né? Interlocutora 16 A gente alcançou várias vidas. Sabe, Ana Carolina? Eu acompanhei uma usuária que veio da metropolitana, porém a família dela era aqui de Caruaru. Aí ela tinha perdido a guarda dos filhos. Hoje ela trabalha na SDSDH, que é a Secretaria de Direitos Humanos aqui de Caruaru. Ela passou quase um ano e pouco. Ela passou de um ano no aluguel. E aí quando ela se viu bem, né? Aí a gente conseguiu uma casa. E é umas casas que pagam um valor social do aluguel, sabe? Na época ela pagava 50 reais. Era 48 reais. Hoje ainda permanente esse valor. Há dois... Vai fazer três anos já. Ela tá no território, trabalhando. Os filhos dela já tão grandes. Vieram viver aqui pra Caruaru. E a gente acompanhou ela no aluguel social. Tem outros do lado também. Interlocutor 15 também conseguiu ter filho. E aí ninguém dava nada pro Interlocutor 15. O Interlocutor 15 vivia sobre uso medicamentoso, uso muito abusivo. E aí a gente foi inserir o Interlocutor 15 no aluguel porque não tinha mais nenhum encaminhamento pra Interlocutor 15. E a equipe mesmo diz aqui, a gente tá dizendo, ‘poxa, o Interlocutor 15 no aluguel e ele não vai dar conta’. E aí ele começou a pagar o próprio aluguel dele quando a gente chegou no período de conclusão de PIA. E ele passou quatro meses pagando o próprio aluguel que ele queria. Mesmo o governo podendo custear, ele dizia, ‘não, é uma questão minha, de autonomia minha, eu vou pagar meu aluguel’. E hoje o Interlocutor 15 tá bem também no território.
Eixos de trabalho	Interlocutor 15 Um básico, né? [00:41:55] Pesquisadora Sim. Pra entrar na casa e ter o que precisa ali pra aquilo ser uma casa também, né? [00:42:02] Interlocutor 15 Pra dizer que é uma casa. Uma televisão. Você ter uma televisão lá em cima, poderia ser. Poderia botar uma televisão. Que tem programa do governo aí que tem até direito a antena parabólica. Porque não tem a televisão?
Costura com a RD	Interlocutor 15 É. O fato disso afetar o programa, de vir aqui pra se alimentar, quando era pra usar o apoio, porque isso já é uma redução de danos. O fato de não estar me colocando no território de risco, tá fazendo um uso abusivo. Então, já é uma redução de danos. A partir do momento que... A estratégia que eu criei pra isso também, né, Interlocutora 16? É... Eu procuro... Tô procurando trabalhar. É uma redução.
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)	Pesquisadora Então, Interlocutor 15, você pode começar me falando um pouco aí sobre a sua trajetória, sobre a sua história de vida? Interlocutor 15 Eu me chamo Interlocutor 15, tenho 38 anos, sou dependente químico. Fui dependente químico há 19, 20 anos. E tive muitas percas durante essa trajetória de vida, se a gente pode chamar de vida, por conta do uso. Consegui dar uma parada porque meu uso era intenso. Consegui dar uma parada pra refletir sobre a vida e sobre o que é a vida. E nesse meio tempo aí, teve a vinda pra cá que procurei o apoio do Campo Grande. E lá fui encaminhado pra cá, pro ATITUDE, Caruaru. E fui tomando uma direção na vida. E que eu procurando um trabalho seria melhor pra mim. Dei uma controlada no uso, tive a recaída como dependente químico e me recaí. Mas consegui, né? Consegui o meu trabalho. Fui avaliado pelo prazo, para o ATITUDE moradia. Permaneci nele. E só vitória. Entendeu? Só conquista. O ATITUDE moradia pra mim foi ótimo. Tá sendo, né?
Contexto de vida	Interlocutor 15 Por conta do frequente uso com a droga, eu perdi o convívio na cidade do Recife. Ficou uma área de risco pra mim. Porque o uso foi intenso lá, entendeu? Por conta de vir pra Caruaru. Por isso que eu vim pra Caruaru. [00:03:19] Pesquisadora Entendi. E em Caruaru você tem família? Você tem essa rede de pessoas? [00:03:26] Interlocutor 15 Em Caruaru eu consegui o trabalho, como eu lhe passei. Hoje eu trabalho na indústria aqui em Caruaru. E tenho uma companheira. Eu construí outra família aqui. Mas tenho dois filhos no Recife. Tenho uma vida no Recife. Mas minha vida agora é aqui em Caruaru.

[00:03:47] Pesquisadora Você tem uma família lá em Recife. Mas você tá construindo sua vida aí agora em Caruaru.

[00:03:53] Interlocutor 15 É. Tenho um irmão. Sim.

Interlocutor 15 Passei, passei. Passei oito anos da minha vida na rua.

Pesquisadora: Esse período lá em Recife?

Interlocutor 15 Lá no Recife. Passei no Recife. Tempo de rua. Não foi muito bom, não. É? Não, tranquilo. Foram oito anos. Na rua. E sempre nessa vida. Entre o ATITUDE e recaindo. ATITUDE e recaindo.

Interlocutor 15 Como é essa agora, que se Deus quiser é a última, que ninguém aguenta sofrer. Eu consegui o aluguel.

Interlocutor 15 Aí, quando eu fui encaminhado pra o aluguel social, eu já consegui, né, meu trabalho. Foi legal, porque eu já fui me organizando e tinha uma ocupação. Saí naquele direcionamento. Saí do aluguel pra trabalhar. Aí, tenho acompanhamento da Interlocutora 16 que me visita. Junto com o Ed, motorista. Vai um carro pra falar comigo. Aí, recebo uma feira todo dia, 28 do mês. Eles dão uma ajuda. É uma feira básica. Poderia melhorar, né? Eu acho que enquanto é que é o governo, mas poderia melhorar. Podia vir uma picanha.

Interlocutor 15 Aí, veja só. Como eu tô trabalhando, eu tô bem encaminhado, eu tenho uma companheira. Hoje, inclusive, é o dia que eu vou entregar o aluguel social. Eu já tenho outra vida, entendeu? Hoje eu tô entregando o aluguel social. Tem até conversado com a Interlocutora 16 aqui nos bastidores.

Pesquisadora Entregar como assim, Interlocutor 15?

Interlocutor 15 Eles têm um período de acompanhamento, né? O ATITUDE moradia, ele é de um mês a seis meses, podendo ser prorrogado.

Interlocutora 16: Então, até um ano, o Interlocutor 15 poderia ficar no aluguel. Aí, a gente passou a acompanhar o Interlocutor 15 e, mediante a organização dele, ele tá trabalhando, ele recebe mais de um salário mínimo. Como a gente trabalha na política da assistência social, é para quem dela necessita. Então, o Interlocutor 15 já tá minimamente organizado, tem o trabalho dele. Com relação ao uso, também, ele não tem uso abusivo, ele faz uso de cannabis. E aí, durante esse período de acompanhamento, que foram de dois meses, o Interlocutor 15 fez uso duas vezes de crack, que é o público perfil de usuário que a gente acompanha. Então, o Interlocutor 15 tá concluindo o PIA dele, que é o Plano Individual de Atendimento. Entendeu? Então, ele já tá no processo de conclusão de PIA e já vai pra pagar, custear o próprio aluguel dele com o dinheiro da renda dele, do trabalho. Ele já vai poder conseguir pagar o aluguel dele e ter a vida dele. Então, a gente já vai desocupar o imóvel e vai inserir outras pessoas lá que estão aqui acolhidas no serviço. Então, a gente já passa a avaliar outros usuários pra dar oportunidade de reorganização e reinserção na sociedade. E também a gente trabalha a questão do fortalecimento de vínculos familiares. Interlocutor 15 tem os filhos dele e aí ele tem só contato telefônico com a irmã. A irmã ficou de vir nesse período pra cá visitar ele. Ela vai poder vir porque ele vai estar agora pra casa dele. Então, é um processo que a gente tem de acompanhamento desses usuários. A gente passa em série todo o período. O Interlocutor 15 vem já há anos frequentando o serviço. Porém, entre transgressões com os da droga, aí fica bem. E agora ele teve a oportunidade de ir pra um aluguel social, que é o ATITUDE Moradia. Então, ele já se vê com essa potencialidade de poder pagar o aluguel dele e ser com as próprias perninhas dele. Então, a gente vai estar concluindo o dia dele. E aí ele já passou pelo período, o processo, né?

Interlocutor 15: estou trabalhando, consegui reconstituir família aqui em Caruaru, estou com minha companheira, então eu vou passar a pagar o meu próprio aluguel.

Interlocutora 16: Então, a autonomia dele e uma potencialidade que ele conseguiu no aluguel também.

[00:09:54] Pesquisadora Entendi, entendi. E aí, Interlocutor 15, nesse caso aí que você vai sair, terminou o seu acompanhamento pelo ATITUDE Moradia e você vai começar a sua autonomia de pagar o seu aluguel, você vai procurar um outro imóvel, vai procurar um outro aluguel pra residir com a sua companheira, é isso?

[00:10:20] Interlocutor 15 Já temos, já temos.

[00:10:21] Pesquisadora Ah, já tem. Entendi.

[00:10:24] Interlocutor 15 Vamos comprar o básico pra estar dentro da casa já.

[00:10:28] Pesquisadora Entendi.

[00:10:32] Interlocutor 15 Seria em frente, né? Deixar a casa agora pra uma outra pessoa que esteja precisando também, né? Entendeu? Então, na minha dúvida, tem que deixar um pouco, né? Do ATITUDE, porque senão acostuma, né?

[00:10:50] Pesquisadora Acostumar como, Interlocutor 15? Me explica melhor.

[00:10:57] Interlocutor 15 Você sempre tá no eixo, no eixo da droga, da droga, querendo ou não.

[00:11:04] Pesquisadora Entendi.

[00:11:06] Interlocutor 15 Pra um dependente químico, não é legal você estar no circuito procurando outros meios...

[00:17:38] Pesquisadora Você estava falando que você residia em um bairro e que aí o seu uso começou a ficar muito frequente, muito intenso e foi isso que fez você sair desse bairro e começar esse período que você esteve em situação de rua?

[00:17:59] Interlocutor 15 É. Isso mesmo.

	[00:18:02] Pesquisadora Que era um bairro e que aí depois você foi para o centro de Recife, que aí foi onde você começou a dormir. [00:18:10] Interlocutor 15 Sim. Não, eu fui para Beberibe, morar com a minha avó. Mas fui morar com a minha avó e fiz a mesma coisa no bairro, porque meu uso estava intenso. Foi da vez sair da casa da minha avó para a rua. [00:18:21] Pesquisadora Entendi. E aí esse uso intenso aí que foi fragilizando esses vínculos aí com a sua família e você foi para a rua depois? [00:18:32] Interlocutor 15 Sim. [00:18:34] Pesquisadora E aí foi nesse período também que você perdeu os seus pais que você estava comentando? [00:18:40] Interlocutor 15 Minha mãe morreu e eu estava morando com minha avó ainda. Estava morando com minha avó. Faz oito anos que minha mãe faleceu. [00:18:51] Pesquisadora Imagino que isso também fragilizou bastante esse momento, né? [00:18:55] Interlocutor 15 É. Fragilizou, né? Aí há quatro anos atrás foi minha avó. [00:19:05] Pesquisadora Mais um baque...? [00:19:07] Interlocutor 15 É. Minha mãe morreu. E assim, minha mãe faleceu em dezembro e o meu irmão faleceu em novembro em janeiro. Foi dois momentos. Foram duas perdas assim uma atrás da outra, né? Uma atrás da outra. Ele era o irmão que eu era mais apegado. [00:20:29] Pesquisadora Entendi. E aí quando você foi? Você estava morando com a sua avó e por conta desse uso intensivo e essa situação difícil no bairro, você foi pra rua. Como é que foi isso? Como é que foi essa passagem pra rua, pra dormir a primeira vez na rua? Você já conhecia a galera que estava ali na rua ou você passou a conhecer? [00:20:57] Interlocutor 15 Assim, quando a gente é usuário, né? E ainda tem a casa, a gente vai pro centro do Recife. A gente faz uso. A gente faz uso com essa galera, entendeu? Aí depois, quando a gente faz um uso que não tem como voltar pra casa, você perde tudo. Você já sabe como é. Onde vai procurar é a dormida. Agora, a primeira noite é difícil pra você dormir. Você fica perguntando pra todo mundo, sabe? Poxa, me ver dormindo na rua, de me ver dentro da casa. [00:24:00] Interlocutora 16 Tu veio de onde, Interlocutor 15? Quando tu veio pra Caruaru? [00:24:03] Interlocutor 15 Pro intensivo. [00:24:04] Interlocutora 16 Agora, dessa última. [00:24:06] Interlocutor 15 Campo Grande. [00:24:07] Interlocutora 16 Tu veio de Campo Grande pra cá, encaminhado pela equipe de lá. Pro apoio ou pra intensivo? [00:24:11] Interlocutor 15 Pro apoio. [00:24:12] Interlocutora 16 Aí, do apoio, Caruaru foi encaminhado pro intensivo. E avaliado pro aluguel, que é o ATITUDE Moradia. [00:24:21] Pesquisadora Entendi. Pesquisadora Entendi. E aí hoje, Interlocutor 15, inserido aí no ATITUDE moradia, passando por esse acompanhamento pelo PIA, você faz acompanhamento em algum outro serviço? Você faz acompanhamento no CAPS? [00:29:35] Interlocutor 15 Não, hoje eu não faço. Já fiz, já fiz acompanhamento. Já tive acompanhamento em CAPS. Mas hoje eu não faço porque hoje eu tenho um trabalho que quando eu largo não tem CAPS, não tem serviço. Não procuro, não tomo medicação. Eu nunca tomei, na verdade. Tomei, né? Eu pegava, mas muitas vezes eu não tomava. Eu não tinha uma... Entendeu? DE tomar direitinho nos horários que o médico pedia. Só quando estava no programa, no período do programa dos 15 dias no apoio. Eu acho que eu passei e eu fui. Eu não tenho hoje por conta do trabalho. [00:30:21] Pesquisadora Aham, entendi. E aí você sente que você precisa também desse tratamento, desse acompanhamento no CAPS? [00:30:29] Interlocutor 15 Não, porque hoje eu percebi que eu posso trocar. Eu estava até conversando com o Dan também aqui, eu faço uso da maconha. Aí toda vez que eu faço uso da maconha eu não sinto a abstinência. Eu sou difícil de sentir a abstinência. Pra dizer a você, de uns anos pra cá. Sou difícil. [00:30:55] Pesquisadora E aí você percebe que a maconha te ajuda a lidar com os sintomas da abstinência. [00:31:03] Interlocutor 15 Eu faço tratamento com ela.
Dificuldades e outros desdobramentos	Interlocutora 15 Aí falando sobre o aluguel social, né? Que a gente chamava de aluguel social, que agora é ATITUDE moradia. Ele poderia ter as melhorias, né? Porque falta muito. Falta investimento do governo. Falta investimento, entendeu? Eu creio que falta muito. Porque você hoje, quando você vai, você vai com... Muitas coisas que o governo curtiu, as velhas. Mas a intenção é boa. Só falta mais investimento. A intenção é boa. E não só eu. Quanto muita gente passou pelo aluguel, não estão no mundo da vida, entendeu?

TEMA CENTRAL	Trechos extraídos/minutos
Clínica e gestão do cuidado	Interlocutora 17 A gente tinha esses 50 aluguéis sociais por mês durante três meses. A gente ficou meio com dó porque viu que algumas pessoas que estavam superdedicadas, mas elas tinham que dormir na rua. Inclusive, eu conversei com uns no parque das crianças, que, tipo assim, ‘ele vem, Interlocutora 17’, até o supervisor falando, ‘ele vem, mas tipo assim, ele dormiu à noite fora. Então, assim, isso deixa um pouco a qualidade do trabalho’. A gente viu que, realmente, para quem está trabalhando, é importante ter a moradia, porque uma coisa leva à outra. Se você não dorme bem, a sua dinâmica de trabalho fica mais comprometida. Mas a gente também tinha essa limitação orçamentária, e enfim, essa é uma das questões. Interlocutora 17 Recebi uma colega de Sobral, ela dizia, imagina, o pessoal vem, porque ela trabalha também com pessoas tipo um abrigo. E ela falou, com cinco, seis meses eles já estão todos estabilizados aí não tem o trabalho, entendeu? E a gente ainda não tem uma rede, não tem uma política para esse público que possa proporcionar isso, uma continuidade das mudanças que passam pelo financeiro, de jeito nenhum.
Intersetorialidade e território	Interlocutora 17 O Estado construiu, ok, moradia, 2 mil moradias, mas nesse planejamento não tinha não tinha uma unidade básica de saúde, não tinha escola, não tinha absolutamente nenhuma infraestrutura. Sobe para onde? Para o município. Arcar com essa falta de planejamento. Eu acho que se você vai dar 2 mil moradias, você já tem que pensar nas crianças, você tem que pensar em tudo, tem que pensar sistemicamente. Então, assim, também, quando você for fazendo suas análises de trabalho, não adianta a gente dar moradia para pessoa de rua a 20 km do centro, a 15 km do centro, a 10 km do centro, porque essa pessoa tem que ter como se sustentar. Então, se você for lá no fim do mundo para se livrar dela, no meio da rua, desculpe, é pejorativo, mas é isso, o pensamento popular. Você não vai ir, ela não vai ficar, primeiro pela subjetividade dela na rua, no movimento da rua, ali você pensa que é um ambiente, tem toda uma vinculação, Então, tem que ser pensado políticas sistêmicas, se for para dar uma moradia, se for o direito de moradia dado pelo Estado brasileiro em suas esferas, ele tem que pensar nisso também, não adianta somente isso.
Eixos de trabalho	Interlocutora 17 Inclusive, assim, projeto é muito complexo, a gente tem que começar a pensar em um programa, em uma coisa mais consistente, porque você tira a pessoa de rua, o projeto é um ano, e depois não dá, muitas vezes, a possibilidade dessa pessoa dar uma continuidade a esse novo projeto de vida, mas importante também a gente destacar aqui que a moradia só não é suficiente. Interlocutora 17 Para os cursos a gente fez essa programação, imaginávamos uma grande evasão, uma grande evasão porque, imagina, em cursos assim, eram 10 cursos de capacitação profissional, eu não vou lembrar de todos, mas eu tenho vontade de escrever, até eu queria, depois que tu mandar essa gravação, pode ser uma memória, porque é um projeto que vale a pena ser registrado, eu acho que a gente precisa demonstrar que essa população quer uma chance também, e quando tem, ela abraça. Então, a gente pensou nesses 10 cursos, eu me lembro bem que tinha o cabeleireiro, tinha os serviços gerais, tinha jardinagem, tinha bombeiro hidráulico, não era formal bombeiro hidráulico, mas da noções. Tinha também uma parte de, não sei se era um curso específico, mas pintura de parede. Eram cursos assim que, justamente pensando no nível de escolaridade baixo e que, na prática, eles pudessem conseguir um trabalho mesmo que precário, mas conseguissem partir para uma atividade laboral. E eles tinham direito a fazer dois cursos, eram 60 horas cada curso, dividido nessas tardes, a horinha certinho, dados certinhos, com aulas práticas, tinha um pátio também nessa universidade. Como eu te falei, a localização no centro ajudou bastante, aumentou a acessibilidade. Uma das coisas superinteressantes é porque alguns alunos chegavam bem cedinho, sabe assim, com o tempo de aula você entrava na sala de aula, não parecia que você estava diante de pessoas de situação de rua, porque elas começavam a se cuidar melhor, a se vestir melhor, a se interessar. Quem fez um projeto foi muito inteligente, ele botou também em uma bolsa de R\$250 para quem terminasse cada módulo. Então, além de eles estarem gostando, de se sentirem valorizados, estar dentro da universidade, de começar a se encontrar com a pessoa, com a sua dignidade, eles também pensavam assim, tinha uns também que, coitados, passavam a tarde dormindo, mas iam. A gente teve evasão quase zero nesses cursos, sabe? Foi uma grande surpresa para todos. Interlocutora 17 Então, eles (profissionais do CentroPop) fizeram essa triagem, realmente, das pessoas que estavam mais suscetíveis a essa mudança. Eles facilitavam, porque tanto eles conseguiam a dormida no abrigo para quem queria privilegiar, porque estava cheio na época, era bem novinho esse equipamento, então estava disputado. Mas, assim, pessoal do projeto, alguns, porque esse curso contemplou 400 pessoas de rua. 400 pessoas de rua conseguiram fazer, quase todas, eu acho que teve uma evasão, não foi menos de 10%, eu não sei se te dizer exatamente qual, mas eu acho que não chegou a 10%. Então, era muita gente, também a cidade não tinha essa estrutura para recebê-los, mas alguns foram recebidos, eles tinham comida também nesse centro de convivência, então como a aula era à tarde, quem fazia o curso já tinha o privilégio de comer mais cedo, para poder estar liberado certinho, então a pessoa que dormia já tinha o café da manhã, mas eles tinham essas benesses por estar participando do curso. Interlocutora 17 É bem no centro da cidade, é uma lagoa urbanizada Ele tem umas casinhas assim muito... É uma coisa bem peculiar, sabe? É uma coisa bem diferente, inclusive, dentro da própria cidade. E lá era um estágio de jardinagem, que era tipo um supervisor do local, comprou a ideia também. E lá também é um lugar que tem pessoas de situação de rua, em geral. Mas foi assim que foi se articulando, então eles, por exemplo, o pessoal da jardinagem já estava cuidando da jardinagem desse lugar. Alguns da pintura estavam fazendo pintura de alguns órgãos públicos, da Secretaria de Assistência Social. Teve uma turma também que foi

		para um mercado público aqui chamado Mercado São Sebastião, que tinha a cooperativa dos Serviços Gerais. Então, a gente tinha um curso de serviços gerais também, então eles estagiavam, geralmente na limpeza do banheiro, na limpeza do mercado e dois deles foram contratados com carteira assinada porque trabalhavam super bem. Teve alguns, sabe, nesse projeto eu acho que quase 10 pessoas chegaram a ser contratadas com carteira assinada. Não tenho a lembrança de todos os casos, mas abri bastante dessa cooperativa de serviços gerais que acharam eles tão interessados que resolveram contratar, isso foi muito legal para a gente do projeto, a gente ficou muito animada com isso. Interlocutora 17 Eu me lembro que uma época foi feito um bazar para que eles também tivessem roupa para se apresentar no trabalho. Eles tinham a camisa do projeto para ir para a aula. É muito bacana. Interlocutora 17 Então, mais ou menos, eles recebiam a grana do estágio, porque assim, foi concomitante, o estágio e a moradia, e aí eles recebiam uma bolada. Mas, enfim, foi interessante essa coisa do processo de confiança, do monitoramento, porque o pessoal acompanhava, ia lá ver se eles conseguiram alugar, como está com a vizinhança, tipo visita social mesmo. Eles encontravam tempo até para isso, mas em alguns casos meio que... Teve um caso que logo no começo se juntou uns cinco e eles alugaram o mesmo lugar, que era tipo um apartamento que o cara tinha reformado, era todo bonitinho, sabe assim? Foi massa, aí depois de um tempo eles começaram a usar droga no local. Interlocutora 17 Outra coisa, a gente não tinha dinheiro para comprar móveis, então às vezes ele tinha o dinheiro, pagava o aluguel social, mas não tinha o mobiliário mínimo, um colchãozinho, um fogãozinho, se fosse o botijão de gás, que é ostentação hoje em dia. Então é isso, uma coisa vai puxando a outra. e às vezes a gente ficava um pouco sem poder dar a mais, não tinha mais assim. Enfim, acompanhando o que fosse possível, mas a gente se ressentia também de ver assim, está tudo direitinho, mas não tem um colchão para dormir, enfim. Pesquisadora: Interlocutora 17, fiquei com uma dúvida que você falou aí das moradias, então essas 50 bolsas de aluguel social aluguel, elas foram ofertadas para dessas pessoas que estavam no estágio remunerado para que eles também recebessem a bolsa de aluguel social, é isso? Então, eles recebiam os R\$500 do estágio e mais o valor do aluguel social, que era quanto que eu não entendi? R\$410? E aí, com esse valor, eles mesmos que iam procurar os imóveis, que iam firmar o contrato de aluguel, ou tinha-se um... Eram só por três meses, essas bolsas de aluguel social? [00:39:59] Interlocutora 17 Como eu te falei, é um projeto com recurso, tipo assim, R\$1 milhão. Eu acho que foi feito um milagre. 400 pessoas capacitadas, 200 pessoas recebendo estágio durante três meses e 50 moradias durante os três meses. Então, isso foi realmente, eu acho surpreendente, porque a gente pega... Porque um milhão não faz nada, né? Dependendo, um milhão é vendaval, né? Mas então, assim, aí eles recebiam essa bolsa, tanto a bolsa do estágio quanto a bolsa do aluguel social, essas 50 pessoas, e eles que iam se articular para procurar o imóvel, para ver uma casa, alguns se juntavam ali em um pequeno grupo e alugavam uma coisa melhor, outros alugavam espaços mais precários. Pesquisadora: Então, dessas 50 bolsas de aluguel social que tiveram esse período de três meses, dessas 50, 13 pessoas conseguiram ir para uma moradia permanente, que foi o do Minha Casa Minha Vida. E aí, acho que, talvez para aprofundar um pouco mais na questão da moradia, porque eu acho que você trouxe bastante sobre como funcionou a parte da capacitação, a parte da inserção do trabalho dos estágios remunerados, e aí a moradia veio em um terceiro momento. Interlocutora 17: Não, veio junto com o estágio remunerado. Pesquisadora: Ah, tá, perfeito. Então ela veio ali junto com o eixo de trabalho. Interlocutora 17: Porque eles precisavam de um amparo para estar trabalhando, porque justamente a noite na rua não proporciona um trabalho de boa qualidade no outro dia.
Composição da equipe		[00:44:55] Pesquisadora Sim. E aí, Interlocutora 17, você estava me falando que a Adriana foi contratada para ser a coordenadora do projeto, mas a equipe... Interlocutora 17: Pela prefeitura de Fortaleza. Pesquisadora: Pela prefeitura, perfeito. E aí, a equipe não era uma equipe contratada para o projeto, ela era composta pelos profissionais da rede, que aí você mencionou o Centro Pop. [00:45:16] Interlocutora 17 Não tinha equipe. Tinha a Adriana, mas as pessoas do Centro Pop trabalharam voluntariamente com todo o trabalho que elas tinham de equipes defasadas dentro do CentroPop, dentro do centro de convivência, eles trabalharam voluntariamente porque eles acreditaram no projeto e essa satisfação que eu tenho, imagina eles, que trabalham diretamente, como eles se sentiam parte daquilo, as pessoas que Ele atende poder ter essa oportunidade de ter...
Condições de possibilidade (quais condições possibilitaram o surgimento)		Interlocutora 17 Quando iniciou as atividades, eu fiquei com duas cidades, Maracanaú e Calcaia. Eu acho que só tinha dois estados que realmente ficavam, uma pessoa ficava com duas cidades, no caso eu tive essa atribuição. Foi bem interessante porque esse trabalho de articulação intersetorial, você senta com gestores ou com representantes muito direto de gestores e foi muito interessante o processo de perceber que os próprios gestores não se conversam. Muitas vezes eles não conhecem os projetos que são executados pela secretaria do mesmo município, não fazem o planejamento unido todas as questões e repartindo as responsabilidades. Então foi muito interessante perceber esse processo, principalmente em um desses municípios, porque em um você via que a gestão não era uma gestão que investia

	em políticas públicas, e o outro que havia um investimento bastante sério nas políticas públicas e foi nesse que a gente viu um trabalho muito interessante, de você proporcionar essa troca entre os parceiros, depois você fazer o levantamento de quais são as necessidades formativas do município e não cada um que tinha apresentado seus projetos, tinha apresentado também suas dificuldades, porque sempre falta em gestão dificuldades. Interlocutora 17 O projeto Novos Caminhos tentava dar conta de todos os eixos programados pela financiadora, que era a Senad, a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. E aí foi um projeto que trabalhava a capacitação, trabalhava a inserção no mercado de trabalho, inserção produtiva, tinha o eixo de moradia e, paralelamente, a gente conseguiu articular toda essa ideia com alguns trabalhos que já eram feitos no centro de convivência. Nessa época, além dos dois centros POP, tinha sido recém-inaugurado pela Secretaria de Assistência Social do município de Fortaleza esse centro de convivência que já era uma demanda do povo de rua organizado. E era uma casa bem interessante, porque além de um lugar que dava para desenvolver oficinas e que eles podiam ter, tinha um salão, tinha algumas salas para oficina, mas tinha também uma espécie de abrigo no apuro. É bom explicar isso, porque assim, você vai ver que durante a minha fala, nós não temos essa perspectiva da casa primeiro. E, pelo contrário, vocês vão ver que, inclusive, seria um ajuste necessário caso houvesse uma continuidade desse projeto. Interlocutora 17 Nós tínhamos 10 cursos de capacitação profissional diferentes. Então, assim, fica difícil para a prefeitura comprar 10 secadores de cabelo para os cabeleireiros, material do bombeiro hidráulico, material dos serviços gerais, entendeu? Então, passa-se esse recurso para uma instituição, aí você tem que fazer um edital, você tem que abrir concorrência, você tem que fazer a seleção, nós não participamos diretamente desse processo, mas eu fiquei muito satisfeita com a adesão dessa universidade particular que ganhou essa concorrência. Nós fizemos todo um processo de sensibilização com eles para dizer quem era esse nosso público, que especificidades a gente tinha, isso tudo construído com todas as mãos da galera que trabalhava. Foi tudo pensado, por isso que as coisas começaram a dar certo. A gente começou a fazer a discussão com a universidade, o que a gente queria, qual era o público, qual era a dificuldade que a gente ia ter, Os horários que a gente poderia trabalhar até isso, a gente pensou. Interlocutora 17 Fizemos reuniões com essa universidade para ela entender tudo e começamos a traçar junto esse plano de como seria. Então, pela dificuldade de moradia, a gente pensou, na segunda-feira o cara deve estar meio cansado no final de semana, porque geralmente tem realmente o uso de bebidas e uma dinâmica mais complexa no final de semana. E na sexta ele já está se preparando para o final de semana. Então, os cursos eram a tarde, porque de manhã, geralmente, a pessoa de rua está muito ainda saindo daquela coisa do mal, porque assim, na pessoa da rua dorme com... Eu aprendi algumas coisas com ele, dorme com o olho aberto e o olho fechado contra a violência. Então, ela me pedia onde eu estava. Interlocutora 17 Aí tinha um problema que é financeiro, tem uma limitação financeira e era assim, o estágio tinha previsto para os 200 pessoas, tinha um estágio remunerado, eles tinham que dar 12 horas, outra coisa que a gente pensou, a gente não podia pegar a galera e botar o dia inteiro para trabalhar quando a galera estava há muito tempo em uma outra dinâmica pessoal. Então, a gente pensou nisso também, três turnos de quatro horas. E aí eles tinham uma bolsa de R\$500,00, era a satisfação, foi bem legal mesmo. Aí é que a galera deu gás, já tinha sido selecionado e aí, concomitantemente, a gente tinha que ver a questão da moradia. Alguns tinham ficado lá, mas era pouco e a gente só tinha, nesse período de três meses de estágio, que tinha bolsa prevista, só tinha 50 aluguel sociais, por uma datação orçamentária também, porque aqui tem a história do aluguel social, não sei se vocês chamam também assim. Aí, e o mesmo valor que era na época de Fortaleza, que era R\$400,00 ou era R\$410,00.
Efeitos da intervenção	Interlocutora 17 Nessa época do projeto, ele meio que, tipo, não sei se ele já estava na igreja, Eu sei que ele cantou para a gente umas músicas de igreja, eles todos bonitinhos, uma festa com salgadinhos, encerramento de curso, entrega de diploma, imprensa. Foi um negócio auditório da faculdade cheio. Uma coisa muito linda esse projeto, muito emocionante. assim, para mim foi uma satisfação muito grande ter acompanhado, ter visto que... Porque eu trabalho muito com projetos, mas você pensa que pessoas de rua não vão mudar, que vai ser muito difícil uma mudança, e a gente viu ali que eles pegaram com tanta garra a oportunidade de mudar de vida, eu achei.
Contexto sociopolítico	Interlocutora 17 Já estávamos mais nas atividades da primeira fase do REDES, e eu fiquei acompanhando um processo que demorou bastante. Porque foi na época, quando foi aprovado esse projeto, ele estava naquela, se não me engano, em 2016. Eu sei que passou um ano o recurso retido na Senad, salvo engano, foi na época que estava já no governo da Dilma, dificuldade de orçamento anual. Eu li muito disso. Isso foi tipo um ano antes do impeachment, então já tinha o dinheiro, já estava aprovado, mas como a Câmara não botava o orçamento, então esse dinheiro passou praticamente um ano retido a nível federal e quando chegou ele passou quase um ano para ser executado. E, finalmente, quando saiu, a gente começou esse trabalho, eu e a Marcela, que era nossa supervisora também Também era interessante, porque esse projeto era vinculado ao plano Crack, é possível vencer, então focado na questão das drogas. E aí, inclusive, foi logo depois do DE Braços Abertos. A gente visitou o De braços abertos, para entender como era essa nossa perspectiva de trabalho intersectorial, no questão das drogas, pessoas em situação de rua. A gente teve essa prévia aí, sabe, para também reconhecer como seria um projeto articulado. Daí a gente começou as reuniões de planejamento. Esse tempo todo a gente não deixou de, tipo, se reunir uma vez por mês lá na Secretaria de Assistência Social, falar com o secretário, ele é uma pessoa muito... Ele realmente comprou uma ideia, do Secretário de Assistência Social a todos os trabalhadores desse projeto, deu muito certo por conta dos trabalhadores, deles, sabe, a equipe mínima no serviço, mas eles tinham orgulho de fazer parte dessa proposta e eles o tempo inteiro foram as pessoas que nos nortearam.

Interlocutora 17 Mas, enfim, a gente saindo um dia da Secretaria de Acesso Social, das sucessivas reuniões de planejamento que a gente tinha, foi dois anos é muito tempo, né, amiga? Aí ele olhou para mim assim, ‘eu duvido que esse projeto tire uma pessoa da rua’. Não sabia nem se o dinheiro vinha, mas eu achava que vinha, que já estava garantido. Ele disse, ‘rapaz, posta aí, eu não boto minha mão em canto nenhum se não der certo’. Até a mão boa, vamos ver o que vai acontecer. Ele nem acompanhou todo, mas nas discussões todas ele estava fazendo a representação das pessoas de rua. Um cara muito inteligente, esclarecido, bom representante do poprua. Nessa época, ele já tinha saído da situação de rua, redutor de danos, de toda forma.

Interlocutora 17 Primeiro, também demorou muito na prefeitura, porque tinha que fazer um edital de seleção para as instituições. A instituição que ganhou foi uma universidade particular que era relativamente perto do centro. Você vê todos os detalhes, para você tiver paciência e eu acho que é importante entender como todo para depois você pensar não em um modelo internacional de casa, mas no modelo que a gente precisa Para dar sustentabilidade, né? Então, começamos por aí, o edital. Na época eu fiquei assim, o CETREDE (Centro de treinamento e desenvolvimento), que é o tipo do centro de pesquisas e trabalha muito com o projeto da UFC, não passou, eu já fiquei desconfiada, se o CETREDE teve algum favorecimento, sabe? Eu fiquei assim, cismada. Mas, enfim, eu acho que é porque eu também sou da UFC, assim, sou muito da coisa pública, porque pararam lá então, enfim, mas o pessoal da universidade também comprou a ideia. Comprou a ideia e as aulas dos meninos, o pessoal do projeto, eram na mesma sala dos universitários, em turnos diferenciados.

[00:17:56] Pesquisadora Só para eu entender, esse edital para as instituições era para o eixo de capacitação?

[00:18:03] **Interlocutora 17** Não, era para desenvolver um projeto e o projeto podia ter dois ou três eixos.

Pesquisadora: Mas desenvolveu o projeto, no caso, o projeto que tinha sido construído?

Interlocutora 17: Sim.

Pesquisadora: Mas só para eu entender como era essa proposta de desenvolvimento por uma instituição de ensino, entendeu?

Interlocutora 17: É porque é o seguinte, vou te explicar. Em geral, a prefeitura, o Estado, a gestão, não podem pagar diretamente um projeto. É assim, o dinheiro chega no fundo federal para o fundo municipal, mas há uma dificuldade muito grande de fazer o pagamento dos trabalhadores. Vou ilustrar, por exemplo, eu fui supervisora da clínica institucional de quatro cidades diferentes. O dinheiro vinha do Ministério da Saúde para a prefeitura, mas a prefeitura tinha dificuldade de pagar, tinha que fazer, por exemplo, um RPA, que é um três em três meses Você recebia um RPA, que é um pagamento... Então, quer dizer, esse projeto é cheio de nuances.

Ok, então dessas 400 pessoas foram selecionadas as que se saíram melhor para fazer o estágio remunerado, então a gente tinha recurso, a soma de tudo é R\$1 milhão.

Interlocutora 17 Isso é muito importante, porque R\$1 milhão se brinca dando para a comunidade terapêutica [...]

Interlocutora 17 escolheram também as equipes, nessa hora estavam ativamente junto com os professores, escolheram essas pessoas para fazer o estágio. Aí começa a dificuldade, porque o estágio tem uma legislação específica, e a partir daí dificultou que esses estágios fossem feitos em lugares privados, particulares, então teve que ser feita toda uma logística para que as práticas, porque a gente já tinha o recurso para pagar, mas tinha que ser em órgãos públicos, ou então que tivesse cooperativas ligadas aos órgãos públicos. Aí foi outro problema, assim porque foi um pouco difícil de a gente equacionar e chegar a essa solução, mas deu certo. E também toda uma articulação com os órgãos para receber essas pessoas, para supervisionar, a gente tinha que pactuar com alguns, inclusive servidores públicos, para que eles fossem uma espécie de supervisor daquele estagiário.